

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAURO JOSÉ FERREIRA CURY

**TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUAÇU (TTI):
INTERCONEXÕES, INTERDEPENDÊNCIAS E INTERPENETRAÇÕES NAS
CIDADES DA TRÍPLICE FRONTEIRA - FOZ DO IGUAÇU (BR), CIUDAD DEL
LESTE (PY) E PUERTO IGUAZÚ (AR).**

**CURITIBA
2010**

MAURO JOSÉ FERREIRA CURY

**TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUAÇU (TTI):
INTERCONEXÕES, INTERDEPENDÊNCIAS E INTERPENETRAÇÕES NAS
CIDADES DA TRÍPLICE FRONTEIRA - FOZ DO IGUAÇU (BR), CIUDAD DEL
LESTE (PY) E PUERTO IGUAZÚ (AR).**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

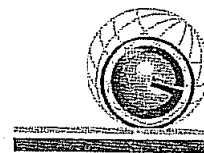
Área de concentração: Espaço, Sociedade e Ambiente.

Linha de Pesquisa: Produção e transformação do espaço urbano e regional.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

CURITIBA
2010

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO E
DOUTORADO



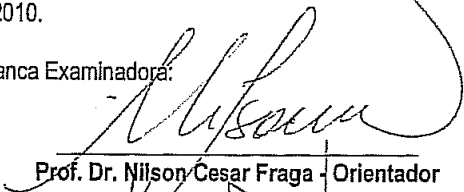
PARECER

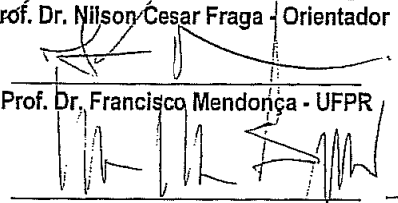
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pelo candidato Mauro José Ferreira Cury intitulada "Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da trílice fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad Del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)", para obtenção do grau de Doutor em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL

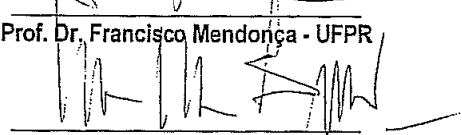
Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, são de parecer pela APROVAÇÃO da Tese com Menção DISTINÇÃO.

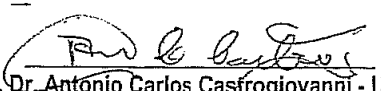
Curitiba, 07 de julho de 2010.

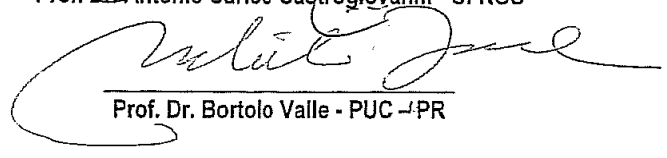
Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga - Orientador


Prof. Dr. Francisco Mendonça - UFPR


Prof. Dr. Mário Carlos Beni - USP


Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni - UFRGS


Prof. Dr. Bortolo Valle - PUC - PR

Para meu filho Mauricio Henrique e afilhados: Fernando, Ricardo,
Ricardo Silva, Ana Letícia, Maria Helena, Cecília e Henrique.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e proteção.

Esta Tese é resultante da participação de pessoas e instituições que oportunizaram seu desenvolvimento.

À Universidade Federal do Paraná, à Coordenação do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia realizado pelos Professores Dr. Leonardo José Cordeiro Santos e Dra. Inês Moresco Danni-Oliveira, pelo apoio.

Ao Dr. Luis Lopes Diniz Filho pela acolhida ao Programa de Pós Graduação e acompanhamento desta até minha qualificação.

Ao Dr. Nilson César Fraga pela confiança, orientação, motivação e as produções desenvolvidas durante o processo de Doutorado, pelo acolhimento em Curitiba e principalmente pela amizade.

Aos docentes do Programa de Doutorado que motivaram a produção científica: Dr. Francisco de Assis Mendonça; Dr. João Carlos Nucci, Dr. Miguel Bahl e Dr. Nilson Cesar Fraga.

A Banca de Qualificação composta pelos docentes Dr. Luis Lopes Diniz Filho, Dr. Nilson Cesar Fraga e Dr. Francisco de Assis Mendonça pelas significativas contribuições.

Aos docentes que compuseram a Banca de Defesa: Dr. Mario Carlos Beni; Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni; Dr. Bortolo Valle; Dr. Francisco de Assis Mendonça e Dr. Nilson Cesar Fraga por incorporarem sugestivas indicações a esta tese.

Aos que conheci e tornamos amigos no Programa de Doutorado e que compartilhamos produções: Ana Solange Biesek, Beatriz Carrijo Rodrigues, Gisele Cristina Sessegolo, Rafael Carlos Prieto Fernandes e Valdemir Antonelli. Ao grupo dos “Incontestáveis” na produção da obra Contestado: o território silenciado.

Aos amigos e colegas da docência que contribuíram na construção desta tese, que me ouviram e que preciosas sugestões me conduziram: Prof. Dr. Allan Scott Mills, Prof. Dr. Amarildo Jorge da Silva; Profa. MsC. Carmélia Anna Amaral de Souza; Prof. Dr. Claude Raffestin, Prof. Lic. Eduardo Chaves; Prof. Dr. Eduardo Salinas Chaves, Profa. Dra. Emilce Beatriz Cammaratta; Prof. MS Eric Gustavo Cardin, Prof. Dr. Eros Salinas Chaves; Dr. Fernando Rabossi, Profa. Ing. Gabriela Bobadilla; Prof. Dr. Hugo Romero; Profa. MS Idivani Valéria Sena de Souza

Grabarschi; Prof. Esp. José Afonso de Oliveira, Profa. MS Liliana Marilene Wespinski Cwikla; Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoy Trigo; Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, Profa. MS Maria Erni Geich, Profa. Dra. Maria Tereza Paes; Prof. Dr. Milton Augusto Pasquoto Mariani; Prof. MS Mustafá Hassan Issa, Profa. Dra. Olga Tulik; Profa. MS Renata Camacho Bezerra, Profa. Dra. Rosângela Custódio Cortez Thomaz; Profa. Dra. Sigrid Andersen, Profa. MS. Simone Cristina Putrick; Profa. MS. Simone Eloisa Villanueva de Castro Ramos e Profa. Lic. Tereza Lugo .

Aos amigos do Programa de Mestrado e Doutorado da UFPR: Adnilson de Almeida Silva, Lucilea Ferreira Lopes, Lucileyde Feitosa, Marcelo Bordin, Michele Aparecida Hobal; Poliana Cardozo e Sonia Migliorini.

Ao Luiz Carlos Zem, pela amizade, companheirismo e a Paula Lima pela presteza na resolução dos assuntos acadêmicos.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por conceder meu afastamento da docência e apoio financeiro.

Ao Lair Guaiato (*in memorian*) por abrir as portas de sua residência em Curitiba, me receber e apoiar em um período de cumprimento dos créditos; a Maria Ângela e Marília, meus agradecimentos pela convivência.

Aos amigos de Curitiba: Cida, Vinicius, Andréas e Robson pelo acolhimento.

Ao meu Pai Mauricio Cury (*in memorian*), a minha Mãe Yvalda Ferreira Cury, meus irmãos Mariza Helena, Maria Beatriz, Maria Ignez, Marco Aurélio enfim a toda família Ferreira e Cury pelos constantes incentivos.

Ao Roberto Medina e Marcos Vettorello pela cuidadosa revisão gramatical.

Aos que vivem as TTI e que se dispuseram a colaborar com esta Tese: Marcos Paulo Labanca com as fotografias; ao Segundo Sargento do 34º Batalhão de infantaria Motorizada Luis Carlos Dorneles; Luis Carlos Kossar, do Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, a ANTT de Brasília, Giovanni Barzi, Mário Camargo, Marcelo Ayala Silveira; Paulo Cai e Maria Otilia Mioni.

Aos amigos que vivem as TTI que são a minha extensão familiar e que estiveram sempre ao meu lado: Sirlei, Cipriano Orleans, Maria Raimunda Ferreira da Silva, Cleusa, Dina, Ewton, Fátima, Fernando, Janete, Maura, Patrícia, Simone, Tanda e Vera.

A todos aqueles que me concederam oportunidades e acolhimento neste processo o meu agradecimento.



“Ternura, Tradição e Igualdade; é só o que precisamos para o desenvolvimento social, econômico e espacial destas terras irmãs. A ternura entre irmãos, manter as tradições e viver em igualdade.”

Cipriano Orleans.

RESUMO

O desenvolvimento dos territórios que ocupam as bordas dos Estados Nacionais sempre foi visto como áreas de encontro de nações, porém a Geografia e a Economia de cada país buscaram cartografar, cobrar impostos e aplicar as leis fiscais como forma de garantia de seus Territórios. A ciência geográfica traz intrínseca em seu estudo a abordagem territorial e destes espaços transfronteiriços de aproximações, encontros, trocas e cooperações vivida pela sociedade local e que alcança as diferentes esferas que partem do local ao global. Este trabalho faz uma abordagem das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu - TTI, centralizada pelos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai. Faz uma análise territorial enfocada nas esferas socioambientais, econômicas, políticas e culturais. Buscou-se comprovar a existência das TTI, com dois êsses representa mais do que a facilitação da pronuncia do termo para estrangeiros. Mas visa comprovar que sua utilização nas últimas décadas vem demonstrando uma unidade territorial, que de certa forma dá identidade aos habitantes da tríplice fronteira. A tese objetiva comprovar que a existência das TTI se dá, a partir da centralidade das cidades trigêmeas, ao longo das suas formações históricas no processo de produção e organização territorial, numa abordagem “de dentro para dentro” e “de fora para dentro”. Devido ao dinamismo da temática a metodologia empregada não pôde ser unilateral, mas diversificada e ampla, que congregou profundo estudo empírico regional. Frente á complexidade que envolve as TTI, este trabalho considerou as interconexões, as interdependências e as interpenetrações, que demandaram abordagens que vão do empírico, passando pela literatura científica e chegando a virtualidade que marca a vida neste século XXI.

Palavras-chave: Geografia. Território. Fronteira. Transfronteiriço. Iguassu.

MOMBYKYKUE

Ñakarapu'â oikóva tavakuera tetâ rembe'yguáre niko vokoiete oikóva ku jehe'apópe tavarandu pytagua tavayguáre. Katu tapicha kuéra omyakáva yvy ape rehegua mba'ekuaa ha takate'ÿ rehegua mba'ekuaa, maymáva tetânguera pegua oñeha'â ojapo yvy ra'anga, oikuave'êmbyhy: omono'ô viru, ha oipuru tekora tai, ehechaukave hagûa pe yvy imba'eha. Yvy ape rehegua mba'ekuaa, oporomomarandúva opaite oikóvare, tava kuera tetâ rembe'yguaipi: ñemoagûi, ñeñuaitî, ñemu , ñemoirû, ñepytyvô. Ko'â mba'e iñasai opaite ambue tava rupi, tetâ tuichakue javeve. Ko tembiapo ohesa'ÿijo umi mba'e ojuhúva tetâ rembe'y Yguasu pe – TTI (Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu), tavakuera Foz do Iguaçu, Brasil pe; Puerto Yguasu, Argentina pe, Ciudad del Este, Paraguai pe. Ko'ape oñehesa'ÿijo umi mba'e oikóva pavêrekohape, umi mba'e oikóva arapype, umi tekuaíra ha mba'e kuaa upe tetâ rembe'ypegua. Avei ko tembiapópe oñeha'a omyesakâ pe Território Transfronteiriço do Iguassu, peicha ojehei haicha: ss rehe; mba'eichaitépa ko'ê ko'évére ohechauka yvypóra mbohapyve tava ko tembe'y jerére oñeñandujoa hikuai peteichaitente. Ko'ape hi'âvéva oñembyesakâ hina ha'e pe TTI añetepa oîha. Añetepa oikovaekueha maymaite ro'y asakuére, ko jaheróva TTI; umi mbohapyve tavapyguive voi, ha tavapy gotyo avei. Ko kuaareka ojejapo heta haicha kuri; ndikatui kuri iñambuévo ñaňatendêrô ko TTI hypy'û haicha. Hypy'û kuri tembiapo tava kuera jerére, aranduka apytepe, ha mayma tembipuru pyahu ko'angavegua apytépe avei.

Ñe'ê mba'eguasúva: Yvy ape rehegua mba'ekuaa, Tekoha, Tetâ rembe'y, Tetâ rembe'y mboypýri, Yguasu.

RESUMEN

El desarrollo de los territorios que ocupan las fronteras de los Estados Nacionales siempre fue visto como áreas de encuentro de naciones, sin embargo, la Geografía y la Economía de cada país buscaron cartografiar, cobrar impuestos, y aplicar leyes fiscales como forma de garantizar la propiedad de sus territorios. La ciencia geográfica trae intrínseca en su estudio El enfoque territorial y de estos espacios transfronterizos de aproximaciones, encuentros, intercambios y cooperaciones vividos por la sociedad local y que alcanza diferentes esferas que parten de lo local a lo global. Este trabajo hace un enfoque de las Territorialidades Transfronterizas del Iguassu – TTI, centralizado por los municipios de Foz do Iguaçu, en el Brasil, Puerto Iguazú, en la Argentina y Ciudad del Este, en el Paraguay. Hace una análisis territorial enfocado en las esferas socioambientales, económicas, políticas y culturales. Se busco comprobar la existencia de una TTI, con dos eses representa, más que facilitar la pronunciación del término a los extranjeros, busca comprobar que su utilización en las últimas décadas viene demostrando una unidad territorial, que de cierta forma otorga identidad a los habitantes de la triple frontera. El objeto de la tesis es comprobar la existencia de las TTI se dan a partir de la centralidad de las ciudades trillizas, a lo largo de sus formaciones históricas en el proceso de producción y organización territorial, en un enfoque “de adentro hacia adentro” y “de afuera hacia adentro”. Debido al dinamismo de la temática la metodología empleada no pudo ser unilateral, sino diversificada y amplia, que congregó un profundo estudio empírico regional. Frente a la complejidad que involucra las TTI, este trabajo consideró las interconexiones, las interdependencias y las interacciones, que demandaron enfoques que van de lo empírico, pasando por la literatura científica y llegando a la virtualidad que marca la vida en este siglo XXI.

Descriptores: Geografía, Territorio, Frontera, Transfronterizo, Iguassu.

ABSTRACT

The development of the territories that occupy the borders of nation states were seen as areas against nations, but the geography and economy of each country sought to map, levy taxes and enforce tax laws as a guarantee of its Territories. The geographical science brings inherent in their study the approaches of territorial and border areas of encounters, exchanges and cooperation experienced by local society that reaches the different spheres that depart from local to global. This study does an approach to the Territory Border Iguassu - TTI, centralized by the cities of Foz do Iguaçu, Brazil, Puerto Iguazu, Argentina and Ciudad del Este, Paraguay. Makes a territorial analysis focused on social and environmental spheres, economic, political and cultural. Was tried to prove the existence of a Territory Border Igussu, with two "s" to facilitate the pronunciation of the word for foreigners. But aims to demonstrate that their use in recent decades has shown a territorial unit, which somehow gives identity to the inhabitants of the triple border. The thesis aims to prove that the existence of TTI occurs from the central cities of triplets, along its historical formations in the production process and organization territorial approach "inside-in" and "outside-in". Due to the dynamism of the subject methodology could not be unilateral, but diverse and extensive, combining deep regional empirical study. Front of the complexity involved in TTI, this work considers the interconnections, interdependencies and interpenetrations, which started demanding the empirical approaches, passing through the scientific literature and arriving virtual life that marks the twenty-first century.

Keywords: Geography. Territory. Borders. Transborder. Iguassu.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÁREA URBANA DAS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUAÇU.....	18
FIGURA 2 - AS TTI NO AMBIENTE DO SISTEMA DE TURISMO	39
FIGURA 3 - MODELO GERAL DO IMPACTO DAS FRONTEIRAS SOBRE A INTERAÇÃO	62
FIGURA 4 - MODELO GERAL DO IMPACTO DAS FRONTEIRAS SOBRE A INTERAÇÃO NAS TTI.....	62
FIGURA 5 - FAIXA E ZONA DE FRONTEIRA E AS INTERAÇÕES NAS TTI	72
FIGURA 6 - ARCOS E SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA..	73
FIGURA 7 - DIMENSÃO DOS PARQUES NACIONAIS DO IGUAÇU	79
FIGURA 8 – IMAGEM AÉREA DAS CATARATAS DO IGUAÇU	80
FIGURA 9 - ÁREAS PROTEGIDAS DO ALTO PARANÁ DE FLORESTA ATLÂNTICA	85
FIGURA 10 - ÁREAS PROTEGIDAS DO ALTO PARANÁ DE FLORESTA ATLÂNTICA (DESTAQUE PARA A ÁREA TRINACIONAL).....	86
FIGURA 11 – TERRITÓRIO JESUÍTICO NA BACIA DO PRATA	103
FIGURA 12 - COLETOR DA ERVA-MATE.....	119
FIGURA 13 - ESTRADA DE FERRO GUAÍRA – PORTO MENDES.....	120
FIGURA 14 - MAPA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU	122
FIGURA 15 - PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE – 1965.....	136
FIGURA 16 - AVENIDA SAN BLÁS CENTRO COMERCIAL DE CIUDAD DEL ESTE	140
FIGURA 17 - PONTE INTERNACIONAL TANCREDO NEVES	147
FIGURA 18 - ÁREA DE ATENDIMENTO AO VISITANTE DO PARQUE NACIONAL DEL IGUAZÚ.....	150
FIGURA 19 - ÁREA DE INFLUENCIA DO REAL NAS TTI	190
FIGURA 20 - ÁREA DE INFLUENCIA DO GUARANI NAS TTI	191
FIGURA 21 - ÁREA DE INFLUENCIA DO PESO ARGENTINO NAS TTI.....	191
FIGURA 22 - ÁREA DE INFLUENCIA DO DOLAR AMERICANO NAS TTI.....	192
FIGURA 23 - ÁREA DE INFLUENCIA DO EURO NAS TTI	193
FIGURA 24 - TRASPORTES RODOVIÁRIOS NAS TTI	203
FIGURA 25 - FLUXOS NAS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUAÇU	212

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS TTI.....	89
GRÁFICO 2 - GASTO ANUAL DO TURISTA COMPRISTA EM FOZ DO IGUAÇU EM MILHÕES DE US\$	197
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS DA RODOVIÁRIA E DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU.....	204

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMPARATIVO ENTRE AS CATARATAS DO IGUAÇU, NIAGARA E VITÓRIA.....	81
QUADRO 2 – COMPARATIVO DO VALOR DO DÓLAR DOS PRINCIPAIS CENTROS DO BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI E AS CIDADES DAS TTI	194
QUADRO 3 - ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL DAS TTI	210

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - INGRESSO DE VISITANTES NAS CATARATAS DO IGUAÇU E RUÍNAS DE SAN IGNÁCIO	148
TABELA 2 - INFRA ESTRUTURA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE PUERTO IGUAZÚ POR CATEGORIA.....	152
TABELA 3 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EIXO FOZ DO IGUAÇU – CASCAVEL 1960-2000	157
TABELA 4 – ABERTURAS DE ALVARÁS DE AGÊNCIAS DE VIAGENS EM FOZ DO IGUAÇU DE 1967 A 2005	159
TABELA 7 - MEIOS DE HOSPEDAGEM EM FOZ DO IGUAÇU 1996 – 2008.....	163
TABELA 8 - ÁREA ALAGADA PELO RESERVATÓRIO DA USINA DE ITAIPU E OS ROYALTIES DISTRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	170
TABELA 9 - DEMANDA DE VISITANTES EM ITAIPU BINACIONAL	171
TABELA 10 - ORIGEM DOS VISITANTES DE ITAIPU BINACIONAL	172
TABELA 11 - POPULAÇÃO CATÓLICA NA ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI	180
TABELA 12 – POPULAÇÃO BRASILEIRA RESIDENTE EM ALTO PARANÁ – PARAGUAI.....	186
TABELA 13 - MOVIMENTO FINANCEIRO DO TURISTA E DO COMPRISTA.....	196
TABELA 14 - FLUXO DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SEMI-URBANO ENTRE FOZ DO IGUAÇU (BR) – PUERTO IGUAÇU (AR) IDA E VOLTA ANOS DE 1996 – 2008	200
TABELA 15 - FLUXO DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SEMI-URBANO ENTRE FOZ DO IGUAÇU (BR) – CIUDAD DEL ESTE (PY) IDA E VOLTA, ANOS DE 1996 – 2008	200
TABELA 16 - MOVIMENTO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU	200
TABELA 17 - ENTRADAS E SAÍDAS DE TURISTAS POR FOZ DO IGUAÇU.....	202

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A PROBLEMÁTICA E O OBJETO DE ESTUDOS	18
1.1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE ESTUDO	19
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	40
2 DO TERRITÓRIO ÀS TTI.....	44
2.1 DO TERRITÓRIO, DO PODER, DAS REDES À TERRITORIALIDADE	44
2.2 DE FRONTEIRAS AO TERRITÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO	54
2.3 O PODER DAS REDES E O TERRITÓRIO ECONÔMICO.....	63
3. O LUGAR E SUA HISTÓRIA.....	76
3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL SOBRE AS TTI	76
3.2 O TERRITÓRIO DOS GUARANI - O TEKOA GUASSÚ	90
3.3. A CONSTRUÇÃO DO MUNDO IBÉRICO NA AMÉRICA DO SUL E OS GUARANI SOB O MANTO JESUÍTICO	96
3.4 SOB OS ESTADOS NACIONAIS E A COLONIZAÇÃO EFETIVA	106
3.5 UMA “AMIZADE” SELADA E AS TTI CENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	125
4 DAS CIDADES DE FRONTEIRA AS TTI.....	132
4.1 CIUDAD DEL ESTE – PARAGUAI.....	133
4.2 PUERTO IGUAZÚ – ARGENTINA	144
4.3 FOZ DO IGUAÇU – BRASIL	153
5 AS TTI MANIFESTADAS NO ESPAÇO E NO TEMPO ATUAL.....	167
5.1 ITAIPU BINACIONAL, UM TERRITÓRIO INSERIDO NAS TTI.....	167
5.2 A NATUREZA PRESERVADA E ESTABELECIDADA COMO LIGAÇÃO DAS TTI.....	174
5.3 UMA SOCIEDADE QUE MOVE FRONTEIRAS E QUE SE MOVE NAS FRONTEIRAS	176
5.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E OS ARRANJOS SOCIAIS E POLÍTICOS NAS TTI.....	187
5.5 AS REDES ESTABELECIDAS PELAS MOBILIDADES POPULACIONAIS E DE MERCADORIAS NAS TTI.....	199
6. CONCLUSÕES: AS TTI COMPROVADAS PELAS INTERCONEXÕES, INTERDEPENDÊNCIAS E INTERPENETRAÇÕES.....	217
REFERÊNCIAS.....	223

**TERRITÓRIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUASSU (TTI):
INTERCONEXÕES E INTERDEPENDÊNCIAS NAS CIDADES DA TRÍPLICE
FRONTEIRA - FOZ DO IGUAÇU (BR), CIUDAD DEL LESTE (PY) E PUERTO
IGUAZÚ (AR).**

1 INTRODUÇÃO: A PROBLEMÁTICA E O OBJETO DE ESTUDOS

Esta tese, por meio de estudos geográficos decorrentes da produção e transformação do espaço urbano e regional, é resultante de uma pesquisa teórica e empírica que procura integrar as abordagens econômicas, políticas, sociais e ambientais. Além disso, a escolha do tema, por conseguinte, resultou das experiências profissionais e acadêmicas, bem como a relevância das Territorialidades do Iguassu no contexto geográfico, econômico e transfronteiriço da Região Sul do Brasil, considerando que o Iguassu, assim como o Iguazú e Iguaçu, corresponde a uma região geográfica estabelecida nas fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, cuja utilização da origem linguística demonstra e/ou estabelece um lugar no espaço geográfico.

A complexidade denominativa das territorialidades insere-se na discussão acerca do próprio termo, composto pela área urbana entre as cidades de Foz do Iguaçu – Estado do Paraná – Brasil; Puerto Iguazú – Província de Misiones – Argentina, e Ciudad del Este, Presidente Franco, Minga-Guazu e Hernandárias – Departamento de Alto Paraná – Paraguai.

Busca-se, pois, comprovar que as “Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI”, além de sua utilidade para as ações públicas e privadas de desenvolvimento do Turismo, adéqua-se para definir uma unidade socioespacial e geoeconômica, influenciando na dinâmica social e política dos três países envolvidos. Resta, então, o uso linguístico de cada Nação, empregando-se, desde já, o TTI para as reflexões atinentes à integração territorial em análise.

A Figura 1 representa a localização da área territorial em questão no Oeste paranaense (Brasil), Nordeste da Argentina e Leste do Paraguai, compreendendo um espaço transfronteiriço em função das redes que historicamente se desenvolveram, desde períodos anteriores à ocupação espanhola e portuguesa até a atualidade, seja pela presença do povo Guaraní, seja pela composição territorial jesuítica, seja pela formação dos Estados nacionais e das forças colonizadoras efetivas que marcaram a dinâmica demográfica no território estudado depois das independências dos três países.

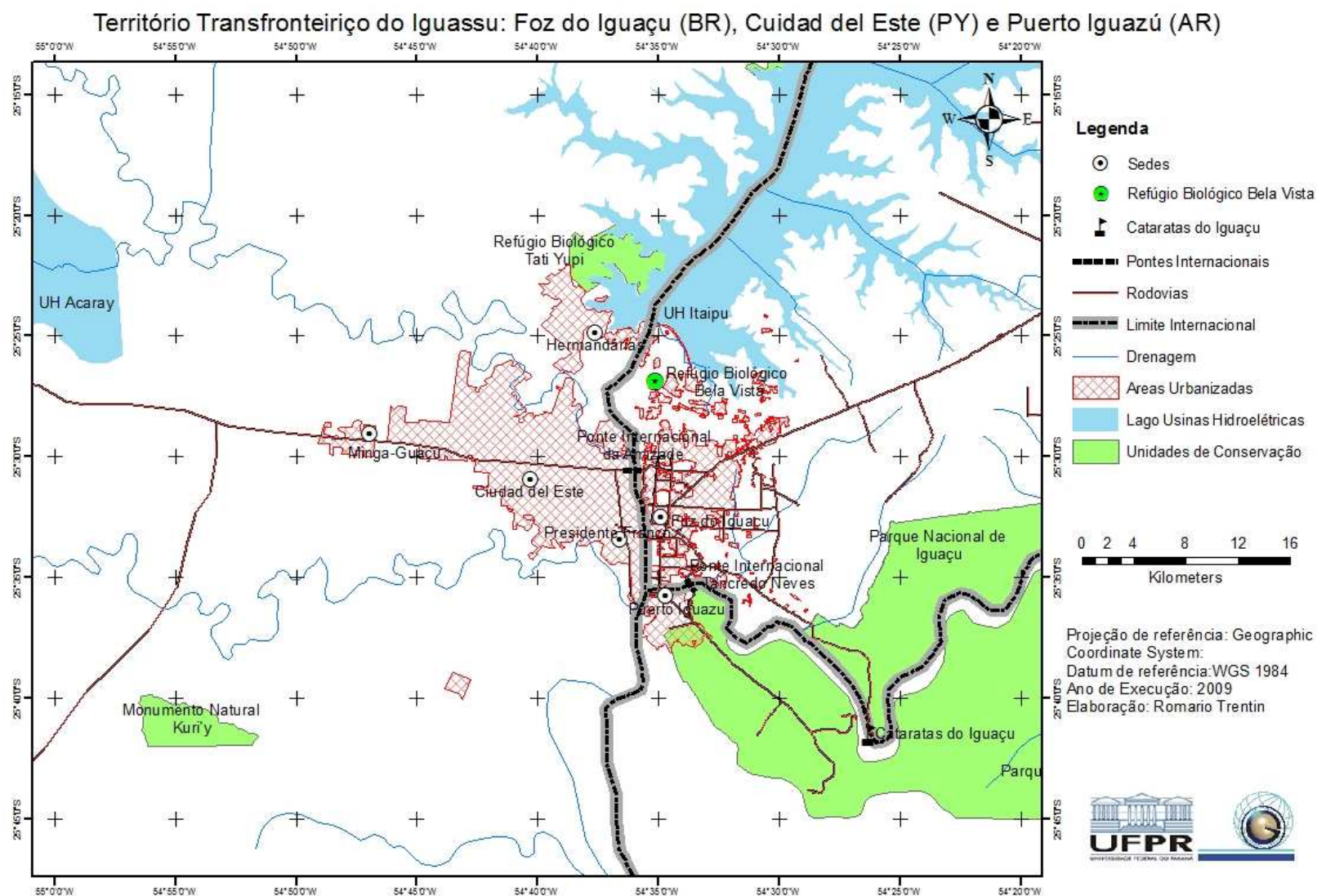


FIGURA 1 – ÁREA URBANA DAS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUAÇU

Da mesma forma, as atividades econômicas registradas estrategicamente na região responsabilizaram-se pelas lutas de domínio territorial a partir do período colonial, passando pela exploração da madeira, da erva-mate, do livre comércio paraguaio e argentino, até o advento do turismo crescente em função dos Parques Nacionais do Iguaçu Brasil – PNI-BR e Argentina – PNI-AR, da instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional – UHIB.

Esse contexto histórico aponta para uma relação espaço-temporal de amalgamento lento e gradual dos processos econômicos e sociais transfronteiriços, produzindo, assim, interconexões entre as cidades da tríplice fronteira, verificáveis pela análise das redes econômicas, políticas, sociais e também culturais que configuram as TTI, além de atuar como gerador de uma territorialidade.

1.1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE ESTUDO

As condições geográficas socioambientais, políticas e culturais presentificam-se nos três países pesquisados, embora nem sempre perceptíveis nas condições econômicas e nos interesses políticos norteados da vida das Nações – mesmo para quem as vive nessa conurbação transfronteiriça.

Desde o surgimento dos Estados nacionais sul-americanos no século XIX, tais inquietações estão no cotidiano dos palácios, mas vão além deles e são mais complexos para os cidadãos que vivem a fronteira real com as aproximações, as similaridades e as diferenças. As condições mencionadas são mais claras quando se observam as realidades de países subdesenvolvidos, como os três em questão, que possuem uma herança colonial de exploração e que estiveram historicamente influenciados pela dominação econômica e também social portuguesa e espanhola. A partir das suas libertações no século XIX, então, herdaram a rivalidade das duas nações mencionadas. Devem-se ainda acrescentar a influência e o domínio econômico britânicos, que ampliaram tais rivalidades no subcontinente.

Ao se refletir, contemporaneamente, que se vive no final da primeira década do século XXI, e que mesmo assim não se tem uma ideia concreta do significado do poder das forças internacionais que regem as áreas de fronteira, às vezes, nem num plano sociocultural e econômico se depara com um problema secular, ou seja, o

entendimento geopolítico entre as Nações, que em alguns elementos do cotidiano transfronteiriço não parece ter evoluído com o passar das décadas ou, até mesmo, séculos.

As influências existentes, principalmente no plano econômico, articuladas pelos interesses dos poderes centrais dos Estados, estiveram apartadas dessas fronteiras, que até então foram vistas e conceituadas como marginais e distantes ou como um “fim de espaço” e, poucas vezes, relacionadas ao objetivo de integração entre tais países. Nesse contexto, intensificavam-se as ações de separação com delimitações territoriais; no lugar de se integrarem, dividiam-se. Isso se clarifica no século XIX, com a preocupação primeva de criar “colônias” militares nessas terras distantes do poder central, com objetivos de manutenção da soberania nacional e/ou a própria configuração territorial.

A tese propõe comprovar que as TTI e suas dinâmicas que são mais do que uma simples denominação, mas que estabelecem uma região geográfica que extrapola seu lugar, fazendo com que pessoas e instituições de outros lugares enxerguem a referida região como um todo geográfico ou como um espaço geográfico distinto, com identidade própria. Porém, constata-se que pouco se vem fazendo em termos de propostas de integração, inclusive em coisas mais singulares, como a singela convivência harmoniosa e sustentadora entre seus habitantes, dependendo sempre de políticas públicas, no caso, culturais. Não se trata de fronteira sem que se considerem as miscigenações entre os povos residentes nessas territorialidades transfronteiriças. Além disso, a partir dessa integração cultural, verifica-se a formação de novos hábitos e costumes, constituintes de um patrimônio transnacional e contribuidores para a formação sociocultural, que dão unidade em meio à diversidade regional.

O brasileiro, o argentino e o paraguaio, cada qual em seu território nacional, portam sua cultura e suas peculiaridades que promovem a adaptação em seus processos advindos das miscigenações. Contudo, isso não garante a necessária integração. Depois da miscigenação configurada, sobretudo nos dois últimos séculos, o que passa a ser menos importante é o nativo que primeiro habitou esse território, no caso os guaranis, hoje “invisibilizados” socialmente no conjunto transfronteiriço, mesmo habitando as TTI em aldeamentos ou na simples circulação entre os demais habitantes.

Assim, as TTI, nos tempos históricos, implantou suas técnicas definidoras de modernidade de cada época e marcou profundamente o espaço geográfico; no entanto, ao mesmo tempo, convive-se com fragmentos de todos os tempos – das flechas dos índios aos *iPods* da nova geração. As TTI e o(s) povo(s) que nele habita(m) resultam das interconexões e interações temporais, além das interpenetrações, sendo concomitantemente Brasil, Argentina e Paraguai, e, noutra escala, Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Leste, ou as TTI desta tese.

Mesmo nos abstendo de grandes navegações exploratórias e voos rasantes para reconhecimento, podem-se estabelecer significados comuns em toda a sua amplitude do espaço geográfico. O desenvolvimento representado pelas novas tecnologias e aliado às construções e convenções sociais, ambientais, econômicas e políticas estabelece o que vem a ser o território para os estudos na Geografia e, especialmente, na Geografia Política, no caso aqui estudado.

A posição estratégica dessas territorialidades transfronteiriças, ao longo da história, foi construída com a presença humana, sobremaneira, a partir da existência dos povos indígenas guaranis, que primeiramente o fizeram território. No século XVI, as dominações espanholas e portuguesas estabeleceram relações de poder de ordem político-religiosa que traçaram a sociedade almejada para a então América do Sul. A força natural integradora pelos meios de navegação na Bacia do Prata é dinâmica na construção das comunicações e da economia.

O avanço pelos rios Paraná e Paraguai teve como função estratégica, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a fundação de cidades, quando da busca de novos espaços de ocupação, relacionada à economia mineradora na rota Buenos Aires – Paraguai, que fundou Assunção, adentrando os territórios nacionais da Bolívia e do Peru. As estratégias funcionais desse processo de “adentramento” no território continental estiveram ligadas à exploração comercial e aos transportes que, no século XX, minoraram-se pelos interesses do desenvolvimento e da modernidade das ferrovias e rodovias.

No decorrer desse período, estabeleceram-se relações amistosas e conflitos marcados por atas, acordos, tratados e guerras, à mercê da construção do poder dos Estados, sob a interferência direta e indireta da Igreja Católica. A formação de Estados, tais como o do Brasil, o da Argentina e o do Paraguai, que interessam como escopo de pesquisa, esteve centrada nas sedes do poder palaciano em que se formam idiossincrasias e ideologias marcadas profundamente pelo período

colonial. As regiões fronteiriças permaneceram, na maior parte do tempo, distantes e abandonadas, política e ideologicamente, do poder central, ou seja, do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Assunção. Mas isso não significa pensar que estavam totalmente alheias aos interesses desse poder centralizador, pois a fronteira sempre se constituiu como sagrada no processo de formação do Estado-Nação.

Não houve centralização em função do distanciamento geográfico do poder e dos interesses políticos sobre a fronteira, enquanto vista como linha distante, limite, zona de contato e militarizada em todos os seus segmentos para a proteção dos territórios nacionais.

“A natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados” (CONFÚCIO, *apud* LARAIA, 1986, p. 10). Sempre que houver fome de poder, não acontecerá uma união fraterna e igualitária entre eles. Os povos que vivem o cotidiano das fronteiras sabem da rápida necessidade que deve ocorrer nas relações das esferas sociais, econômicas, políticas e, mesmo, culturais. Fronteira, enquanto linha limite de poder é simbolizada como um traço que provoca separações e também sofrimento.

Nas TTI, ergueram-se linhas impostas no pós-guerra do Paraguai, em 1870. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, era predominante a população paraguaia. No referido contexto, como ficaram, então, os sentimentos das populações que viviam nessa fronteira antes da guerra? E as relações de amizade e convivência diante dos posicionamentos praticados pelos governos centrais no pós-guerra? As tropas partiram, e a população que vivia na fronteira teve a necessidade de reconstruir suas vidas e seu cotidiano esmagado por anos de uma guerra que lhes foi imposta. A guerra ficou esquecida no tempo, porém marcada no território. Além disso, não se sabe precisamente os processos de reconstrução dessas vidas, só se tomou conhecimento pela literatura que os governos centrais, de outrora, impuseram sobre a fronteira sua desconfiança acerca dos vizinhos; assim, restando claro o início e/ou término de seus territórios nacionais.

O precípua de uma análise crítica das relações existentes nas fronteiras para o entendimento do território em questão urge. Por conseguinte, é fundamental e necessária uma reforma política dos Estados envolvidos referente às fronteiras. Apesar de distarem os poderes centrais, as políticas agem sobre as sociedades, mas tais sociedades possuem demandas de inúmeras necessidades que não são compreendidas por quem legisla sobre elas. Nestas regiões especiais, de

fronteiras, ocorrem os processos mais significativos das relações internacionais, que diferem do fazer as políticas internacionais nos gabinetes ministeriais, pois a fronteira não fica num gabinete, mas num território de complexidades sociais, que nem sempre os poderes centrais as entendem. Exemplificando, pode-se questionar, então, que a integração da rede fluvial ou a flutuação cambial que é realizada nesses territórios é, amiúde, destoante do mundo vivido e praticado em regiões distantes dos espaços transfronteiriços.

O proposto nesta tese não é apenas o entendimento de todas as relações complexas inerentes à tríplice fronteira; todavia, busca-se comprovar que as Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu é o espaço ocupado por grupos de pessoas que vivem e convivem numa conurbação transnacional, interpenetradas e interconexas.

Nesse contexto, a tese propõe a comprovação de que as TTI constituem uma região em si e esta se dá pela população que a vive em interconexão e interpenetrada e, inclusive, com interdependência. E mais, ela é centro de um território-rede de fluxos nas regiões geográficas oficiais do Oeste paranaense (Brasil), do Leste paraguaio e do Nordeste argentino.¹ Questiona-se a respeito dos fluxos que estabelecem a territorialidade transfronteiriça e comprovam as TTI.

Em princípio, no que concerne à leitura geo-histórica sobre as TTI, a partir dos fluxos de uma dinâmica regional e extrarregional observa-se que durante o domínio efetivo dos Guarani (eles por eles), assim como o jesuítico até o poder estabelecido pelos Estados nacionais e seus projetos de colonização e domínio territorial nacional, tal região manteve fluxos econômicos e socioculturais com lugares distantes dali, ou seja, o extrarregional em tempos diferenciados já indicava a existência de territórios-rede no decorrer da história.

A tese visa à comprovação e à existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI, a partir da centralidade das cidades trigêmeas²,

¹ Consoante Milton Santos, “o território é o lugar que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.” (2007, p. 13). Os norteadores desta pesquisa serão abordados *a posteriore*.

² Entende-se por cidades trigêmeas, aquelas que compõem uma realidade única, fruto de uma relação complexa de aproximações e contraditória marcada por tensões que geram um mundo vivido do real em detrimento daquilo que pressupõe como ideal. Cidades trigêmeas são marcadas por atitudes de quem as vive, com políticas públicas distintas ou não; pois no conjunto de cidades transfronteiriças é marcada, sobretudo pelo território que dá identidade ao povo que nela vive.

ao longo da formação histórica no processo de produção de um contexto regional, numa abordagem “de dentro para dentro” e “de fora para dentro”, na perspectiva diferenciada das visões de outros estudiosos de uma tríplice fronteira, em uma abordagem territorial no que tange à relação centro-periferia deste território.

Como objetivos específicos, necessitam-se confirmar nos processos geo-histórico as territorialidades estabelecidas na região que hoje compreende o TTI (Guarani, Jesuítico etc.); identificar as relações políticas, econômicas e socioambientais³, além da configuração das redes provocadas pelos fluxos que definem as territorialidades transfronteiriças do Iguassu (erva-mate, madeira etc.).

O pensamento inicial e as influências estabelecidas entre a geografia e a história se dão na abordagem territorial de Antonio Carlos Robert de Moraes. A partir da percepção dessas ciências se funde no repensar de suas articulações⁴. Em um olhar geo-histórico sobre as TTI que remete à originalidade no tratamento sobre o território Guarani, tanto nos estudos históricos, geográficos, sociológicos, antropológicos, entre outros, há uma amplitude conceitual no que tange à homogeneidade entre os pesquisadores ao definir uma territorialidade Guarani, a exemplo de Schaden (1974, p.1), quando afirma que:

A maioria das populações indígenas encontradas pelos desbravadores quinhentistas em terras da bacia platina falava dialetos do idioma Guarani, estreitamente afim ao linguajar das chamadas tribos Tupi, que dominavam quase todo o litoral brasileiro e grandes extensões do interior.

³ Neste trabalho coadunam-se o social e o ambiental numa única palavra, que busca abordar a interação entre ambas. Como aduzido por Francisco de Assis Mendonça, “essa nova corrente aqui delineada não se encontra, todavia, com características totalmente definidas, mas um conjunto destas permite distingui-la no conjunto da ciência geográfica contemporânea (...) Num tal contexto, é preciso ser aberto, criativo e ousado o suficiente para propor alterações e criar as possibilidades para o nascimento de novas propostas, como a geografia socioambiental aqui delineada” (2004, p. 141-142).

⁴ O princípio do pensamento de Moraes sobre a história e a geografia parte dos historiadores, a localização da “geografia como introdução da história”, embasada na concepção herderiana de ver a Terra como “palco” das ações humanas; a segunda vem dos geógrafos, que veem a “geografia como parte do presente”. Na primeira visão, a geografia é uma espécie de anteato da história, um mundo de plena naturalidade, a partir do qual (e na relação com o qual) os grupos humanos vão construir suas culturas. O geográfico (confundido com o natural) é, portanto, concebido com a qualidade do que antecede o trabalho humano, uma matéria-prima para a história. Na segunda visão, a geografia é posta em uma realidade pós-histórica, o domínio de uma atualidade que só pode ser apreendida funcionalmente, isto é, cujo sentido escapa aos contemporâneos, logo à reflexão da história. A análise geográfica seria, então, este prolongamento funcional da abordagem histórica. Urge, portanto, repensar as articulações entre história e geografia (2005, p. 21).

O autor estabeleceu nos anos de 1950 uma nova classificação dos subgrupos linguístico Guaraní⁵ encontrado no Brasil e que foi utilizado no Leste do Paraguai e Província de Misiones na Argentina: *Mbyá Kaiowa* (ou *Paí* no Paraguai) e *Nhandeva* (ou *Xiripá* no Paraguai). Estes foram os estudos que estabelecem a verificação do território Guaraní no período da conquista e domínio ibérico.

O avanço das Missões Jesuíticas, por sua vez, na bacia platina, redesenha a confirmação de um território em que as TTI são um fragmento e, ao mesmo tempo, objeto de estudo sobre os avanços do Tratado de Tordesilhas (1494) e confirmação das terras com o Tratado de Madrid (1750). Os fluxos livres populacionais vêm confirmar as territorialidades enquanto domínio naqueles tempos, assim como não tão livres na temporalidade histórica.

O estabelecimento dos Estados nacionais do Brasil, da Argentina e do Paraguai busca forjar a construção do espaço territorial sob o modelo europeu. Entre os períodos imperial e republicano nas TTI, a economia é baseada na exploração madeireira e, posteriormente, na produção de erva-mate. Era, então, o fim de um mundo relativamente livre, que passou a conviver com o advento de modernidades tecnológicas – a entrada do capitalismo em si. O rio Paraná é a via principal, a comunicação e a dependência do mundo externo com as TTI, sendo centralizadas por Buenos Aires, demonstrando que até o final do século XIX a presença brasileira naquele território era fragmentada e frágil.

Apenas em 1889, com o estabelecimento da Colônia Militar, atualmente Município de Foz do Iguaçu, marco inicial da ocupação efetiva brasileira na região, visando à diminuição da influência argentina, advinda do arbitramento de 1895 da Questão das Missões, ter-se-á necessidade de garantir uma população de língua portuguesa em que a língua espanhola e a guarani eram pretensamente soberanas. Acrescenta-se isso às ideias vindas “de fora” no período republicano, sobretudo as que visavam ao controle, à cobrança de impostos, à imposição do poder político de cunho nacionalista e à defesa das fronteiras, antes abandonadas.

A entrada de colonos, influenciados pelas políticas de Estado, principalmente com a marcha para o Oeste do Estado Novo no Brasil (primeiramente no Oeste catarinense, pós-arbitramento de 1895 e pós-guerra do Contestado, nas

⁵ Referente à grafia dos nomes indígenas, ela obedecerá às normas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que propõe que o nome de grupos inicie-se por maiúsculo e que seja sem flexão de gênero e número. Sendo adjetivo, terá flexão como em português.

décadas de 1910/20), gerará excedente populacional que, nos anos de 1930, avançaram sobre o Sudoeste e Oeste do Paraná, com efetivos de ascendência europeia das colônias do Noroeste do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina, os quais permitiram o adensamento populacional na região da tríplice fronteira. Da mesma forma, políticas de colonização são registradas na região de Misiones na Argentina e, modestamente, na porção Leste paraguaia. Tais medidas ampliam a densidade demográfica e essas possuem o objetivo de garantir a soberania territorial na faixa de fronteira (FERNANDES, VARGAS & FRAGA, 2006).

Na mesma década de 1930, em que colonos marcharam para o Oeste e fundaram numerosas cidades nesta porção do Sul do Brasil, mediados por questões mais estratégicas do que ambientais, a Argentina e Brasil estabeleceram oficialmente seus Parques Nacionais com objetivos de proteção, integridade e soberania nacional no limite com as Cataratas do Iguaçu, respectivamente nos anos de 1934 e 1939, e elas serviram de “tampão” geopolítico entre essas nações.

O processo mencionado anteriormente é ampliado no período da Segunda Guerra Mundial e em maior escala depois dela, quando Getúlio Vargas amplia a colonização do Oeste paranaense, abrindo novos caminhos e conectando-os às redes regionais com o Centro-Sul brasileiro; tal fato culminou, em 1943, com a criação do Território Federal do Iguaçu, compreendendo-se terras do Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Oeste do Paraná, que teve vida efêmera, sendo dissolvido em 1946.

Na década seguinte, a região é gradualmente inserida na dinâmica econômica e integracionista, sobretudo no plano econômico, com as frentes pioneiras de criação de porcos e lavoura no Sudoeste e madeireira no Oeste, que acabaram gerando forte influência dos poderes centrais, tanto do Estado do Paraná como do Governo Central brasileiro, culminando com o levante dos posseiros, em 1957, no Sudoeste do Paraná e a pacificação e “partilha” das terras – apenas no governo de Juscelino Kubitschek.

No lado paraguaio e argentino, tem-se a manutenção de uma economia ervateira e começam as negociações bilaterais Brasil-Paraguai para a construção da ponte Internacional da Amizade. Tal evento leva à fundação da cidade de Flor de Lis, hodiernamente Ciudad del Este, em 1957, e, na década seguinte, o acordo de utilização do porto de Paranaguá, utilizando ainda a BR-277, permitindo a retirada da hegemonia argentina sobre o Paraguai.

Na década de 1960, com a assinatura do Tratado de Itaipu (1966), o território se concretiza como centro de redes externas para construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional - UHIB. Assiste-se ao crescimento demográfico e urbano acelerado de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este, com a chegada de milhares de trabalhadores e suas famílias. A partir desse desenvolvimento, ampliam-se as informações sobre as Cataratas do Iguaçu (além das Sete Quedas em Guairá/PR) na mídia nacional; dessa forma, há o aumento de turistas. Portanto, consubstancia-se o turismo como uma nova força intrínseca na economia regional, promovendo, assim, o avanço das populações temporárias, modificando e criando a identidade do lugar – agora como uma localidade turística. A região passa a conviver com certa autonomia advinda desses novos acontecimentos e fatos, não precisando mais ser regida exclusivamente pelo poder dos Estados Nacionais, pois, na lógica dos fluxos, ela alcança a autonomia que não possuía desde o período da Colônia Militar, neste caso Foz do Iguaçu.

Mediante as questões levantadas, indaga-se a hipótese de que as TTI são mais que um simples nome ou sigla: é a definição de um território localizado no cone sul-americano. A definição dessas TTI é evidenciada por uma dinâmica interna da própria região, sobressaindo-se, principalmente, com o advento dos Estados Nacionais e a modernidade por eles trazida, em que a conjuntura externa é que define não só suas especificidades, suas redes de conexões, interdependências e interpenetrações, mas também uma identidade forjada no busílis desse espaço de fronteiras, que não será abordado neste momento, mas que possibilita análises futuras.

Consideradas, entretanto, as histórias regionais do Brasil, Argentina e Paraguai, as territorialidades analisadas contam com certa autonomia de existência no decorrer temporal, talvez herdada do território Guaraní e do território Jesuítico até o presente. Dessa forma, indaga-se a respeito de quais configurações as TTI apresentaria ao longo do processo de produção do espaço e da sociedade na região de fronteira. Questionam-se, também, quais elementos socioambientais, econômicos e culturais poderiam ser reveladores da definição e aceitação destas TTI, acrescentando-se a isso a pergunta sobre a diversidade cultural marcadora por povos de países distintos que seria um testemunho da existência das TTI.

A proposição central de abordagem desta tese está no meio desse conjunto coisificado (parafraseando Milton Santos), pois não se duvida que seja a sociedade

quem habita e produz o território, incluindo aqui suas periferias e centralidades interconexas por redes de todo tipo e ordem.

Não se excetua o olhar teórico sobre essas questões para um entendimento da problemática exposta, sabendo que esta é caracterizada por questionamentos socioambientais, econômicos e políticos, nos quais as redes que unem e separam são estabelecidas e se cruzam nessas territorialidades – em todos os níveis: local(is), regional(is), nacional (is) e internacional(is).

Inicialmente se propõe o repensar sobre os conceitos de região, território e redes em áreas de fronteira, com espaços onde a economia, na atualidade e também nos tempos passados, transcende as múltiplas fronteiras existentes. E o turismo, como atividade terciária de fluxos de visitantes e de serviços, vem construindo novas territorialidades sobrepostas, inclusive, às demarcações legais. Não se pode, neste caso, desconsiderar o fato de a população hoje se caracterizar por uma gama de povos e de culturas que compõe um mosaico superior a 700 mil pessoas interagentes com milhares ou milhões de outros que usufruem da complexidade territorial composta pelos elementos político-jurídicos, econômicos e culturais, perfazendo uma aproximação com a discussão de território e territorialidade de Rogério Haesbaert (2006), na qual ele debate sobre a multiterritorialidade, a fim de explicar as TTI como centralidade e segregação.

Essa segregação socioespacial é capaz de incorporar o arranjo espacial dos diferentes grupos de população e capturar a interação entre eles além dos limites das unidades espaciais. É perceptível, na proximidade entre as comunidades locais, a linguagem semelhante e as funções econômicas vivenciadas no território citado. A valorização do espaço vivido e sua complexidade foram fatores determinantes quando se pensou na criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, não apenas neste caso, ainda quando da constituição de uma série de acordos e blocos econômico-estratégicos que o antecederam, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC (década de 1960) e a Associação Latino-Americana de Integração – ALADI (década de 1980) e a inspiração na Comunidade Econômica Européia – CEE, que levou os europeus à União Europeia – UE.

As tentativas de união e acordos entre os países sul-americanos, entre os anos de 1960 e 1990, são frutos de um esforço subcontinental de diminuição dos atritos e da possibilidade integracionista regional, sendo que a maioria não alcançou os objetivos mínimos estabelecidos. O século XXI é marcado pela União das Nações

Sul-Americanas – UNASUL, e seu objetivo principal é a integração entre os doze países-membros, sobretudo no campo social, político e econômico. A partir desse objetivo, são esperadas uma coordenação e uma cooperação maiores nos segmentos de educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças, as quais podem representar possibilidades futuras não alcançadas nos acordos anteriores, pois há um peso satisfatório sobre cultura e ciência.

O entendimento científico dos fatos aventados anteriormente demanda aprofundamento conceitual científico, para que se possa entender numa perspectiva empírica as TTI.

Faz-se necessário, por isso, o entendimento do conceito de região, embora seja uma construção da representação. Nesse caso, o simbólico representa-se subordinado a “funções práticas”, fundamentado na ciência para uma utilidade estratégica em função de interesses materiais simbolizados.

As relações que afetam o espaço dos objetos de análise remetem à reflexão da geografia econômica, política e socioambiental dos avanços do capitalismo, das novas tecnologias nas relações e práticas provocadas pela atividade turística nas TTI.

A necessidade de compreensão visa à sistematização dos conceitos norteadores dos estudos da Geografia. Justifica-se na tentativa de relacionar a conceituação, construir um corpo referencial que expresse as possibilidades analíticas da Geografia nas relações de região, território, redes e fronteiras.

O dimensionamento territorial, por ser flexível, delimita-se e pode ser categorizado em escalas que partam do local ao global e, nas TTI, há três grandes elementos que ajudam a dar forma e existência a esse dimensionamento. As atividades econômicas marcadas pelos serviços relativos à geração de energia elétrica pela UHIB e os projetos atrelados ao desenvolvimento de programas socioambientais contribuem neste estudo. O PNI-BR e PNI-AR, com fortes estruturas de visitação, agregam valores ao presente estudo das novas TTI, ou levam a uma possível multiterritorialidade perquirida. Acrescentam-se a isso as estruturas agropecuárias instaladas à rede de transportes e às relações populacionais migratórias internacionais e internas, formadoras do cotidiano da fronteira complexa.

Dessa forma, a geografia está no cerne da formação dos que trabalham nas novas estruturas políticas e administrativas dos Estados integrantes da fronteira em

estudo, bem como da economia, do urbanismo e da conservação do patrimônio e do meio ambiente. Homem de campo, o geógrafo desconfia das ideologias radicais e das soluções simplistas (CLAVAL, 2006, p.138). As considerações expostas conferem aos processos analíticos de que as fronteiras desenham novos e possíveis territórios. O ir e vir nas fronteiras criam relações e territorialidades; por isso, o turismo consiste em um objeto de estudo que também se refere à questão do território, a partir dos fluxos principalmente econômicos provocados.

A abordagem deste estudo propõe uma reflexão sobre a geografia socioambiental e política, sendo conduzida ao estudo e à compreensão do humanismo inerente à atividade turística. Ademais, abrange os conceitos de ações e de subjetividades relacionados a estruturas materiais e imateriais nas TTI. Serão abordados, em vista disso, os conceitos de região e território – suas características epistemológicas – e dos paradigmas desta área do conhecimento.

A compreensão do desenvolvimento e da construção conceitual de região parte do reconhecimento dos domínios e funções estabelecidas por ordem política, econômica e socioambiental. A multiplicidade de significados e de meios relacionais é objeto da geografia pela homogeneidade ou da descontinuidade provocada pelos domínios que caracterizam a região, no caso, das TTI. A estrutura teórico-conceitual foi elaborada ao longo do tempo, definida por ideias e tendências doutrinárias predominantes do positivismo clássico, do idealismo, do neopositivismo e do marxismo.

Na trajetória conceptiva de região, parte-se do conhecimento empírico com elementos concretos que a fundamentam e que a tornam complexa. A etimologia da palavra região é derivada do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras, como regente, regra, regência etc. É uma palavra que não exprime um conceito científico, está presente na linguagem comum; trata-se de uma palavra de uso fluído e de difícil conceituação; pode expressar diversas interpretações, com enfoque de localização, que indicam recortes espaciais. Seu significado na Roma Antiga era para designar áreas que estavam subordinadas a regras gerais e hegemônicas das magistraturas. As interpretações filosóficas partem das necessidades de um momento histórico, de forma ampla, assim como a relação entre centralização do poder em um local e a extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 2005).

A ampliação semântica do termo expandiu-se para as ciências em geral, e a noção de região é associada à localização de certo domínio; seja de uma dada espécie, seja de um afloramento, seja de certas relações naturais e espaciais por uma regularidade de propriedade que a define.

Nos estudos de geografia, o uso de região torna-se mais complexo em função da linguística e as discussões epistemológicas. Inicialmente a ideia parte dos geógrafos que atentam o uso de região para diferenciá-la do senso comum. Lencioni (2003, p. 20) acrescenta que são passíveis na construção da ideia de região a mistificação social e a manipulação política. Ela se constitui na construção da própria sociabilidade dos homens, denunciando a presença da geografia nas vidas das pessoas.

Na geografia tradicional, o conceito de região esteve na teórica positivista, descrevendo e agrupando espaços, obedecendo aos diferentes critérios e temas de interesses dos pesquisadores (CORRÊA, 1995, p. 32 a 50).

Na geografia crítica observa-se que as questões conceituais sobre região, inserindo as questões sociais que dirigem e organizam espaços, trabalham e planejam o espaço geográfico. Salienta-se o fato de que a perspectiva da geografia radical, quanto ao tratamento dado à região, é distinta das análises inspiradas nos aportes fenomenológicos. O cerne da questão é que o estudo regional sob a influência do marxismo não entende a região como espaço vivido. Como bem exprimiu Lacoste, citado por Lencioni, o espaço vivido não se confunde com a região. Refere-se ao espaço onde as pessoas têm conhecimento implícito e indutivo; portanto, corresponde a um espaço que não passa pelo concebido. Além disso, o espaço vivido corresponde ao espaço de vida das pessoas, segundo o lugar que elas ocupam na sociedade e divisão do trabalho. Diferentemente, a região é um conjunto espacial bem mais amplo que o espaço vivido. Para o mesmo Lacoste, as regiões constituem-se em conjuntos espaciais, entrelaçam-se e tornam-se objetos de investigação dos geógrafos (LENCIONI, 2003, p. 169).

Na abordagem regional, segundo Lencioni (2003, p. 201), deve-se analisar o conceito em que “as regionalizações são produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, fazendo com que a região se constitua no final do processo de investigação”. Observa-se que a amplitude conceitual de região é marcada nos conceitos geográficos, permitindo uma abordagem inicial e reflexiva

sobre território. A região é limitada, enquanto o território consiste em um espaço com as relações socioambientais, econômicas, políticas e culturais.

Gomes (2005) preleciona a complexidade teórica deste conceito em Geografia, sinalizando:

De qualquer forma, se a **região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial**, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a certa área e, finalmente, se ela **é sempre uma discussão entre os limites da autonomia em face de um poder central**, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território. (GOMES, 2005, p. 73) (grifos do autor).

Ao verificarem-se as forças impostas pelos poderes políticos de recortar o espaço por regiões, neste trabalho não será utilizado o termo região de forma teórica aprofundada, pois as TTI compreendem uma área com as comunidades que vão além desses limites, estabelecendo-se nas perspectivas territoriais. Ou seja, constroem e dinamizam as representações econômicas, políticas e socioambientais, configurando o território em si.

Para Bourdieu (1989), a região e o território são princípios de divisão propriamente sociais. Uma divisão social que cria uma descontinuidade (por intermédio de uma decisão ou mais de uma) na continuidade natural (no sentido geossistêmico) ou social.

Pensar sobre a região consiste em granjear uma definição que, para Bourdieu (1989, p. 113), está intimamente ligada ao campo da luta simbólica de “fazer crer e fazer ver, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor as definições legítimas das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos”.

De acordo com Pierre Bourdieu (1989, p. 118):

A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociológicos.

A região e o território são expressões que nos levam a delimitar espaços e fronteiras que são estabelecidas, firmadas e reconhecidas pelos atos simbólicos do poder – a força da lei, como no caso da região fronteira trabalhada aqui. As

divisões ordenadas pela região ou pelo território estão sob critérios que atribuem fundamentos e elementos de aproximações, semelhanças, homogeneidades ou até igualdade.

Nas considerações de Bourdieu (1989), a única forma de a ciência efetivar o jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sem a ele resignar, através, por exemplo, da criação de uma “ciência régia”, imbuída de poder de ela própria reger as fronteiras, é elegendo como objeto o próprio jogo. Há crítica a essas abordagens que pretendem o desaparecimento dos regionalismos, ou seja, acabarem com o jogo, pois, por não reconhecerem “a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real”, também não podem compreender a “real contribuição que a transformação coletiva da representação coletiva dá à transformação da realidade”. Semelhante pensamento nos remete à revisão da posição no jogo e nos faz pensar sobre a visão do jogo, além de participar no jogo, permitindo a neutralização dos efeitos da estigmatização.

As classificações, por consequência, naturais fundamentadas por Bourdieu (1989) em regiões naturais conformam as fronteiras naturais⁶.

A natureza das TTI estão expressas principalmente nas áreas dos Parques Nacionais do Iguaçu (nos dois países, isto é, Brasil e Paraguai), e em trechos de uso público estão construídas infraestruturas para a visitação e pesquisa, produto de um tempo histórico e de uma sociedade. Esse é um exemplo primário e simples para a compreensão do pensamento de Bourdieu (1989).

Como também, o território concebido como Estado-Nação parte de um tempo histórico em que as forças políticas se expressam rigidamente no rio Iguaçu, entre o Brasil e a Argentina, e no rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai, no pós-Segunda Guerra Mundial⁷.

A ciência tem o poder de estabelecer, decretar e separar um objeto próprio, seja uma união espacial transfronteiriça, seja uma porção territorial mais simples. O

⁶ ... as lutas a respeito da identidade regional [...] são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem à realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 113).

⁷ A pesquisa considera que o território aqui apresentado é o conceito primário e básico, embora novos conceitos sejam abordados de forma holística para uma melhor compreensão das TTI.

regionalismo imbuí-se de nacionalismo e é uma construção simbólica. Suas forças são estabelecidas pela intencionalidade de uma dada sociedade que vive o ir e o vir do atravessar aduanas e pontes, criando uma imagem própria e que dificilmente pode se romper, porque tais elementos existentes em regiões de fronteira são frutos de um poder externo, os governos centrais, os quais detêm o poder da inviolabilidade da fronteira que possa colocar em risco a soberania nacional.

Ao se observar o espaço das relações humanas em países de fronteira, percebe-se que a população que nele vive é a responsável pela construção do espaço transfronteiriço. Assegura-se, inclusive, a não desconsideração do papel do poder advindo dos governos centrais.

É pela aproximação e pelas relações de convivência que se estabelecem as redes de vizinhança. Foucault (2007, p. 24) confirma tal assertiva: “são convenientes às coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo de outra”. Isso se clarifica ao observar as comunicações estabelecidas pelo movimento das relações humanas, não só as atividades econômicas, como também os poderes das políticas públicas e, ainda, a própria gestão das áreas naturais protegidas que demandam segurança, transporte, saúde e outros elementos, configurando algumas das pontas das franjas que se entrelaçam tecendo o espaço das TTI.

O pensamento de Foucault sobre os pontos de contato, de encontro, está imbuído de poder, que é o conjunto de relações que envolvem indivíduos, grupos, instituições sociais, de maneira positiva (ou ativa) e negativa (ou passiva), ao mesmo tempo e em qualquer escala de espaço geográfico. Esse autor enfatiza que o poder,

Não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 1982, p. 183).

O exercício de interpretar as relações de domínio e poder nos leva aos estudos de Michael Foucault e Pierre Bourdieu e seus entrelaçamentos, que

trabalham a espacialidade exercida pelo poder, artificial, pois consiste na criação e recreação dos espaços que envolvem interpretações e práticas simbólicas.

Os conceitos abordados como espaço, região, território, poder e fronteiras, numa primeira análise, apresentam-se de forma estática, imutável e estabelecida. Mas as considerações vindouras nos abrem um descortinar interpretativo sobre o território, pois é nessa linha de análise que se busca explicar as interferências impostas pelo poder interno e externo nas TTI.

Além das teorias de Bourdieu e Foucault, autores brasileiros, Corrêa⁸ e Lencioni⁹, fundamentam o entendimento da lógica do ordenamento regional, embora outros autores também deem suporte ao estudo, como Milton Santos.

O objeto geográfico é definido por Santos (2004, p. 72) como qualquer objeto móvel e imóvel que interessa ao estudo da Geografia¹⁰. O espaço urbano, estabelecido pelas cidades trigêmeas que compõem os fluxos das TTI, entra nessa lógica, pois se pressupõe que existe uma urbanização, ou mais, uma conurbação, onde se configura uma sociedade que também convive com o rural nas suas franjas, ou nas suas periferias, dando, assim, um tom mais complexo ao território. Henri Lefebvre (1999, p. 44)¹¹, metaforicamente, descreve que

A cidade sofre um duplo processo de implosão e explosão. A implosão se dá na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade do excedente / poder /

⁸ CORRÊA, R. L. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática. 1991, p. 55. “A organização espacial possui a nosso ver, vários sinônimos: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjos espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente espaço. Dizer que cada uma delas corresponde a uma específica visão de mundo e, ainda, que uma é melhor que a outra constitui, a nosso ver, falsas assertivas, de natureza formal e maniqueísta”.

⁹ LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP. 2003. No capítulo “Perspectivas contemporâneas da Geografia Regional”, Lencioni trata da nova ordem-desordem que se apresenta numa maneira que nos faz pensar sobre o espaço, a desterritorialidade, a condição pós-moderna e a compreensão do processo histórico, onde, na análise da Geografia pós-moderna, a globalização traz à tona o questionamento da análise regional e sua relevância entre o local e o global.

¹⁰ [...] tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Estes objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio da Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma que foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, 2004 p.72).

¹¹ Avançando neste debate com Henri Lefebvre (1999, p. 37), este denominou *cidade política*, ou seja, a cidade que mantém seu domínio sobre o campo (com a consequente extração do mais-produto ou excedente) a partir do controle apenas político. Nesse contexto, a produção é centrada no campo, e a cidade, espaço não produtivo privilegiado do poder político e ideológico, retira do excedente produzido no campo as condições de reprodução da classe dominante e de seus servidores diretos, militares e civis, que a habitam.

festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista).¹²

As cidades, enfim, estão com novos e velhos objetos, com ações que comandam a sua dinâmica, respaldadas nas relações humanas, sociais e que vivem o intercâmbio cultural e econômico. Em tempos distintos, essas relações vêm a contribuir nos estudos de confirmação das TTI.

A Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia utilizam-se do termo de sistema de cidades que se refere à organização e à interação na ordem territorial, do conjunto e dos principais núcleos urbanos que consistem no centro, cujas periferias podem estar conurbadas com vilas, pequenos núcleos urbanos, que se relacionam pelas infraestruturas de comunicação, transportes e informação. De acordo com o nível de desenvolvimento de uma sociedade, confirmam-se o modelo e a estruturação territoriais. O desenvolvimento econômico regional, presenciado nas cidades que compõem as TTI, está subordinado ao Estado-Nação, congregando algumas dependências infraestruturais que geram suas inter-relações com os demais países e com centros econômicos mundiais. Nesse caso, o turismo é um exemplo sobre as TTI, pois está interligada a duas zonas francas (Ciudad del Este e Puerto Iguazú), e isso gera fluxos na economia, que são, hoje, fundamentais nessas cidades.¹³

¹² Isso explica em parte, no atual processo de industrialização, a ênfase na “revitalização de áreas centrais”, espaços simbólicos do poder político, mais ou menos estendidos ao conjunto da população (LEFEBVRE, 1999, p. 49).

¹³ Para Eduardo Paes Sabóia, Diplomata, Assessor da Divisão do MERCOSUL do MRE, não existe uma unificação de conceitos para o entendimento de “zonas francas”. Cada país-membro do MERCOSUL existe uma denominação e categorização. A harmonização dos regimes aduaneiros especiais pressupõe uma discussão terminológica prévia. O conceito de “zona franca” no Uruguai aproxima-se mais do de “zonas de processamento de exportações (ZPE)” do Brasil do que do regime da Zona Franca de Manaus. Este, por sua vez, guarda semelhanças com o conceito de “áreas aduaneiras especiais” da Argentina. Segundo levantamento feito por Edgard Pereira, estariam compreendidos sob a designação de regimes aduaneiros especiais:

“No Brasil:

- a) Zona Franca de Manaus;
- b) Zonas de Processamento de Exportações (ZPE); e
- c) Áreas de Livre Comércio: Tabatinga, Paracaima, Bonfim, Guajará Mirim e Macapá/Santana.

Na Argentina:

- a) Áreas Aduaneiras Especiais:
Terra do Fogo, equivalente à Zona Franca de Manaus;
- b) Áreas Francas:
Ilhas do Atlântico Sul e Antártida; La Plata - porto de Santa Fé -, Villa Constitución e Entre Ríos.

No Uruguai:

O Uruguai definiu Zona Franca para todos os seus regimes aduaneiros especiais. Existem, atualmente, zonas francas nas adjacências dos portos de Colônia e Nova Palmira.

No Paraguai:

As áreas transfronteiriças, parte da ideia de aglomerações que se constituem sistemas, entendem-se como construções sociais baseadas em cenários em que prevalecem as assimetrias e diferentes modalidades de intercâmbio desigual, os quais podem contribuir para o desenvolvimento territorial (GARRINHAS, 2004).

Contudo, quando num espaço transfronteiriço se fala de uma cidade, fala-se de algo distinto – novo mesmo – na sua formulação. Tradicionalmente, a cidade é entendida, em termos físicos, como um contínuo urbano edificado e denso, com a sua diversidade interna de centro e periferias, vinculada funcionalmente a outros núcleos urbanos menores envolventes, organizados internamente de modo semelhante, e a conurbação das TTI não foge a essa regra apontada por Garrinhas (2004).

Sobre a diversidade da conurbação das TTI e sua periferia, Emilce Beatriz Cammarata (2001)¹⁴, em sua tese, nos reporta às preocupações com o turismo em uma contextualidade de planejamento e geografia com um olhar crítico sobre as potencialidades e estruturas estabelecidas da Província de Misiones. Elas se constituem em 75% de suas terras em fronteiras com o Leste do Paraguai e com Brasil, no Oeste de Santa Catarina e Paraná, contribuindo com a questão do turismo que se tornou intrínseco ao estudo da tríplice fronteira, desde o advento de sua divulgação, quando das notícias regionais divulgadas a partir da construção da UHIB e os fluxos humanos que a envolveram numa mobilidade sem precedentes naquela época.

No caso das TTI, os espaços transfronteiriços devem ser planejados no conjunto da trinacionalidade, na observância dos fluxos de trabalho, bens, serviços e capital, pois se deve considerar o expressivo aumento populacional iniciado com a construção da UHIB, iniciada na década de 1970. Tais observâncias, planejamentos

Não existem no Paraguai regimes aduaneiros especiais na forma como aparecem nos demais países, posto que a própria legislação aduaneira geral deste país incorpora instrumentos de incentivos típicos desses regimes. Por outro lado, tramita atualmente projeto de lei que especifica o termo 'zona franca' para as áreas favorecidas que venham a ser criadas".

Por trás das várias formas para designar esses regimes, existem diferenças quanto à natureza e função dos mesmos. SABOIA, E. P. **Boletim de Integração Latino-Americana**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/bila/09/artigos/4artigo.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2008.

¹⁴ CAMMARATA, E.B. **El turismo en Misiones en el espacio transfronterizo con Paraguay y Brasil. Situación actual, formas de integración y desarrollo desde una perspectiva geográfica**. Tesis para optar por el grado de doctor en Ciencias Geográficas. Facultad de Geografía. Universidad de La Habana. Ministerio de Educación Superior. Cuba. 2001.

e execuções devem compor a infraestrutura e os equipamentos urbanos (pontes, aduanas, linhas urbanas internacionais, áreas de lazer, polos industriais, aparelhamento dos portos fluviais e outros), para que esta conurbação complexa pudesse se desenvolver.

Mantendo um olhar sobre o turismo e avançando no sentido da questão ambiental, social, cultural e econômica, a proposição de Beni (2000), ao se referir sobre o conjunto das relações ambientais do Sistema de Turismo – SISTUR (Figura 2), permite uma aproximação na compreensão das territorialidades estabelecida no Iguassu¹⁵. Deve-se levar em conta que neste trabalho o olhar se amplia à medida que se incorpora conceitualmente outros estudiosos, de outras áreas do conhecimento, sobretudo da Geografia, da Sociologia, da Economia e ainda da Antropologia.

Na Figura 2, ampliada e adaptada do original (BENI, 2000), são estendidos os círculos dos quatro elementos sem eliminá-los, sendo que é inserido um novo círculo preenchido que representa a situação das TTI no contexto. Nesse caso aparecem as siglas das três nações e implicitamente a representação central das três cidades e sua conurbação. Deve-se considerar que os agora cinco círculos demonstram metodologicamente o olhar que se dá e se tem sobre as TTI, fruto das interconexões do SISTUR provocadas sobre o espaço geográfico, que se configura no território de múltiplos elementos constitutivos da realidade nele existente.

É necessário refletir da forma mais ampla e integradora esses elementos que compõem o sistema proposto e expandido. A materialidade exposta nos fixos do território e as relações estabelecidas pelos fluxos ecológicos¹⁶, sociais, econômicos e culturais forma aquilo que se entende neste trabalho por TTI, ou seja, uma complexa gama de elementos socioambientais e culturais. Assim, o ambiente das TTI resulta do espaço geográfico por ele ocupado, que se justifica na materialidade das relações existentes no seu meio, no seu conjunto e nas suas interconexões.

¹⁵ BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.

¹⁶ Mario Carlos Beni (2000) usa o termo ecológico no seu sistema, mas de uma forma mais ampla e, inclusive, holística, usa-se o termo ambiental, pois se acredita que ele atinja uma leitura mais ampla na relação sociedade e natureza, bem como noutras análises desta pesquisa é empregado o termo socioambiental, como visto anteriormente, para uma abordagem e leitura mais profunda.

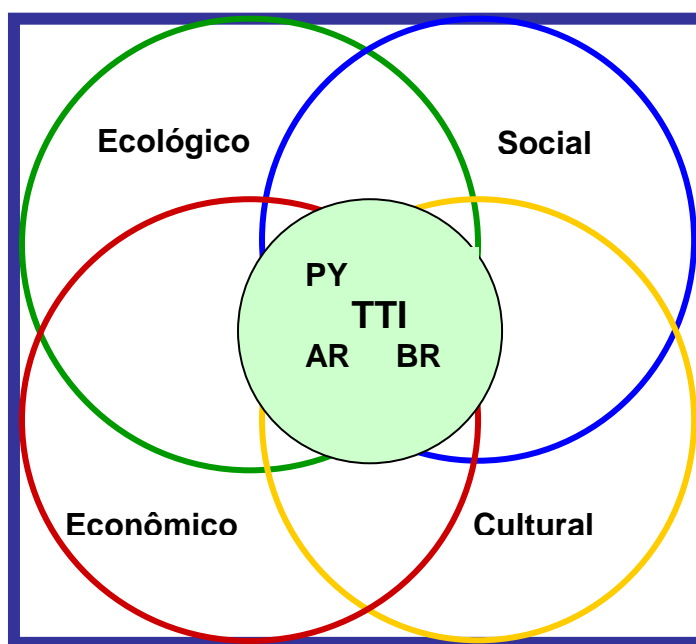


FIGURA 2 - AS TTI NO AMBIENTE DO SISTEMA DE TURISMO

Fonte: Beni, M.C. 2000, Adap. e Mod. por Cury, M. J. F. 2009.

Avançando na literatura especializada que visa a explicar as TTI, segundo as categorias marxianas, a primeira natureza exposta pelas relações ambientais físicas e ecológicas aparecerá como um fixo (ou não) seguido da segunda natureza resultante das relações sociais materializadas. Esse espaço não é estático ou neutro: ele está imbuído de qualidades, características próprias peculiares que são transformadas ao longo do tempo e que compõem o espaço geográfico.¹⁷

Ampliando o olhar sobre o espaço geográfico, Francisco de Assis Mendonça (1997) coloca que o espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque é produzido pelos homens. Um espaço desigual e contraditório é reflexo da sociedade que o produziu por intermédio do trabalho coletivo. Compreender as contradições presentes no espaço é o objetivo do conhecimento geográfico, perceber além da paisagem visível, que é a imagem, o reflexo da construção humana.

As TTI são mais do que uma paisagem no interior da América do Sul, é uma construção secular das ações de seres humanos que o construíram desde os Guaraní até o presente momento, pois ele é modificado e reconstruído a cada

¹⁷ Tais pressupostos são amplamente trabalhados por Milton Santos em **A natureza do espaço** (2004).

chegada de novos habitantes, migrantes dos países que o originaram, de outros lugares do continente e do mundo. É uma imagem que se modifica continuamente. Mas tais fatos não eliminam as TTI em si.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em relação à pesquisa científica, Santos (2008, p. 137) aponta que a geografia brasileira passa por um processo de reconstrução em que dois debates se impõem:

- a) o que costuma chamar de debate de ideias, como a postulação e o confronto de sistema de referências;
- b) o que costuma chamar de trabalho empírico, que inclui toda a forma de contato direto com o real: os trabalhos de campo, a interpretação de dados factuais, a releitura de interpretações anteriores.

A estratégia metodológica utilizada na pesquisa desta tese, buscando definir a territorialidade transfronteiriça e suas interligações em redes e a comprovação das TTI, é fruto de amplo processo de levantamento de documentação primária e secundária sobre o(s) objeto(s) de análise(s) em bancos de dados dos três países que o compõem, bem como na literatura produzida sobre o território estudado. Ambos devem completar-se no processo de discussão crítica e dos conceitos comparados à realidade das TTI, com sua singularidade.

As inquietações sobre a evolução dos estudos da ciência geográfica nos remetem pelo viés urbano internacional do estudo empírico, analisando os deslocamentos migratórios, as questões positivas e negativas da fronteira, as questões socioambientais, políticas, culturais e econômicas que possivelmente venham confirmar as TTI como algo mais do que um discurso da mídia e incorporado pelo turismo.

Há uma revolução científica permanente em função do desenvolvimento humano. Morin (2002, p. 51-52) considera que: “A ciência está em movimento, em ebulição e, talvez, o próprio fundamento de sua atividade – mesmo tendo suas formas burocratizadas – é ser impulsionada pelo poder de transformação”. Por mais que se burocratize a ciência, são as populações que apresentam as mais diferenciadas formas de unificação dos processos sociais. Morin (2002, p. 52) afirma

que “a ciência, quando conclui por teorias simplificadoras está fundamentada na complexidade do conflito: ela tem quatro pernas, independentes entre si: empirismo e racionalismo, imaginação e verificação”. Portanto, a proposta desta tese não é estática, e sim movimento da dinâmica do estudo espacial das TTI, e a metodologia empregada não pode ser unilateral, mas diversificada e ampla.

Na busca para entender a problemática que norteia esta tese, que vem ser a confirmação das TTI e da área de contato fronteiroço que envolve o Brasil, Argentina e Paraguai, os processos geo-históricos que geraram territórios políticos institucionalizados com os fatos econômicos, sociais, tornou-se prioridade pesquisar os elementos que promoveram as semelhanças e as aproximações transfronteiriças, através dos fluxos estabelecidos pelas redes de conexões causais. As interferências políticas e administrativas com a instalação de núcleos urbanos, áreas de Segurança Nacional, Parques Nacionais e a UHIB com as redes atuais que estão na área transfronteiriça do Iguassu são fundamentadas nos levantamentos de base de dados estatais e privados.

Para o entendimento da problemática exposta, os caminhos metodológicos apoiam-se na análise do espaço e do tempo, não em uma concepção científica apenas, mas a partir dela para a compreensão sobre o território, sua história e estruturas-rede estabelecidas ao longo do tempo histórico; assim, a análise de material cartográfico é mais do que pertinente.

Caminhar para o alcance dos objetivos propostos¹⁸ exigiu uma análise da produção bibliográfica, além de documentações, encontrada em fontes primárias. O processo se fez em órgãos estatais, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, nos setores de Cadastro, e Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu – SMTFI, Municipalidad de Puerto Iguazú, Municipalidad de Ciudad del Este, Itaipu Binacional, PNI-AR, PNI-BR;

¹⁸ Relembrando, esta tese tem como objetivo principal comprovar a existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI, a partir da centralidade das cidades trigêmeas, ao longo de sua formação histórica dentro de um processo de produção de um contexto regional, numa abordagem “de dentro para dentro” e “de fora para dentro”; numa perspectiva diferenciada das visões de outros estudiosos de uma tríplice fronteira, em uma abordagem territorial no que tange à relação centro-periferia destas TTI.

Os objetivos específicos são:

- a) confirmar nos processo geo-histórico os territórios estabelecidos na região que hoje estabelece as TTI;
- b) demonstrar as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais e a configuração das redes provocadas pelos fluxos que descrevem as TTI.

em bibliotecas: Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade de São Paulo, Universidad Nacional de Misiones, Universidad Nacional de Asunción, Universidad Americana Ciudad del Este, Universidad Nacional del Este e em acervos particulares.

Após a construção da história das TTI, a pesquisa coletou informações de personagens que pudessem vir a contribuir para o estudo, dentre esses, moradores pioneiros, e em órgãos públicos, como a Departamento de Migrações da Polícia Federal – DMPF, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO (Aeroporto Internacional das Cataratas), o 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, do Ministério do Exército, em Foz do Iguaçu, a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI, os Aeropuertos Argentina 2000 (Aeropuerto Misiones “Cataratas del Iguazú”), Aeropuerto Internacional Guaraní no Paraguai e as aduanas do Brasil, Argentina e Paraguai.

As redes que compõem e integram a região foram levantadas em órgão tais como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, bem como seus congêneres na Argentina e Paraguai, que por meio de bases cartográficas permitiram vislumbrar os caminhos históricos e o sistema rodoviário da atualidade. Também foram feitos levantamentos sobre o sistema aeroviário e hidroviário nos órgãos que os gestionam. As redes de múltiplos interesses e usos, indo de manufatura, da indústria, do comércio até os turistas, foram verificadas nos bancos de dados de responsabilidade e controle de órgãos municipais, estaduais e nacionais das três nações envolvidas.

As TTI e a composição de seus elementos exigiram várias possibilidades conceituais, com nuances que perpassam pelo território, região, espaço, com contribuições de geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, ambientalistas, economistas e de pessoas que vivem no território. O olhar desta tese, portanto, é interdisciplinar em uma área que possui similaridades, singularidades, vivem-se as aproximações entre diferentes poderes que são unidos por pontes, caminhos, travessias, enlaces provocados pelas redes, que são várias em um território. Para alcançar essa visão mais próxima e complementar da tese, fez-se a exploração de campo, algumas entrevistas estratégicas com autoridades; fotografou-se também as TTI para comprovar alguns pontos de conectividade entre o teórico e o empírico.

A necessidade de uma reflexão sobre os conceitos e consequentes metodologias nas conexões e interdependências observadas e, por isso, delimitadoras e comprobatórias das TTI, foram executadas por meio do arcabouço teórico sobre Geografia Política, territorialidade e multiterritorialidade, poder, fronteira e rede. Explicitar a fundamentação teórico-metodológica deste trabalho apenas estabelece a bússola norteadora do pensamento geográfico, passando ao largo pelo eruditismo que possa representar.

2 DO TERRITÓRIO ÀS TTI

2.1 DO TERRITÓRIO, DO PODER, DAS REDES À TERRITORIALIDADE

Este capítulo apresenta as abordagens conceituais sobre o território e a territorialidade, em que serão analisadas as estruturas que os compõem enquanto objeto de análise na ciência geográfica e se justificam nas redes de interações que se fundem e se formam no processo de construção histórica das TTI – são fundamentais na comprovação da problemática norteadora desta tese. Seu caminho inicia com as dominações sociais do povo Guarani (mas busca reconhecer o antes disso), das forças políticas imbuídas pelo poder no decorrer da história regional e, na atualidade, com o domínio econômico sobre o território.

Interpretar a história do processo de construção que vai da geografia ao território não consiste em apenas verificar a localização, a organização e a tradução de documentos. Esta tese analisa os processos que constituíram as territorialidades transfronteiriças entre os três países, principalmente os processos políticos. Nesse sentido, almeja entender os interesses territoriais de cada país na tríplice fronteira, constituídos no processo de formação das três nações. Mas, ao mesmo tempo, não se obsta a entender a contextualidade geopolítica no seu processo histórico, assim como as criações e recriações provocadas pela sociedade e pela economia.

O conceito primário de território é físico e concreto. Compreende toda a infraestrutura dos recursos naturais limitados na horizontalidade de suas fronteiras e na verticalidade dos recursos encontrados em seu subsolo.

É na Geografia Política que as questões referentes ao território se fundamentam. RAFFESTIN (1993, p. 143) afirma que espaço e território não são termos equivalentes. É essencial compreender bem que espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo, nesse sentido, uma ação conduzida por um ator sintagmático. Para SACK (1986, p. 19), a territorialidade é mais limitada: é a “qualidade necessária” para a construção do território; é incorporada ao espaço quando esse medeia uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais. Trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma

área. A fronteira e o controle de acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade.

Nestas territorialidades são percebíveis os controles nas aduanas das populações que vivem ou visitam e passam as fronteiras, assim como nos fixos demarcados pelos rios Paraná e Iguaçu, pela BR-277, pela presença da UHIB, pela subestação de FURNAS, pelos aeroportos, pontes e outros. Nesse aspecto, a atividade turística intrínseca à economia poderá vir a contribuir no ir e vir dos fluxos econômicos e populacionais.

A formação do Estado se dá ao longo da história a partir da base física do poder de dominação, produzindo um espaço político, jurídico, econômico e cultural específico. Na tentativa de compreensão das TTI, é apresentada parte de uma concepção moderna percebível pela geografia, na discussão da história com a geografia perante o desenvolvimento das relações humanas e do desenvolvimento palpável das sociedades e das relações que essas exercem com objetivos comuns. Por outro lado, as fronteiras simbolizavam a demarcação, fim de um território, o limite de poder, que é o objeto de estudo da geopolítica.

Na hierarquização de estabilidade e mobilidade no território, propõe-se uma análise da influência turística, das densidades e fragmentações que caracterizam as territorialidades no Iguassu. Os aspectos relacionados ao tema obedecem a uma dimensão da própria evolução epistemológica da geografia, das teóricas até a nova ordem global sobre os territórios, as fronteiras e economia. Partem de uma análise empírica com as características que foram construídas nesse espaço-território e território-rede, numa esfera relativamente sistêmica frente ao mundo dito globalizado.

Inicia-se a análise de território e avança-se sobre outros componentes analíticos que dão forma ao entendimento científico dele, entendendo a interação com a sociedade, que se faz indissociável. Historicizar o território faz parte do processo de estudo de qualquer realidade nacional. Para Santos (2007, p. 13), “o território é o lugar que desembocam todas as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

É a partir das forças das relações humanas com o espaço que surgem os territórios, a busca do homem pela segurança, pela garantia de satisfação de suas necessidades. O ser humano constrói o território com amor pelo solo que se torna

sagrado para si, dá origem aos povos e sociedades que passam a venerar duas ou mais bandeiras, ou apenas a sua, se essa lhe for mais importante. Portanto, o que dá forma e existência às TTI são o povo e a sociedade que ele gerou, suas construções e representações se explicitam nas relações sociais, e a economia que dá o sustentáculo de vida sobre ele¹⁹.

Raffestin (1993, p. 48) considera o espaço finito; sem dúvida, é relativamente recente ligado à denominação de “cercadura do espaço”, “compondo-se de ‘duas faces’, ‘expressão’ concreta e significativa, simbólico, o espaço é um ‘espaço relacional’, ‘inventado’ pelos homens”. O autor complementa suas ideias nas de Henri Lefebvre acrescentando que:

A produção de um espaço o território nacional, espaço físico é balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Nessa incorporação conceitual de território, encontra-se e concentra-se o poder. Por consequência, na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações de poder nas práticas espaciais, constitui-se o território como materialidade. As relações fronteiriças territoriais são, pois, estabelecidas pelos homens e pelo poder. O céu tem fronteiras? Não visivelmente, apenas na lógica do espaço aéreo das nações, porque as fronteiras são contundentes quando se vê um mastro com uma bandeira sobre ele, delimitando o começo de outro território e o fim daquele em que está a pessoa que o vê e transpõe.

Haesbaert (2006) considera que os povos primitivos viviam sobre suas territorialidades e que, mais tarde, com a formação do Estado-Nação, transferiu-se para este sobre a condição do território nacional²⁰, mas seu território, advindo da sua territorialidade, não desaparece.

¹⁹ O pensamento moderno, em uma semântica desencarnada, conceitual, taxonomia, enquanto estruturação de sistemas de signos, diz respeito ao agrupamento daquilo que é igual – ou melhor, daquilo que é reconhecido como comum na multiplicidade em meio a mudanças – e à correlata separação destes frente a seus diferentes. (ARAUJO e HAESBAERT, 2007, p. 19)

²⁰ Enquanto os “primitivos” usavam a territorialidade para delinear e defender a terra como abrigo e como fonte de recursos (mas raramente utilizando-a para definir a si próprios, ressalta um pouco apressadamente o autor), no mundo moderno a competição acirrada se dá ora sobre o próprio espaço (na expansão colonial, por exemplo), ora sobre as coisas e relações efetivadas neste espaço. O Estado-Nação surge para promover uma territorialidade, tanto no sentido de controle e acesso, quanto no sentido de classificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. Toda existência “legal” dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional. (HAESBAERT, R. 2006, p. 89).

Quando portugueses e espanhóis entraram e avançaram sobre a bacia platina, depararam-se com grupos de populações Guaraní, que já haviam constituído seus territórios (a partir da territorialidade construída pela unidade linguística e enfim cultural). Não era um território delimitado e demarcado, e naquela época foi reconhecido pelos colonizadores como um espaço dado²¹. Apenas depois da entrada inicial e conquista gradual, foi criado ou produzido pela ação dita civilizatória que eles traziam, o que pode ser evidenciado pela Geografia Política, pois os colonizadores impuseram seu poder e abriram caminhos de avanço sobre as novas terras, gerando as redes que sustentariam suas ações por mais de três séculos.

No tocante às relações de poder e das redes em si, Raffestin (1993, p. 83) descreve que “toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação” –, a qual é uma função de poder em que “a circulação imprime a sua ordem”. Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado.

As redes, as circulações e comunicações estabelecidas pelos fluxos que atuam no território procedem de estratégias que modelam o quadro espaço-temporal, que é a visão holística do território. Faz-se imperativo observar a circulação e as redes concretizadas que estão em constante mutação em função da escala e de estratégias que partem do menor para o maior também, pois mostra a dinâmica que lhes é peculiar.

No caso desta pesquisa, utilizou-se a menor escala, pois esta tenta demonstrar a integração territorial e uma continuidade na ligação de vias, distâncias, espaços de controle em oposição a outros espaços e grupos de indivíduos políticos, que geram princípios centralizadores e hierarquizados. Raffestin (1993, p. 202) argumenta que “a informação é composta de mensagens, é comunicada por meios cuja natureza e utilização implicam certa concepção do espaço e do tempo, para a gestão e controle dos quais a comunicação é indispensável”.

No conjunto norteador da rede e do poder no território, há a própria noção de região, como fundamental na análise geográfica das hierarquias que promovem os fluxos no espaço. Um fator elucidativo pode ser visto em Rochefort (1980, p. 61),

²¹ Por Estado, entende-se geralmente, um conceito jurídico que descreve uma população ocupante de um território definido e está organizada em torno de instituições políticas comuns. O Sociólogo Max Weber insistia sobre um atributo específico do Estado, ao defini-lo como um grupo político organizado que possui o monopólio à força legítima, no interior de um território dado. (PRESTRE, P. 2000, p. 124)

mesmo que o autor considere que a definição de região tenha sofrido uma falência parcial. Nessa contextualização os geógrafos procuraram definir a região pelo conteúdo do espaço, no interior de limites determinados, conteúdo que se exprime mais ou menos por certa homogeneidade de paisagem. Essa concepção conduz a certo número de impasses no esforço empreendido para instituir unidades válidas, caracterizadas por certa homogeneidade das atividades de produção que neles se localizam. O conceito de território, portanto, é o mais apropriado para o estudo em função das representações estabelecidas pelas populações que vivem e confirmam as TTI.

O território é, em seu tempo, as relações sociais, as forças, as organizações, as instituições, a vivência, o poder, a continuidade, a igualdade e a descontinuidade. No entendimento do território, ganha importância, nos últimos anos, a noção de descontinuidade territorial.

As contribuições de Milton Santos para o entendimento do território, conceitualmente, são relevantes na geografia brasileira. A abordagem materialista dialética do espaço geográfico destaca as relações dos agentes do capital e o Estado no território.

Em Santos (2004), tem-se um ampliar do conceito sobre o território, quando considera que este é marcado pelo Estado-Nação, o que firmou a geografia brasileira no seu entendimento. Evidenciou o tempo histórico, as periodizações, a urbanização e as relações sociais. O território significa formas naturais e artificiais, fluxos e fixos²²; é produção histórica da sociedade no entendimento da configuração territorial. Objetos fixos como pontos geodésicos; marcos fronteiros, quartéis, aduanas, pontes, bandeiras e placas nos mostram os limites espaciais e de soberania de um país; por outro ângulo, as pontes, que são fixas, mostram também a união, pontos de passagem. Os fluxos são mercadorias (legais e ilegais), turistas, trabalhadores (formais e informais), moradores locais, ônibus de fronteira, caminhoneiros, traficantes, contrabandistas, entre outros agentes sociais que sobrevivem na fronteira.

²² As relações expressas por Milton Santos no território clarificam que “Fixos e fluxos juntos interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos mais rápidos” (SANTOS, 2004, p. 62).

Percebe-se a influência das comunicações em certos espaços de domínio da telefonia celular, dos sinais de televisão, rádio, entre outros. Fatores tão amplos e complexos são registrados principalmente em regiões de fronteiras como a das TTI, cuja análise se estabelece neste trabalho.

Na clarificação conceitual moderna de território, na abordagem dos autores Haesbaert (2006) e Saquet (2007), estão as contribuições para a geografia brasileira atual e ajudam a entender, decifrar e explicar o território.

O conceito de território, sua compreensão, é buscar caminhos e descaminhos, sua história ao longo da ou das áreas do conhecimento em que foi concebido ou moldado, reconhecendo toda a herança que carrega em termos de definição conceitual (HAESBAERT, 2006, p. 87).

Na contribuição de Rogério Haesbaert (2006, p. 37)²³, percebe-se uma polissemia sobre o acompanhamento da utilização teórico-conceitual sobre o território.

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases ou como uma das bases para a produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando a escala do indivíduo.

As diferenciações teórico-conceituais abordadas nas ciências humanas sobre o território são diferenciadas e, até mesmo, ampliadas na Geografia. Nela, a amplitude é acentuada, distingue espaço enquanto categoria do território como conceito com o auxílio da Filosofia, em dimensões que partem do físico ao mental, do social ao psicológico e de escalas que vão de um galho de árvore “desterritorializado” até as “reterritorializações absolutas do pensamento” (HAESBAERT, 2006, p. 38).

²³ (HAESBAERT, R. 2006).

As reflexões de Haesbaert (2006, p. 40) sobre o conceito de território iniciam-se pela discussão de sua vinculação naturalista. “O território com base nas relações entre sociedade e a natureza, especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao ambiente”.

Na observação da importância e valorização da distinção entre como usualmente o território é focalizado e o que já foi abordado no capítulo 1, principalmente contido e ampliado na Figura 2, trazido de Beni (2000), mostra-se o fenômeno das territorialidades.

Haesbaert (2006, p. 41) considera a política, a cultura, a economia, e o “natural”, obedecendo à organização do raciocínio, mais amplo, em que essas dimensões se inserem na fundamentação filosófica como se apresenta:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. Perspectiva “integradora” de território na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas as esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (revitalizadora), seja na distinção entre entidade físico e material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. Sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito e determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).

A posição filosófica do pesquisador deve ser clara, segundo o autor. Assim, um marxista, dentro do materialismo histórico e dialético, poderá defender uma noção de território em sua concepção. No materialismo-idealismo é que o território apresenta uma perspectiva materialista, não obrigatoriamente “determinada” pelas relações econômicas ou de produção numa leitura marxista (HAESBAERT, 2006, p. 42).

A etimologia de território é discutida pelo autor²⁴ com base em quatro dicionários – três em latim e um em inglês –, sendo que este último põe em dúvida a terminologia.

²⁴ A palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocabulário latino *terra*, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (...) pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. No *Oxford Latin Dictionary*, percebe-se a grande proximidade etimológica existente entre *terra-territorium* e *térreo-terror* (aterrorizar, aquele que aterroriza). No *Dictionnaire Étymologique*, território estaria ligado à “etimologia

Para Haesbaert (2006, p. 55), a concepção naturalista nos remete às áreas do planeta que foram relegadas, em função de sua condição de áreas “protegidas”, que provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. No caso, é importante mencionar a presença do PNI-BR, PNI-AR e áreas de proteção ambiental da UHIB como território centralizador e integrador das áreas naturais protegidas nas TTI, o que seriam áreas de clausura na complexidade de um território tão dinâmico.

A segunda concepção de território é de base econômica, pois Haesbaert (2006) caracteriza-o pelas suas funções ligadas à natureza do “território usado” como interação entre um sistema de objetos e ações. Aqui, mais uma vez, se remetem às áreas protegidas das TTI, que são usadas turisticamente e estão na sua interação econômica.

Na esfera da geografia política, Haesbaert (2006, p. 68) traça a epistemologia da ciência e confirma, *apud* Souza (1995, p. 84), que: “o caráter especificamente político do território é definido como um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre o substrato referencial”.

Nas perspectivas idealistas associadas ao território, a “apropriação simbólica” deste o incorpora à Antropologia na questão da territorialidade e é considerado um signo cuja significação é compreensível por meio de códigos culturais (HAESBAERT, 2006, p. 69).

Por fim, Haesbaert (2006, p. 78) afirma que a perspectiva integradora do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural avança analiticamente e se explica pelo conjunto de todos os elementos. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território assim desempenharia um pouco o papel que

popular que mescla ‘terra’ e ‘terreo’”. *Territorium*, no *Digesta* do imperador Justino (50,16,239), é definido como *universitas agrorum intra fines, cujusque civitatis* (“toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição”). O Dicionário *Inglês Oxford* põe em dúvida a origem etimológica latina a partir do termo *terra* (que teria sido alterado popularmente para *terratorium*) ou *terrere* (assustar, alterado para *territorium* via *territor*, como apontado acima), coloca Haesbaert (2006, p. 43).

cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva da geografia clássica²⁵.

A especificidade das TTI está no fato de ser um território transfronteiriço. A ideia dessa confirmação é evidenciada pela experiência no espaço que une culturas e povos, sociedades que apresentam os princípios sociais de forma integrada na sua diversidade, sem que se dispense o fato de que os brasileiros são brasileiros, paraguaios são paraguaios e argentinos são argentinos. Mas a convivência num espaço de complexidade e multiterritorialidade com intimidades impostas pela realidade do mundo vivido os força a viver em constante contato, trocas e interconexões – estas se dão em todos os campos do mundo social (tais elementos serão aprofundados no decorrer deste trabalho). As conexões existem e se estruturam em redes de coexistência, de fluxos e de interações

Haesbaert (2006, p. 279) considera que:

A estruturação de uma sociedade em rede não é, obrigatoriamente, sinônimo de desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações, aquelas em que o elemento fundamental na formação de territórios, a ponto de quase confundir com eles, é a rede.

Sobre os espaços transfronteiriços, Haesbaert (2006) delinea as questões de fronteiras no avanço da territorialidade²⁶.

As redes que serão analisadas neste trabalho irão apontar ao longo do tempo histórico as relações e construções provocadas pela sociedade, pela sua economia, pelo seu meio ambiente e pelas suas políticas de aproximação entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, que possam confirmar as TTI em si.

²⁵ O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. [...] É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2006, p. 78).

²⁶ Talvez seja esta a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBAERT, 2006, p. 279-280).

As posições conceituais de Milton Santos e de Rogério Haesbaert vêm sustentar na atualidade o pensamento de Marcos Aurélio Saquet no que concerne à questão do território.

Saquet (2007, p. 24) destaca:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura, ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade.

O conceito de território usado aqui não é baseado em uma dimensão física por uma pessoa singular ou limites administrativos em distâncias curtas e bem estabelecidas. A definição é o resultado do território e da parte constitutiva de um conjunto complexo de interações estabelecidas pelas pessoas do seu lugar de vida, dos espaços sociais, culturais, utilizações de recursos, e também dos agentes exógenos e endógenos. A territorialidade, portanto, é o resultado das forças que atuam no território.

O território, conforme Saquet (2007, p. 67), como espaço usado e apropriado econômica e geopoliticamente, pode ser identificado de formas distintas: a) uma centrada na geopolítica do Estado e na soberania, diante da globalização econômica, reconhecendo as redes e elementos (i) materiais; b) outra, materialista, pautada nas relações capital-trabalho, no uso do espaço e na reprodução de capital.

Deleuze e Guatari (2004) exprimem o pensamento de desterritorialização no sentido relativo e absoluto através da Física e da Psicologia ou do social. Na relação histórica da terra com os territórios que nela se desenham ou se apagam, suas relações geológicas com eras e catástrofes, nas relações astronômicas com o cosmos e o sistema estelar de que faz parte – este é o sentido relativo. Já a desterritorialização absoluta é pensada segundo as relações, por determinar, como estas são relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais. (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 119).

Em Milton Santos (2004, p. 328) tem-se o que venha a ser desterritorialização. Segundo ele: “a circulação ou mobilidade humana do lugar, como turistas ou imigrantes, e também, os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização.”

O que se percebe nos modernos estudos sobre o território é a construção, desconstruções, os fluxos, as relações sociais sobre territórios que estiveram durante tempos pensados de forma primária sobre os conceitos de territórios e fronteiras nacionais.

Nas TTI, as atividades econômicas dominantes são o turismo e a produção de energia elétrica, comandadas pelo poder da UHIB. As forças atuantes nestas TTI se caracterizam pela produção de energia e o setor terciário, ou seja, pelas relações de poder, sobretudo as materialistas, que serão analisadas no capítulo 4, tais como a construção de objetos fixos após a instalação da UHIB, a reconstrução da infraestrutura de serviços para o atendimento ao crescente fluxo de turistas, aos fluxos de transportes, as atividades comerciais, o estabelecimento de redes de pesquisas e universidades instaladas, dos Parques Nacionais do Iguaçu e as atividades de proteção ambiental na bacia do Paraná III e outros fluxos.

O uso do solo composto por áreas naturais preservadas PNI-AR e PNI-BR, área da UHIB, áreas militares em todos os seus segmentos, espaços aduaneiros, áreas federais de segurança nacional, três aeroportos internacionais e portos fluviais e o contorno das fronteiras pelos rios Paraná e Iguaçu fazem com que as cidades trigêmeas apresentem áreas urbanas limitadas ao crescimento populacional, e este vem sendo crescente nas últimas décadas, conforme se verá mais adiante. Não se esperava um contingente populacional deste porte, por isso se faz necessária uma revisão conceitual e de planejamento na ocupação espacial.

2.2 DE FRONTEIRAS AO TERRITÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO

É mister retornar ao pensamento de Raffestin²⁷ (1993) e sua proposição de uma tipologia sobre os elementos que interagem no território, sobre as invariantes territoriais: malhas, nós e redes privilegiadas, conforme a sociedade em que estamos inseridos. Ao se tratar de fronteiras e espaços transfronteiriços, deve-se confirmar a presença do território evidenciada nas estruturas de redes, nos núcleos urbanos, que são os nós que sustentam as TTI, e na dimensão horizontal relacionada às malhas desse território.

²⁷ RAFFESTIN, (1993).

Analisando a história da fronteira, visou-se a traçar uma imagem de pedra e precisão: os muros são os seus símbolos, com toda a sua concretude. Entretanto, apesar de apresentar uma intransponibilidade, os muros são apenas imagináveis, pois o espaço vivido é mais amplo e complexo do que limites e fronteiras possam determinar. (HISSA, 2006, p. 40)

As ideias das fronteiras “naturais”, que coincidiram com os limites da ocupação territorial das etnias, são falsas, pois se sabe que grande parte dos Estados não é constituída por uma única etnia. Sabe-se também como esse critério é ambíguo, pois se define a partir de um padrão de “pureza”, dificilmente reconhecido na média de uma população (GOMES, 2002, p. 99).

A interpretação de fronteira, na abordagem de Costa²⁸ (2008), deve ser concebida, enfaticamente, mais como zonas do que como linhas formais. A zona-fronteira constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às interpenetrações e às separações entre os Estados, assumindo, desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico (o incessante movimento de mercadorias e bens em geral que circulam amplamente, embora com sérios problemas burocráticos aduaneiros) e político (os territórios sob jurisdição de cada Estado). Em sua interpretação, as fronteiras constituem uma “zona viva”, ou “naturais” (identificadas por elementos físicos), ou “artificiais” (linhas formais), apresentadas ao analista pelo conteúdo meramente formal na geografia da política dos Estados (COSTA, 2008, p. 53-54).

Para Moraes (2005, p. 31), ao pensar os territórios transfronteiriços, ele considera: “não que as representações espaciais de outros lugares sejam isentas de componentes ideológicos, apenas nesses espaços, tal característica exponencializa-se, ganhando destaque comparável ao que permeia as regiões de fronteiras”. Observam-se dimensões espaciais como relações de produção e difusão de ideologias. A geografia cumpre seu papel nas considerações de um conjunto de valores não explicitados.

Saquet (2007, p. 64) afirma que a fronteira é analisada pelo método regional, como uma área de transição e relações transnacionais. Há a delimitação, a demarcação, fatores econômicos e políticos e a jurisdição do Estado como poder central. As franjas, citadas no capítulo 1 desta tese, embasadas por Foucault (2007),

²⁸ COSTA, (2008).

correspondem a áreas marginais de ocupação social, não dependem da autoridade central do Estado, mas das forças das populações que vivem a realidade da fronteira. Antecipadamente, sugere-se ao Governo descentralizar o poder por sete dias e perceber a harmonia em que vivem os povos.

Haesbaert (2002, p. 85) adiciona ao pensamento foucaultiano que, além dos espaços disciplinares, aqueles que denominamos simbólicos, não corresponderiam a exemplificações tão nítidas, pois eles parecem manifestar seus múltiplos “valores simbólicos” em permanente associação com outros papéis de natureza mais concreta. Os símbolos devem ser vistos de forma irremovível, enquanto a integração dos povos deveria ter um formato humanístico.

Nesse contexto, é no sistema de relações que se tem a noção de que é por meio do externo que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esses territórios, dotá-los de uma área/superfície minimamente homogênea, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1997).

Os conceitos contemporâneos de território, ao abrangerem relações de poder que vão além da geopolítica dos Estados nacionais, bem como a estruturação das redes e as relações sociais projetadas no espaço, norteiam a definição da área de estudo desta pesquisa como o que se busca comprovar as TTI. A conceituação de território orientou a Geografia sobre o vínculo da ideia de poder, apropriação, e de seus recursos em escala nacional. A flexibilidade conceitual permite tratar de territorialidades como expressão de existência de grupos, em tempos diferentes num mesmo espaço.

Na observação das representações práticas, expostas principalmente pelos efeitos sociais, Bourdieu (1996, p. 107) reflete sobre as etnias, a produção e a realidade regional. Todavia, em espaços transfronteiriços, ocorre a busca de critérios “objetivos” da identidade “regional” ou “étnica”. Não se deve esquecer de que, na prática social, tais critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) constituem o objeto de representações mentais – valendo dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que agentes investem seus interesses e pressupostos – e de representações objetais (hinos, emblemas, escudos, bandeiras, insígnias, etc.), mesmo considerando que em muitos casos é possível perceber certas artificialidades, algumas impostas arbitrariamente sobre a identidade regional, no TTI.

Por tempos as regiões estiveram recortadas em função de critérios estabelecidos, como língua, *habitat*, cultura, costumes e outros elementos. Os pontos de fronteiras são complexos em razão da aproximação das relações culturais e sociais que são construídas nas áreas de fronteiras. É claro o ir e vir das populações que residem ou que passam pelo território. Dessa forma, e devido à complexidade do objeto em análise, o estudo na perspectiva mencionada se constitui escolha conceitual para a tese.

Os grupos que ocupam este território de acordo com os modelos e regras definidos pelo corpo e mundo socioespacial deles, aliados à historicidade regional, associados à interação política, ambiental e econômica, resultam num complexo relacionamento entre as bases estruturais e suas subjetividades – próprias de cada povo. Tais pressupostos analíticos serão entendidos por meio da análise que se fará nos capítulos 4 e 5. Esses elementos apresentados pela sua dinâmica se justificam na formação de malhas, redes que sustentam a conceituação de território com as diversas formas de poder existentes no seu interior.

Os homens e mulheres, então, se relacionam no espaço e no tempo e constroem suas territorialidades atreladas aos seus modos de vida, nas suas relações existenciais, produtivas e de poder cotidianas das realizações. As funções e atividades desempenhadas pelos sujeitos sociais estão imbuídas de poder, com a apropriação dos modos de produção, do trabalho e a fragmentação, com a divisão social que lhes é inerente.

No que tange às relações de limites, fronteiras, poderes e soberanias territoriais, Foucault (2008, p. 15-16) esclarece que,

Em linhas gerais, as questões de espaço. Poderíamos dizer, à primeira vista e de uma maneira um tanto esquemática: a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre os corpos dos indivíduos, e por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto da população. Limites do território, corpos dos indivíduos, conjunto de uma população, tudo bem, mas não é isso e creio que isso não cola. Não cola, primeiro, porque o problema das multiplicidades é um problema que já encontramos a propósito da soberania e a propósito da disciplina. Embora seja verdade que a soberania se inscreve e funciona essencialmente num território e que, afinal de contas, a ideia de uma soberania sobre um território não povoado é uma ideia jurídica e politicamente não apenas aceitável, mas perfeitamente aceita e primeira, o fato é que o exercício da soberania em seu desenrolar efetivo, real, cotidiano, indica sempre, é claro, uma certa multiplicidade, mas que vai ser tratada justamente seja como uma multiplicidade de sujeitos, seja [como] a multiplicidade de um povo.

Nas TTI acontecem as miscigenações, os enlaces, as novas gerações, um território de brasileiros, de argentinos, de paraguaios e muitos outros que convivem com eles e que chegaram depois, como os árabes, os chineses e os coreanos, por exemplo. Essa multiétnica faz com que igrejas, templos budistas, mesquitas sunitas e xiitas, centros espíritas e centro de estudos da Conscienciologia convivam no mesmo espaço e tempo, ajudando na cristalização das TTI, pois, diferente de outros lugares do mundo, na referida região transfronteiriça há uma aceitação e convivência pacífica entre os seguidos dos casos mencionados e outros, que se verificarão no decorrer deste trabalho.

Nas questões fronteiriças, a formação do Estado-Nação e a força das redes estabelecidas nas áreas de fronteira geram um novo ordenamento, mais do que territorial, mas também social – um redesenhar do mapa do mundo num lugar escolhido por migrantes.

Esse território complexo e dinâmico em estudo está compreendido na “faixa de fronteira” no arco sul, dentro dos 150 km perpendiculares à linha limitante de defesa nacional, estabelecida pela Constituição do Brasil de 1988 (Capítulo II, art. 20, alínea XI, § 2º) (UFRJ, Grupo RETIS, 2008).

Zona de fronteira internacional consiste em uma área de extensão geográfica, nos 150 km do limite internacional, justificando o apontado anteriormente. Por zona de fronteira internacional entendemos também uma área de extensão geográfica, próxima ao limite, sem margens muito precisas, pois tende a expandir-se em direção ao interior de um ou de outro país, de acordo com as potencialidades produtivas, comerciais e de serviços. As diretrizes do Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira brasileiro, apresentado em maio de 2005, propôs ações coordenadas entre 21 Ministérios e Secretarias para dinamizar a economia, promover a educação, a saúde e a segurança, além de incentivar a cooperação e investimentos em infraestrutura e garantir os direitos de cidadania aos moradores dos municípios que ficam distantes até 150 quilômetros das fronteiras do Brasil com 10 países sul-americanos.

O estudo considera o meio geográfico formado pelas cidades gêmeas – adensamentos populacionais cortados pela linha-limite internacional, seca ou fluvial – como o que melhor caracteriza a zona de fronteira; reconhece que ao longo dos 15.719 quilômetros de fronteira do Brasil com países vizinhos, localizam-se apenas 35 cidades gêmeas, e aponta a heterogeneidade dessa vasta zona de fronteira

(BRASIL, 2005). No caso das áreas urbanas das TTI, são cidades trigêmeas internacionais.

No interior dos Estados nacionais, podem ser denominados de territórios especiais as Zonas Francas, as Zonas de Livre Comércio, os Centros Financeiros “*Offshore*” e as Zonas de Processamento de Exportação, na medida em que são espaços circunscritos, submetidos a regimes jurídicos de exceção, estando neles suspensas ou alteradas as normas prevaletentes no restante do País (MACHADO, 1996).

A estrutura dessas interações é função também da posição geográfica em que se situam os objetos e atores que a compõem. As Zonas de Livre Comércio (ou Zonas Francas Comerciais), sobretudo, possuem propriedades posicionais que aqui interessam particularmente. Em função do seu caráter de extraterritorialidade aduaneira, essas zonas funcionam como entrepostos para o comércio de triangulação (reexportação), devendo favorecer a distribuição dos produtos importados para outros Estados. É comum, portanto, que elas se localizem, de forma descontínua, ao longo da zona contígua às divisas internacionais, e obedecendo ao padrão de ocorrência de centros atacadistas coincidentes com as cidades-gêmeas (MACHADO, 1996).

A função de controle sobre os fluxos internacionais de bens e pessoas, por sua vez, é tradicionalmente materializada (como já foi dito) em alguns pontos situados nas margens dos Estados. Hoje, contudo, esses pontos são complementados, além dos aeroportos, por Estações Aduaneiras Interiores – EADIs, portos secos ou “*dry ports*”²⁹. No caso do Brasil, o porto seco é definido como um terminal alfandegário “destinado à prestação, por terceiros (empresas privadas), dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro” (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, 2000, p. 1). Nele são executados, por unidades da Receita Federal instaladas na área, os serviços de despacho burocrático de bens provenientes ou destinados ao exterior. Com a disseminação das EADIs pelo território nacional, opera-se uma interiorização pontual da função de controle, de modo a privilegiar a fluidez do comércio internacional, estabelecendo sua localização em centros regionais de distribuição situados em

²⁹ Na terminologia logística, *Dry Ports* são instalações e serviços destinados ao agrupamento de mercadorias, normalmente armazenadas em contêineres, para proceder ao seu transporte por via ferroviária, desde o interior de um território até um terminal marítimo. Glossário Logístico disponível em <<http://www.pinho.com.br/dicionario/P.htm>>. Acesso em: 09 set. 2009.

importantes entroncamentos de vias de circulação, bem como nas proximidades dos principais centros produtores e consumidores do país (MACHADO, 1998, p. 44).

Existe a lei, falta vontade política de colocar em prática, ou seja, o olhar para as necessidades da população que vive na fronteira. Tal afirmação será detalhada no decorrer deste trabalho.

No aspecto geográfico, ao pensar sobre fronteiras e limites, há uma dicotomia entre identidades – “eles e nós”. Hissa (2006, p. 19) confirma que “o limite é algo que insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não está ligado”.

Na observação das citações anteriores de Hissa e um pouco antes em Foucault, as questões sobre o território, as territorialidades se fundamentam nas relações da sociedade. Mesmo sabendo que Hissa (2006) trabalha em uma perspectiva cultural, e não sendo este o foco deste trabalho, é inquestionável um olhar sobre tal questão.

No caso das TTI, esta pesquisa vem reforçar as semelhanças e trabalhar as diferenças existentes. Percebem-se as relações humanas de estranhamento ou reciprocidade, às vezes optando por viver sem a interferência do outro. O limite é demarcado como vigiar o território por aduanas e policiamento às vezes ostensivo. Separadas por rios ou não, as bandeiras, as pontes, os marcos, e outros elementos são símbolos e mostram um descortinar de outros cenários.

Ao se referir sobre as aproximações em três territórios nacionais, convém analisar sob que princípios se estabelece um modelo de espaço transfronteiriço, pois este é questão fundamental no entendimento do que acontece nas TTI. Nos modelos apresentados por Hagget & Chorley (1972, p. 396), a característica mais importante é que sua construção implica uma atitude altamente seletiva em relação às informações, na qual não só as interferências, como também os sinais menos importantes são eliminados para permitir que se observe algo da intimidade das coisas. Sayão (2001) complementa que os modelos são aproximações seletivas, lógicas e que desempenham fenômenos em sistemas interligados³⁰; a discussão

³⁰ Desta forma, os modelos podem ser considerados como aproximações seletivas que, pela eliminação de detalhes acidentais, permitem o aparecimento de alguns aspectos fundamentais relevantes ou interessantes do mundo real sob alguma forma generalizada. A possibilidade de ser inexato e desigual em relação ao seu original é que, em última análise, permite ao modelo revelar o que se deseja. Os modelos também desempenham uma função lógica que ajuda a explicar como ocorre determinado fenômeno; alinha-se também a função normativa que permite a comparação de fenômenos com outros mais familiares, além da função sistemática da construção de modelos,

epistemológica não é o cerne analítico, mas uma abordagem, mesmo que mínima, se faz necessária na compreensão e proposição de entendimento das TTI. A análise sobre as TTI e sua configuração transfronteiriça nos remete a observar o que constitui barreira ou limites internacionais – aqui, o fim de um país e o início de outro. Consiste na modificação de um campo de influências do Estado-Nação, que, de certa forma, implica uma continuidade dentro de uma descontinuidade. A presença das Aduanas, das forças do Exército na Argentina e no Paraguai e da Polícia Federal no Brasil (além do Exército, instalado em Foz do Iguaçu como força de segurança desde 1888), dos controles de tributos e bens que chegam a cada país demarcam a soberania nacional. Na fronteira com Brasil e Argentina, existe certo distanciamento urbano, presente pela ligação da Ponte Internacional Tancredo Neves e o controle do fluxo de pessoas que atravessam essa “barreira”. Já na fronteira do Brasil com Paraguai, é notável uma contínua urbanização e um fluxo elevado de pessoas, tornando quase uma fronteira aberta – onde o rio que separa também une em muitas situações.

No modelo geral do impacto das fronteiras proposto por Haggett (1972, p. 389), observam-se três formas de análise sobre fronteiras, como demonstra a Figura 3. Esses modelos descritos pelo autor se aproximam da realidade do que acontece com as TTI, fato que permite um repensar e uma proposição da formatação de uma nova proposta de modelo que busca entender a realidade da tríplice fronteira (adaptado por Cury, 2009, Figura 4), para que realmente se constitua uma análise esquemática simplificada do que é o território transfronteiriço nos seus fluxos e interconexões estabelecidas entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

Toda fronteira é uma demarcação política representativa da dominação do Estado, mesmo como um traço físico dos territórios. É um campo de forças, de disputa, seu estabelecimento sempre envolverá negociações ou conflitos entre os

segundo a qual a realidade é vista em termos de sistemas interligados. Esta função conduz a uma outra, a função construtiva dos modelos que acentuam o papel destes na construção de teorias e leis (SAYÃO, 2001).

Estados envolvidos, o que deve ser a função do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ou das outras nações envolvidas nesta pesquisa.

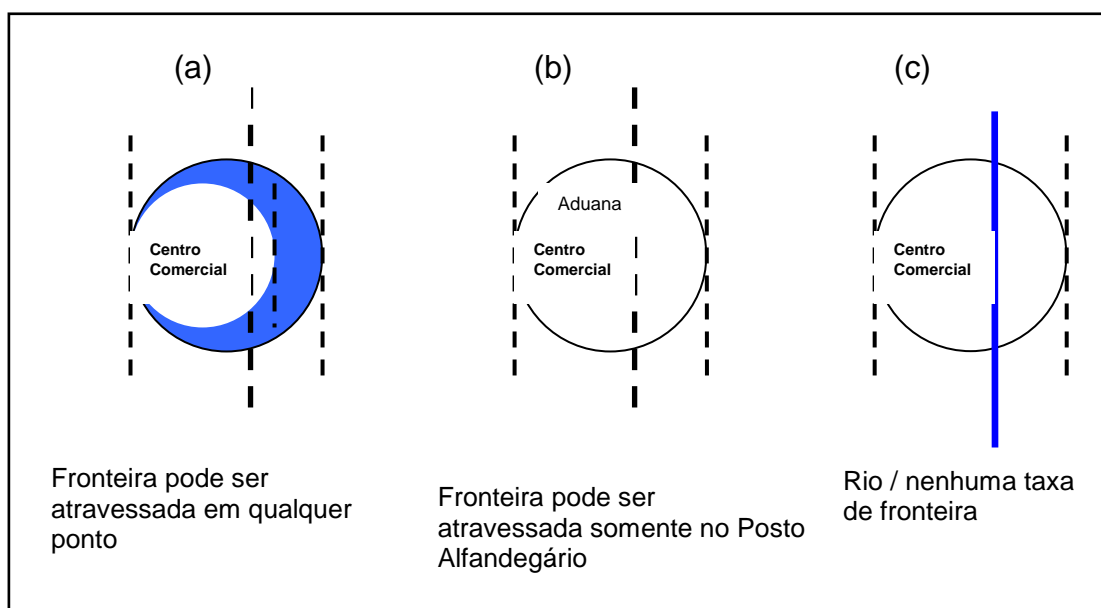


FIGURA 3 - MODELO GERAL DO IMPACTO DAS FRONTEIRAS SOBRE A INTERAÇÃO

Fonte: Haggett, 1972, p. 389.

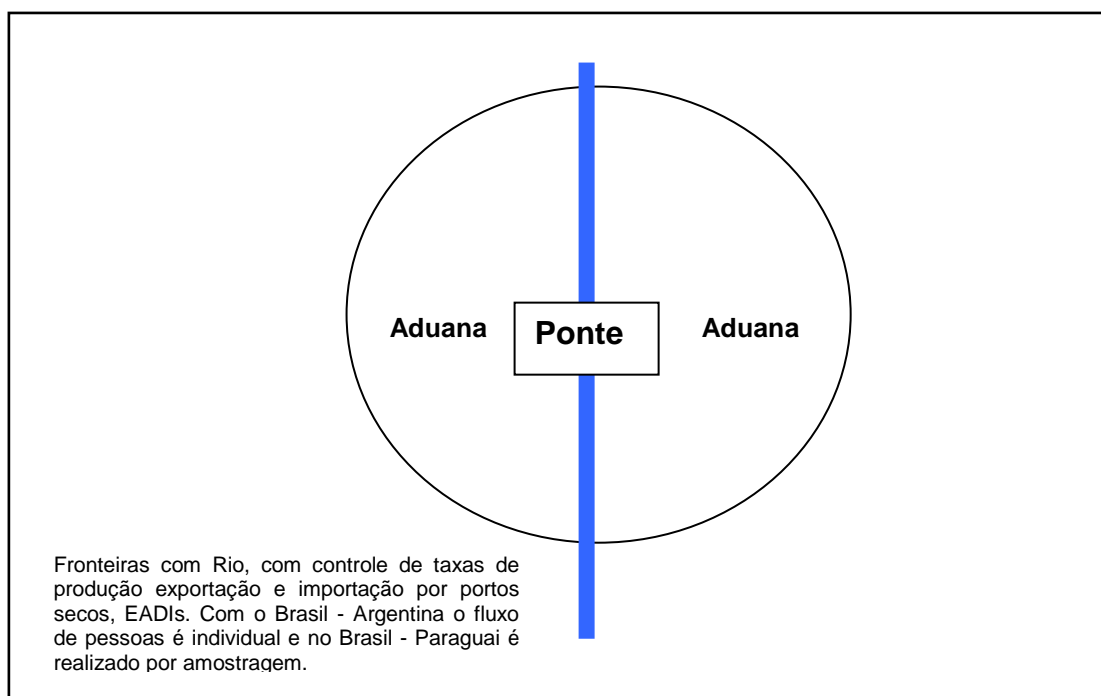


FIGURA 4 - MODELO GERAL DO IMPACTO DAS FRONTEIRAS SOBRE A INTERAÇÃO NAS TTI

Fonte: Haggett, 1972, p. 389 adaptado por CURY, M.J.F. 2009.

Laborde (2000, p. 96) aponta que:

A vida em comunidade tem lugar num contexto específico, o do Estado. Pesa-se sobre a organização do território através do mundo da liderança política e do tipo de governo local cujas competências e recursos podem ser muito diferentes de um país para outro. O limite, portanto, requer a justaposição de diferentes sistemas administrativos e jurídicos.

As relações transfronteiriças acontecem e dependem das comunidades de fronteira e principalmente da vontade política de ambas as partes.

Jean Paul Charrié (2000, p.147), ao se referir sobre os territórios transfronteiriços considera que “a fronteira não é mais uma linha, mas um espaço que opera como parte da mediação das comunidades e sociedades imbuídas com a identidade em uma área transfronteiriça”.

Os elementos que regem os territórios transfronteiriços estão marcados, antes de tudo, pelo poder e pelas relações em rede que estabelecem os territórios econômicos. Tais fatos serão verificados na sequência.

2.3 O PODER DAS REDES E O TERRITÓRIO ECONÔMICO

A ciência geográfica tem papel relevante no sentido de interpretar a multiplicidade funcional da organização territorial. As interpretações dos processos norteadores agregados pelo conjunto de fatores resultam na formação entre si. Nas distintas definições de território, as mais difundidas e que caracterizam o conceito são as que enfatizam a sua vinculação com a economia, o poder na dimensão política.

No olhar das relações no território, o poder na visão foucaultiana jamais pode ser restringido a uma forma única e acabada como na monopolização do poder descrito pela Geografia Política Clássica na institucionalização do Estado-Nação, que estabelece uma ligação com o Direito. É perceptível que a retórica do poder centrado no modelo do Direito constituiu a essência do sistema territorial concebido por Ratzel e pela Geografia Política Clássica.

O poder deve ser analisado não em termos de propriedade, mas de estratégia. As relações de poder são inerentes a toda vida social, existem no espaço das TTI e são cristalizadas pelas heranças culturais no domínio linguístico, político, econômico e socioambiental.

O Estado precisava ser pensado sem o exclusivismo exacerbado que lhe foi outorgado pelos estudos da Geografia Política Clássica na compreensão do território. No sistema capitalista e nas relações produtivas, o Estado atua como agente organizador da economia, legitimando as ações e determinações do capital, proporcionando formas e condições para a difusão deste, com uma estrutura política, jurídica, ideológica materializada na economia e suas diversas funções concretas e subjetivas, nas informações e dos agentes interventores neste processo (EDUARDO, 2006, p. 13).

A análise sobre a economia nos faz refletir sobre a circulação do dinheiro e, ainda, da comunicação. Raffestin (1993, p. 216) refere-se à moeda como “energia cristalizada” e informação. “O dinheiro ‘circula’, visto ser ‘materializado’, mas o dinheiro ‘comunica’, pois também é o sinal, uma ordem.”

Raffestin (1993, p. 217) considera que “o dinheiro tem parentesco com a comunicação, pois é invisível, inatingível e, para a maioria de nós, incontável”. Com a rapidez e o avanço tecnológico nos meios de comunicação e das redes bancárias e de cartões de créditos, a fluidez se tornou maior. No caso das TTI, isso é claro, pois há a questão dos comércios paraguaio e argentino (cada qual com seu produto) e da atividade turística, ambos fazendo circular muito dinheiro na tríplice fronteira – visível e invisível, pois há o legal e o ilegal na mesma área em estudo.

As distintas territorialidades na produção do território implicam práticas culturais e sociais que justificam as diferentes territorialidades. O poder e o território estão intrínsecos nesta análise. Não como única forma de entender a utilização do território, mas como elementos que podem contribuir para dar sustentação em determinados processos de produção deste.

Santos (2007, p. 14) descreve que “este é fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais espirituais e do exercício da vida”. O autor categoriza o território usado na esfera analítica. As proximidades com as realidades monetárias e cambiais que se mesclam nas TTI determinam uma identidade³¹ complexa marcada pelas flutuações cambiais e nas trocas comerciais que são provocadas neste espaço.

³¹ Na atualidade, a estrutura de construção identitária muda pela explosão da autonomia das esferas culturais, as ideias de Estado-Nação (e, concomitantemente, de território nacional), de classe e de indivíduo; matrizes identitárias do mundo moderno se redefinem ou perdem parte dos papéis que antes exerciam (ARAÚJO e HAESBAERT 2007, p. 9).

Os paradigmas, estruturas, valores e habilidades estão em constante mudança, dando origem a uma inevitável remodelação dos territórios, tanto no nível global como no local, e são geradores de novas dinâmicas socioespaciais.

Para Saquet (2007), o processo de mundialização da economia não elimina o Estado e nem a territorialização e o território. Em virtude de inovações técnicas e científicas configuram novas territorialidades, identidades, conflitos, novos arranjos locais ou reorientações/reelaboraões de cidade e da região, com novos processos de aprendizagem e valorização do local, com espaços de lugares e de fluxos de territorializações.

O processo de globalização não vem determinar o fim do Estado-Nação, nem da soberania nacional ou das de fronteiras nacionais, nem gerará o processo de desterritorialização. O que se percebe nas abordagens é a velocidade nas necessidades de interpretação das novas tendências relativas ao território. A força do capital é representada pelas empresas multinacionais e grupos econômicos que agem sobre o território, gerando tensões na política territorial. Portanto, são essas empresas e grupos econômicos que vão regulando a política territorial.

Nas últimas décadas, têm-se observado profundas mudanças na reestruturação econômica mundial, diferenciadas no tempo e no espaço. Essas mudanças estão provocando efeitos sobre as estruturas sociais dos países centrais e do capitalismo, que se refletem nos países da periferia, no caso, também, os em desenvolvimento, como o Brasil e a Argentina, e em países subdesenvolvidos, como o Paraguai, ambos os modelos de desenvolvimento trabalhados na pesquisa e detentores dos poderes econômicos sobre as TTI.

O processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentando situações de diversidade e heterogeneidade no território nacional. Nele se destacam a interiorização do fenômeno urbano, a acelerada urbanização das áreas de fronteiras econômicas, o crescimento das cidades médias, a periferização dos centros urbanos e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas (IPEA, 2000).

A economia que vem demonstrando a força sobre as territorialidades é observável na crescente dominação das grandes organizações do setor público e privado. Tem a capacidade de controlar a produção e administração cada vez mais em todo espaço geográfico.

As progressivas internacionalizações das atividades econômicas envolvem o comércio de bens e serviços para os consumidores de todo o mundo e entre as grandes empresas que operam nos diferentes países. O desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais de serviço tem desempenhado um papel fundamental na criação dessa economia global.

A adoção e utilização de novas formas de tecnologia microeletrônica na produção, nas comunicações e no processamento de informações alteram a organização econômica. A velocidade da mudança econômica tem aumentado, tal como a constante inovação técnica que torna um componente crítico no sucesso econômico.

Qualquer entendimento da crescente proeminência dos serviços durante as últimas duas décadas deve reconhecer esses ajustamentos estruturais. O aparecimento de novos serviços com funções e localizações diferenciadas também são um poderoso elemento na Geografia Econômica moderna (MARSHALL & WOOD, 1995, p. 18).

Essas mudanças estruturais têm moldado a geografia das economias avançadas, mas não de uma forma determinista. Elas criam novas formas para configurações espaciais já existentes, que, por sua vez, respondem e herdam estruturas espaciais (MARSHALL & WOOD, 1995, p.18-21). Entende-se o desenvolvimento das atividades de serviços como partes das amplas mudanças estruturais na forma como as economias avançadas se organizam e nas relações de trabalho que as constituem, envolvendo produção material, aspectos de consumo, circulação e regulação.

A procura de serviços é visível em toda a economia no setor público, bem como no privado. Estes são, naturalmente, altamente inter-relacionados, com muitos provedores servindo, assim, vários mercados. Nos países desenvolvidos, veem-se os Estados Unidos da América - EUA, Canadá e Europa na ponta do modelo de desenvolvimento capitalista. Marshall & Wood (1995, p. 11) afirmam que o aumento dos serviços e empregos vem buscando atender às necessidades do consumidor individual. Entre os anos de 1979 e 1989, o crescimento esteve concentrado nas atividades de hospitalidade, serviços de lazer e recreação. Ao observar tal afirmação, percebe-se que a atividade turística abarca uma série de serviços que compõem o produto turístico composto dos atrativos (oferta e a infraestrutura geralmente urbana), o que permite lançar um olhar sobre os processos que

configuram e explicam as TTI, como será discutida a oferta de serviços para o turismo após o término da UHIB.

É verificável que o setor público está cada vez mais frágil, e isso devido à relutância dos indivíduos para aceitarem a subida dos níveis dos tributos e a intervenção estatal na economia. Os serviços públicos têm sido cada vez mais racionalizados e se movem para "a fronteira do Estado", na abertura do setor público, nos mercados para os operadores comerciais e nas empresas privadas.

As mudanças na estrutura dos empregos das economias avançadas para os serviços de interesse para os planejadores ou estudiosos do desenvolvimento urbanístico e regional criaram novos rumos, em alguns casos, ligando a concentração, localização de tendências e padrões. Muitos serviços apresentaram tendência à aglomeração e transformaram a localização e concentração de serviços. Isso certamente parece ter sido uma tendência dominante nas últimas décadas (MARSHALL & WOOD, 1995, p. 22).

Os produtos primários formaram a frente pioneira de desenvolvimento desse espaço, como a exploração de madeira, a extração da erva-mate (*Ilex paraguayensis*), e serão abordados posteriormente para se chegar ao momento atual, em que o turismo possui um papel relevante no conjunto econômico e nas próprias TTI.

É observável a força econômica e o crescimento demográfico em Foz do Iguaçu a partir do início dos anos de 1970, com a instalação da UHIB. Foram empregados 40.000 trabalhadores brasileiros oriundos dos Estados do Sul, Sudeste e Nordeste, levando a cidade em questão a quadruplicar sua população.

Entre a década de 1980 e a de 1990, as relações que se firmaram economicamente nesse território foram o "turismo de compras" e o comércio de exportação. Foram essas as características mais claras que se estabeleceram e dinamizaram a área transfronteiriça, principalmente entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Esse comércio estabelecido na fronteira paraguaia é caracterizado principalmente por eletrônicos e informática; enfim, todos os tipos de produtos que oferecem as zonas francas³². Acrescenta-se a isso, também, a atração

³²Manuel de Juano (1964, p. 239 T-II) considera que as zonas francas são espaços perfeitamente delimitados por barreiras naturais ou artificiais que, preferencialmente, devem estar junto a um porto ou via fluvial de fácil acesso. Nesses locais se introduzem bens para efeitos comerciais ou de processamento industrial; livres do pagamento de direitos aduaneiros e são exportados da mesma sorte desgravados de tributos. A partir do ponto de vista da sua natureza jurídica, procede a distinção

do turismo de compras formador das redes legais e ilegais registradas nas fronteiras que serão mais bem discutidas no último capítulo.

O desenvolvimento das áreas de zonas francas permitiu o livre acesso de produtos importados, com destaque para Ciudad del Este, que no ano de 1996 foi classificada pela revista de negócios Forbes como o terceiro centro internacional de importância comercial, depois de Miami e Hong Kong³³. Esse comércio vertiginoso mantido por brasileiros faz de Foz do Iguaçu uma das principais cidades dos anos de 1990 a movimentarem elevadas cifras de cruzeiros, cruzados, cruzados novos e reais. A procura por casas de câmbio movimentava milhares de dólares por dia. Ainda hoje, as moedas circulantes na fronteira fazem o dinamismo cambial entre reais (Brasil), pesos (Argentina), guaranis (Paraguai), além do dólar (EUA) e o euro (União Europeia), em função do estabelecimento das zonas francas, comércio livre e a atividade turística.

Essa realidade provocou uma série de mazelas no plano social, econômico, jurídico e político, como o incentivo ao contrabando, estabelecendo um território como passagem do tráfico internacional de drogas e armas e o crime setorizado nas barrancas do rio Paraná e, especialmente, em Foz do Iguaçu, em bairros como Porto Meira e Cidade Nova.

Há ainda o aumento dos campos cultiváveis de maconha no Paraguai e Província de Misiones, na Argentina, interferindo direta ou indiretamente nos “brasiguaios” que estão em sua maioria cultivando soja em solo paraguaio.

Mas, independentemente de tais problemas, a atividade turística de recreação e lazer vem atingindo escalas regionais, nacionais e internacionais, dependendo da magnitude que o produto turístico oferece – nas TTI; a atração vai do local regional e nacional até o internacional. Isso influencia na construção de estabelecimentos de hospedagem, gastronomia, espaços de lazer e entretenimento aliados à qualificação de serviços que precisam ter um padrão internacional.

dos regimes suspensivos, tais como trânsito aduaneiro, depósito e admissão temporária; devolutivos; e, liberatórios, como, por exemplo, a reposição de estoques e as zonas francas. Os depósitos, as zonas francas e os portos livres se constituem em instituições que dentro do foro aduaneiro são conhecidos como regimes especiais, que contemplam franquias de caráter territorial, e que as finalidades para sua implantação transcendem o campo puramente fiscal de obtenção de recursos e objetivam mais efetivamente o campo da economia, do comércio internacional e do desenvolvimento.

³³ MONTENEGRO, S. e BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

No fim dos anos de 1990, Foz do Iguaçu passou por esse processo de qualificação no atendimento ao turista. Foi reorganizada a estrutura de visitação do Parque Nacional do Iguaçu, novas redes hoteleiras se estabeleceram, provocando a mudança estrutural familiar de administração em hotéis. Novos atrativos foram construídos e, conseqüentemente, ampliou-se a permanência do turista nesse território. A qualificação hoteleira dos serviços de lazer e recreação promoveu o segmento de eventos de categorias regionais a internacionais, o que foi uma das estratégias de sustentabilidade do destino em épocas de baixa temporada – o objetivo é atrair sempre, pois o turismo já é parte fundamental da economia da cidade.

A dominação da função e produtividade econômica pode determinar elementos de distinção e identificação do território. Ao se referir a esse território no período de forte fluxo de compras, muitos consideravam viajar ao “Paraguai” para fazer compras. Surgem personagens ligados à atividade, como os “sacoleiros”³⁴ e “laranjas”³⁵, sendo que estes se constituem de pessoas desempregadas de baixa renda e que têm na atividade uma remuneração para a sua sobrevivência.

Na atualidade, a realidade é outra. O ciclo de compras diminuiu consideravelmente; os visitantes que chegam ao território vêm motivados a conhecer os atrativos naturais e artificiais, compostos pelo Parque Nacional do Iguaçu e Complexo Turístico de Itaipu, principalmente. Mas vêm ainda para o que se denomina destino de “Cataratas”, neste caso, principalmente os argentinos, que fazem o maior percentual de turistas internacionais nos domínios do TTI.

As relações e processos no qual envolve a complexa intervenção econômica, política e socioambiental definem sobre o território o palco atrelado ao poder e a sua territorialidade. Ohmae (1999, p. XVIII-XIX-XX), ao observar os fluxos sobre o território, apresenta os quatro “is”:

- a) Investimento: no mercado de capitais, não está geograficamente restrito;
- b) Indústrias: como corporações, à medida que se deslocam carregam consigo capital de giro, e transferem tecnologia e *know-how* gerencial;

³⁴ Indivíduos que transportam mercadorias importadas em sacolas ou não, lícitas ou ilícitas, provenientes de Ciudad del Este – Paraguai, na sua maioria para revender estes produtos no Brasil.

³⁵ Pessoas que atravessam mercadorias importadas na Ponte Internacional da Amizade ou até o destino final em que será comercializada a mando de outra pessoa.

- c) Informação da tecnologia: uma empresa pode, agora, operar em diferentes partes do mundo, sem ter de construir todo um sistema empresarial em dado país onde se faz presente;
- d) Indivíduos: estes assumiram uma orientação mais global. Os consumidores querem produtos melhores e mais baratos, não importa a sua origem.

Verifica-se que a funcionalidade dos quatro “is” permite que unidades económicas viáveis, em qualquer parte do mundo, atraiam o que é necessário para o seu desenvolvimento. Percebe-se que, na função tradicional dos Estados-Nação, com seus governos intermediadores, os processos económicos vêm se tornando desnecessários no papel de formadores de mercados – o mercado, por seus interesses, consegue se regular em muitos aspectos. Durante séculos os árabes dominaram o comércio de forma própria, o que é observável na união dessa comunidade. Existe um corporativismo entre eles que opera sem participação governamental, provocando um desenvolvimento económico comunitário e se caracteriza como uma possibilidade de estudos futuros sobre as TTI, pois esses são representativos no comércio transfronteiriço.

Tal assertiva é corroborada a partir da leitura de Ohmae (1999), que descreve uma nítida relação com aspectos culturais, em contato com diferentes povos, produtos, tecnologias e mercados, percebíveis nas interferências e mudanças de lógicas em todos os segmentos apontados.

A territorialização a partir das ações que definem a presença de populações é caracterizada pela diferenciação de interesses que forçam posicionamentos alternados, causando conflitos no território, definindo ou redefinindo essas territorialidades. A imagem desejada pelo planejamento demonstra a multiplicidade de interesses e as interferências que se caracterizam nos planos do território. As relações políticas e económicas criam a superposição dos territórios localmente estabelecidos, e tais pressupostos ajudam na própria definição das TTI.

Nos espaços transfronteiriços, objeto de análise das práticas de gestão territorial no campo de poder e de seu uso pela sociedade, é que buscam resolver os anseios e garantir seus acessos aos recursos sociais. Na área das TTI é perceptível a busca da ampliação das possibilidades de participação efetiva nas políticas sociais, económicas e culturais.

As conceituações de território, territorialidade e rede, ao se referir sobre regionalização, devem ser pensadas como força política e instrumento analítico nas ações e relações sociais, nos interesses econômicos e políticos produzindo identificações socioculturais diversificadas. A valorização destacada das redes neste estudo na territorialidade do Iguassu transcende sua espacialidade da escala local: elas avançam pelas regionais, pelas nacionais e pelas internacionais.

A região não deve ser definida como recorte espacial que indica os processos de regionalização: ela é produto de um processo social complexo no espaço, define-se pela escala geográfica em que ocorrem um ou mais tipos de territórios. As territorialidades e conexões (redes) são resultado de verificação da interatividade da economia, nas mais amplas relações e na atividade turística, assim como na observação da identificação, dos movimentos, das migrações, da flutuação das populações e das zonas contínuas que caracterizam as TTI.

Nos conceitos de faixa de fronteira é notável a força no limite entre países e o poder do Estado. Na análise conceitual de zona de fronteira, existe uma amplitude espacial na tentativa de aproximação com países vizinhos, na observação das influências econômicas e culturais pertinentes à identidade, bem como pelos fluxos (na perspectiva do econômico) transfronteiriços. Na Figura 5, observa-se a amplitude conceitual de faixa e zona de fronteira sobre as TTI. A economia que parece invisível nessa figura se caracteriza como elemento de conexão entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, com as cidades trigêmeas estabelecidas como centro desse território, como um entendimento das relações nessa complexa zona transfronteiriça.³⁶

³⁶ Num primeiro momento é trazido um olhar sobre o espaço transfronteiriço, vindo de estudos hispânico-portugueses, onde as “populações que se encontram nas fronteiras políticas estabelecem as suas relações de aproximação e criam os territórios transfronteiriços. As definições iniciais sobre estas cabem às estruturas econômicas quando se expressa “portos secos” em Portugal, entre os séculos XVI e XIX para se designar os postos alfandegários situados na raia ao longo da fronteira com Castela, distinguindo-se assim das alfândegas portos molhados, isto é, instaladas em lugares marítimos e fluviais”. (SILVA, F.R. In: TRIGAL, L.L. e GUICHARD, F. 2000, p. 25)

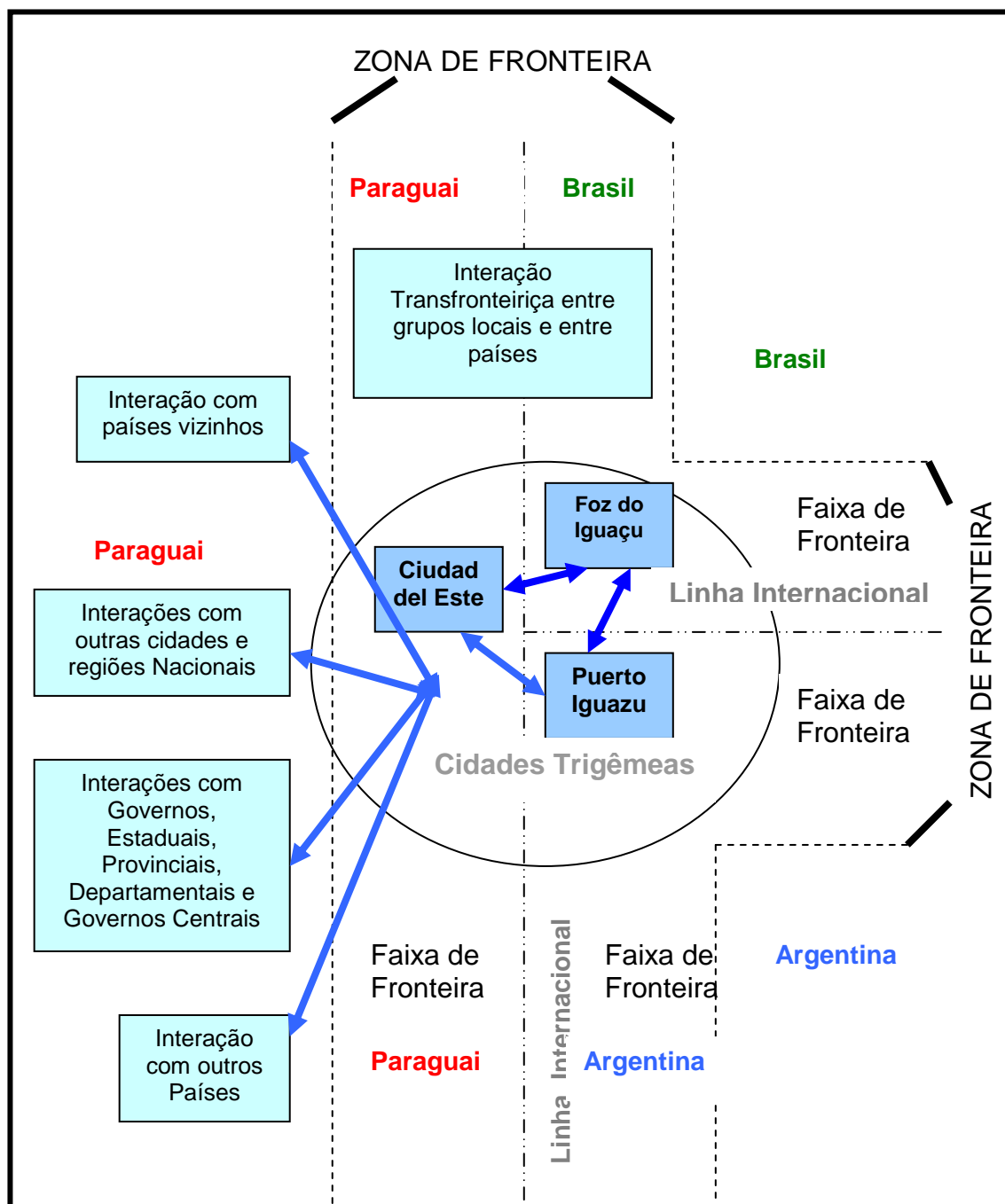


FIGURA 5 - FAIXA E ZONA DE FRONTEIRA E AS INTERAÇÕES NAS TTI

FONTE: BRASIL, 2005. Organizado e adaptado por CURY, 2008.

Nos estudos da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, a Figura 6 demonstra a macrodivisão dessa faixa, em três grandes arcos. O arco Norte compreende os Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. O arco Central, os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o arco Sul os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul. No último arco citado, onde se encontra as TTI, tem-se o maior fluxo econômico dentre outras áreas de fronteira no Brasil. Portanto, as TTI foram, e ainda é, representativo no que concerne à exportação de produtos legais e ilegais para o mercado consumidor brasileiro.

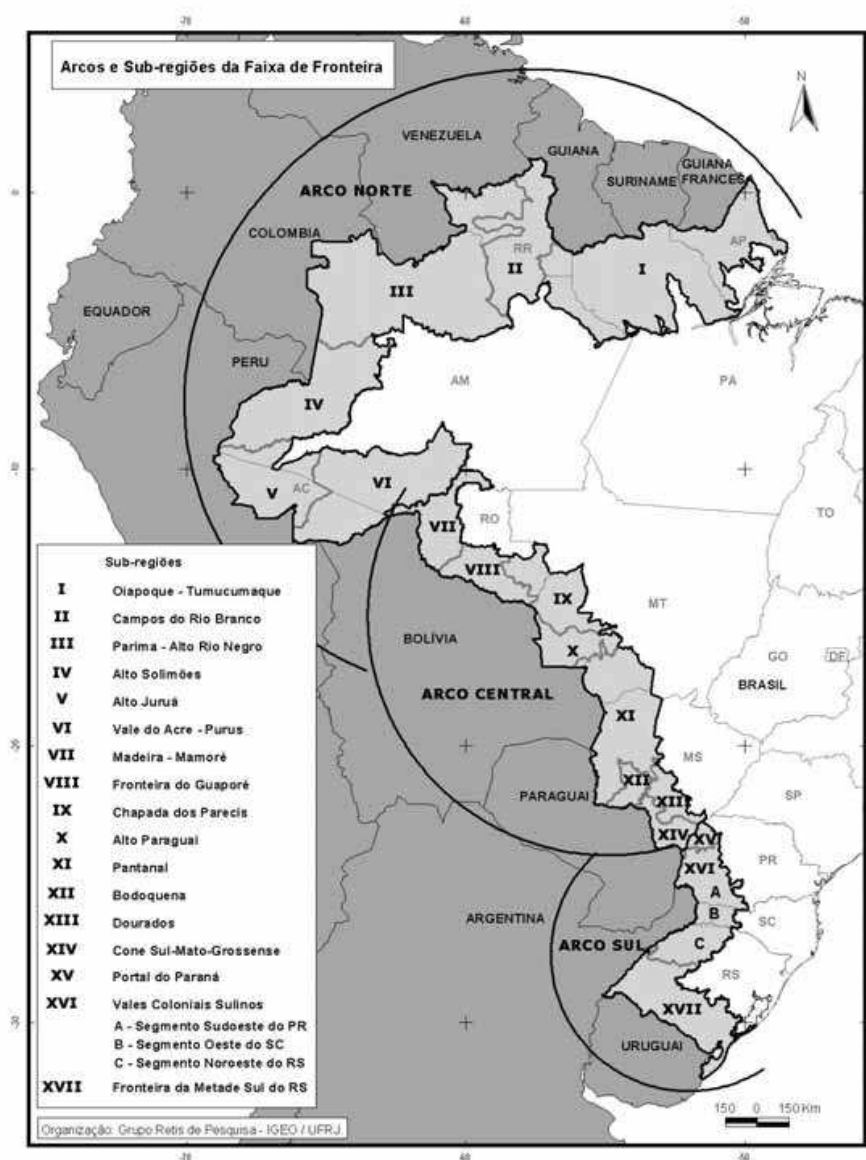


FIGURA 6 - ARCOS E SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

FONTE: BRASIL 2005.

As TTI estão compreendidas na Faixa de Fronteira Sul. Anteriormente à chegada dos imigrantes, a área era ocupada por índios Guarani, e hoje esse espaço apresenta importantes diferenciações intrarregionais, com influência social e econômica europeia (portuguesa, espanhola, alemã e italiana), com forte preponderância sobre argentinos e paraguaios.

A ocupação dessa faixa de fronteira decorreu de processos coloniais e de relações econômicas e sociais presentes em cada tempo da história secular da América do Sul. O Oeste e o Sudoeste paranaenses, o Oeste catarinense e o Noroeste gaúcho foram ocupados por espanhóis, fato que se estendeu até o século XVIII, e neles se estabeleceram as Missões Jesuíticas.

Interrompida, a experiência missioneira é limitada à expansão lusa às áreas de campo do Extremo-Sul e à colonização europeia das áreas de matas. As frentes pioneiras de ocupação territorial são formadas principalmente de alemães e italianos no século XIX.

No século XX, destaca-se a ocupação de pequenas propriedades familiares no Oeste e Meio-Oeste catarinenses nas décadas de 1910/20 e no Sudoeste e Oeste paranaenses nos anos de 1940 a 1950. A influência sulista de uma marcha para o Oeste avança no Oeste do Paraná e alcança o Noroeste do Estado, encontrando-se com a frente pioneira da cafeicultura do Norte paranaense, que, por sua vez, avança em direção a Mato Grosso do Sul, depois da metade do século em questão, completando dessa forma a ocupação efetiva do Arco da Fronteira Sul.

As interações transfronteiriças vêm sendo construídas desde os tempos coloniais, chegando aos dias de hoje. Esse é um processo contínuo e será tratado no capítulo 3. A exploração madeireira e o escoamento pelo rio Paraná para o porto de Buenos Aires, assim como a produção ervateira nas margens do Paraná e na Província de Misiones, constituem as forças econômicas do território do século XIX ao XX, que moldarão por meio da economia da época os traços iniciais das TTI.

Na primeira metade do século XX, na fronteira com a Argentina, o PNI-AR, estabelecido em 1934, cinco anos antes da criação do PNI-BR, serviu estrategicamente como zona/tampão para dificultar a imigração e a compra de terras por brasileiros. Somente naquele período, na Argentina, foram estabelecidos seis Parques Nacionais – dois no ano de 1940, dois em 1950, dois em 1960 –, e nas décadas seguintes foram criados mais onze parques: cinco em 1970 e seis em 1990. Os Parques Nacionais Argentinos foram estabelecidos entre os anos de 1934 e 1980, em áreas de limites com o Brasil e o Chile, fato que se justificou pela segurança das fronteiras argentinas (política de Estado) – ou também se pode aventar que os parques podem ser considerados como elemento norteador de defesa de fronteira, pois estando tais parques na faixa de fronteira, há um menor

número de pessoas e, com isso, facilita-se o controle de fluxos sobre ela (CURY, 2003).

Nas relações Brasil e Paraguai, é perceptível uma forte influência religiosa e indígena (Guarani), além da presença militar motivada pelas rivalidades e disputas territoriais entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, que se deram, sobretudo, no século XIX. Tais questões historicamente não romperam definitivamente as ligações econômicas e culturais, principalmente as de quem vive na fronteira, em situações com as TTI.

O Brasil, antes do governo Militar, buscou a aproximação com o Paraguai, estabelecendo ligações rodoviárias (BR-277), a instalação portuária para o Paraguai no Porto de Paranaguá e o Tratado de Itaipu, que ajudaram na promoção de uma dependência econômica com o Brasil, retirando dessa forma a hegemonia da Argentina sobre esse país. Com isso, tem-se o crescimento de Ciudad del Este motivado pelo comércio de produtos importados, ascendendo a economia numa perspectiva territorial quando voltada aos consumidores brasileiros.

As frentes pioneiras agrícolas instaladas no Leste paraguaio, hoje, perfazem aproximadamente 350 a 450 mil brasileiros e seus descendentes, que ocuparam esse espaço fértil para a produção da soja e são responsáveis por parte da riqueza tirada do solo paraguaio. Ao mesmo tempo, esse quantitativo de “brasiguaios” é gerador de constantes conflitos e tensões naquele país, mas que geralmente são solucionados por meios diplomáticos, tendo em vista seu importante papel na economia paraguaia e regional – influenciado na Argentina e no Brasil inclusive.

Mediante a complexidade verificada nas TTI, não há uma única e possível análise territorial. Para tanto, a proposição destas territorialidades necessitam ser analisadas entre a multiterritorialidade e as identidades territoriais, visto que não se explicaria apenas pelo econômico, político, socioambiental e cultural isoladamente, mas pelo hibridismo que concerne ao território em si.

3. O LUGAR E SUA HISTÓRIA

3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL SOBRE AS TTI

A construção socioambiental dessas territorialidades transfronteiriças se faz no processo histórico de constituição das três cidades e, mesmo, das três nações. Não se despreza um olhar analítico ambiental, além das representações das sociedades que estabeleceram seus territórios ao longo do tempo histórico no espaço geográfico estudado. Mas, de antemão, estabelece-se o fato de serem tais elementos secundários no processo de construção/entendimento do objeto de estudo.

Este capítulo apresentará uma aproximação no entendimento da totalidade socioambiental complexa, advinda do passado, bem como a realidade das comunidades que formam as TTI e das forças de poder que estabeleceram as manchas territoriais. Faz-se uma abordagem das tentativas de união entre as nações envolvidas e a histórica tentativa de diminuição da “dureza” das fronteiras que dividem. Mas não se abre mão de tratar aqui o entendimento das complexidades de uma tríplice fronteira que convive com os problemas enfrentados pelos povos que a habitam e que, na atualidade, assim como no passado, vivem distantes das forças políticas centrais que comandam as nações envolvidas sobre as TTI. Cabe mencionar, antecipadamente, que essa população é obrigada a viver a realidade das aproximações e trocas nos diferentes segmentos que o viver da fronteira lhes impõe – os conflitos e os entendimentos por meio da solidariedade.

As relações das atividades expressas sobre estas territorialidades sejam estas dialéticas³⁷ dos movimentos históricos, sejam os da paisagem com suas formas e funções estabelecidas, remetem a uma visão geográfica de conjunto. As complexas realidades que partem do local ao global e se estabelecem nesse espaço transfronteiriço, colocam-se em contato pela aproximação de estruturas que serão demonstradas em função das diferenças e semelhanças que contribuem na

³⁷ Entendem-se como dialética neste caso da geografia as discussões embasadas em Milton Santos para exemplificar o caso do “território usado”, em que comporta uma dialética que se expressa por meio do espaço local, que é vivido por todos, onde o limite é o ato de produzir e de viver o espaço global, que é habitado por um processo racionalizador e de um conceito ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los (SANTOS, 1996, p.18).

compreensão da realidade das TTI, ou problemas em que incidem as leis e estruturas estabelecidas pelos países em questão ou na representação das formas e tipos de produção e relações no seio das territorialidades referidas.

Se nos estudos do território fossem observadas somente as abordagens da superfície sobre a qual interferem as atividades que nele se planejam vieses dos objetos, formas ou até fluxos, não haveria razão de existirem as forças e efeitos que atuam sobre esse espaço. Dematteis (2008, p. 33-34) admite que “seria uma grande facilidade, porém esta visão desmaterializada do agir humano contrasta com o fato de que todas as coisas que fazemos como indivíduos e como sociedade devem ser efetivadas considerando os bens e os recursos naturais primários, os equilíbrios hidrogeológicos e ecossistêmicos, os solos próprios para as edificações, o patrimônio histórico e artístico, o capital fixo existente”.

A Geografia, em sua essência, partiu de uma análise da natureza e do território fundamentada em Ratzel, Ritter e Reclus. Os avanços das discussões epistemológicas revelam uma reflexão incessante sobre termos e conceitos relacionados à geografia, ao espaço geográfico, à natureza, ao meio, ao meio ambiente e a outros. Nas últimas quatro décadas é que as discussões alcançaram maior consolidação sobre a abordagem do meio ambiente em geografia, que é objeto de análise nos estudos de Mendonça³⁸ (2004), os quais norteiam, também, a justificativa desta pesquisa sobre o território no entendimento das TTI.

As questões pertinentes ao meio ambiente começam a ser delineadas a partir dos anos de 1960, como consequência dos desequilíbrios ambientais e de seus efeitos sobre a população do planeta. Em 1972, a Conferência de Estocolmo

³⁸ “Na evolução do conceito de meio ambiente (*envoronment, environnement*) observa-se envolvimento crescente das atividades humanas, sobretudo nas quatro últimas décadas, mas ele continua fortemente ligado a uma concepção naturalista, sendo que o homem socialmente organizado parece se constituir mais num fator que num elemento do ambiente. [...] a impressão geral que se tem é de que a abordagem do meio ambiente está diretamente relacionada à natureza, como se existisse um à priori determinante, trazido numa hierarquização dos elementos componentes do real, onde aqueles atinentes ao quadro natural estão hierarquicamente em posição mais importante e sem os quais não haveria a possibilidade de compreensão ambiental da realidade.” O autor continua seu pensamento sobre o termo meio ambiente, no segmento dos ambientalistas contemporâneos, como PORTO GONÇALVES (1989): “o fato de meio também significar metade, parte, porção, etc., denotaria a idéia do tratamento parcial dos problemas ambientais. Mesmo que esta leitura crítica, apresente considerável coerência etimológica, não deixa de ser lastimável o fato de os geógrafos pouco terem lutado para explicitar a especificidade e importância do termo *meio* no que concerne a sua significação científica; afinal, o emprego do mesmo em contexto ambiental constitui-se atualmente uma derivação, ou mesmo numa apropriação geral do conceito de *meio geográfico*. Há que se atentar também para o fato de que muitos geógrafos consideram o termo ambiente, ou meio ambiente, um ‘quase sinônimo’ do termo geografia, vindo no emprego de expressões tais como ‘geografia ambiental’ um reducionismo” MENDONÇA (2004, p. 124-125).

estabeleceu princípios para os problemas ambientais. Passados vinte anos da Rio-92, que é maior, mais ampla e mais profunda do que a anterior, temos em 2002 a Conferência de Johannesburg, que sela os destinos ambientais, sociais e culturais do planeta, preparando-o para o século XXI.

No contexto dos eventos mencionados, surgem as áreas naturais protegidas das TTI (PNI-AR e PNI-BR) e outras que apresentavam suas características originais ou pouco alteradas até os anos de 1970, que foram vistas como alvo para a preservação ambiental, representando um meio de assegurar a continuidade das espécies que estavam sob o perigo da extinção – criando-se um mito de natureza intocável³⁹.

Na década de 1990, o termo “conservação” para essas áreas naturais passou a ter a relevância internacional. As discussões iniciaram-se em 1948, no encontro realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, mas, como se viu, foi nas décadas posteriores que ele tomou relevância, firmando a presença humana em áreas ambientalmente frágeis e desprotegidas. Com o passar dos anos, os Parques Nacionais e Reservas Ambientais adquiriram o conceito de conservação, como também a “prática” como um dos pilares da “sustentabilidade ambiental”.

Do ponto de vista ambiental, o local em que se estabelecem as TTI se caracteriza por solos férteis (terra-roxa), resultantes da presença de rochas vulcânicas, especificamente o basalto. Esses parques nacionais levam essa denominação por estarem localizados no baixo rio Iguaçu, e os principais atrativos são as Cataratas do Iguaçu. O PNI-BR e PNI-AR representam um grande diferencial na oferta turística, constituem as maiores demandas nacionais em visitação em cada país, conforme se verificará na sequência deste trabalho, e são, na categoria de Parques Nacionais, declarados pela UNESCO “Patrimônios Naturais da Humanidade”.

³⁹ Antonio Carlos Diegues, em sua obra “O mito moderno da natureza intocada”, apresenta a evolução das relações humanas, imaginárias e simbólicas sobre a ocupação humana em áreas naturais, sejam estas protegidas ou não. Faz-se um diálogo sobre as mais remotas abordagens na relação natureza – homem perpassa pela concepção dos Parques Nacionais na modernidade e a inclusão das comunidades locais nestas áreas protegidas. Estas áreas foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais. Este modelo de conservação chamada de “moderna” espalhou pelo resto do mundo, justificando a criação de áreas que deveriam permanecer intactas. (Diegues, 2001:53)

Explicitando a localização deles, o PNI-AR localiza-se a nordeste da Província de Misiones, entre os paralelos 25°31' e 25°43' de latitude Sul e os meridianos 54°08' e 54°32' de longitude Oeste, com uma altitude de 200 m na região ocidental, até 350 m no extremo sudeste (CRESPO, 1982). Já o PNI-BR está em uma área de domínio da União e sujeita à Lei de Segurança Nacional. O limite com a Argentina se faz ao sul, pelo rio Iguaçu, desde a foz do rio Santo Antônio no município de Capanema. A partir desse limite, encontram-se a Reserva Nacional e o PNI-AR, totalizando uma área de 67.620 ha. Unidos com o lado brasileiro, formam uma área protegida de 252.882,5 ha. Na Figura 7, percebe-se a dimensão destes parques.

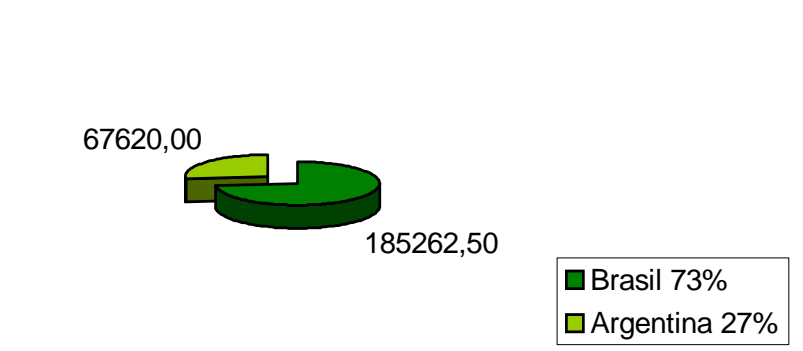


FIGURA 7 - DIMENSÃO DOS PARQUES NACIONAIS DO IGUAÇU

FONTE: IBAMA e APN – 2008

O PNI-BR está localizado na Região Sul, no Extremo Oeste do Estado do Paraná, entre as coordenadas geográficas de 25°04' a 25°41' de latitude Sul e 53°58' a 54°28' de longitude Oeste, na bacia hidrográfica do baixo rio Iguaçu. Além da Argentina, o entorno do Parque é feito com os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques e Capanema (IBAMA-2000 – Plano de Manejo, Resumo Executivo).

Esse importante elemento geográfico foi descoberto em 1542 pelo capitão espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca⁴⁰, em viagem da costa leste, da ilha de Santa Catarina, para ir até *Assunción del Paraguay*. Ao avistar as Cataratas, deu-lhes o nome de Saltos de Santa Maria; 200 anos depois, foi modificada a denominação para Iguaçu, que na língua guarani significa: “água grande” (i: água / guaçu: grande), conforme Jimenez (1994).

A Figura 8 ilustra de forma panorâmica as Cataratas do Iguaçu.



FIGURA 8 – IMAGEM AÉREA DAS CATARATAS DO IGUAÇU

Fonte: CURY, M.J.F. 2009.

Quando se observa o principal conjunto de cataratas em nível internacional, Oliveira (2000, p. 83) afirma que: “as três mais famosas cataratas do mundo são as

⁴⁰ Cabeza de Vaca, ao avistar as Cataratas do Iguaçu, fez o primeiro relato. O Governador comprou algumas canoas dos índios e embarcou com oitenta homens rio Iguaçu abaixo, seguindo o restante por terra, devendo todos se juntar no rio Paraná. Mas, ao irem rio Iguaçu abaixo, era tão forte a correnteza que as canoas corriam com muita fúria. Logo adiante do ponto onde haviam embarcado, o rio dá uns saltos por uns penhascos enormes e a água golpeia a terra com tanta força que de muito longe se ouve o ruído. (CABEZA DE VACA, 1995, p. 39).

do Iguaçu, Niágara e Vitória”. O Quadro 1 tem o objetivo apenas de comparar as mais conhecidas cataratas do mundo. A de maior altura é o Salto Angel, com 970 m, no Parque Nacional Canaima, na Venezuela.

As Cataratas do Iguaçu, comparadas com a do Niagara, na fronteira dos EUA com o Canadá, e a de Vitória, na fronteira entre Zâmbia e Zimbábue, apresenta uma paisagem perene e, ao se observar os dados do Quadro 1, as Cataratas do Niágara, no inverno (-30°C), chegam a congelar, e as Cataratas de Vitória passam por períodos de forte estiagem. Mas o fato mais interessante é que ambas estão em regiões de fronteiras.

Cataratas	Iguaçu	Niagara	Vitória
Localização	Argentina e Brasil	Canadá e EUA	Zâmbia e Zimbábue
Rio	Iguaçu	Niagara	Zambezi
Tipo de Rocha	Basalto	Dolomita e Xisto	Basalto
Altura (m)	82	54	99
Extensão (m)	2.700	1.095	1.708
Volume (m³/s)	2.000	6.000	935

QUADRO 1 - COMPARATIVO ENTRE AS CATARATAS DO IGUAÇU, NIAGARA E VITÓRIA

FONTE: CURY (2003). Os dados grifados explicitam os principais diferenciais entre uma e outra.

O salto União, localizado na Garganta do Diabo, é o de maior vazão e constitui o limite internacional entre o Brasil e a Argentina.

Do conjunto de saltos das Cataratas, devido à demarcação de limites, os saltos do lado brasileiro são: Floriano, Benjamim Constant, Deodoro e Santa Maria.

Dentre os saltos pertencentes à Argentina, destacam-se Escondido, Mitre e Belgrano, que apresentam uma só caída, diferenciando da maioria, que estão estruturados em dois níveis escalonares, como San Martin, Rivadavia, Adão e Eva, Mbiguá, Bozzeti, Ramirez, Chico, Dos Hermanas, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Lanusse.

Por causa da quantidade de saltos isolados em uma considerável extensão, o visitante do Iguaçu tem a curiosidade de saber a denominação dos saltos. Percebe-se, do lado brasileiro e argentino, a relevância dada às personagens políticas e religiosas que aparecem nas representações de seus povos – um significado presente neste singular território e que ajuda na caracterização nacional,

quando cada qual usa nomes (simbólicos) que determinam o pertencer ou não a cada nação.

Conclui-se, dessa forma, que as Cataratas do Iguaçu são as maiores do mundo em número de saltos e extensão.

Esses parques contam com uma variada fauna, inclusive com animais em extinção, entre eles, a onça-pintada (*Panthera onça*), a onça-parda ou puma (*Felis concolor*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*).

Valiosos projetos de pesquisas vêm sendo desenvolvidos pelo *Centro de Investigaciones Ecológicas Subtropicales – C.I.E.S.*, na Argentina. Esse centro desenvolve o “Projeto Tigre”, que trabalha com objetivos semelhantes ao projeto brasileiro, no censo de jacarés, na parte superior das Cataratas, e o projeto da biologia do Palmito jussara.

Pode-se dizer que muito ainda falta a ser estudado para que se tenha um quadro completo da diversidade biogeográfica dos parques, o que pode ser alcançado num futuro não muito distante.

Os Parques Nacionais do Iguaçu apresentam uma relevância internacional inquestionável, principalmente por sua localização no centro da bacia do Prata e do bloco econômico, o MERCOSUL. Alguns acordos foram realizados em cooperação na área ambiental com programas, determinações e resoluções aprovadas em escala regional, o que configura as iniciativas de territorialidade transfronteiriça em um espaço regionalizado.

Devido às fragilidades que estas UCs apresentam, foram implantados os corredores ecológicos com necessidade de promover a conectividade entre os fragmentos de ecossistemas naturais. Os processos ecológicos necessitam de áreas extensas para se manterem em longo prazo, de modo que populações da flora e da fauna isoladas são mais vulneráveis às pressões externas, sendo susceptíveis à extinção (MMA/SCA/IBAMA, 2001).

Os Corredores Ecológicos, propostos pelo IBAMA (2009, p.23), “têm objetivos amplos de proteger as florestas tropicais, a manutenção da integridade dos ecossistemas e com gestão participativa”. Esses corredores, em função e modelo de gestão, apresentam características de aplicação biorregional.

Configura-se na “*Global list of complexes of internationally adjoining protected areas*”, da *International Union for Conservation of Nature – IUCN* (2001, p.60), estando numa área dividida em dois grupos:

- a) Diagonal Verde (*Yaboti*): envolvendo áreas do Brasil – Rio Grande do Sul, o Parque Estadual do Turvo e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Na Argentina – Misiones, o Parque Provincial de Moconá, a Reserva Florestal Guaraní e a Reserva da Biosfera Yaboti.
- b) Abrangendo áreas do Brasil: Paraná, o PNI-BR; na Argentina – Misiones, o PNI-AR, a *Reserva Nacional del Iguazú* e *Reserva Natural del Iguazú*. Paraguai – o Monumento Natural Moisés Bertoni.

De acordo com o Plano de Manejo, até o início de 2009, o PNI-BR apresenta seis propostas registradas para ampliar a sua efetividade de proteção. São elas:

- a) Criação da Reserva da Biosfera Binacional de Itaipu, 1991, envolvendo o Parque e os ecossistemas da área de domínio da Itaipu em territórios do Brasil e do Paraguai, com objetivos de perenização dos rios e a sanidade da bacia do rio Paraná. Criação de áreas de pesquisas ambientais multidisciplinares, recuperação de áreas degradadas e preservação da alta taxa de biodiversidade regional;
- b) Projeto Reserva da Biosfera do Rio Paraná, 1994. Foi apresentada pelas Secretarias do Meio Ambiente do Paraná e do Mato Grosso do Sul, durante as Conferências do MERCOSUL sobre Meio Ambiente e Aspectos Fronteiriços, a Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL / 1994. Abrangendo os territórios da Argentina, Brasil e Paraguai, com a função de três fatores: preservação de espécies da flora e fauna da selva paranaense; elevada densidade demográfica dos países da região; e o sucessivo represamento do rio Paraná e seus afluentes;
- c) Projeto da Reserva da Biosfera Internacional da Selva Paranaense, 1994. Consiste em uma grande reserva envolvendo a Argentina – Reserva Nacional e PNI-AR; Brasil – PNI-BR; Paraguai – Monumento Científico Moisés Bertoni, com o objetivo de formar uma cadeia de áreas protegidas, visando à proteção integral e permanente do meio ambiente;
- d) Projeto do Corredor Verde Trinacional, 1995 – efetuado pela Fundação Vida Silvestre Argentina e patrocinado pela WWF, apresentado num seminário em Hernandárias, Paraguai, com a participação dos três países, unindo a Reserva Natural de Mbaracayú, o museu científico

Moisés Bertoni (Paraguai), o PNI-BR, o PNI-AR e o Parque Provincial de Moconá (Argentina), chegando até o Parque Estadual do Turvo (Brasil);

- e) Corredor de Biodiversidade de Santa Maria, 2002. É o marco inicial da concretização de todos os Projetos anteriormente citados. Tem o objetivo de desenvolver ações, de estabelecer um corredor de biodiversidade, com a recomposição e conservação adequada das matas ciliares por 26 km, dos rios Apepú, Bonito e seus tributários, Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN de Santa Maria, ligando o Parque à faixa de preservação da Itaipu Binacional. As ações envolvem todos os órgãos ambientais: prefeituras, comunidades rurais, Ministério Público Estadual e Federal;
- f) Projeto Paraná Biodiversidade – Corredor Iguaçu-Paraná, 2002. O Projeto Paraná Biodiversidade tem como objetivo central a formação de Corredores de Biodiversidade ligando as unidades de conservação e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais. Este projeto está sendo implementado pelo governo do Estado do Paraná, com apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente através do Banco Mundial.

O Corredor Iguaçu-Paraná estende-se aos municípios lindeiros ao PNI-BR, entre o rio Guarani, no Parque Estadual Cabeça do Cachorro, em São Pedro do Iguaçu, e alcança os municípios a oeste, de Vera Cruz do Oeste a Diamante do Oeste, totalizando vinte e seis municípios. O trabalho envolve as comunidades rurais com projetos de conscientização sustentáveis, como a substituição de agriculturas que envolvem elevada concentração de agrotóxicos pela produção orgânica. É responsável por dezoito projetos agroecológicos, criação de RPPNs, recuperação de matas ciliares, educação ambiental para professores, alunos e agricultores desse corredor.

Percebe-se, ainda, que os corredores da biodiversidade consistem em ligações e conexões com outras áreas naturais; que esses parques, pela função e pela centralidade territorial estabelecidas, agregam organismos ambientais da esfera municipal, da nacional e da internacional e de ONGs que agregam valores à integração ambiental nas TTI, onde se pode, já, aventar como um dos elementos constitutivos desta territorialidade em si.

Os dois parques seguem os objetivos estabelecidos pela Comissão de Parques da UICN. Essa perspectiva possibilita uma estratégia comum de manejo, a paisagem é praticamente a mesma, o que difere são as legislações e algumas políticas públicas advindas de cada nação.

As figuras 9 e 10, ilustram as principais áreas protegidas do Alto Paraná, com destaque para a trinacional, onde os Parques Nacionais do Iguaçu e o centro servem de conectividade e integração com outras naturalmente protegidas.

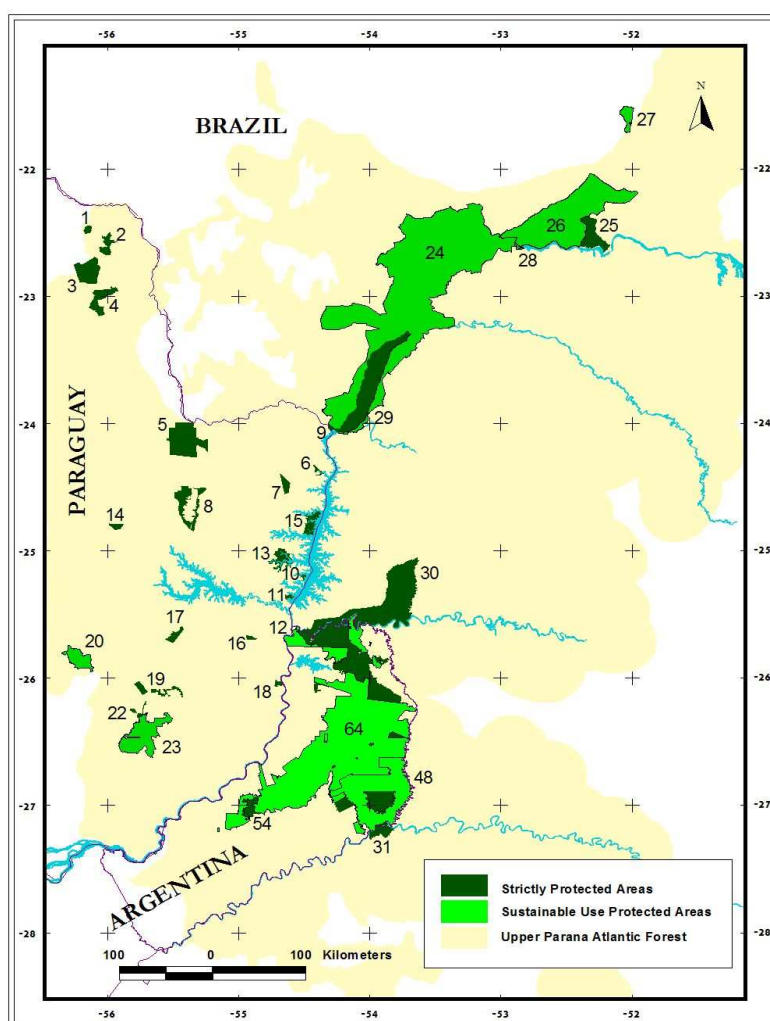


FIGURA 9 - ÁREAS PROTEGIDAS DO ALTO PARANÁ DE FLORESTA ATLÂNTICA

Fonte: Fundación Vida Silvestre, AR. WWF - Argentina, Brasil e Paraguai. Visión Biológica para la Ecoregion (2002)

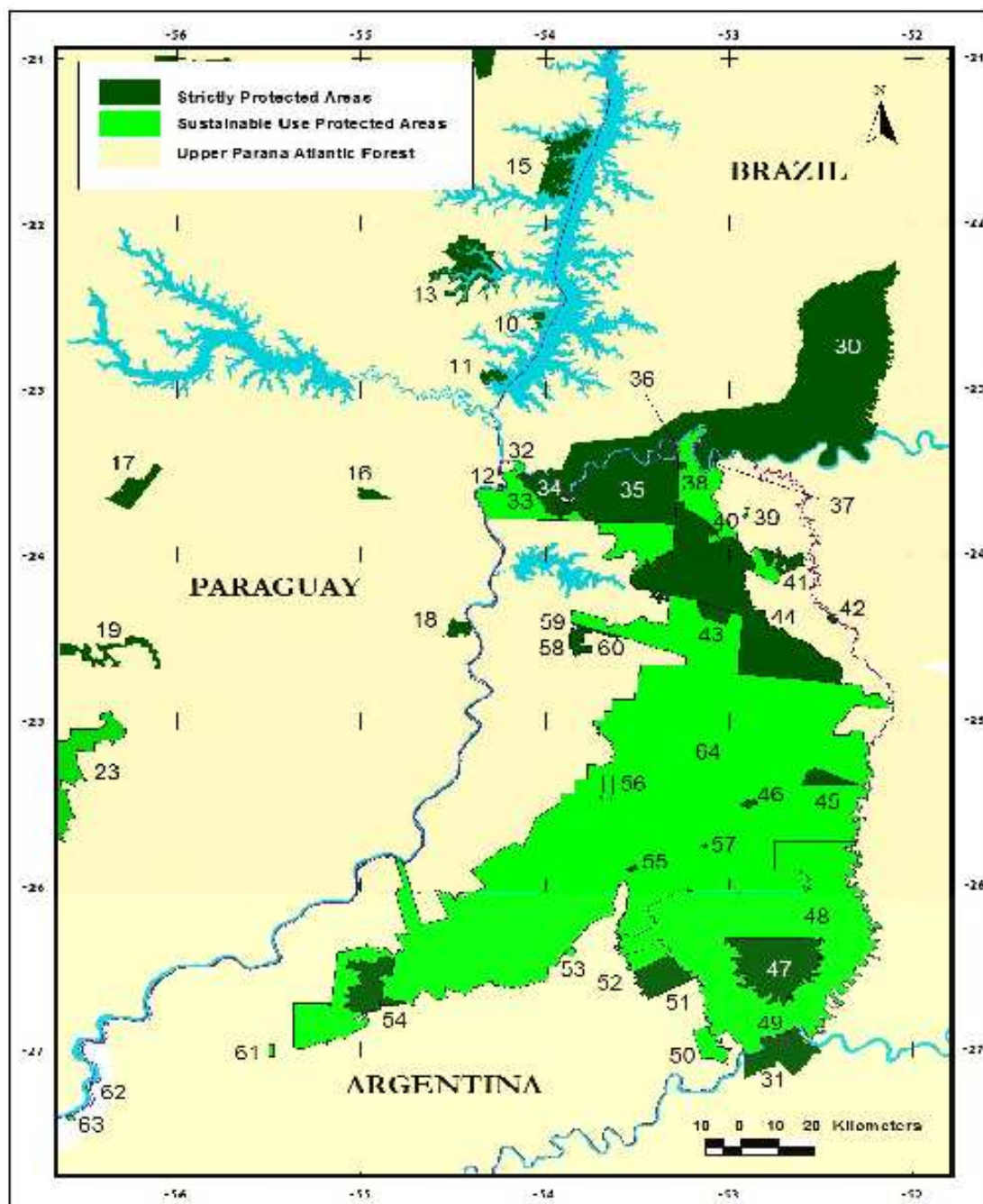


FIGURA 10 - ÁREAS PROTEGIDAS DO ALTO PARANÁ DE FLORESTA ATLÂNTICA (DESTAQUE PARA A ÁREA TRINACIONAL)

Fonte: Fundación Vida Silvestre, AR. WWF - Argentina, Brasil e Paraguai. Visión Biológica para la Ecoregion (2002)

NÚMERO	NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PAÍS	ÁREA EM HA
1	Reserva Nacional Priv. A. Blanco	Paraguai	5714,00
2	Parque Nacional Cerro Cora	Paraguai	6005,00
3	Parque Nacional Cerro Sarambi	Paraguai	30000,00
4	Reserva Indígena Cerro Guazu	Paraguai	0,00
5	Reserva Natural Bosque Mbaracayu	Paraguai	59056,00
6	Refúgio Biológico Carapá	Paraguai	2915,00
7	Reserva Natural Priv. Itabo	Paraguai	3000,00
8	Reserva Natural Priv. Morombi	Paraguai	25000,00
9	Reserva Biológica Mbaracayú	Paraguai	1396,35
10	Reserva Biológica Pikyry	Paraguai	2959,04
11	Refúgio Biológico Tati Yupi	Paraguai	1128,00
12	Monumento Científico Moisés Bertoni	Paraguai	153,00
13	Reserva Biológica Itabo	Paraguai	9885,00
14	Reserva Ecológica Capiibary	Paraguai	3759,01
15	Reserva Biológica Limoy	Paraguai	11866,00
16	Reserva Nacional Kuriy	Paraguai	2004,00
17	Reserva Natural Priv. Yapeti	Paraguai	10000,00
18	Parque Nacional Ñacunday	Paraguai	1688,00
19	Parque Nacional Caaguazu	Paraguai	12738,00
20	Parque Nacional Ybytyruzú	Paraguai	16220,00
21	Parque Nacional Ybycui	Paraguai	3804,00
22	Reserva Natural Priv. Tapyta	Paraguai	4085,00
23	Parque Nacional Serranias de San Rafael	Paraguai	58490,00
24	Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema	Brasil	73300,00
25	Parque Estadual Morro do Diabo	Brasil	36000,00
26	Parque Estadual Pontal do Paranapanema	Brasil	270679,04
27	Parque Estadual Lagoa de São Paulo	Brasil	34764,05
28	E.E. de Caiuá	Brasil	1563,04
29	Parque Nacional de Ilha Grande	Brasil	78875,00
30	Parque Nacional do Iguaçu	Brasil	185262,50
31	Parque Estadual do Turvo	Brasil	17491,40
32	Parque Nat. Mun. L. H. Rolón	Argentina	13,24
33	Paisaje Prot. Andrés Gai	Argentina	12,00
34	Reserva Nacional Iguazú	Argentina	12620,00
35	Parque Nacional del Iguazú	Argentina	54380,00
36	Refúgio Priv. Vida S. El Yaguarete	Argentina	133,00
37	Refúgio Priv. Vida S. Yacutinga	Argentina	550,00
38	Parque Provincial Yacuy	Argentina	347,00
39	Reserva de Uso Mult. F. Basaldúa	Argentina	249,00
40	Refúgio Vida S. Caá Porá	Argentina	41,00
41	Parque Provincial Guardaparque H.Foerster	Argentina	4309,00
42	Reserva Nat. Estricta San Antonio	Argentina	400,00
43	Reserva Priv. Vida S. Urugua-í	Argentina	3243,00
44	Parque Provincial Urugua-í	Argentina	84000,00
45	Parque Provincial Piñalito Parque	Argentina	3796,00
46	Provincial Cruce Caballero	Argentina	522,00
47	Parque Provincial Esmeralda	Argentina	31569,00

LEGENDA – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO ALTO PARANÁ DE FLORESTA ATLÂNTICA (CONTINUA)

Fonte: Fundación Vida Silvestre, AR. WWF - Argentina, Brasil e Paraguai. Visión Biológica para la Ecoregion (2002)

NÚMERO	NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PAÍS	ÁREA EM HA
48	Reserva da Biosfera Yabotí	Argentina	236313,00
49	Parque Provincial Moconá	Argentina	999,00
50	Reserva Priv. San M. de la Frontera	Argentina	5500,00
51	Reserva Nat. Cult. Papel Misionero	Argentina	10397,00
52	Área Exp. Guaraní	Argentina	5343,00
53	Reserva de Uso Mult. EEA Cuart. Vict.	Argentina	400,00
54	Parque Provincial Valle Del A. Cuña Pirú y Salto Encantado	Argentina	13228,00
55	Reserva Priv. Yaguarundi	Argentina	400,00
56	Reserva Priv. Tomo	Argentina	1441,00
57	Parque Provincial de la Araucaria	Argentina	92,00
58	Reserva Priv. Aguaráí-mi	Argentina	3050,00
59	Parque Nat. Mun. Lote C	Argentina	84,00
60	Parque Provincial Esperanza	Argentina	686,00
61	Reserva Priv. Los Paraísos	Argentina	440,00
62	Parque Provincial Del Teyú Cuaré	Argentina	78,00
63	Reserva Priv. Puerto San Juan	Argentina	250,00
64	Corredor Verde Misionero	Argentina	708906,49

LEGENDA – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO ALTO PARANÁ DE FLORESTA ATLÂNTICA (CONCLUSÃO)

Fonte: Fundación Vida Silvestre, AR. WWF - Argentina, Brasil e Paraguai. Visión Biológica para la Ecoregion (2002)

A partir dos dados dos parques apresentados, observou-se, na evolução desse território transfronteiriço, crescente demarcação de áreas naturais protegidas, após o início do estabelecimento do PNI-AR em 1934 e o PNI-BR em 1939. As Cataratas do Iguaçu, por estarem localizadas nesses parques, precisamente na linha internacional de limite entre o Brasil e Argentina, foram a principal razão do estabelecimento dessas UCs.

Referente à criação de Parques Nacionais em áreas de fronteiras, consiste em uma forma de incentivar o turismo e cria uma presença humana internacional e possivelmente transfronteiriça – BUTLER (2002, p. 8).

Em relação à Argentina, os primeiros Parques Nacionais estabelecidos foram estrategicamente criados para a segurança nacional e proteção das fronteiras. Cury (2003, p. 36) menciona que “verifica-se que a política da APN é orientada para a afirmação da soberania territorial e o desenvolvimento de áreas de fronteira e periféricas”. As fronteiras com o Chile, na cordilheira andina, por exemplo, se deram em áreas de litígio, e o estabelecimento dos parques foi uma forma de assegurar o território argentino. Dessa mesma forma, foi criado o PNI-AR na fronteira com o Brasil. A Patagônia e as Cataratas do Iguaçu estavam asseguradas politicamente

para os argentinos. O turismo foi prioridade para a ocupação e desenvolvimento do Sul do país, como a Província de Misiones. A atividade turística é vista como um meio de desenvolvimento para a população e a conservação da natureza, na leitura política argentina.

Em função das políticas internacionais de preservação, a partir dos 1980, os espaços naturais nas TTI elevaram consideravelmente o número de UCs em uma área de quase 1.000 km². O Gráfico 1 representa essa evolução.

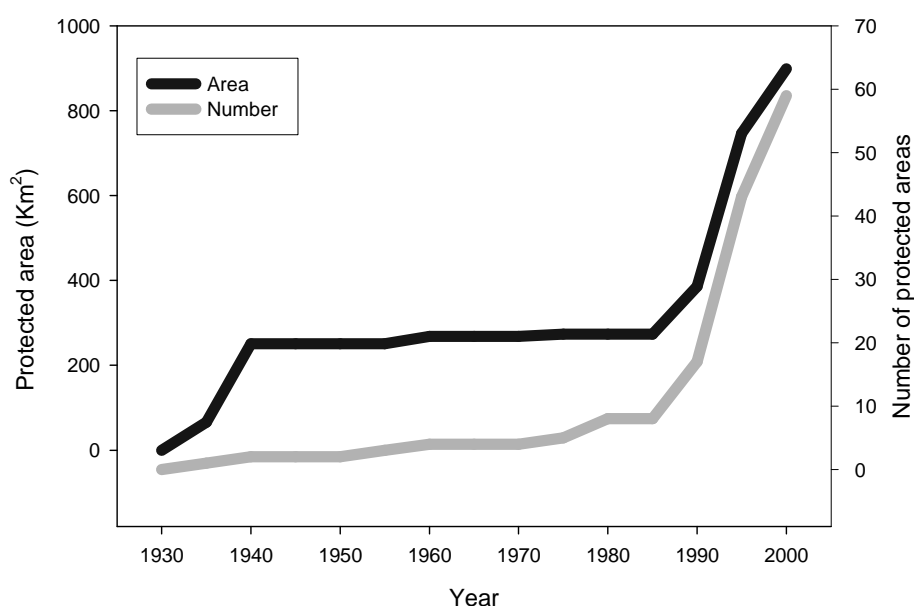


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS TTI

Fonte: Fundación Vida Silvestre – Argentina e WWF (2002) CURY (2005) In: TRIGO (2005)

O início da conservação ambiental sobre as TTI se faz nos anos de 1930. Seu crescimento, porém, foi modesto em número de unidade e áreas. A partir dos meados de 1980, ocorreu progressivo aumento até o final do ano de 2002 – já contavam com 64 UCs (CURY, 2005).

Em função dos recursos naturais centrados nas Cataratas do Iguaçu, a visitação atinge uma magnitude internacional. Esses parques são responsáveis pela

grande demanda de visitantes no Brasil e na Argentina e mantêm os Sistemas Gestores de Parques Nacionais de cada país com os maiores recursos econômicos.

Nas TTI, objeto de estudo desta tese, a abrangência dessas será verificada a partir de um centro estabelecido pela parte urbana com as cidades trigêmeas; avança rumo ao Sul da Província de Misiones, na Argentina; direciona-se, no Brasil, até próximo Cascavel, no Oeste do Estado do Paraná, e delimita-se com o PNI-BR. No Paraguai, alcança o Departamento de Alto Paraná.

Na atualidade, as paisagens são distintas sobre as TTI, em função da ocupação de diferentes povos nessa região. Para Milton Santos (2004, p. 233), “a história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade”.

A citação possibilita notar-se, pela história das TTI, a “instrumentalização” do território natural, e são verificadas aproximações, bem como forças de poderes, assim como os povos que vivem a fronteira e na fronteira e perpassam pelo espaço transfronteiriço numa interação e interconexão num cotidiano permeado pela complexidade geográfica.

3.2 O TERRITÓRIO DOS GUARANI - O *TEKOA GUASSÚ*

O universo cosmológico para os *Mbya* faz parte de todas as relações travadas no *Tekoa Guassú*, entendido aqui como a região que contém todas as aldeias das tribos guarani, carregando de símbolos suas ligações com pessoas, animais, plantas, formações ou fenômenos da natureza. Para eles, toda conduta baseia-se em suas relações divinas, buscando sempre transcender sua realidade social (LADEIRA, 2006).

Entender a humanização de uma região natural, traçar sua trajetória do início da chegada dos primeiros habitantes nas TTI não é fácil, e sim um dos grandes desafios da ciência para sua comprovação. Os conjuntos de complexos naturais que ainda permanecem como amostras da natureza original, seja em Parques Nacionais, seja em Reservas da natureza anteriormente explicitadas, remetem à paisagem natural em que vivia o povo Guarani.

Pode-se entender como se deu a ocupação sobre as TTI pelos primeiros habitantes por meio das palavras de Milton Santos (2004, p. 235): “quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo”. É por meio dos elementos mencionados pelo autor que antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores tentam explicar a dimensão do território dos Guarani.

A configuração desse território, enquanto compreensão geográfico-espacial, ainda não é registrada e demarcada oficialmente e dificilmente será realizada, em função das diversas teorias apontadas sobre o mapa da América do Sul e sua consecução geopolítica, além de outros fatores. A respeito da extensão dos interesses dos geógrafos, Paul Claval (2007, p. 219) afirma “não ser uma superfície abstrata do mapa onde reportam os resultados de suas pesquisas: ela é feita de meios de vida com os quais os homens estabelecem as necessárias relações ecológicas”. No caso das TTI, percebem-se os meios de vida e as relações ecológicas num conjunto indissociável.

Para o estudo da memória social e cultural nas TTI, os diferentes olhares interpretativos indicam a possibilidade de uma unidade territorial imaginária de um território de vida, com os rios da bacia platina promovendo, de certa forma, o assentamento dos Guarani pelo abastecimento de água, pela irrigação, pela promoção de recursos naturais que garantem a subsistência desses povos, enfim, estabelecendo uma unidade integradora.

O território Guarani, imbuído do simbolismo que lhe é peculiar, é descrito por Ernelo Schallenger (2006)⁴¹ com destacável notoriedade, quando o autor aponta as relações de natureza com a constituição do território e das territorialidades

⁴¹ Antes da apropriação ibérica, o espaço geográfico tecido pela rede hidrográfica e pelos vales da bacia do rio da Prata tinha, para seus primitivos habitantes, o sentido de terra grande, que oferecia o lugar da morada, o sítio para plantar para uns, a mata para caçar e coletar frutos para outros, as águas para pescar, banhar-se e fazer canoagem, as ervas, os remédios e os espíritos da floresta. As populações nativas, enquanto culturas especiais viviam uma relação com seu espaço habitado, que compreendia interações decorrentes da mobilidade residencial e que imprimia uma dinâmica social de dispersão e convergência, na medida em que os indivíduos e grupos se movimentavam num contínuo processo de mudança, adaptação e ajustamento. Embora a construção de suas territorialidades se desse em função da relação do homem com seu meio e da busca do equilíbrio tribal, nos momentos de ameaça desse equilíbrio pela privação de recursos naturais ou pela pressão de outras tribos sobre o mesmo espaço, as fronteiras imaginárias se deslocavam com as migrações para novos espaços para firmar morada (SCHALLENGER, E., 2006, p. 7-8).

estabelecidas geração a geração por esses povos. A natureza expressa pela terra, florestas, montanhas, vales e rios representava um todo integrado e, em muitas análises, sagrado, do qual emanavam os elementos da vida e, em função do que foram se produzindo, formas e representações a partir de mundo vivido por eles.

Os Guarani pertencem ao tronco linguístico Tupi, da família linguística Tupi-Guarani. Os grupos indígenas de língua guarani mais conhecidos no Brasil são os *Kaiowá* e *Mbyá*, que, na literatura etnológica, são do grupo *Nhandevá*; estes são conhecidos como *Chiripá*, *Xiripá*, *Ava-Katu*, *Ava*, ou *Avá-Chiripá* (ASSIS e GARLET, 2004, p. 37). Nos arredores de Foz do Iguaçu, Leste do Paraguai e Província de Misiones, sobre as TTI, encontram-se os índios *Avá-Guarani de Oco'y*.

Embora os *Ava-Guarani* sejam correntemente conhecidos como *Nhandéva* pela literatura etnológica, os que habitam em *Oco'y* não se reconhecem como tal, pois dizem que *Nhandéva* é um termo que designa aqueles que são parentes (nosso parente) e não o seu povo. Alguns dos indígenas que moram em *Oco'y* dizem ainda que a denominação *Ava-Guarani* é um equívoco nascido do jeito que os paraguaios chamam os indígenas Guarani, isso se deve ao bilíngue⁴² do país, Albernaz (2007, p. 147).

Bartolomeu Melià (1989, p. 294) afirma que, há cerca de 2.000 anos, “esses grupos que conhecemos como Guarani passaram a ocupar as selvas subtropicais do Alto Paraná, do Paraguai e do Uruguai Médio”.

Para esse pesquisador, os Guarani não eram grupos nômades, que viviam exclusivamente da caça e coleta, mas eram excelentes agricultores, que mantinham um estreito relacionamento com a terra e também com a selva, cultivando com a prática da coivara. Também eram hábeis ceramistas, que fabricavam todos os utensílios necessários a servir e preparar os alimentos, e conclui: “Como colonos dinâmicos, os Guarani continuarão sua expansão migratória até os tempos da invasão europeia no Rio da Prata (na década de 1520) e ainda em plenos tempos históricos até nossos dias”.

Saguier (1980, p. 18) diz que havia uma maior concentração desses povos em um núcleo central na mesopotâmia argentina dos rios Paraná e Paraguai e, a partir desse núcleo, estendiam-se por um território maior. Segundo ele, “Pode-se

⁴² O idioma Guarani sempre foi praticado no Paraguai, e mesmo com a imposição da cultura espanhola, a população local manteve o idioma. Desde a Constituição Nacional de 1992, o Paraguai é oficialmente um país bilíngue, com os idiomas oficiais: o Guarani e o Espanhol.

dizer que os Guaraní habitavam a atual região oriental do Paraguai, o Estado do Mato Grosso e partes da costa Atlântica, no Brasil, e a província de Misiones na Argentina, com algumas fixações em território boliviano pelo noroeste e Uruguai pelo sudeste”.

Enquanto que, segundo Ladeira (1992, p. 45), “antes da chegada dos europeus, os Guaraní integravam a grande família ou nação conhecida pelo nome de Tupi-Guarani, que habitava grande parte dos atuais territórios do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Guiana, Bolívia, Peru e Equador. O núcleo Guaraní propriamente dito centrava-se entre os Rios Paraná e Paraguai com certas prolongações”.

Dos três grupos Guaraní contemporâneos presentes, hoje, em território brasileiro (*Kaiowá*, *Nhandeva* e *Mbyá*), são os *Mbyá* que ocupam a maior extensão territorial. Vivendo em pequenos grupos familiares, os *Mbyá* apresentam-se distribuídos em várias aldeias do Leste do Paraguai, Norte da Argentina e Norte do Uruguai. No Brasil, estão localizados atualmente no interior e litoral dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, quase que a totalidade dessas aldeias encontra-se no litoral (LADEIRA, 1992, 2001).

Os Guaraní constituem uma das sociedades indígenas brasileiras mais numerosas. Atualmente existem quatro grupos Guaraní localizados na América do Sul: *Chiriguano*s, na Bolívia (60.000 indivíduos), *Kayowa* (40.000), *Chiripa* ou *Nhandeva* (30.000) e *Mbyá* (35.000), no Paraguai, Argentina e no Brasil, distribuídos no Centro-Oeste, Sul e Sudeste. No caso do litoral sul e sudeste brasileiro, uma grande concentração de *Mbyá* e de *Chiripa*⁴³, habitando o território onde viveram os *Carijó-Guarani*, seus ancestrais, até seu desaparecimento no século XVII (LITAIFF, 2008, p. 12).

Nos dados demográficos apresentados pelo artigo citado anteriormente, os Guaraní, no Brasil, são estimados em aproximadamente 6.300 indivíduos, habitando os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Paraguai eles são em torno de 9.000 e, na Argentina, eles são próximos de 350, formando assim um total de 15.650 indivíduos, o que os faz o menor

⁴³ Os *Chiripa* são o resultado da unificação de três diferentes grupos Guaraní: os *Apapocuva*, os *Oguauiva* e os *Tanigua* (cf.: Curt Nimuendaju Unkel, “As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos *Apapocuva* - Guaraní”. Editora HUCITEC, Universidade de São Paulo, SP, 1987).

subgrupo Guarani, já que os *Mbyá* são, nesses três países, cerca de 19.000, e os *Kaiowá*, cerca de 29.000.

Os Guarani atuais chegaram ao litoral do Brasil no início do século XX, provenientes do interior da América do Sul (Paraguai, Argentina e do Estado brasileiro do Mato Grosso do Sul), forçados pela invasão de suas terras por colonizadores, pelos conflitos com outros autóctones, e, principalmente, em busca de *Yvy mara ey*, a “Terra sem Mal”. Tanto no litoral como no interior dos estados do Sul e do Sudeste do Brasil, os *Mbyá* e os *Chiripa* têm sido vizinhos, por vezes coabitando uma mesma área, em razão de suas semelhanças culturais⁴⁴ (LITAIFF, 2008, p. 12).

Portanto, buscar-se-á um aprofundamento na compreensão a partir das perspectivas do povo indígena Guarani, mais especificamente dos subgrupos linguísticos *Mbyá* e *Chiripa*, pois estes ocuparam e ocupam um amplo espaço territorial que envolve, em partes, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e mantêm uma relação profunda com a Mata Atlântica, local privilegiado para o *tekoha*⁴⁵.

As aldeias dos Kayowá, a casa grande (*tekoha*), reuniam um significativo número de pessoas, representava o espaço de convergência social que compunham os assentamentos horticultores no interior da floresta e combinavam o tamanho da terra com a caça para produção e subsistência.

Os assentamentos horticultores e a disposição das aldeias não caracterizavam, contudo, um território organizado a partir de um domínio com fronteiras delimitadas. Para Schallenberger (2006, p. 9-10),

Estes representavam antes de tudo um ponto de referência e apoio, para que os seus habitantes pudessem circular em grandes extensões territoriais. Assim, os grupos de famílias relacionavam-se entre si formando uma unidade que interagia com outras aldeias e outras etnias.

Até a atualidade, os Guarani mantêm essa movimentação sobre o território, e no caso das TTI, a presença de tribos Guarani no Oeste do Estado do Paraná, Província de Misiones e Alto Paraná. É possível a observação das movimentações

⁴⁴ Em consequência dos deslocamentos de populações, até a década de 1980 os *Mbyá* não tinham nenhuma aldeia no Brasil.

⁴⁵ Bartolomeu Meliá admite que o significado da expressão guarani seja bastante difundido inclusive na população do Paraguai, e diz que “*para el Guaraní el tekoha es ‘el lugar donde somos’. Es el lugar donde se dan las condiciones para vivir humanamente. Por esto un tekoha nunca puede ser una propiedad privada. [...] El tekoha, pues, como interrelación de espacios habitables.* MELIÁ, B. (1997, p.54)

desses grupos que, apesar de dizimados na sua maioria, mantêm a sua cultura nos aldeamentos ainda existentes.

As relações de contato, que se operam desde a conquista da América, não são uniformes no tempo e nos espaços ocupados pelos Guaraní. Neste sentido, também o diálogo e as eventuais alianças com a sociedade envolvente permanecem em um processo marcado por uma contínua interrupção. Talvez o que seja instigante e atraente para os pesquisadores é que a proximidade física com os Guaraní (grandes centros urbanos estão tão próximos de suas aldeias) não é suficiente para permitir o entendimento de seus princípios e teorias. E ainda se verifica nas aldeias que, enquanto alguns Guaraní se apropriam de terminologia do nosso universo de ideias, outros não concebem analogias (LADEIRA, 2008, p. 30).

Os traços de fronteiras simbólicas observadas sobre o território Guaraní permitem-nos a identificação de elementos que constroem uma identidade territorial. Como foi mencionada anteriormente, a linguagem, os usos, os costumes, a religiosidade, a organização da vida no *Tekoha* sugerem uma territorialidade expressa na dinâmica da relação (eles por eles), em que materializaram pela vivência o desenvolvimento de uma sociedade com suas relações de poder projetadas sobre o espaço geográfico.

Os *Tekoha*, por meio da grande caminhada, acabam sendo reinventados em suas tradições, não apenas por diferenças que surgem acompanhando os novos lugares, mas também porque essa prática aproxima os grupos familiares de seus antepassados.

Nesse aspecto, o *tekoha* possibilita não apenas a sobrevivência, mas também a recriação permanente de sua identidade, suas relações sociais, sua relação com o sagrado e seu modo de ser. Nessa concepção integradora, não é possível conviver com a apropriação individual dos recursos naturais, assim como não se pode conceber a terra como propriedade particular. A própria aceitação das terras demarcadas, mesmo sabendo que essa prática, no momento atual, é a forma mais adequada para que possam recuperar um pouco das terras subtraídas no passado, necessitou de uma reinterpretação e de uma readequação na formulação dos saberes culturais. Muitos velhos, especialmente os que têm a função de líderes espirituais, continuam ignorando qualquer forma de delimitação de terras (BRIGHENTI, 2005, p. 42-43).

A confirmação da territorialidade expressa pelos Guaraní se faz, inicialmente, pela linguagem derivada do Guaraní. Schaden (1974, p. 1) menciona “que a maioria das populações indígenas encontradas pelos desbravadores

quinhentistas em terras da bacia platina falava dialetos do idioma guarani”. Essa unidade linguística lhes conferia uma unidade cultural.

Outra característica foi a construção das aldeias, a funcionalidade de instalação próxima aos rios e as facilidades que esse recurso proporcionaria para a agricultura, a pesca e, enfim, a sustentabilidade do modo de vida dos Guarani. Não se deve esquecer de que, ao mesmo tempo, esses recursos naturais foram significativos em sua mitologia e simbolismo.

O território Guarani passa a ter a sua força representativa pelos elementos da natureza, onde expressam seu mundo simbólico e vivido. As relações sociais e culturais dos Guarani expressam uma forte relação “deles” com a natureza, e sugerem-se possíveis entendimentos desta espacialidade marcada por tais povos: isso até a chegada dos primeiros desbravadores ibéricos que fazem a desconstrução dessa territorialidade e iniciam novas territorialidades.

3.3. A CONSTRUÇÃO DO MUNDO IBÉRICO NA AMÉRICA DO SUL E OS GUARANI SOB O MANTO JESUÍTICO

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a conquista dos territórios e populações indígenas era justificada em nome do "Rei" (Portugal ou Espanha) e de "Deus" (Reduções Jesuíticas). Foi nesse momento que os conquistadores, além de escravizar enormes contingentes de populações indígenas, passaram ao processo de aculturação e miscigenação com a população branca, a veicular os elementos básicos da sua cultura por meio dos jesuítas.

Rogério Haesbaert (2006, p. 124) explicita que “como os estudos de natureza e sociedade, não é possível ver o corpo social fora do corpo da natureza, pois só trata de um corpo de multiplicidades”⁴⁶.

⁴⁶ Deste pensamento os autores começam o pensamento a respeito da discussão sobre o território a partir da própria Natureza, do mundo animal. Essa discussão nos reporta à noção de híbridos de Bruno Latour (1991), e, tal como na perspectiva deste autor, oferece pistas para pensar a proliferação dos “híbridos” sociedade-natureza que os modernos produziram, mas que, ao contrário de pensá-los em seu hibridismo, continuaram sendo interpretados por meio de binarismos e das lógicas identitárias. Como o corpo sociotécnico vai se relacionar com os fluxos da Natureza? Nas sociedades tradicionais, por exemplo, esta relação se dava sem a exterioridade ou dicotomia entre os corpos. Um outro exemplo citado pelos autores e que nos ajuda a pensar este agenciamento é o agenciamento feudal. “Considerar-se-ão as misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra e o

Faz-se necessário, a partir daqui, delinear o histórico da geopolítica desses três países, que apresentam semelhanças em períodos distintos, em função da dominação econômica e de interesses internacionais. Desde o período de colonização, no século XVI, indo até o século XXI, buscou-se uma hegemonia desses países na região, e cada país da bacia platina buscou fortalecer-se, dominar e ser centro nas relações internacionais, sobretudo as comerciais.

No contexto dos fatos mencionados anteriormente, Guarnaschelli (2003, p. 26) considera quatro períodos com fins específicos:

- a) Período Colonial: desde os processos de conquista e colonização da bacia do Prata no séc. XVI, até os processos de independência nas primeiras décadas do séc. XIX;
- b) Período Independentista Liberal: sob a hegemonia britânica, é delimitada temporariamente desde a segunda metade do século XIX até os fins da segunda década do séc. XX;
- c) Período de Hegemonia Norte Americana: a partir do qual, a decadência geopolítica britânica cede a supremacia política internacional do bloco capitalista aos EUA, ganhando a influência política, econômica e cultural da potência setentrional sobre a América Latina em geral;
- d) Período de Globalização: inicia-se nas duas últimas décadas do séc. XX à atualidade.

No período colonial, há o domínio do sistema mercantilista⁴⁷. Portugal e Espanha, como países católicos, sofreram forte influência nesse aspecto. A dominação geográfica – do espaço –, assim como dos habitantes originais e da política exploratória econômica dos recursos naturais e humanos (os índios), é disseminada por toda a bacia platina, e a principal dominação trazida e implantada no corpo social existente é a espiritual. Essas foram a base da estruturação de uma nova territorialidade estabelecida em nome da coroa e do cristianismo.

As bases do Tratado de Tordesilhas estiveram atreladas à Bula de 1493 e revisada em 1494 pelo Papa Alexandre VI. O paralelo 48°W separava os domínios

corpo social, os corpos do suserano (sic), do vassalo e do servo, o corpo do cavaleiro e do cavalo (...) - é tudo um agenciamento maquínico" (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 30).

⁴⁷ Ver GUARNASCHELLI, F. P. *Lecturas geopolíticas en la Cuenca del Plata (Siglos XVI al XX)* In: LINCK T. e SCHIAVO, C. **Globalización y territorio**: nueva realidad, patrimonios colectivos y sustentabilidad en la Cuenca del Plata. Editorial Nordan-Comunidad, Montevideo, 2003.

dos países ibéricos. Consideravam as bacias hidrográficas e o relevo como elementos de separação, onde começava um domínio e terminava o outro.

A rede hidrográfica da bacia do Paraná serviu e teve o papel de rede de comunicações, assim como suporte para entrada de expedições dos exploradores ibéricos.

As explorações geográficas nos rios da Prata, Paraná e Paraguai resultaram na fundação de cidades como Buenos Aires, Buena Esperanza, Asunción del Paraguay, na confluência dos rios Paraguai e Pilcomayo. Essa representou a função estratégica de aproximação com territórios hoje pertencentes à Bolívia, que iniciariam a exploração de prata nas últimas décadas do séc. XVI (GUARNASCHELLI, 2003).

Em 1570, Juan de Garay parte de Assunção e funda as cidades de Santa Fé, e a segunda fundação do porto de Buenos Aires, que passou a ter a função mercantilista com as Índias, estimulou o contrabando com o Peru, Alto Peru (Bolívia na atualidade), e Assunção com portugueses, ingleses e franceses, burlando o autoritarismo centralizado e burocrático imposto territorialmente pela monarquia espanhola na América (GUARNASCHELLI, 2003).

Percebe-se pela linguagem e verbetes certa alusão à intenção dos espanhóis em barrarem a passagem dos portugueses, e a intenção portuguesa de rompê-la pela e para a ocupação dos territórios. Isso demonstra a fragilidade do Tratado de Tordesilhas. Então, as coroas portuguesas e espanholas estabelecem suas primeiras organizações territoriais, como forma de manutenção da hegemonia e domínio sobre as terras sul-americanas.

Schallenger (2006, p. 35-36) alerta sobre as primeiras organizações políticas a serem instaladas no território Guaraní⁴⁸. Após a instalação das capitanias hereditárias no Brasil e com o avançar do processo colonial de extração das riquezas, em 1572, esse território é dividido em dois governos: o Norte, com sede

⁴⁸ A partir de 1534, a coroa portuguesa, tendo como referência as informações da expedição exploratória de Martim Afonso de Souza, de 1530, instituiu o sistema de capitanias. Eram lotes de terras imensos que se estendiam na direção dos paralelos até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, e eram doados, através de carta foral, à pequena nobreza lusitana, em caráter hereditário. Essa divisão administrativa, implementada efetivamente a partir de 1548, mantinha vínculo direto com a coroa portuguesa, impedindo uma dinâmica interna que desse uma unidade territorial e polêmica à colônia. Surgiram vilas em torno das quais os colonos começaram uma exploração agrícola de subsistência e, em algumas capitanias, estabeleceram-se engenhos, em torno dos quais nasceram a agroindústria canavieira e a formação social patriarcal, que tiveram no tráfico negro e na escravidão a sua base de sustentação.

em Salvador, e o Sul, com sede no Rio de Janeiro. Não obtendo êxito, resulta na unificação dos governos gerais em 1578. Em função das atividades mercantis em 1621, são estabelecidos dois estados com o objetivo de ampliar a defesa territorial, o do Brasil, com sede em Salvador, e o do Maranhão, com sede em São Luís.

A coroa espanhola também divide suas terras da América em quatro jurisdições (*adelantazgos*) para ordenar sua ocupação e exploração. O território rio-platense ficava sob a jurisdição de Pedro de Mendoza e Pedro de Almagro, que integrava o vice-reinado do Peru, criado em 1542. As relações territoriais pertinentes ao que aqui se denominam as TTI passam por essas demarcações descritas por Scallenger (2006):

A luta em torno dos justos títulos, o crescente processo de povoamento da região platina e a emergência do poder local levaram a corte à criação da província do Rio da Prata, com governo próprio, subordinado judicialmente à Audiência de Charcas – órgão central de administração de justiça – e politicamente ligado ao vice-reinado do Peru. Em 1617, a região platina foi dividida em duas províncias: a que levou o nome de Buenos Aires, a sua sede, e que compreendia as áreas de convergentes às cidades de Santa Fé, Corrientes e Concepción del Bermejo; a outra, a do Guairá ou Paraguai, com sede em Assunção e que era integrada a Ciudad Real do Guairá, Vila Rica do Espírito Santo e Santiago de Jerez (SCHALLENBERGER, 2006, p. 36-37).

Com a chegada dos primeiros expedicionários jesuítas⁴⁹, a partir de 1585, por meio da extensa rede fluvial platina, passaram a percorrer as regiões mais ermas para identificarem os domínios dos povos nativos, com intuito de definirem formas de aproximação, de intervenção e de articulação entre o Estado colonial, a Igreja missionária e as comunidades primitivas. A construção, a desconstrução, a fragmentação e a reconstrução de territorialidades tornam-se expressão das mais diferentes faces do processo de formação social platina (SCHALLENBERGER, 2006, p.10).

A interferência cultural espanhola e portuguesa no território Guaraní causa uma desestruturação territorial e cultural – um processo de desterritorialização, como diz Rogério Haesbaert (2006). Nesse momento, inicia-se uma reestruturação por

⁴⁹ O nome jesuíta é atribuído aos membros da Companhia de Jesus, ou *Societatis Jesu* em latim. A ordem foi criada em 1534 por Inácio de Loyola, nobre militar espanhol, da província de Guipúscoa, portanto basco. Loyola foi ferido em batalha, e, em sua recuperação, resolveu dedicar-se às coisas da religião. A ordem foi aprovada pelo papa Paulo III em 1540. A constituição da ordem dos jesuítas naquele momento a associa imediatamente à reação católica às reformas de Lutero e Calvino. Mas eles tiveram um papel muito importante na catequese dos povos americanos. Foram grandes parceiros dos portugueses, muito antes dos espanhóis, na colonização da América do Sul (CARPINTERO, A. C. e MEDRANO, R. H., 2006).

conquistadores dotados do conhecimento. A organização católica denominada Companhia de Jesus mandou para a América espanhola seus primeiros missionários em 1585. Em 1589, esses religiosos fundaram a primeira redução⁵⁰.

Para ordenar o sistema do espaço colonial espanhol, a coroa instituiu o sistema de *encomienda*⁵¹ que delimitou áreas territoriais do seu interesse. O encomendeiro exercia o poder sobre os Guarani, sobre a força de trabalho indígena, na extração da erva-mate e transporte desse produto. Houve uma hierarquização entre os índios. Alianças foram estabelecidas entre tribos amigas, que possibilitaram certa aproximação, enlaces, mestiçagem, e na própria organização do trabalho. Aos índios amigos, não era imposta a *mita*⁵², os trabalhos eram por turnos, da mesma forma quanto aos índios comuns. Algumas instituições tribais, como o cacicado, foram mantidas, embora remoldadas pelos interesses dos colonos. Os caciques foram importantes no processo de organização do trabalho. Contribuíram significativamente na busca de índios para levá-los a cumprir com a *mita* correspondente nas *encomiendas*. Os índios amigos viviam nas cercanias ou nas próprias encomiendas e nelas trabalhavam (SCARLLENBERGER, 2006, p. 38-39).

O papel dos jesuítas é distinto na América portuguesa e espanhola. De grande importância é compreender que os padres da companhia tinham por objetivo a evangelização. Assim, tanto no Brasil como na região do Paraguai e Prata, uma de suas primeiras providências foi aprenderem o idioma dos índios.

A desterritorialização dos Guarani foi marcada pela influência e fixação cultural que fizeram ocupação e demarcação de fronteiras, ou seja, delimitaram para fins econômicos e políticos um território que lhes interessava.

As relações socioambientais descritas na composição do território Guarani anteriormente foram fragmentadas, assim como a territorialidade até então

⁵⁰ A palavra redução significa um aldeamento estruturado por religiosos para fins de evangelização ou conversão dos guaranis à fé católica (CARPINTERO, A. C. e MEDRANO, R. H., 2006)

⁵¹ O sistema de encomienda consistiu-se no passado feudal e resultou de guerras da reconquista, sendo dado aos chefes militares o título de governadores das áreas que haviam ajudado a conquistar e cabia-lhes em troca realizar doutrinação dos habitantes conquistados que eram denominados de encomendados. A encomienda na América se diferenciava da espanhola, pois aqui os índios eram considerados vassalos do rei e submetidos às suas ordens. Inicia-se todo um processo de exploração, cobrando-lhes tributos e organizando exércitos de subjugação da força nativa do trabalho (SCARLLENBERGER, E., 2006, p. 38)

⁵² A *mita* foi uma forma de trabalho indígena compulsório utilizada na América hispânica à época colonial. De origem inca, herdada pelos espanhóis, geralmente era utilizada nas minas e nas grandes propriedades, particularmente nas regiões do Peru e do Alto Peru.

estabelecida. Os fatores contribuintes para tal desterritorialização foram os assentamentos agrícolas forjados pelas *encomiendas*, os empreendimentos dos bandeirantes e a apropriação do espaço pela inversão do capital religioso para a fixação dos sítios missioneiros e através da concretização das reduções dos Guarani.

Os conflitos entre portugueses e espanhóis foram intensos, e o processo de militarização foi uma constante no litoral brasileiro e nas margens do Prata. A busca pelo caminho aurífero do Peru por essa via, o Plata, foi objeto de disputa e de valorização pela coroa espanhola.

Os jesuítas instalaram reduções desde Guaíra, ao norte, no atual Estado do Paraná, Brasil, até *Yapeyú*, ao sul, na margem direita do rio Uruguai, na atual província argentina de Corrientes, próxima da foz, na outra margem, do rio Ibicuí e, portanto, da cidade de Uruguaiana, no Brasil, e Paso de los Libres, na Argentina.

No sentido leste-oeste, as missões vão desde Santo Ângelo e São Miguel, a leste, no atual Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, até Santo Inácio Guazú, a oeste, no atual departamento de Itapúa, no Paraguai. As reduções das regiões de Guaíra e Itatins, mais ao norte, foram destruídas pelos bandeirantes paulistas. As poucas restantes foram transferidas, e a área foi efetivamente ocupada pelas missões até o terceiro quartel do século XVIII, sendo que não chegava à altura do rio Iguaçu, como seu limite norte.

As questões fronteiriças em função da instalação das Missões Jesuíticas vêm contribuir para demarcação territorial. O espaço geográfico das Missões parte de Guaíra, ocupa as margens do Paraná, passa por Iguaçu, avança o que são hoje territórios da Argentina em Misiones e no Paraguai e no Rio Grande do Sul.

Schallenger (1997, p. 217) considera que:

Inserido num contexto e numa dinâmica de projeção de interesses específicos que nem sempre estiveram em sintonia com os mecanismos de conquista e de colonização veiculados pelos estados ibéricos, o Prata passou a oferecer condições objetivas para que, a par do processo oficial de colonização, se incrementasse um movimento colonialista interno que, além de criar formas de conquista e exploração peculiares, representou, em muitas circunstâncias, uma ameaça às forças condutoras do sistema colonial, configuradas em torno da Igreja e do Estado. Periférico em relação aos grandes pólos de exploração colonial, a área de mineração espanhola e o litoral do nordeste brasileiro, e limitado na sua possibilidade de produção para a economia mercantil, forjou-se aí uma situação onde a aliança com o índio e a posterior exploração de sua mão de obra eram as únicas formas encontradas pelos colonos para objetivarem suas pretensões econômicas.

Notificou Ulrich Schmidl⁵³ que a passagem pelo rio Paraná é o contorno da fronteira. A viagem pelo “caminho que está no começo da história” demarca o início de um lugar próprio onde se dá o cruzamento do Peabiru com o “Paranazão”, o lugar de fronteira (CAMPIGOTO, 2000).

A instalação das missões jesuíticas na bacia do Paraná e Uruguai, iniciadas em Guaíra, promove o aldeamento e a disseminação do cristianismo a esses povos, que era a estratégia espanhola de garantir o Tratado de Tordesilhas. Prosperaram os núcleos de Villa Rica Del Espíritu Santu, Ciudad Real Del Guaíra.

O espaço missioneiro resultou de forças de poderes e de um jogo de alianças em constantes negociações entre quatro elementos: os índios, os missionários, os encomendeiros e a coroa. Scharllenberger (2006, p. 51) aponta que:

Sua expansão e seu deslocamento refletiram a intensidade das interações entre a proposta missionária e o mundo dos nativos, o que reforçava o interesse da coroa de fixação do território. A coroa concedia terras e a força do trabalho dos indígenas aos encomendeiros e missionários. Na medida em que as aldeias indígenas foram esvaziadas e as suas famílias desintegradas, geraram-se tensões entre os atores sociais, que por sua vez, acentuaram a fronteira entre a identidade própria e a adaptação ao outro.

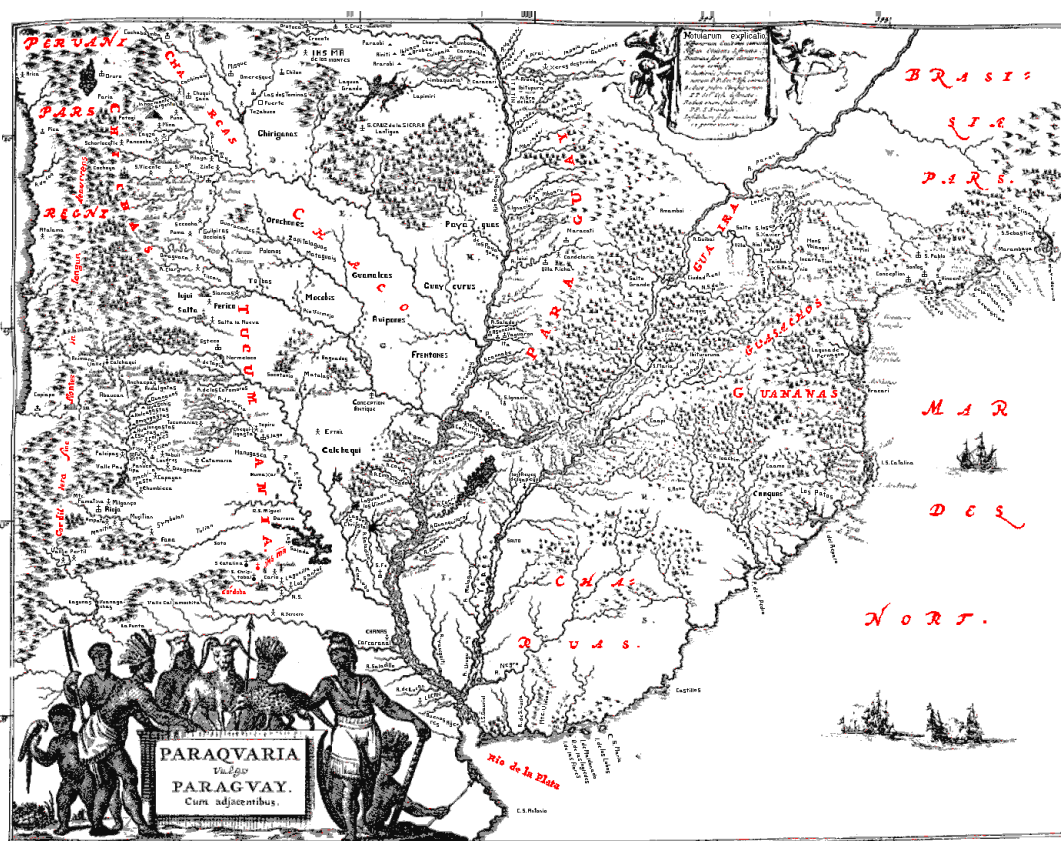
O território jesuítico estava estabelecido sob o domínio da coroa espanhola e a cruz. Nos vales do Paraná, Uruguai e Paraguai, essa nova ordem social e religiosa constituía-se um espaço de interesses políticos e econômicos⁵⁴.

⁵³ Navegador e explorador alemão, seguiu a rota de Cabeza de Vaca, na bacia do Prata, 1552. Apresentou os relatos sobre as comunidades Guarani, foi membro da expedição de Pedro de Mendoza, escreveu a primeira crônica sobre o rio de la Plata. Com sua crônica a respeito daquela viagem em busca de alimento até o rio Paraná, Schmidl abriu uma discussão de histórias retomadas de missionários, cientistas, cartógrafos através dos séculos.

⁵⁴ Vale salientar que a redução dos índios à vida civil e cristã implicava, contudo, em divergências de interesses entre encomendeiros e missionários. Os missionários buscavam estender a manifestação de Deus ao gentio, o que abria espaço para o conhecimento da realidade humana, que fora da trilha providencial deveria ser reduzida ao tempo e ao estado de salvação. O Guairá tornou-se, assim, terra de missão, a partir de um esforço concentrado de reconhecimento da alteridade indígena e da inclusão do seu espaço na cristandade. Era intolerável a concepção de uma nova alteridade (mestiços) fora da representação do ser cristão ou pagão. O ser cristão representava uma referência central para a modelação social e cultural das populações nativas, que não conheciam o plano de salvação de Cristo. Materializa-se neste sentido, a ideia de um tempo histórico marcado pelo processo de conversão do primitivo espaço vivido em um lugar de conversão para a utopia cristã – construção do Reino de Deus. O novo espaço em constituição e as vivências a serem implementadas nele implicavam em reunir os índios em povoados para livrá-los da exploração dos encomendeiros e evitar que andassem dispersos a fim de que pudessem ser alcançados, sob a mediação dos missionários, pela graça da salvação. Isso implicava, naturalmente, na mudança dos módulos sociais dos Guarani: modo de vida, regime alimentício, formas de produção de vida material,

As preocupações no estabelecimento das reduções jesuíticas estiveram não somente na construção da redução em si, mas no estabelecimento das chácaras, no cultivo rotativo de milho, legumes, frutas e algodão para que não faltassem alimentação e vestimenta aos índios. A criação de galinhas, porcos e pombas e a construção de açudes para o cultivo do pescado eram estrategicamente definidas, não só para o suprimento de proteínas, mas também para privar o índio de deslocamentos para fora do espaço da redução em função da caça, segundo aponta Scharllenberger (2006, p. 66).

A Figura 11 representa o território jesuítico sob influência missioneira espanhola na bacia do Prata. A destruição das Missões pelos bandeirantes paulistas vem confirmar a dominação portuguesa na região e a captura de índios para serem escravizados para servir de mão de obra na lavoura canavieira e, posteriormente, na mineração.



Gentileza de Las Veletas de Pedro, em <<http://www.veletas.com.ar>>

FIGURA 11 – TERRITÓRIO JESUÍTICO NA BACIA DO PRATA

Fonte: Disponível em: <http://www.veletas.com.ar/i_enlaces.html>. Acesso em: 30/05/2009.

A composição organizacional da sociedade nas reduções passou a ser encarada como um grande Tekoha, ou seja, o espaço onde os Guarani pudessem viver e produzir sua vida, só que mediados pelos jesuítas, como afirma Schallenberger (2006)⁵⁵.

A sociedade mestiça é constituída durante todo o processo de ocupação e se intensifica com a chegada de portugueses, espanhóis, franceses e ingleses na bacia do Prata. O cristianismo é difundido por cultos praticados pelos dominicanos, franciscanos e jesuítas que organizaram as reduções indígenas. Romero (2009, p. 28) descreve sobre a mestiçagem nos fins do período colonial.

Muy pronto hubo frailes criollos y mestizos. Criollos fueron también el gobernador de Asunción, Hernando Arias de Saavedra y el obispo de Tucumán, fray Hernando de Trejo y Sanabria; mestizo fue también Ruy Díaz de Guzmán que escribió en Asunción la primera historia argentina. Las razas y las ideas comenzaban a entrecruzarse. (ROMERO, 2009, p. 28)

Os espanhóis foram ajudados pelos jesuítas, os quais estabeleceram diversas reduções indígenas que duraram de 1628 a 1640 e que foram exterminadas pelos bandeirantes (Antonio Raposo Tavares, Manoel Preto, Fernão Dias Paes Leme). Estes vieram de São Paulo para garantir a ocupação portuguesa e com objetivo de reconhecimento de riquezas e aprisionamento de indígenas. Registros confirmam que 80% do Produto Interno Bruto – PIB da Comarca eram oriundos do comércio de escravos, o grande e fabuloso ciclo econômico naquele período (CROCETTI, 2007).

Na realidade, o sistema estabelecido nas reduções jesuíticas compreendia um Estado dentro de um Estado Nacional. Havia uma população constituída de Guarani, miscigenada, com estrutura social e administrativa própria, organizada pelos Jesuítas que, pela religião católica, pregavam suas doutrinas. Havia, ainda, o pagamento de impostos para a coroa espanhola. A cultura estava avançada com os conhecimentos tradicionais, havia o desenvolvimento da arquitetura, artes e música.

⁵⁵ Por esta razão, a presença dos pajés e dos espanhóis era indesejada nas reduções. Os primeiros, para não se contrapor à autoridade dos jesuítas e à apologética cristã. Os espanhóis para não contradizer o testemunho cristão e legitimar os pecados públicos. Os ordenamentos para a produção do espaço reducional. Favoreceram a mescla de elementos das culturas guarani e cristã, o que tornou a organização das reduções complexa nas suas dimensões socioeconômica e político-cultural e desafiadora para ambas as culturas. [...] *A partir destas referências era necessário despertar nos índios o gosto para o aprendizado da doutrina, a começar pelas crianças e adolescentes* (SCHALLENBERGER, 2006, p. 66-67).

Esse sistema passou a ser um desafio de uma sociedade estruturada à margem do sistema colonial ibérico e, portanto, foi destruído.

Essa fronteira viva espanhola enfrentou a rivalidade dos bandeirantes paulistas, que tinham o objetivo de caça ao índio na busca de escravos e o avanço do domínio português na bacia do Prata – era o avançar sobre “novos espaços”, incorporá-los e retirar deles o que se fazia necessário à economia da coroa portuguesa.

As negociações relativas ao Tratado de Madri, de 11 de setembro de 1748, foram encabeçadas por Alexandre de Gusmão, articulador do tratado, que acordou e aceitou a troca da Colônia do Sacramento, domínio português, pelos Sete Povos, possessão espanhola. Acreditando que os jesuítas espanhóis não aceitariam a troca, propôs que os índios e animais poderiam ser levados para facilitar a fundação de outras Missões. Com essa medida, os portugueses talvez estivessem prevendo o entrave que poderia significar para a configuração de seus interesses na região a presença constante dos Guarani. O receio de uma reação hostil dos índios em relação a eles e, o mais importante, a retirada dos índios da região das Missões propiciariam uma maior liberdade aos portugueses para fazerem o contrabando através da Colônia do Sacramento (SCHALLENBERGER, 2006).

O acordo realizado por Alexandre de Gusmão configurou-se numa questão conflitante, que poderia trazer graves consequências para o Prata, marcando o fim da experiência dos povos jesuítico-guarani, e para a Europa, com a expulsão dos jesuítas e a extinção da Companhia de Jesus.

O acordo firmado entre as nações ibéricas quanto à nova divisão de limites ou à mudança da posse dos territórios era para os índios Guarani um problema alheio à sua competência, mas as consequências desse impasse assumiriam graves proporções, resultantes dessa decisão. O normal seria que os índios continuassem habitando o seu solo nativo, trocando apenas de metrópole. No entanto, essa mudança se fez necessária, pois a Espanha receava que, na hipótese de voltarem às hostilidades com Portugal, ou caso acontecesse algum desacerto no acordo de paz feito sob a letra do tratado, os indígenas Guarani poderiam ser usados como arma por Portugal contra a Espanha, esses que outrora foram súditos de Fernando VI. Por isso, ficou acertado que as populações alfaías, gado e milicianos não deviam ficar atrelados ao domínio português (SEVERAL, 1998).

Ambos os monarcas ibéricos esperavam que os jesuítas resistissem às definições acordadas no tratado e se comprometiam a forçar a retirada do território dos Sete Povos pela força das armas.

O conflito entre os bandeirantes paulistas e jesuítas representou o conflito de portugueses e espanhóis nesse território, rompeu e avançou para o Oeste a linha do Tratado de Tordesilhas. Os jesuítas estavam subordinados aos reis de Espanha, e os bandeirantes, submetidos às leis de Portugal. Com os Tratados de Madri, em 1750, e de Santo Idelfonso, em 1777, as missões da margem esquerda do rio Uruguai ficaram todas para a América portuguesa.

A Espanha reconheceu o domínio português sobre as terras situadas a oeste da linha de Tordesilhas, terras essas que ficaram em completo abandono desde a destruição das reduções jesuíticas. Esse reconhecimento foi feito em 1750, com o Tratado de Madri. Por 120 anos, a região ficou como “terra de ninguém”, entregue ao gentio (WACHOWICZ, 2002).

Somente a partir da criação dos Estados-Nacionais sul-americanos, a situação de abandono na região das antigas reduções passou a ter a devida importância, isso em razão da necessidade de manutenção dos territórios das nações que conquistavam sua independência.

3.4 SOB OS ESTADOS NACIONAIS E A COLONIZAÇÃO EFETIVA

Nas primeiras décadas do século XIX, a era napoleônica na Europa marcou o início dos processos de independência e na constituição dos Estados-Nação sob a orientação e domínio do Reino Unido.

Havia uma falta de interdependência entre as várias partes do globo; mesmo em 1848, imensas áreas de vários continentes estavam marcadas em branco, inclusive nos melhores mapas europeus – principalmente no que diz respeito à África, à Ásia Central, ao interior da América do Sul e a partes da América do Norte e Austrália (HOBBSAWN, 2009).

As relações internacionais diplomáticas, políticas e administrativas eram frágeis ou quase inexistentes. As redes eram estabelecidas pelo comércio internacional e pelo desenvolvimento dos meios de transportes; assim, mercadores,

aventureiros, exploradores passaram a ter um conhecimento real dos longínquos espaços interiores dos continentes.

A Europa passava por crises, a economia e a constituição dos territórios forjavam o surgimento do nacionalismo e dos Estados-Nação. Hobsbawn (2009, p.133) afirma que “havia uma diferença, fundamental entre o movimento para fundar Estados-Nações e o nacionalismo. O primeiro era um programa para construir um artifício político que dizia basear-se no segundo”.

Os movimentos populacionais com ideais nacionalistas são definidos por Hobsbawn (2009, p. 134):

No entanto, fosse qual fosse sua natureza ou programa, os movimentos que representavam a “idéia nacional” cresceram e multiplicaram-se. Eles não representavam frequentemente – ou normalmente – aquilo que o século XX viria a entender como a versão padrão (e extrema) de um programa nacional, ou seja, a necessidade de cada povo de um Estado totalmente independente, homogêneo territorial e linguisticamente, laico, provavelmente republicano/parlamentar. Entretanto todos implicavam algumas modificações políticas mais ou menos ambiciosas, o que os fazia “nacionalistas”.

Os estudos sobre os processos históricos de libertação das nações sul-americanas remetem a uma breve revisão do conceito de nação. As definições clássicas sobre a nação, desde o final do século XIX, estão centradas na refutação de elementos objetivos na definição de nação (língua, religião, fronteiras naturais, interesses econômicos etc.) e na afirmação e consolidação da nação como uma entidade política e cultural profundamente histórica (RENAN, 2000, BAUER, 2000).

As abordagens sobre as experiências das formações de nacionalidades, principalmente as europeias, partem das análises iniciais sobre uma nação, um Estado e das instituições que os compõem, do conjunto cultural estabelecido sobre um território.

No Brasil, a formação do estado-moderno se dá com a cobrança de impostos, ou seja, a fiscalidade, que acrescenta elementos para a compreensão do Estado português. A exploração colonial representada na série de impostos sobre a produção brasileira, sobre o comércio, sobre o tráfico negreiro, enfim, nas atividades geradoras de excedentes para a manutenção do Império que veio se instalar na América do Sul são os elementos internos e externos que registram o nascer do País.

Em 1808, o Brasil recebeu a Corte portuguesa. Foi o primeiro acolhimento e recepção de um rei, ou imperador, nas Américas, que iria organizar o território brasileiro com iniciativas relevantes ao desenvolvimento e planejamento espacial; o estabelecimento de novas estruturas financeiras, comerciais, políticas e sociais que, na atualidade, permaneceram fortes e consolidadas na sociedade brasileira, forjando assim o Estado-Nação, por meio dos adventos trazidos pela Corte. A independência do Brasil ocorreu apenas em 1822, constituindo o Império do Brasil, tendo por monarca Dom Pedro I. A Argentina iniciou o processo de unificação e independência em 1810, mas se constituiu independente apenas em 1816. O Uruguai teve sua independência em 1828 com a intervenção do *Foreign Office* ou Ministério do Exterior britânico, que visava consolidar a livre-navegação na bacia do Prata. O Uruguai era governado pelo General Artigas.

Um dos maiores eventos ocorridos na segunda metade do século XIX, e que confirma a consolidação dos Estados Nacionais na América do Sul, foi a Guerra do Paraguai. A revisão histórica de Francisco Doratioto⁵⁶ traça novas explicações para essa Guerra, os tratados e acordos estabelecidos sobre limites e fronteiras, no qual as TTI se inserem e se formam.

O Paraguai declarou sua independência da Espanha em 1811, após a derrota da coluna militar de Manuel Belgrano, representante de Buenos Aires que foi a Assunção para submeter à Província do Paraguai ao domínio portenho. A proclamação de independência definitiva do Paraguai se fez em 1842, embora o II Congresso Geral Paraguaio, de 1813, a deixasse explicitada ao substituir a designação do Paraguai de Província para República. O primeiro país a reconhecer a independência paraguaia foi o Império do Brasil, em 1844. Nesse período, o Paraguai era governado por José Gaspar Rodríguez Francia, que impôs uma ostensiva ditadura⁵⁷.

⁵⁶ DORATIOTO, F. F.M. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

⁵⁷ Dr. José Gaspar Rodríguez Francia era advogado, diplomado pela Universidade de Córdoba, filho de um comerciante português, que impõe uma férrea ditadura e isola o Paraguai dos países limítrofes, considerados um exemplo perigoso por causa de suas turbulências. O isolamento se amplia à economia e os poucos contatos com o resto do mundo ocorrem através de comerciantes brasileiros pessoalmente autorizados por Francia. As consequências não são unicamente negativas; trata-se de uma sociedade de mestiços, com necessidades elementares; e pode renunciar sem muitos sacrifícios aos produtos ultramarinos. A diminuição das culturas destinadas à exportação (mate e, sobretudo, fumo) assegura abundantes fornecimentos para o consumo local; assim, a época de Francia corresponde a um período de bem-estar popular. O ditador, outrossim, apoia-se na plebe

Sobre as questões de limites, que são relevantes para o estudo das TTI, nesse processo de formação dos Estados Nacionais, Francisco Doratioto (2007, p. 24) descreve que o Brasil manteve um cônsul em Assunção, Manuel Correa da Câmara, a quem Francia pleiteou um tratado definitivo de limites entre os dois países, baseado no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, e recusou o critério, desejado pelo Rio de Janeiro, do *uti possidetis*⁵⁸.

A presença portuguesa entre o período colonial e imperial no Brasil não se fez de forma radical, pois o que ocorreu foi um processo de transformação social, política e econômica e que foram tomando forma do Estado-Nação que estava em constituição. Um dos mais graves e críticos problemas era a velha herança colonial e a manutenção do sistema escravocrata. Demétrio Magnoli aponta como o processo de ruptura do estágio de colônia com a metrópole em 1822 teria um significado especial: com esse marco, fora solapada a “fonte original da legitimação da soberania territorial na América Portuguesa”. Até aquele momento, havia regiões que eram partes do conjunto do Império português. De 1822 em diante, elas viriam a “corporificar o novo Estado brasileiro”⁵⁹.

O Rio de Janeiro dos fins do século XVIII ao século XIX, após a instalação da Família Real, passou a ser sede do poder, foi a constituição de uma cidade-capital, imbuída de autoridade superior, centro das decisões administrativas, políticas, estratégico-militares, comerciais, financeiras, disseminadora da cultura e das artes; enfim, centro de decisões do Brasil.

Para Magnoli, a historiografia tradicional tendeu, durante muito tempo, a ocultar os significados territoriais da colonização. O autor busca intencionalmente demonstrar, de maneira inversa, a estruturação do Império que vinha em favor da manutenção de regiões dispersas no mapa colonial, de modo a permitir a continuidade da expansão e exploração desses lugares. Percebe-se a “ruptura dos

mestiça contra reduzida aristocracia branca, que não é despojada de suas terras, mas é a principal vítima de um sistema cuja produção para o comércio tende a desaparecer. DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Título original: “*Storia dell’America Latina*”. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Giulio Einaudi Editore. s/d. (p.163).

⁵⁸ Por este, caberia a cada país o território que efetivamente estivesse ocupando no período por ocasião da independência, e assim seriam brasileiras as terras decorrentes do expansionismo colonial português. As relações brasileiro-paraguaias deterioraram-se rapidamente, a ponto de Francia expulsar o cônsul brasileiro em 1829 (DOROTIOTO, 2007, p. 24).

⁵⁹ MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, I. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijui, FAPESP, 2003. p 285.

laços coloniais, o novo Império brasileiro não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização”. Assim, a unidade é “um desafio e um programa histórico” correspondente “aos interesses concretos pela marcha de apropriação e valorização de terras empreendida pelos colonos”⁶⁰.

Na América do Sul espanhola, José Luiz Romero (2009, p. 39) confere a semelhança política e organizacional do território, que acontecia em terras brasileiras.

También las ciudades del interior comenzaron a prosperar, y entre todas Córdoba, donde abundan las casas señoriales y las ricas iglesias. A esa prosperidad contribuyó mucho la nueva organización del virreinato que, en 1782, quedó dividido en ocho intendencias – Buenos Aires, Charcas, La Paz, Potosí, Cochabamba, Paraguay, Salta del Tucumán y Córdoba del Tucumán -, y en varios gobiernos subordinados. Al frente de cada intendencia había un gobernador intendente al que se le confiaban funciones de policía, justicia, hacienda y guerra; y la autonomía que cobraron los gobiernos locales favoreció la formación de un espíritu regional y estimuló el desarrollo de las ciudades que constituían el centro de la región. Pero Buenos Aires acrecentó su autoridad no solo por su importancia económica, sino también por ser la sede del gobierno virreinal.

Os ideais de liberdade de ordem externa que chegavam à América do Sul, ou seja, a portuguesa ou a espanhola, eram da Revolução Francesa, que comoviam os intelectuais e a população letrada. Movimentos como a Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana no Brasil são exemplos daquele período. A ampliação das comunicações pela imprensa, pelo telégrafo e, portanto, a divulgação dos princípios de liberdade, foi externada à população que aderiu ao movimento de libertação.

O território não era unificado, pois havia núcleos populacionais com poder autônomo que tinham a sede de comando nas províncias, enquanto o Rio de Janeiro já abrigava o Rei de Portugal. Já Buenos Aires era a principal sede do vice-reinado e, portanto, a mais desenvolvida, com ocupação estratégica, mercantil e comercial na foz do rio Paraná, na bacia do Prata. Essa posição privilegiada do porto de Buenos Aires permitia dificultar o comércio marítimo com o interior das províncias platinas e delas com o mundo. Isso, inegavelmente, promoveu a ascensão social da burguesia portenha em detrimento das elites do interior das províncias platinas.

A consolidação da unidade nacional e integridade territorial se dão por mecanismos repressores e de cooptação, além da valorização da civilização da

⁶⁰ Ibidem, p. 294.

sociedade imperial *próxima* da Europa. Fazia-se necessário abolir o anseio do federalismo e a descentralização defendida por inúmeras províncias.

Para Gomes (2008, p. 65), a unidade e consolidação do Estado Nacional se fiozaram no segundo reinado, quando se forjava uma classe que construía uma identidade nacional⁶¹.

A geopolítica entre Brasil, Paraguai e Argentina formava-se num novo cenário que tem culminância com a Guerra do Paraguai⁶². A política interior do Dr. Francia no Paraguai, por exemplo, com produtos de exportação relacionados à erva-mate, madeira e tabaco que garantia a subsistência do país chamava a atenção entre seus vizinhos. O isolacionismo do Paraguai em relação aos países vizinhos e a ditadura instalada eram as estratégias para justificar a manutenção da independência de Buenos Aires (DORATIOTO, 2007, p. 24).

Francia também eliminou e neutralizou qualquer movimento das elites favoráveis a Buenos Aires, confiscou bens das elites e inclusive da Igreja, que teve ordens expulsas do país. Com isso, o Estado se tornou regulador de todas as atividades e detentor do comércio. Ao confiscar os bens das elites e da Igreja, o poderio econômico e o do Estado se fortaleceram. Organizaram-se as *Estancias de la Patria*, estabelecimentos estatais arrendados por camponeses ou explorados pelo Estado, com mão de obra escrava e de prisioneiros.

Nos anos de 1840, o Paraguai, governado por Carlos Antônio López, ainda procurava a obtenção do reconhecimento de sua independência, isto é, ampliar-se para o exterior e modernizar sua economia. No plano interno, mantém o autoritarismo *francista*, e na política persistiu a inexistência do Poder Legislativo e da Constituição – a qual só foi instituída em 1870.

⁶¹ O Regresso Conservador (1838) e a antecipação da maioria do imperador D. Pedro II garantiam a consolidação do Estado Nacional, a ordem escravista e agroexportadora e a retomada do projeto civilizatório. A classe senhorial, ao forjar o Estado Nacional e ao se forjar enquanto classe, construía uma identidade para o Brasil. Uma identidade que procurava, sem dúvida, espelhar-se nas nações civilizadas. Destarte, foi em torno de uma conservação, de uma ordem escravista e agroexportadora e de uma expansão, a de um projeto civilizatório em processo de construção, que o Estado Nacional se consolidou no Segundo Reinado (1840 – 1889). GOMES, A. L. A. **Brasília: espaço e lugar, de sertão a capital** (1956 – 1960). 2008. 351f. Tese de doutorado. Orientadora: Márcia Melo Martins Kuyumjian. Universidade de Brasília, 2008, p. 65.

⁶² Na revisão sobre a literatura da Guerra do Paraguai, uma das grandes referências foi CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 17. ed. Brasília: Ed Brasiliense, 1983. Essa obra retrata a Guerra do Paraguai com argumentos equivocados e conflituosos. Para esta análise, será abordada a obra de DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

As questões externas voltam ao cenário platino em que o Paraguai passou a participar em julho de 1841, quando assinou com a província de Corrientes, sublevada contra Rosas, dois tratados: um de Amizade, Comércio e Navegação e outro de Limites. Esses documentos estabeleciam o livre-comércio recíproco e um *modus vivendi*⁶³ para evitar conflitos enquanto não se chegasse a um acordo sobre fronteiras. Tais fatos abriram caminho para a Guerra do Paraguai.

Para o historiador Francisco Doratioto, a desmitificação sobre a Guerra do Paraguai que, na interpretação corrente, teria sido provocada pelos interesses imperialistas britânicos, é uma questão histórica relevante. O relato escrito em 7 de dezembro de 1864 pelo diplomata Edward Thornton, representante britânico no Paraguai e na Argentina, ao chanceler paraguaio José Borges, comprova o desinteresse da Grã-Bretanha numa guerra entre o Paraguai e seus vizinhos. A narrativa de Thornton é a seguinte: “V.E. sabe que a Inglaterra também está em atritos com o Brasil, de modo que tanto por esse motivo, como pela falta de instruções de meu governo, não poderia fazer nada de oficial com seu governo; mas particularmente sim, se puder servir no mínimo que seja, para contribuir para a reconciliação dos dois países, espero que V.E. não hesite em me utilizar”⁶⁴.

Rosas, presidente da Argentina, não reconhecia o Paraguai como país independente e dificultava a navegação e a comunicação via Buenos Aires. A intervenção de Rosas na guerra civil uruguaia (1831-1851), em apoio aos *blancos* contra os *colorados*, não era bem vista pelo Império do Brasil, que temia pela independência da República Oriental do Uruguai, país surgido após três anos de guerra (1825-1828) entre Buenos Aires e Rio de Janeiro pela posse daquele território, até então chamado de Banda Oriental pelos argentinos e, pelos brasileiros, de província Cisplatina. Sobre tais instabilidades nesses países, Doratioto (2007, p. 27) considera que “por representar uma ameaça comum ao líder da confederação foi um poderoso motivo para aproximação entre o Brasil e o Paraguai”⁶⁵.

⁶³ ROSAS, V. B. **Pequeno Dicionário Jurídico de Expressões Latinas** (2002) o “modus vivendi” consiste em: modo de viver, compromisso assumido com a justiça para ter melhor comportamento de vida. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/latim.htm#M>>. Acesso em: 16 set. 2009.

⁶⁴ DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 90.

⁶⁵ Em 28 de dezembro de 1842, Carlos López enviou uma nota ao governo imperial, na qual solicitava o reconhecimento de independência paraguaia, na primeira comunicação oficial que o governo endereçava ao Império em quase duas décadas. Em 1844, chegou a Assunção o primeiro encarregado de negócios brasileiro, José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marques de São Vicente.

Os equívocos da história da Guerra do Paraguai são vários, entre eles, o de que, no período pré-1865, o país promoveu sua estrutura industrial a partir “de dentro” e, ainda, sobre o desenvolvimento social igualitário e a educação avançada, por isso se faz necessária a ampliação desta discussão para entendimento das próprias TTI.

O autor aponta que o Paraguai, com seus próprios recursos, sem depender de centros capitalistas, chegou ao ponto de se tornar uma ameaça para a Inglaterra. Na realidade, os projetos de infraestruturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 75% das importações paraguaias, quase todas oriundas de Buenos Aires, em operações controladas por comerciantes britânicos ali instalados. Esses comerciantes concediam aos importadores paraguaios um crédito de oito meses para o pagamento das mercadorias. [...] Outro equívoco do Paraguai que apresentava uma igualdade social e educação avançada. Na realidade, havia uma promíscua relação entre os interesses dos Estados e os da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária “privada” do país enquanto esteve no poder. Os outros núcleos econômicos dependiam diretamente do aparelho de Estado para se apropriar de parte do excedente gerado pela economia, como era o caso da nascente burguesia rural. Assim, em 1860, uma libra-peso de erva-mate era vendida em Buenos Aires a um vigésimo de libra esterlina, e as exportações paraguaias desse produto para a capital argentina atingiram o montante de 190 mil libras. O Estado paraguaio pagava 25 libras esterlinas por arroba aos que tinham permissão para explorar os ervatais, e esses permissionários, por sua vez, pagavam um centésimo de libra esterlina aos trabalhadores empregados na obtenção do mate (DORATIOTO, 2007, p. 30).

As questões de limites foram retomadas em 1852, após o reconhecimento da independência paraguaia pela Confederação Argentina; os dois países assinaram um Tratado de Limites. Nesse período, a Argentina estava dividida; então, foi escrita a Constituição em Santa Fé, e instalou-se o governo em Paraná na Província de Entre-Rios. Os portenhos ficaram isolados. Com o Tratado de Limites, teria o

[...] Pimenta Bueno tinha instruções para assinar com o governo López um tratado que permitisse a comunicação com Mato Grosso, por meio da livre navegação dos rios compartilhados pelos dois países, e ainda assinou o reconhecimento da Independência paraguaia e comprometeu a buscar o reconhecimento por outras nações, o que de fato aconteceu. Assinou o Tratado de Aliança, Comércio, Navegação, Extradução e limites, não ratificado pelo governo imperial, por utilizar o Tratado de Santo Ildefonso na definição de fronteiras, e pelo qual a República restauraria o domínio paraguaio sobre aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados, que se encontravam nas mãos de brasileiros. DORATIOTO (2007, p. 29)

Paraguai seu território até o rio Bermejo, na região do Chaco, enquanto a posse de Misiones seria argentina. Contudo, o Tratado de Limites foi rejeitado pelo Congresso da Confederação, em 1855. Em retaliação a Carlos López, iniciaram-se relações com o Estado de Buenos Aires e nomeou-se um cônsul junto ao governo portenho. No ano seguinte, o governo de Paraná enviou Tomás Guido a Assunção, com instruções para obter a formalização da livre navegação dos rios, o livre-comércio e a definição de limites, as quais deveriam obedecer às demarcações do período colonial. Guido reivindicou a soberania da Confederação não só sobre Misiones, mas também sobre todo o Chaco. No final, o diplomata da Confederação obteve a assinatura, em 29 de julho de 1856, de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, e a questão de limites ficou suspensa por seis anos (DORATIOTO, 2007, p. 32).

No tocante ao Brasil, o governo paraguaio cedeu e assinou com o Império, em abril de 1856, um tratado que garantia a livre navegação, e postergou por mais seis anos a discussão das fronteiras, mantendo-se o *status quo* do território litigioso entre os rios Apa e Branco. E mesmo assim, após esse tratado, as dificuldades de navegação das embarcações brasileiras rumo ao Mato Grosso eram explícitas por parte das autoridades paraguaias (DORATIOTO, 2007, p. 32-33).

O Brasil começou a se fortalecer militarmente e buscou estratégias diplomáticas para a solução do problema com o país vizinho. Os esclarecimentos sobre os Tratados foram efetivados pelo Visconde do Rio Branco, que passou por Buenos Aires, onde assegurou a neutralidade do Império nas divergências entre esse Estado e a Confederação. Em seguida, José Maria da Silva Paranhos deteve-se em Paraná (Argentina) e assinou com a Confederação um acordo para a extradição de criminosos, de desertores e de escravos fugitivos, e firmou outro que regulamentava a navegação e o comércio pelos rios pertencentes aos dois países. Sem sucesso, o Congresso da Confederação recusou-se a aceitar o princípio do *uti possidetis*, não o ratificando.

Várias foram as tentativas do governo brasileiro em acordar com o Paraguai sobre a questão de limites e navegação na bacia do Prata, mas o Paraguai insistia no avanço das terras sobre o Mato Grosso. E se mantinha, cada vez mais, mobilizado para a preparação da Guerra.

O ano de 1862 foi um marco para as políticas internas nos países platinos. No Paraguai, Francisco Solano López assumiu o poder; na Argentina, houve a

reunificação nacional sob a liderança de Buenos Aires; no Brasil, o Partido Liberal substituiu o antigo governo. As relações do Paraguai com seus vizinhos foram se deteriorando até 1864, quando foi constituída a Tríplice Aliança⁶⁶ para enfrentar Solano López, que provocou uma série de ofensivas contra os países platinos⁶⁷.

Doratioto (2007, p. 484-485) afirma que:

No plano regional, o conflito significou a possibilidade de alterar o quadro das relações platinas. Os liberais argentinos e brasileiros, no poder em seus respectivos países, entre 1862 e 1868, não viam, por ocasião do início da luta, o Tratado da Tríplice Aliança esgotar-se em si mesmo com vitória sobre o Paraguai. Principalmente os liberais ligados a Mitre, pensavam em redirecionar as relações argentino-brasileiras, substituindo a disputa, que

⁶⁶ Esse Tratado, conhecido como "da Tríplice Aliança", definiu, no artigo 1º, sua própria finalidade: unirem-se os signatários "em aliança ofensiva e defensiva na guerra promovida pelo governo do Paraguai" esclarecendo, no artigo 7º, que a Guerra não é "contra o povo do Paraguai e sim contra o seu governo". O artigo 3º trata do "comando-em-chefe e direção dos exércitos aliados", que recaíram em Mitre, "devendo começar as operações de guerra no território da República Argentina ou na parte do território paraguaio que é limítrofe com aquele". Firmam, entretanto, as Partes Contratantes, "o princípio da reciprocidade para o comando-em-chefe, caso as ditas operações se houverem de transladar para o território brasileiro ou oriental". De acordo com o artigo 6º, "os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas se não de comum acordo, e somente depois de derrubada a autoridade do atual governo do Paraguai; bem como a não celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, se não de perfeito acordo entre todos". O artigo 7º se referia à legião paraguaia, tema que suscitaria graves problemas. "A independência, soberania e integridade da República do Paraguai" eram garantidas pelo artigo 8º, que assinalava com rigor lógico: "em consequência, o povo paraguaio poderá escolher o governo e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados e nem pedir o seu protetorado como consequência da guerra". A questão da livre navegação dos rios Paraná e Paraguai era abordada no artigo 11. Enquanto o art. 14 tratava do pagamento, pelo governo paraguaio, das despesas da guerra, bem como das reparações e indenizações; o artigo 15 prescrevia que, por uma convenção, se regulariam os temas relacionados com o pagamento da dívida "procedente das causas mencionadas". O conhecido artigo 16 estipulava as bases "que os aliados exigirão do governo do Paraguai" quando venha a celebrar, "com os respectivos governos, tratados definitivos de limites". As bases então previstas para o Tratado argentino-paraguaio iriam, finda a guerra, ser motivo de sérias dificuldades. O artigo 18 considerava secreto o Tratado "até que se consiga o fim principal da aliança", precaução que não impediu, em breve, a divulgação de seu texto. Finalmente, pelo artigo 19, estabeleciam os signatários a forma com que começariam a vigorar as estipulações do Tratado: as que independiam da aprovação legislativa, "desde que sejam aprovadas pelos governos respectivos e as outras desde a troca das ratificações". BRASIL/MRE, disponível em <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo2.html>. Acesso em 15 set. 2009.

⁶⁷ Entre dezembro de 1864 e meados de 1865, o Paraguai esteve na ofensiva militar. Solano López planejou uma guerra-relâmpago, acreditando que seu exército, ao entrar em Corrientes, seria visto como libertador pela oposição federalista argentina, que a ele se juntaria pela marcha para o Sul, a fim de derrubar o governo de Mitre. A invasão do Rio Grande do Sul, por sua vez, permitiria à coluna paraguaia chegar ao Uruguai, onde, segundo os planos, receberia a adesão dos *blancos* e se uniria as tropas invasoras vindas de Corrientes. Constituir-se-ia, assim, um Exército paraguaio três vezes mais poderoso, no mínimo do que as forças brasileiras no Uruguai, e que as derrotaria obrigando o Império a assinar a paz. Haveria neste caso, novo equilíbrio de poder no Prata: o Paraguai seria colocado no mesmo *status* do Brasil na região, e o território litigioso entre os rios Apa e Branco seria definido como paraguaio; o governo de Bartolomé Mitre seria inviabilizado e os limites entre os dois países determinado de acordo com os critérios de Assunção, e, por último, estaria garantido um porto marítimo para o comércio exterior paraguaio. [...] Era um plano arriscado o que durante toda a Guerra Solano López ordenou operações militares de alto risco, em cuja decisão não predominava o raciocínio militar (DORATIOTO, 2007, p. 475).

trazia atritos de instabilidade no Prata, pela cooperação, instrumento gerador da estabilidade e garantidos da paz na região. Tratava-se de projeto de uma verdadeira aliança estratégica argentino-brasileira, de uma “aliança perpétua” nas palavras do ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino de Elizalde, que “baseada na justiça e na razão [...] será abençoada por nossos filhos”. [...] Tanto na Argentina quanto no Brasil, essa aliança estratégica foi encampada por setores políticos minoritários, mas se desgastou aceleradamente a partir do desaparecimento de Solano López, inimigo comum. Desde 1868, os críticos dessa aliança ascenderam ao poder, tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro, e projetaram no outro aliado objetivos contrários à soberania do Paraguai: para a Argentina, o Império queria ter o país guarani como protetorado; para o Brasil, o governo Sarmiento planejava promover a incorporação do Paraguai. Essa projeção de intenções resultava, em parte, do peso das desconfianças históricas entre as duas partes, que tinham suas raízes no período colonial. Reforçadas no início da vida independente de ambos os países, as desconfianças persistiram devido às divergências entre chefes militares argentinos e brasileiros durante a Guerra do Paraguai.

A bacia do Prata, na segunda metade do século XIX, foi considerada pela Inglaterra um grande mercado consumidor, sendo sua produção integrada pela hidrovia Paraná-Paraguai. A geopolítica de *Foreign Office* se impulsionou sem grandes dificuldades na bacia platina, articulando territórios independentes da Espanha e a inserção da nova Divisão Internacional do Trabalho, com produção agropecuária e mineradora. As funções de navegação na bacia em questão foram freadas pelo desenvolvimento das ferrovias e da indústria.

As questões de limites e fronteiras com a Argentina e Brasil são analisadas a seguir⁶⁸: o Tratado com a Confederação Argentina sobre o Território das Missões de 14/12/1856; a delimitação parte da divisória do Tratado de Madri, demarcado em 1759 nos rios Uruguai, Pepiri-guaçu, Santo Antonio e Iguaçu.

O Tratado de 1885, que determinou a exploração dos rios e do território em litígio, e que completa o Tratado de Arbitramento de 7/9/1889, é, ainda, ampliado pelo Tratado de 25/09/1890, “Tratado de Quintino-Zeballos”, fazendo com que a região vivesse uma sucessão de tratados a partir da segunda metade do século XIX. A Comissão de Limites para o Território de Palmas ou Missões foi chefiada pelo Barão de Capanema (1887-1890). Nesse período, em Foz do Iguaçu, estava sendo instalada a Colônia Militar para assegurar o limite territorial – detalhes serão apresentados no capítulo 4 deste trabalho.

⁶⁸ Processo de demarcação da fronteira continental do Brasil. Departamento de Fronteiras / Ministério de Relações Exteriores, Brasil. Organização: Lia Osório Machado, Grupo RETIS, UFRJ. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/DELIMITAOFRONTfinal4.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

Entre 1892-1893, iniciou-se a arbitragem sobre os direitos do Brasil e da Argentina. O Laudo arbitral de 5/2/1895 (Questão de Palmas) foi decisivamente favorável ao Brasil, estabelecido pelo presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América. A Comissão de Limites passou a ser chefiada por Francisco Xavier Aguiar de Andrada e depois por J.M.P. do Rio Branco, da qual participou o general Dionísio de Castro Cerqueira. A pretensão do Brasil, que prevaleceu, ficou assim estabelecida: o limite passaria ao norte, pelo rio Iguaçu; ao sul, pelo rio Uruguai; a oeste, pelo rio Pepiri-guaçu e Santo Antonio. Pela Argentina, a pretensão de limites passaria a leste pelos rios Chapecó e Jangada; enquanto o Brasil defendia a nulidade do Tratado de 1777, o *uti possidetis* de 1810 e a demarcação de 1759/60.

Nesse mesmo período turbulento, a segunda metade do século XIX, foi marcada por elementos sociais e econômicos que promoveram profundas modificações estruturais no Brasil: a implantação do trabalho assalariado, a abolição da escravidão em 1888, a ampliação do mercado interno, o aumento da atividade industrial, a criação das ferrovias e aumento nas redes de comunicações (telégrafo, telefone).

O Estado de São Paulo passou lentamente a ser o centro econômico do país em função da economia cafeeira, que estava em plena expansão e que promovia de certa forma a Nação. A nova elite brasileira composta por barões do café trazia os ideais republicanos.

Em 3 de dezembro de 1870, Quintino Bocaiúva escreveu o Manifesto Republicano, com a assinatura de cinquenta e cinco personalidades ilustres do meio político, intelectual e jornalístico do Rio de Janeiro. O fato de ter a imprensa sob seu poder implicava certo tom de provocação contra a Família Real. Fundou-se o Partido Republicano Paulista – PRP, por uma assembleia de políticos e fazendeiros de café na cidade paulista de Itu, em 1873, com objetivos de representar os interesses da oligarquia rural paulista.

As crises no Império do Brasil estiveram atreladas às questões abolicionistas, militares e religiosas que levaram à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 – um golpe militar.

Nas décadas seguintes ao período militarista e conturbado, nesta região de fronteira, que envolvem as TTI, as preocupações estavam voltadas à ocupação territorial e à militarização para a garantia das terras após a Guerra do Paraguai. No lugar, prevalecia a economia ervateira, a convivência comercial e as novas notícias

que traziam os vapores de Buenos Aires do mundo para este espaço interiorano e distante dos poderes centrais.

A fase de dominação da economia ervateira foi firmemente assentada nas margens do rio Paraná, na fronteira com o Paraguai. Associada a esta pujante economia, a madeira passou a ser importante fonte de riqueza. Sobre as TTI, a base econômica ervateira se fez presente. Para Costa (1995, p. 32), “a exploração da erva-mate, com caráter sistemático, iniciou-se um século depois do desaparecimento da antiga Província Jesuítica do Guairá, na região Centro-Sul e notadamente ao longo do vale médio Iguaçu”.

As Obrages (Sedes de Companhias Administrativas), possuidoras e exploradoras de erva-mate e madeira, passaram a ser detentoras de poderes regionais. Wachowicz (2002, p. 233) aponta que “a obrage foi um tipo de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai, na Argentina e nas províncias de Misiones e Corrientes”. Esse tipo de exploração penetrou no Brasil via rio Paraná – não havia a presença brasileira nem fiscalização.

O obragero argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição. Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados mensus, todos os índios paraguaios (guaranis modernos), acompanhavam a expedição. Levavam consigo alimentos e ferramentas para a colheita da erva-mate. Desembarcavam o vapor na margem do rio Paraná e subiam as barrancas, típicas das margens dos rios da região. Eram barrancas de 50, 80, e até 100 metros de altura, cavadas pelas águas revoltas e barrentas do rio Paraná. Assim nascia um povoado que era o porto, pelo qual se escoava o mate e posteriormente a madeira, extraídos dos sertões do oeste paranaense. Desta forma, toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os Saltos de Sete Quedas, encheu-se de portos, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade. Em poucas décadas, a costa paranaense foi ocupada por dezenas de obrages, e povoada por milhares de guaranis modernos, ou mensus. Essa frente extrativa de erva-mate era, pois de capital argentino, mão de obra paraguaia e matéria-prima brasileira. (WACHOWICZ, 2002, p.234)

As obrages, para assegurarem-se, controlavam os caminhos e o acesso de populações brasileiras a essa região; isso era essencial para a sobrevivência desse tipo de exploração. Até a passagem de *prototuristas* que chegavam para conhecer as Sete Quedas e as Cataratas do Iguaçu era dificultada (WACHOWICZ, 2002). Já a produção se fez de forma intensiva com a instalação da Companhia Mate-Laranjeira, que instituiu o sistema de Obrages. A Figura 12 mostra a forma como a mão de obra

era utilizada no processo de produção da erva-mate, no caso da imagem em questão, um carregador de erva.



FIGURA 12 - COLETOR DA ERVA-MATE

Fonte: <http://images.google.com.br/imgres>

O desenvolvimento do transporte ferroviário no Paraná, com a instalação da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, surgiu pela urgente imposição do comércio de exportação polarizado pelas atividades ervateiras. A segunda ferrovia foi implantada pela influência dos poderosos interesses do mate. Foi a que ligou Guaíra a Porto Mendes, ao longo das margens do rio Paraná, que era concessão da Companhia Mate-Laranjeira. A produção de erva-mate era transportada até o porto de embarque, por vapores argentinos, descia o rio Paraná, e ia ser industrializada e

comercializada na Argentina. A maior parte do mate era contrabandeada via Foz do Iguaçu. Na alfândega de Foz do Iguaçu, era apresentado frequentemente como mate paraguaio ou produzido em Mato Grosso. Este último pagava imposto de exportação, ainda em Mato Grosso. Dessa forma, era fácil o mate paranaense ser apresentado como de outra procedência. O contrabando do mate paranaense foi enorme no final do século XIX e início do século XX, na Alfândega de Posadas; o de procedência brasileira chegava a ser registrado 5 a 10 vezes mais do que se mostravam as estatísticas brasileiras de Foz do Iguaçu (WACHOWICZ, 2002).

A figura 13 ilustra o transporte ferroviário no Oeste paranaense destinado ao transporte da erva-mate, sendo a única estrada de ferro que alcançou o Oeste paranaense, fato que demonstra a importância econômica ervateira.

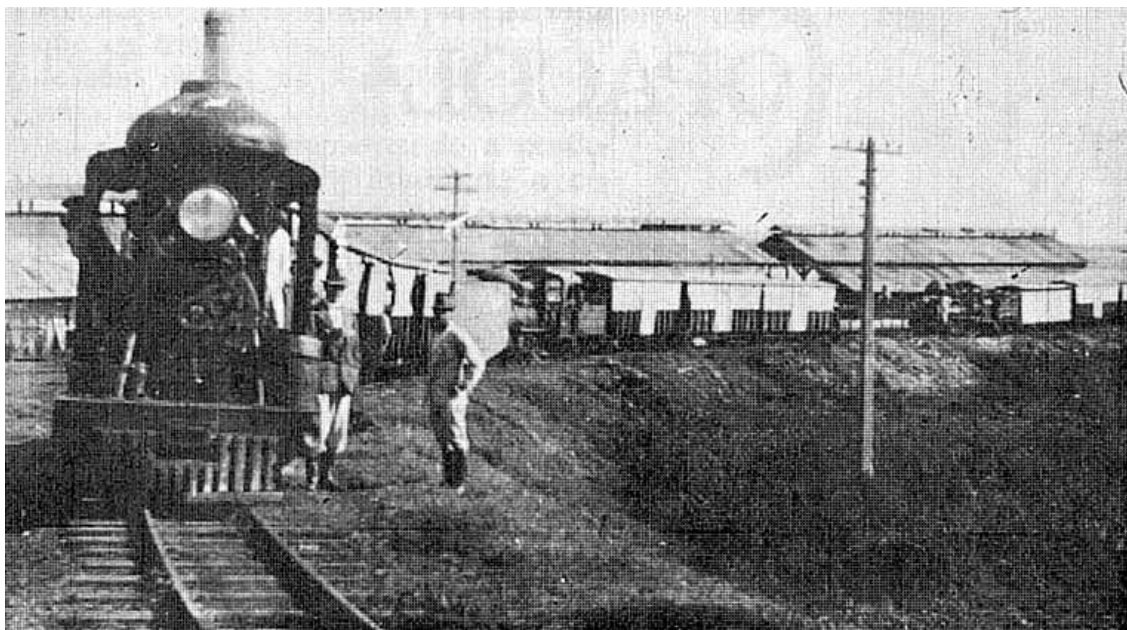


FIGURA 13 - ESTRADA DE FERRO GUAÍRA – PORTO MENDES

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dc/>

Percebe-se, nesta temporalidade analítica, que a sociedade, fruto do conjunto populacional instalado sobre as TTI, é notadamente fruto da miscigenação e das adaptações da população Guarani, ou seja, uma mestiçagem entre guaranis, paraguaios, argentinos e poucos brasileiros.

Mas se deve recordar que este processo teve início em 1888, quando a Foz do Iguaçu foi de importância estratégica – o governo imperial instalou a Colônia Militar. A política adotada passou a ser o fortalecimento da chamada fronteira

Guarani. O capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo foi escolhido para fundar essa Colônia Militar. Guarapuava foi o centro de operações, em virtude de ser o núcleo urbano mais próximo da região (WACHOWICZ, 2002).

A expedição chegou à Foz do Iguaçu em 22 de novembro de 1889. A população encontrada era composta de 324 habitantes, na maioria paraguaia, argentina e apenas nove brasileiros. A Colônia não prosperou; o contrabando era uma forma de melhoria financeira. Em 1912, a Colônia Militar foi entregue à administração do Estado do Paraná (WACHOWICZ, 2002).

Essa população, apesar de pequena, permite questionar a ideia de que haveria as TTI já naquela época. Com o fim da Guerra do Paraguai, o processo de ocupação se intensificou, e os processos econômicos a seguir foram importantes para o estabelecimento desse território, fatos que temporalmente foram se modificando, mas ao mesmo tempo, mantendo a importância geográfica da região.

Wachowicz (2002, p. 233) relata que: “todas as mercadorias consumidas em Foz do Iguaçu vinham da Argentina: alimentação, vestuário, móveis, bebidas etc. A população só tinha contato com a civilização quando chegava algum vapor argentino”.

Até o final da década de 1920, o único acesso confiável era pelo rio Paraná, via Buenos Aires. Era o rio Paraná com navegação argentina, a mão de obra paraguaia e a incúria brasileira, que permitia funcionar todo esse sistema (WACHOWICZ, 2002).

Em 1922, por determinação do bispo de Curitiba, o padre Guilherme Maria Thiletzek inspecionou a região de Foz do Iguaçu a fim de estabelecer na fronteira uma paróquia.

Os fluxos migratórios de alemães e holandeses vieram engrossar o caldo humano e oficial de populações brasileiras, argentinas e paraguaias em Iguaçu. Wachowicz (2002, p. 242) relata que “um viajante perguntou a uma cabocla brasileira sua nacionalidade, obteve como resposta: ‘*Soy brasileña, señor, gracias a Dios*’. Em Foz do Iguaçu, o português era falado apenas pelos funcionários públicos”. Na sequência chegaram imigrantes via Guarapuava e sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1930, as populações das obras ultrapassavam 10.000 habitantes, quase todos estrangeiros (WACHOWICZ, 2002). Em 1931, a mão de obra das obras foi nacionalizada por Decreto-Lei. A dependência e ligação de Foz do Iguaçu eram com a Argentina; o dinheiro circulante era o peso argentino. A

prefeitura, o correio e a Receita Federal cobravam taxas e impostos em moeda argentina.

A intensidade da dinâmica social nas áreas de fronteiras, durante os anos de 1930 e 1940, poderia facilmente sugerir a imagem de uma enorme roda-viva antropológica, a qual vem se firmando com o aumento demográfico na atualidade – é uma construção contínua.

No mesmo período, as preocupações do Governo de Getúlio Vargas com a área de Foz do Iguaçu e o Oeste paranaense foram o motivo de criação do Território Federal do Iguaçu, oficializado em 13 de agosto de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812.

Vargas mostrou-se interessado no Território do Iguaçu. Os capitalistas gaúchos queriam essas terras para realizar negócios imobiliários. Planejavam escoar o excedente de mão de obra agrícola, mercado consumidor, sendo assim uma extensão cultural do Rio Grande do Sul com fortes marcas sobre as TTI até os dias atuais (WACHOWICZ, 2002).

A criação do Território do Iguaçu, formado por terras catarinenses e paranaenses, seria uma boa saída. O Oeste desses dois estados encontrava-se pouco povoado, o que facilitava a proposta nacionalista de colonização, para resguardar o território brasileiro de possíveis interesses internacionais (CAMPINAS, 2005). A figura 14 representa a área demarcada que constituiu esse Território Federal em território paranaense.

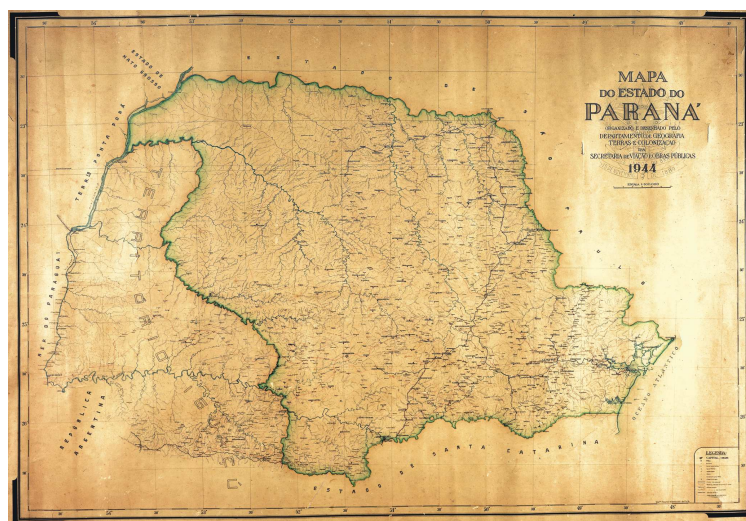


FIGURA 14 - MAPA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/livro_mapas>. Acesso em: 03/05/2009.

O Território Federal do Iguaçu teve claros objetivos, como a expansão da fronteira agrícola, povoamento e absorção do excedente de mão de obra do Rio Grande do Sul e, principalmente, assegurou as fronteiras com países da América do Sul. Getúlio Vargas, na mesma época, criou os territórios federais do Guaporé, Ponta Porã, Acre, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha pelo Decreto nº 12.417/43.

O Oeste e o Sudoeste paranaenses, quando se pensa numa dinamização territorial no Estado do Paraná, foram marcados pelo incentivo oficial da colonização, com ações claras e semelhantes às adotadas no Norte do Estado. Estabeleceram-se pequenos lotes de terra para comercialização, situados em pequenas propriedades rurais. Ainda com a preocupação da influência das populações argentinas e paraguaias sobre o território, Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, que dá origem à cidade de Francisco Beltrão.

O objetivo prático da instalação da CANGO era atrair o excedente agrícola de mão de obra do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná. Por isso, todas as condições foram criadas para a fixação dos colonos, tais como: distribuição de terras gratuitamente; a madeira seria doada para a construção de casas; as ferramentas agrícolas e sementes seriam fornecidas pela colônia; exames médico e odontológico gratuitos na chegada, e a produção seria escoada por transportes da colônia. Em 1947, havia 467 famílias e, em 1956, já eram 2.725 famílias (WACHOWICZ, 2002).

O Território Federal do Iguaçu durou três anos. Com a queda da ditadura Vargas, em 1945, e o desempenho de políticos, liderados por Bento Munhoz da Rocha Neto, em 1946, esse Território foi dissolvido, e as terras que o constituíam voltaram a pertencer a Santa Catarina e ao Paraná.

A partir dos anos de 1950, a maior parte do Oeste e Sudoeste paranaenses estava ocupada, e havia uma rede viária e agrícola estruturada, que iniciava a integração territorial com o Estado e o Brasil. A produção destinou-se ao mercado externo a partir dos anos 1970, com a introdução da soja, quando também se desenvolveu a criação de suínos e aves para os frigoríficos instalados em Toledo e futuramente em Medianeira, Cascavel e Matelândia.

O crescimento econômico se fez por redes que integravam polos de desenvolvimento. No Oeste paranaense, Cascavel passou a ter uma função

polarizadora, e Foz do Iguaçu, pela zona de fronteiras; ambas desenvolveram estruturas que vieram a contribuir para o arranjo econômico no eixo da BR-277, promovendo o incremento de cidades como São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia e Céu Azul. Ou seja, é uma região marcada como polo de desenvolvimento regional⁶⁹.

Mas não se pode esquecer de que as comunicações, os caminhos e picadas foram abertos ao longo da evolução econômica da erva-mate e madeira, no período de 1870 a 1940. A abertura e modernização das rodovias e construção de pontes vieram facilitar a ligação com Foz do Iguaçu a outras cidades do Estado do Paraná, com a Argentina e o Paraguai. O que faz a região como um eixo de desenvolvimento é a própria BR-277. Ao ser pavimentada e estabelecidas as melhorias de infraestrutura, acompanhou o desenvolvimento, convergindo os interesses econômicos regionais, como o escoamento da produção do Paraguai ao Porto de Paranaguá, modernizado para escoar essa produção. Tal estratégia do governo brasileiro foi uma das aplicadas ao país vizinho para retirar a hegemonia de Buenos Aires sobre o Paraguai, juntamente com a construção da Ponte Internacional da Amizade e o estabelecimento do Tratado de Itaipu. As relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Paraguai foram de aproximação, revisando um conturbado processo que esses países viveram após a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, que aconteceu no período de 1864 a 1870. O Paraguai ansiava por uma saída para o oceano Atlântico desde o século XVI até os anos de 1960, quando foi construída a Ponte Internacional da Amizade, e dada ao Paraguai a possibilidade de chegar ao oceano Atlântico.

Com esses arranjos territoriais, não se deixa de caracterizar as TTI no palco das vontades do poder central. Mas, sobretudo, no século XX, eram governos ditatoriais, com objetivos específicos de instalação de mega projetos de desenvolvimento, imbuídos da palavra “amizade”.

⁶⁹ Para François Perroux, “o polo de desenvolvimento não existe como uma unidade isolada, mas está ligado à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações. [...] Esta propagação feita por um caminho que liga dois polos dá origem ao que ele chama de eixo de desenvolvimento, salientando, porém, que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado à estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem, sobretudo, da capacidade de investimento adicional” (ANDRADE, 1987, p. 65-66).

3.5 UMA “AMIZADE” SELADA E AS TTI CENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quando se busca entender as TTI como centro ou nó de rede nos processos integracionistas regionais, há que se verificarem tentativas e erros na diplomacia entre as nações que regem a vida nos espaços transfronteiriços, e esses são marcantes na segunda metade do século XX.

As redes de transportes foram desenvolvidas principalmente pela Argentina, que tem seu território favorecido pela geografia física; a penetração se faz até La Paz e em regiões petrolíferas. Após a Guerra do Chaco, houve certo estremecimento nas relações Paraguai e Bolívia. Firmou-se um convênio nos moldes aos estabelecidos com o Brasil em 1938. A Bolívia usou de sua especulação diplomática para abrir uma corrida ferroviária com o Brasil e a Argentina para Santa Cruz de la Sierra.

Em 1947, no governo de Perón, com vistas a um expansionismo regional e com uma diplomacia, objetivando obter a adesão da Bolívia à Ata de Santiago em 1953⁷⁰, confessavam oposição à filosofia de constituição de blocos econômicos ou políticos regionais, quando isoladamente tentava se impor sobre o petróleo boliviano. Enfim, a Argentina perdeu, para firmas dos EUA, as concessões de exploração do petróleo que buscava na Bolívia.

Em 1953, os objetivos integracionistas na América Latina estavam próximos de fazer frente aos EUA. Era o modelo brasileiro, temperado de abertura e autonomia, que haveria de vingar e permitir a defesa dos interesses nacionalistas sem fundamento econômico.

A Argentina se aproximara do Paraguai, período de dominação do Partido Colorado, que criou profundos laços, tornando a nação virtualmente tributária da vizinha platina. A penetração dos EUA no Paraguai mantinha os serviços de cooperação agrícola, saúde, educação, cultura, missões militares e aéreas e uma assessoria de estudos, a qual liberava empréstimos pelo Banco Mundial.

⁷⁰ A Ata de Santiago foi assinada entre a Argentina e o Chile, pela qual os dois países se propunham formar uma união aduaneira limitada. Posteriormente, foram assinados tratados de "União Econômica" com Paraguai e Equador (agosto de 1953) e Bolívia (setembro de 1953). Essa intensa atividade diplomática argentina foi gradualmente diminuindo, no entanto, à medida que o governo de Perón encontrava dificuldades crescentes de sustentação política, até ser derrocado pelos militares, em setembro de 1955.

Com a retirada do Brasil pós-Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai abriu-se à penetração argentina, decaindo a dominação brasileira. Sabe-se que houve a tentativa de reverter essa tendência no primeiro governo de Vargas, com a conclusão de uma série de acordos.⁷¹

Em 1941, o chanceler paraguaio Luís Argaña, em visita ao Rio de Janeiro, discutiu a possibilidade de se criar um novo escoamento rodoviário para o comércio exterior do Paraguai, de modo a neutralizar o controle argentino sobre a navegação Guarani no Paraná. Novos acordos foram assinados que projetaram e viabilizaram a construção da Ponte Internacional da Amizade, entre o então Puerto Presidente Franco (hoje Ciudad del Este) e Foz do Iguaçu, e logo a criação de um entreposto comercial paraguaio no Porto de Santos. Ainda, outro ato relevante de Vargas, quando da visita do presidente paraguaio ao Brasil, Higino Morinigo, em que era perdoada a dívida ainda pendente da Guerra da Tríplice Aliança (SILVA, 2009, p. 12).

Com a ascensão do general Alfredo Stroessner, membro do Partido Colorado, à Presidência do Paraguai, em 1958, ocorreu uma inversão nesse período da visão da hegemonia argentina para a brasileira. Houve esforços por parte do chanceler José Jobim e de Raúl Peña para a concretização da rodovia que ligaria o Brasil ao Paraguai. O comércio entre esses dois países era nulo, mas o Convênio de Comércio Fronteiriço⁷², recentemente firmado, poderia modificar drasticamente essa situação, caso as rodovias fossem concluídas e pavimentadas.

⁷¹ Com o retraimento brasileiro, a hegemonia argentina perdurou sem modificações notáveis até 1941, quando Getúlio Vargas realizou a primeira visita oficial de um governante brasileiro ao Paraguai, o que inverteu o rumo das relações entre os dois países. Essa visita foi marcada pela assinatura de diversos acordos sobre comércio e intercâmbio cultural. A nova dinâmica de aproximação criada por esses acordos ensejou um aumento significativo de iniciativa pontuais de grande relevância, como intercâmbio educacional (estudantes-convênio), treinamento de funcionários e técnicos, aumento da dotação diplomática brasileira em Assunção e da cooperação militar, com início, em 1942, das atividades da Missão Militar Brasileira de instrução no Paraguai e a inauguração das atividades do Correio Aéreo Nacional (SILVA, (2009, p.12).

⁷² A amplitude deste Tratado confere amplos poderes comerciais ao Brasil e ao Paraguai. Destacam-se os artigos I e XXII, que se referem especificamente à economia relacionada ao TTI. TRATADO GERAL DE COMÉRCIO E DE INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI. Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, Animados do desejo de fortalecer os tradicionais laços de amizade que unem os dois países, Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar de suas populações, através de uma política de cooperação que estimule e discipline o seu intercâmbio comercial, e que contemple também, medidas destinadas a encorajar, em condições mutuamente vantajosas, as correntes de inversões de capital e o intercâmbio de assistência técnica, Resolveram celebrar um Tratado Geral de Comércio e de Investimentos, baseado no princípio de igualdade de tratamento, em sua forma incondicional e ilimitada, e na outorga de mútuas e recíprocas

Em 19 de abril de 1958, os tratados de cooperação por parte da chancelaria brasileira e da paraguaia instruíram sua embaixada em Assunção, no sentido de iniciar as gestões necessárias para que o governo paraguaio colaborasse com a realização de estudos tendentes ao aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas e à aplicação industrial da energia elétrica.

O Brasil em si apresentava projetos concretos ao Paraguai, como: o aproveitamento dos saltos de Mondai e Acaraí, o uso e aparelhamento do porto de Paranaguá para exportações e importações do país, a construção de estradas dentro do território paraguaio, o pagamento do empréstimo de 1942, apoio moral, técnico e militar, fornecimento de armas. Criavam-se, condições para uma corrente de imigrantes brasileiros que iria promover a agricultura em uma faixa lindeira do país.

Dois graves problemas preocupavam a chancelaria brasileira no Paraguai. O Paraguai ambicionava tornar-se condômino do setor das Sete Quedas do rio Paraná, pelo revisionamento do critério adotado pela Comissão Mista Demarcadora de Limites entre 1872-1874, embora não estivesse disposto o Brasil a ceder, ante um direito considerado líquido e inalienável, a área pretendida. Euclides Zenóbio da Costa sugeriu ao Itamaraty abrir as negociações, invocando o estado favorável às relações bilaterais.

Outro problema a demonstrar a autonomia paraguaia diante dos interesses brasileiros teve origem na criação da zona franca em uma área de Puerto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Este), contígua à cidade brasileira de Foz do Iguaçu e à

concessões e vantagens, e, para êsse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber: O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Sua Excelência o Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, General de Exército Alfredo Stroessner, a Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Sapena Pastor, ministro das Relações Exteriores do Paraguai; Os quais depois de haverem trocado os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, Convieram no seguinte: **ARTIGO I** As Altas Partes Contratantes reconhecem como de seu mútuo interesse fomentar e estimular um permanente intercâmbio comercial e financeiro entre os dois países e, por conseguinte, esforçar-se-ão para promover e diversificar suas operações comerciais e financeiras da maneira mais ampla possível. **ARTIGO XXII** Com o objetivo de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países e estreitar as relações de amizade entre os dois povos, por meio de um maior conhecimento mútuo, as Altas Partes Contratantes proporcionarão as maiores facilidades possíveis às vantagens de turismo, à sua propaganda, às atividades dos viajantes de comércio e à entrada e saída de amostras e mostruários. Divisão de Atos Institucionais. Ministério das Relações Exteriores. **TRATADO GERAL DE COMÉRCIO E DE INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_parg_52_3170.htm>. Acesso em: 22 set. 2009.

ponte internacional que as vincularia. A criação dessa zona foi estabelecida por um convênio firmado em 26 de fevereiro de 1960, com o Governo de Stroessner e a empresa estrangeira *Foreign Markets Trading Corporation*, que se tornou administradora do empreendimento CERVO (2007, p. 162).

Nesse mesmo período, teve-se a criação do Tratado de Montevidéu em 1960; é estabelecida a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que manteve um modelo de natureza fechada, protecionista de desenvolvimento adotado isoladamente por seus membros, pela competição por pequenas áreas de preeminência entre os grandes países da América do Sul. As rivalidades econômicas em função da hegemonia no continente eram por parte da Argentina e do Brasil⁷³, e isso repercutiria nos acordos entre Brasil e Paraguai (CERVO, 2007).

Retomando as questões político-diplomáticas entre Brasil e Paraguai, um ano depois de criada, a missão brasileira denunciou inconvenientes para os dois lados das atividades desenvolvidas pela empresa. Segundo relato encaminhado por Gomes Pereira ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, a zona franca paraguaia nasceu em 1960 como um “centro de contrabando em larga escala para o Brasil”, desenvolvendo-se nesse um comércio ilegal “com o conhecimento das autoridades fronteiriças paraguaias” e contando, de outra parte, “com a cumplicidade de indivíduos residentes no território nacional”. Embora devesse dedicar-se a fomentar a industrialização da zona por força de dispositivos de convênio, a *Foregin Markets* restringiu-se ao comércio e ao contrabando de uísques, cigarros americanos, rádios, produtos de nylon e outros que lhes asseguravam lucros fáceis (CERVO, 2007, p. 162).

Deve-se recordar ainda que, em 1954, Vargas autorizou a construção da estrada ligando Coronel Oviedo ao rio Paraná, e, em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi assinado o convênio que permitia o financiamento da

⁷³ O chefe da delegação argentina, no sexto período de sessões da ALALC, afirmou, em 1966, que antes de defender a associação era mister em defender a Argentina. Supunha-se, então, que a liberalização comercial que se seguiu na Associação Latino-Americana de Livre Comércio representava uma ameaça à sobrevivência de muitas indústrias argentinas, daí a necessidade de defender a Argentina. Uma guerra comercial iniciava-se dentro da ALALC, segundo essa mesma imprensa argentina, decorrente da intenção brasileira de utilizar o Tratado de Montevidéu como instrumento para solapar uma suposta hegemonia argentina no Cone Sul do continente. Argumentava-se, contudo, em favor da expansão do comércio bilateral, sem se atinar que ele era, além de favorável ao Brasil, um comércio não competitivo. Com efeito, os três principais produtos argentinos de exportação para o Brasil, em ordem decrescente de valor, eram o trigo (83% do total), a maçã e o azeite de oliva; e de importação provinda do Brasil, na mesma ordem, as madeiras (69% do total), os produtos siderúrgicos e o café. CERVO, A. L. **Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 77.

obra. Nesse mesmo período, acordaram que o Brasil levantaria estudos e pesquisas sobre o aproveitamento hidrelétrico entre os dois países.

As relações do Brasil com o Paraguai, principalmente a partir dos anos de 1950, se intensificavam e, com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, em 27 de março de 1965, e da BR-277, em 1969, é que houve a efetivação do corredor de exportações Paraguai-Paranaguá, e parte da hegemonia subcontinental foi cedida ao Brasil. Com a crise do petróleo em 1973, são revistas as possibilidades de ativação da navegação no Prata (GUARNASCHELLI, 2003).

A geopolítica dos EUA na bacia do Prata iniciou-se no princípio da Segunda Guerra Mundial, de caráter defensivo-ostensivo para enfretamento bélico. Com o fim da Guerra Mundial, teve início a Guerra Fria com blocos definidos em capitalistas e comunistas. A criação do “Heartland e o Rimland”, o “Heartland de Chacras”, consistia em áreas de domínio e controle político de valor estratégico militar e, conseqüentemente, a hegemonia política da região, a qual *salvaria* a América Latina do processo de Guerra Fria, o lugar era a Bolívia (GUARNASCHELLI, 2003).

Golbery do Couto e Silva, em 1967, afirmou que: “Bolívia, juntamente com Paraguai, Rondônia e Mato Grosso, formam uma soldadura que une os setores geopolíticos da América do Sul”. O Rimland se definia nas costas do rio do Prata. A institucionalização do Tratado da bacia do Prata, em 1967, veio firmar acordos de cooperação e complementação econômica, revisão de normas jurídicas, aos rios, conservação, obras e aceleração do progresso, buscando, assim, uma segunda independência e libertação da interferência norte-americana (GUARNASCHELLI, 2003).

Iniciou-se um novo desenhar cartográfico na fronteira. Foram as aspirações da Ata do Iguaçu em 1966. Esta estabeleceu o Tratado de Itaipu e instalação da maior Usina Hidrelétrica do mundo na época.

Com o formato do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional – UHIB, na fronteira do Brasil e do Paraguai, duas outras preocupações foram suscitadas pela embaixada brasileira em Assunção: o repentino interesse dos capitais e empresas estrangeiras ante a perspectiva de que o Paraguai estaria dando um passo gigante rumo ao desenvolvimento econômico.

Em 1973, instituiu-se a Itaipu Binacional, ou seja, uma nova territorialidade estabelecida no território em estudo, com *jurisdição própria* e inovadora nas relações internacionais. Esse processo do direito internacional e de cooperação entre o Brasil

e o Paraguai impulsionou a integração regional por uma empresa pública internacional, com natureza jurídica de direito privado, estabelecido um condomínio no uso dos recursos naturais e detentora de plena capacidade jurídica, financeira e administrativa⁷⁴. Isso sem mencionar o impacto territorial, tanto físico quanto humano, com a formação de um lago com uma área de nível máximo de 1.350 km², numa extensão de 170 km, com queda bruta de 120 m e um volume com nível normal de 29 bilhões de m³. As interferências ambientais do empreendimento desapropriaram agricultores das margens que seriam alagadas. Posteriormente, estabeleceu-se um corredor verde de mata ciliar, com uma previsão do plantio de 20 milhões de árvores para a proteção das margens brasileira e paraguaia. Itaipu-Binacional veio provocar interferências proporcionais ao seu tamanho na sociedade local e na economia, com a chegada de uma população de diferentes pontos do território brasileiro – e não apenas deste. Várias construtoras de diferentes regiões

⁷⁴ Verter-se no estudo de ITAIPU revela a construção não somente de uma barragem hidrelétrica, mas de uma nova realidade econômica, social e jurídica. ITAIPU tem significativa riqueza para a Ciência Jurídica, sendo um marco repleto de ensinamentos, um impacto notável e positivo no conteúdo das normas jurídicas em vigor.

O Tratado de ITAIPU foi ratificado simultaneamente em Assunção e Brasília em 02/08/73, entrando em vigor em 13/08/73, data em que os instrumentos de ratificação foram trocados, em Assunção. A ITAIPU Binacional representa um marco no direito internacional, podendo-se destacar como peculiaridades e relevâncias o fato de: ser a pedra fundamental da cooperação e integração entre os Países-partes do MERCOSUL; ser uma entidade de Direito Internacional singular; ter sido construída sob o conceito de condomínio sob a soberania comum dos dois Estados signatários; ter como partes (sócios) a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás e a *Administración Nacional de Eletricidad - Ande*; ser detentora de plena capacidade jurídica, financeira e administrativa; ter duas sedes, Brasília e Assunção; ser administrada por uma empresa constituída de natureza binacional; ter o ente ITAIPU Binacional total imunidade tributária em ambos os países.

ITAIPU consiste mesmo em singularidade, sua criação deveu-se a um ato internacional entre Estados que, no exercício das respectivas soberanias, de comum acordo, conferiram-lhe personalidade jurídica. Assim, toda sua dinâmica decorre da mesma fonte normativa, ou seja, o seu objetivo, capacidade e responsabilidade, recursos, procedimentos e estrutura são aqueles disciplinados e delimitados no Tratado.

Do ponto de vista formal, o Tratado de ITAIPU compreende primeiro um conjunto de disposições gerais que concernem às partes contratantes e às instituições designadas ou criadas para sua execução, e inclui também três anexos: o Anexo A consistente no estatuto da sociedade ITAIPU-Binacional, encarregada da construção das obras e exploração dos recursos hidrelétricos; o Anexo B, destinado às instalações da produção de energia elétrica e as obras auxiliares; e o Anexo C, das regras que regem a gestão financeira e o fornecimento dos serviços de eletricidade da ITAIPU-Binacional.

Além do texto do Tratado e seus anexos, embora não estejam formalmente incluídas em seu texto, fazem parte do arcabouço legal da entidade binacional ITAIPU, as seis notas diplomáticas trocadas entre os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países. O tratado de ITAIPU acarretou na assinatura de uma série de instrumentos internacionais que formam o arcabouço jurídico para utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata. O conteúdo desses acordos e a prática dos Estados signatários revelam uma grande unidade do direito fluvial, e mais, as inovações no âmbito internacional.

PORTUGAL, Heloisa Helena de Almeida. As Empresas Binacionais: a singularidade de Itaipu. **Anais:** Trabalho Apresentado para o IX Encuentro Internacional de la América del Sur, dias 11, 12 e 13 de outubro de 2000. La Paz, Bolívia.

vieram para a construção e, por conseguinte, trouxeram seus técnicos acompanhados de suas famílias, além de milhares de homens solteiros.

Nas questões territoriais, a UHIB representou estratégias claras de aproximação do Brasil com Paraguai. A ligação rodoviária com o oceano Atlântico, fortalecimento das relações internacionais econômicas e comerciais são fatos concretos nas ações políticas dos dois países ainda nos dias atuais; para o Oeste paranaense e o estabelecimento da BR-277, ligando Assunção e Paranaguá a diferentes e distantes pontos do planeta.

O processo de globalização foi marcado nas duas últimas décadas do século XX, inegavelmente; os mega projetos desenvolvidos no Cone Sul, além da fundação do MERCOSUL, e os acordos geopolíticos, integracionistas e econômicos vêm contribuindo para que novas territorialidades sejam estabelecidas como forma de união, cooperação e desenvolvimento para uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade de povos que foram, em toda a sua história, alvo da exploração mercantilista e capitalista agressiva.

Os incentivos e modernização, aplicados nos solos do Oeste paranaense e Leste paraguaio, abriram novos campos agrícolas destinados à produção de exportação da soja, milho e trigo. A Itaipu e a modernização agrícola propiciaram a redução das pequenas propriedades rurais. A Foz do Iguaçu e Cascavel consolidam-se como centros urbanos regionais numa região complexa e transfronteiriça.

Não se abre mão de que a construção histórico-geográfico-territorial marca a vida e o meio ambiente nessa região transfronteiriça e dá contornos de entendimento e definição das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI.

E isso será comprovado quando, na sequência, forem analisados os componentes da complexidade que regem a vida nas TTI neste princípio de século XXI.

4 DAS CIDADES DE FRONTEIRA AS TTI

Este capítulo contextualiza a área urbana das TTI, no Paraguai, Ciudad del Este, Puerto Franco, Hernandarias e Minga-Guazú; na Argentina, Puerto Iguazú, e no Brasil, Foz do Iguaçu. A leitura sobre tais cidades segue um viés territorial sobre as relações geográficas, históricas e sociais estabelecidas envolvendo as questões políticas e econômicas na atualidade, sem desconsiderar os eventos formadores do passado, que compõem a centralidade do território em questão.

Considera-se, ainda, a paisagem geográfica representada pelos Parques Nacionais do Iguaçu e as redes estabelecidas de forma interligada pelos corredores da biodiversidade. Bem como os traços culturais da influência Guarani, na perspectiva do contato de diferentes línguas como o guarani, o espanhol e o português, que caracterizam uma cultura e um grupo social, com territorialidades históricas – expressas temporalmente.

As bases econômicas que sempre estiveram presentes dando suporte à ocupação e à mobilidade populacional, além das relações de poder sob este território, proporcionaram em diferentes momentos na história das TTI, alcançando o aparecimento de uma população multiétnica que ajuda a traçar a territorialidade, sejam as comunidades que vivem na fronteira ou os grupos que passam, sejam turistas ou compristas⁷⁵.

No sentido da complexidade existente nas TTI, se faz necessário entender a dinâmica de suas cidades formadoras, pois cada uma possui sua peculiaridade, mas, ao mesmo tempo, possuem características unificadoras, não pelo simples fato de ocuparem um mesmo espaço, mas pelo fator humano que representa uma das maiores marcas e amalgama as TTI em si.

⁷⁵ Nas TTI, o termo comprista refere-se ao conjunto de pessoas que vai a Foz do Iguaçu e Ciudad del Este com o objetivo de visitar e gastar no mercado paraguaio. Isso envolve tanto os sujeitos sociais que praticam o turismo de compras quanto todas as categorias de trabalhadores que atuam na compra e venda de produtos disponibilizados no Paraguai, como é o caso dos sacoleiros e os laranjas.

4.1 CIUDAD DEL ESTE – PARAGUAI

Esta área urbana está localizada na porção oriental do Paraguai, capital do Departamento de Alto Paraná. Em sua conurbação encontram-se quatro municípios: Presidente Franco, Hernandárias, Ciudad del Este e Minga-Guazú.

A cidade de Presidente Franco está na confluência dos rios Monday e Paraná; sua denominação é em homenagem ao presidente Manuel Franco, presidente do Paraguai no período de 1916 a 1919⁷⁶.

Os dados censitários são da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos – DGEEC do Paraguai (2007). O município conta com 68.242 habitantes, dos quais 33.998 são homens e 34.245 são mulheres.

O crescimento urbano funde-se com Ciudad del Este provocado pelo aumento demográfico. As características que integram esta espacialidade estão associadas aos aspectos educacionais, econômicos e de infraestrutura urbana.

Presidente Franco é considerada uma cidade dormitório, pois a maioria de seus habitantes desenvolve atividades de trabalho formal ou informal em Ciudad del Este, constituindo parte desta área conurbada.

Fundada em 1929, por Don Vicente Matiauda, será a primeira das cidades desta concentração urbana a ser estudada no conjunto formador sobre as TTI. Presidente Franco constitui um dos principais portos fluviais do Paraguai, no transporte de madeiras, erva-mate e, na atualidade, no transbordo de cargas de soja.

O município detém atrativos turísticos naturais, como os Saltos del Monday, a estação do Tape Avirú, destinados a esportes de aventuras, o Monumento Científico Moisés Bertoni, de interesse botânico, étnico e histórico, e o marco das três fronteiras. As atividades econômicas estão, também, atreladas à exportação madeireira e com a presença de várias serrarias. A agricultura da soja é de relevância para a economia⁷⁷.

⁷⁶ Os dados apresentados são das obras literárias **Geografía Ilustrada del Paraguay**, Distribuidora Arami SRL; 2007. **Geografía del Paraguay** Primera Edición, 1999, Editorial Hispana, Paraguay SRL.

⁷⁷ As principais indústrias instaladas são de laticínios, óleo de soja e processamento do palmito. A cidade vem adquirindo características de uma cidade comercial, que vive de seus recursos e atrativos turísticos. **Geografía Ilustrada del Paraguay**, Distribuidora Arami SRL; 2007.

A cidade de Hernandárias localiza-se ao norte de Ciudad del Este, está delimitada pelos rios Paraná e Acaray. Sua demografia, segundo estimativas da DGEEC (2007), é de 79.735 habitantes, sendo 40.389 homens e 39.346 mulheres. Foi elevada à condição de município em 26 de julho de 1938. Economicamente, Hernandárias esteve inicialmente dependente da produção ervateira quando se estabeleceu a fábrica de erva “Indústria Paraguai”. O desenvolvimento urbano foi impulsionado pela construção das usinas hidrelétricas de Acaray em 1968, e de Itaipu, entre 1976 e 1982.

A área agrícola é destinada à produção e exploração do palmito, milho, hortelã, café, algodão, arroz, feijão, trigo e soja. É destaque a pecuária bovina de corte e leiteira, exploração madeireira e comércio.

Os atrativos turísticos principais, além das usinas hidrelétricas de Acaray e UHIB, são os constantes da obra *Geografía Ilustrada del Paraguay*, (2007):

- a) Reserva Biológica de Itabó, situada a 80 km da cidade de Hernandárias, com uma superfície de 13.807 ha, com uma topografia ondulada. O rio Itabó cruza a reserva de oeste para leste com seus afluentes. Predominam espécies como a imbuia, o cedro e outros exemplares;
- b) Museu da Terra Guarani - trata-se de um museu interativo dividido em dois espaços: o mundo Guarani em que está representada a cultura e a forma de vida das antigas populações Guarani desta região, economia e história de aproximadamente 10 mil anos; o segundo espaço está compreendido ao mundo das ciências, com exemplares de animais, taxidermizados, que viviam neste território. Este museu está a 7 km de Ciudad del Este, no Centro Ambiental de Itaipu;
- c) Museu de História Natural que tem amostras de plantas e animais deste espaço;
- d) Zoológico de Itaipu, com uma área de 12 ha, abriga espécies locais resgatadas pela operação mimba-kuera⁷⁸;
- e) Viveiro Florestal, com amostras de plantas da região que produz anualmente cerca de 200.000 mudas de mais de 500 espécies

⁷⁸ A operação “*Mymba Kuera*”, que em Guarani significa pega bicho, consistiu na captura de animais no período de formação do reservatório; salvaram-se 36.450 animais que foram direcionados nos Refúgios biológicos estabelecidos nas margens brasileira e paraguaia (MONTEIRO, 2000).

ornamentais, frutíferas e nativas. As plantas do viveiro são utilizadas para o reflorestamento de áreas degradadas e para a segurança das margens do lago de Itaipu, paisagismo e entidade que venham a solicitar;

- f) Estação de Aquicultura, onde se criam espécies de peixes, conta com laboratórios, tanques, incubadoras e de recursos humanos capacitados. As principais espécies são: pacu, carimbatá, dourado, surubi, etc.;
- g) Refúgio Tati Yupi, localizado nas margens do lago de Itaipu e do rio com a mesma denominação do refúgio, apresenta visitas guiadas e passeios pelo lago.

Minga-Guazú é outro município que compõe a urbanização paraguaia, com 60.719 habitantes dos quais 31.358 são homens e 29.361 mulheres⁷⁹. Conurbado com Ciudad del Este, foi fundado como Colônia em 14 de maio de 1958 para dar início à Colônia Presidente Stroessner e faz parte da dinâmica e mobilidade humana regional.

As atividades econômicas se baseiam na Cooperativa que agrupa seus habitantes, convertida em um complexo agroindustrial, com o beneficiamento de soja, milho, mandioca, algodão, trigo, erva-mate e cana-de-açúcar, frangos, hortaliças e feijão. É sede da multinacional Cargil, que consiste na maior produtora de óleo de soja do Paraguai.

O Aeroporto Internacional Guarani se localiza neste município a 30 km de Ciudad del Este; comparado aos outros aeroportos da área das TTI, apresenta a melhor pista e, ao mesmo tempo, o mais baixo movimento de passageiros, mas se destaca pelo movimento de cargas.

No que concerne à Ciudad del Este, esta é a mais nova de todas as cidades, fundada em 1957, com o nome de Puerto Flor de Lis, no período do governo de Alfredo Stroessner, em função da abertura da ponte que ligaria ao Brasil. Logo, passou a ser denominada Puerto Presidente Stroessner, para, finalmente, em 1989, com o fim da ditadura, ter a denominação atual.

⁷⁹ Dados do DGEEC – 2007.

A figura 15 retrata a Ponte da Amizade no período de sua inauguração. Pode-se observar o núcleo de Flor de Lis em 1965, ainda insipiente e pouco expressivo no contexto urbano transfronteiriço da época.



FIGURA 15 - PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE – 1965

Fonte: Álbum de fotografias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER, reproduzida por Marcos Labanca – 2009.

Hoje, com 320.782 habitantes⁸⁰, é a segunda cidade do Paraguai em termos censitários, perdendo apenas para Assunção. Consiste em uma área urbana que apresenta sua configuração diferenciada da de Foz do Iguaçu, pois o centro de Ciudad del Este encontra-se na desembocadura da ponte da Amizade como se tratasse de um prolongamento urbano, enquanto na vizinha Foz do Iguaçu, a zona central urbana se localiza afastada da Ponte da Amizade, fato que não impediu o

⁸⁰ Dados censitários da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos – DGEEC do Paraguai ano 2007.

avanço da urbanização desta última até a cabeceira da ponte em lado brasileiro, motivada pelo comércio de exportação.

O crescimento vertiginoso de Ciudad del Este está vinculado, entre outros fatores, ao enorme dinamismo que adquiriu seu movimento comercial. Produtos importados dos mais variados lugares passaram a ser oferecidos em um crescente mercado com milhares de compradores que o transformaram em um dos centros comerciais regionais mais importantes na América Latina (RABOSSI, 2004).

As complexidades vividas em Ciudad del Este são visíveis nos aspectos da composição da população principalmente. Encontram-se nas ruas descendentes diretos e indiretos de Guarani, paraguaios, brasileiros, argentinos, libaneses, palestinos, sírios, chineses, coreanos e outros que vivem neste espaço urbano, envolvidos e divididos economicamente entre comerciantes, consumidores, cambistas, ambulantes, turistas, laranjas, sacoleiros e outros. No microcentro desta cidade é possível ouvir instantanea e concomitantemente vários idiomas.

Rabossi (2004) caracteriza o ambiente de Ciudad del Este, especialmente em seu microcentro em que flui o mercado de compras.

Na rua, as misturas eram outras. Pela manhã, nos quiosques de comida brasileiros, o aroma de café com pão (misto quente ou pão na chapa). Entre os vendedores paraguaios, o aroma fresco do *tereré* (mate frio) antes do almoço. O cheiro da fritura das empanadas e do frango dos ambulantes. Os quiosques de comida dos paraguaios cheiravam a comida caseira, a molho e guisado (cominho e sopa) e à mandioca cozida que acompanhava todos os pratos. Cada tanto, envolvendo o caminhar das empregadas que trabalhavam nas lojas, perfume de mulher. À medida que avançava o dia, o cheiro de cigarro, de cerveja e *caña*. As transpirações dos que andavam. O lixo acumulando-se. Nos dias de chuva, a mistura de cheiros que vem do papelão das embalagens pisoteadas por milhares de pés, junto com o plástico e a poeira – sempre a poeira – que com a água se torna barro e dá a cor dessa massa que vai ficando aprisionada em ruas e calçadas. Vermelho. Claro que, onipresente – especialmente na rota internacional que desemboca na ponte –, o cheiro do monóxido de carbono, de combustível queimado a cada aceleração dos milhares de kombis, táxis, motos, ônibus e caminhões. Junto aos veículos, o movimento das pessoas: andar, vender, comprar, acumular ou dividir as mercadorias para atravessar a ponte, voltar para comprar o que falta. Cruzar outra vez. Todos os dias. RABOSSI (2004, p.2 e 3)

A característica social estabelecida pelos idiomas não se faz por limites internacionais. A presença de grupos, em sua maioria, de libaneses e chineses, além de outros, configura complexamente nas questões de fixação de residência e de trabalho. Muitos residem em Foz do Iguaçu, por esta cidade apresentar melhor qualidade de vida e infraestrutura urbana, fato que faz com que eles cruzem

diariamente a fronteira para trabalhar no comércio paraguaio. A maioria tem seu veículo com placa paraguaia, pelo fato de corresponder a aproximadamente 40% do valor reduzido de imposto em relação aos veículos brasileiros. Seus filhos estudam em escolas brasileiras e complementam seus estudos em escolas chinesas e árabes instaladas tanto no Brasil como no Paraguai.

A maior parte dos empregados, principalmente no comércio, em Ciudad del Este, é de brasileiros que vivem em Foz do Iguaçu, na informalidade como sacoleiros e laranjas que esperam outros compradores para atravessarem com os produtos para o Brasil, o chamado contrabando “formiguinha”. Deve-se considerar, ainda, a ida de paraguaios a Puerto Iguazú, na Argentina, para se abastecer do comércio local, facilitado pela desvalorização do peso. No que diz respeito ao fluxo de pessoas sobre e na travessia da Ponte da Amizade, este é aproximadamente de 10 a 20 mil pessoas/dia que cruzam do Brasil para o Paraguai a pé, de mototáxis, táxis, vans e ônibus⁸¹.

A área central de Ciudad del Este é formada por uma aglomeração labiríntica onde se encontram vários negócios de importação e exportação, galerias e casas comerciais especializadas em eletrônicos e informática e postos de venda informal. Os produtos livres de impostos atraem os compradores de ambos os lados da fronteira, no chamado “turismo de compras” (MONTENEGRO e BÉLIVEAU, 2006).

⁸¹ DPFFI (2009).

Esta cidade é um mercado composto por imigrantes internos e externos⁸², de origem urbana e rural, no qual ganham a vida como empresários, vendedores ou carregadores, cambistas ou transportadores. Um mercado fronteiriço no qual se tira proveito dos diferenciais de preços e produtos entre distintos espaços nacionais, onde milhares de compradores se abastecem de produtos. Um mercado transnacional para o qual afluem circuitos comerciais, que articulam uma multiplicidade de espaços localizados em vários continentes por meio de comerciantes e mercadorias (RABOSSI, 2004).

Estima-se que, nesse comércio, somente 10% sejam paraguaios, formados por vendedores ambulantes. Embora percebida pelos paraguaios, como uma cidade não paraguaia, pela forte influência de grupos estrangeiros, acreditam que esta interferência retira o trabalho dos paraguaios. É reconhecido o valor de reconstrução do país pós-Guerra do Paraguai, e a presença da língua guarani e espanhola é ponto relevante nesta cidade de muitos idiomas e dialetos (MONTENEGRO e BÉLIVEAU, 2006).

A singularidade deste território marcado pela dinâmica das inter-relações se estrutura pelas diferenças, sejam estas de origem populacional, sejam de atividades econômicas, regimes jurisdicionares, das leis e controles relativos a importações e exportações e outros que são visivelmente impostos pelos controles para regulação de fluxos de pessoas e de mercadorias na Ponte da Amizade, o que caracteriza a unidade pelas diferenças provocadas principalmente pelas populações que territorializam este lugar.

⁸² Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, nesse caso, quase um pleonismo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. (...) Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. (...) Isso não é tudo. Se a realidade da imigração é algo muito antigo, o problema social que ela constitui que é relativamente independente dessa realidade fenomênica, ou seja, não é necessariamente definido pela população que concerne (i. e., o conjunto de pessoas que devem apresentar os traços específicos do imigrante), é relativamente recente; e tem suas condições sociais de possibilidade. (...) Eles também estão descobrindo, que, afinal, a tempestade inicial que os levara e o elemento que os manteve em sua louca corrida eram uma só e única coisa: a economia capitalista e seus efeitos de transferência de um campo econômico (a agricultura, aquela que é chamada de tradicional) para outro (a indústria, essa atividade que se autodenomina moderna), de um país para outro, de um continente para outro, de uma civilização para outra. Será preciso que essa tormenta ainda dure e que hoje levante ou retome os imigrantes para voltar a transportá-los para seu ponto de partida, sem poder, contudo colocá-los de volta à “rocha” de origem, que, aliás, já não existe? (SAYAD, A., 1998, p. 45 e 72)

A figura 16 representa parte do centro comercial na Avenida San Blas em Ciudad del Este é um exemplo desta complexidade existente na cidade e que, ao mesmo tempo, esconde o mundo multicultural e nacional ali existente, que fortemente exprime a economia.



FIGURA 16 - AVENIDA SAN BLÁS CENTRO COMERCIAL DE CIUDAD DEL ESTE

Fonte: Marcos Labanca – 2009

Conhecer a dinâmica urbana de Ciudad del Este nas TTI, seu funcionamento nas redes estabelecidas pelo comércio, dos negócios e da legalidade faz refletir sobre teorias sociais, geográficas, políticas e antropológicas e que muitas vezes, em função de tal complexidade, poderiam ser melhor apresentadas e articuladas, pois estão contidas no cotidiano vivido pelos que fazem a cidade existir.

Primariamente, os fluxos estabelecidos pela economia estão relacionados à diferença dos preços e à oferta disponível do outro lado da fronteira, sem pagarem impostos correspondentes, que, na forma da lei, é denominado como contrabando. Por todos os tempos registrados na história da área das TTI se observa a diferença econômica, assim como a comodidade de obter melhor vantagem na aquisição de produtos, seja de subsistência, seja de artigos de luxo, das novidades expostas pelo mercado globalizado, o mercado de armas e drogas, entre vários outros.

A segunda característica percebível é a que se dá entre a cooperação de grupos de libaneses, palestinos, sírios, chineses e coreanos que dominam o mercado que vai desde os mais modernos *shoppings centers* até as simples lojas, chegando ao aglomerado de barracas nas ruas até as mesitas⁸³. Os estabelecimentos comerciais em sua maioria são de migrantes; os trabalhadores assalariados, ou não, são em sua maioria paraguaios e brasileiros.

A multidão que compõe esse espaço urbano vem a ser a terceira característica. Ao atravessar a Ponte da Amizade rumo ao Paraguai, distingue-se a população brasileira, a paraguaia e o descendente Guarani. As forças controladoras desse fluxo humano na fronteira são exercidas pela Polícia Federal do Brasil e pela Guarda Nacional do Paraguai. Aqueles que chegam na expectativa de esperar (há momentos em que a ponte é fechada – a fronteira – e noutros a fiscalização é mais contundente) para passar determinados produtos, que são seu meio de sobrevivência, são os “laranjas” e os “sacoleiros”, que são os atravessadores de produtos entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Estes vivem sempre a pressão de ter seus produtos confiscados pela Receita Federal no lado brasileiro. Tais fatores fazem do comércio entre as cidades uma situação de risco constante, pois, além do contrabando de produtos comerciáveis legalmente, há o tráfico de mercadorias ilícitas no contexto.

Quando se viaja de ônibus de Foz do Iguaçu em direção a outras cidades brasileiras, principalmente grandes centros como Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, é fácil identificar aqueles que vêm de uma a quatro vezes por semana neste território, para abastecer seus clientes nestes destinos ou outras cidades. Outros personagens que marcam este território são os paraguaios que atravessam com mercadorias industrializadas do Brasil. Este vai e vem de pessoas é talvez a mais marcante característica do lugar.

O trânsito pela manhã e à tarde sobre Ciudad del Este vem a ser o quarto elemento de observação. Não existem dados oficiais concretos sobre a quantidade de pessoas que atravessam a Ponte da Amizade. Segundo a Polícia Federal, em dias de grande fluxo estimam-se 20 mil pessoas. Os veículos de placas brasileiras e paraguaias são em quantidades relevantes, os mototáxis, não se sabe a quantidade, fala-se em 800 registrados legalmente do lado brasileiro, fora os ilegais e estima-se

⁸³ Na língua espanhola o termo refere-se ao diminutivo de mesa que são desmontáveis e que são usadas para a exposição de produtos para serem comercializados.

um número semelhante a este no lado paraguaio. Os ônibus interurbanos internacionais que ligam as três cidades principais das TTI, ônibus de turismo, táxis, vans e caminhões são muitos e fazem a parte oficial deste processo complexo e com poucos dados estatísticos.

Essa cidade, em que se desenvolve um comércio com produtos a baixo custo, comparado com outros lugares, é um local de oportunidades e possibilidades de aquisição de mercadorias que não se encontram com um valor baixo noutros mercados. Isso provocou a mobilização de pessoas de distantes e próximos centros emissores de turistas e compristas a se organizarem em viagens para Ciudad del Este.

A estrutura dessas interações é função também da posição geográfica em que se situam os objetos e atores que a compõe. As Zonas de Livre Comércio (ou Zonas Francas Comerciais), sobretudo, possuem propriedades posicionais que nos interessam particularmente. Em função do seu caráter de extraterritorialidade aduaneira, essas zonas funcionam como entrepostos para o comércio de triangulação (reexportação), devendo favorecer a distribuição dos produtos importados para outros Estados. É comum, portanto, que estas se localizem, de forma descontínua, ao longo da zona contígua das divisas internacionais, e obedecendo ao padrão de ocorrência de centros atacadistas coincidentes com as cidades-gêmeas⁸⁴.

Mas nem tudo é positivo regionalmente. Ciudad del Este viveu as mazelas da mídia internacional pós-11 de setembro de 2001. Philip Wilcox, embaixador, ex-coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Defesa, testemunhou, diante do Comitê de Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos EUA, que as atividades do Hezbollah na tríplice fronteira já estiveram envolvidas com narcóticos, contrabando e terrorismo. Muitos acreditam que na comunidade árabe e muçulmana da tríplice fronteira residem simpatizantes terroristas atuantes com ligações diretas com o grupo terrorista shiita libanês pró-iraniano Hezbollah, com o grupo fundamentalista palestino Hamas, com grupo egípcio islâmico Jihad e até mesmo com a Al-Qaeda⁸⁵. Entretanto, líderes árabes e muçulmanos na tríplice fronteira

⁸⁴ Ocorrência simétrica (aos pares) de núcleos urbanos sobre a linha de fronteira entre os Estados Nacionais. (Ver Mapa: Brasil: fronteiras e territórios especiais – 1999 em Machado, 2000:22).

⁸⁵ Anthony Faiola, "U.S. Terrorist Search Reaches Paraguay: Black Market Border Hub Called Key Finance Center for Middle East Extremists," **Washington Post**, 13 de outubro de 2001, p. A21.

afirmam que seus membros são pessoas com opiniões políticas moderadas, que têm vivido em harmonia com o resto da população por muitos anos e que têm rejeitado pontos de vista extremos e terrorismo. A maioria dos 20.000 árabes e muçulmanos que vivem na área da tríplice fronteira diz que seria impossível para os terroristas se esconderem entre eles e negar qualquer envio de dinheiro para o Hezbollah. Entretanto, uma minoria dos árabes e muçulmanos não esconde sua simpatia e apoio financeiro para o Hezbollah, a qual, segundo eles, é um partido político libanês legítimo⁸⁶.

Estas acusações transmitidas pela imprensa nacional e internacional interferem negativamente sobre as TTI, principalmente no fato de ocorrer a redução do turismo. Ao referir-se sobre a instalação da comunidade árabe nas TTI e as relações com as forças externas terroristas, estudos foram realizados neste período pós-2001 e consideraram:

El polo que impugna la visión de la prensa internacional encuentra que ésta se alinea con el gobierno de los Estados Unidos en particular, y con las potencias hegemónicas en una perspectiva más generalizante, con el objetivo de estigmatizar la zona para poder someterla a su dominio. El estigma es externo, parecen coincidir los actores. El sheij de la mezquita de Foz destaca, en este sentido, que ninguno de los países acusó formalmente a los inmigrantes árabes de terrorismo: los cargos vienen del extranjero. (MONTENEGRO, BELAVEAU e SETTON, 2006, p. 202)

Amaral⁸⁷ (2010, p. 256) destaca que “fosse a Tríplice Fronteira uma zona de terroristas ou não, a questão da segurança se manteve como pano de fundo constante das disputas entre diferentes imagens relacionadas à área”. Nunca se confirmou que neste território existissem células terroristas.

A economia e seu papel dinâmico sobre as TTI são produzidos pelos regimes de propriedade e domínio, que vão além da representação nos mapas, na língua e nas leis criadas por cada país, misturam-se e traçam esta territorialidade transfronteiriça. As totalidades territoriais econômicas, com quatro moedas circulantes nos mercados das TTI, passam aos olhos da fiscalização. Para uns é ilegal, para outros uma forma de oportunidade de ganhar a vida no câmbio negro. Nas ruas de Ciudad del Este é perceptível o câmbio de moedas por pessoas nas

⁸⁶ Reportagem na íntegra pelo jornal eletrônico **Securitas et Veritas**: A Ameaça terrorista na Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai): Mito ou Realidade. Disponível em: < <http://www.securitasetveritas.com/2009/05/ameaca-terrorista-na-area-da-triplice.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

⁸⁷ AMARAL, A. B. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

ruas. Em Foz do Iguaçu, no bairro da Vila Portes, localizado na área da Ponte da Amizade, existem lojas que recebem 100% em moeda Guarani.

Como atrativo turístico, além da força comercial do município, tem-se o Lago República, que é uma represa do arroio Amambay, rodeado de vegetação, circundado por avenidas, circuitos de caminhada e mirantes, localizado no centro da cidade. Ciudad del Este dispõe de um cassino, o Acaray Palace Casino, próximo a Presidente Franco.

4.2 PUERTO IGUAZÚ – ARGENTINA

No censo de 2001 Puerto Iguazú apresentava uma população de 33.799 habitantes⁸⁸, e se caracteriza por ser a menos ativa das três cidades que compõem as TTI.

A história do município acompanha traços da ocupação a partir da presença e constituição do PNI-AR com as Cataratas do Iguaçu e a chegada dos primeiros visitantes. Villalba⁸⁹ em sua narrativa esclarece:

El pacto de la selva gestado entre el “descubrí-entero” Francisco Moraes Dutra y el cacique Bonifacio Maidana permitió que los obrajes y las explotaciones yerbateras cobraran impulso y se extendieran al norte de la actual Provincia de Misiones, utilizándose el río Paraná como único medio de comunicación y transporte. Las imponentes bellezas de las Cataratas, despertaron el interés de los viajeros y las empresas navieras que de ahí en más encontraron en Jordán Hummel, el legendario capitán del vapor “Cometa” de López Santiago y Compañía y el “España” de Núñez Gibaja quien hasta principios del siglo se convirtió en “el eslabón viajero” que condujo a los primeros turistas que usaron el camino del río; fue precisamente el Gobernador Juan José Lanusse que en 1897 organizó y llevó a cabo una excursión desde la ciudad capital de Posadas hacia las Cataratas del Iguazú con amigos y familiares. (VILLALBA, 1995)

O município tem como data de fundação o dia 10 de setembro de 1901, que marca a chegada da primeira excursão às Cataratas do Iguaçu⁹⁰. Os avanços sobre a ocupação territorial, que hoje é Puerto Iguazú, foram planejados por Carlos Thays,

⁸⁸ Dados **Indicadores Sócio-Econômicos de Desenvolvimento Região de Departamento Iguazú** (Abrangendo os municípios de Puerto Iguazú, Libertad e Wanda) – 2001. Instituto Provincial de Estadísticas y Censo – IPEC. Censo Nacional de Población y Vivienda. Departamento de Estadística Sociodemográfica. Ministerio do Interior. 2001

⁸⁹ Villalba, C. A. Puerto Iguazú... un poco de historia. **Jornal El Tucano**. Quincena 1 / Enero de 1995. Cuaderno Cultura. Puerto Iguazú.

⁹⁰ O Decreto nº 57/91 sanciona, pelo Conselho deliberante de Puerto Iguazú, a data de fundação em 10 de setembro de 1901.

em 1902, para efetuar os estudos e instalação de uma zona turística. Entre os estudos apresentados por ele ao governo argentino está o pedido de criação de um parque nacional, uma colônia militar e a utilização para aproveitamento hidrelétrico. Em 1928, a República Argentina comprou as terras para destinar à criação do Parque Nacional e à instalação da zona militar. Além de delimitar-se a área urbana de Puerto Aguirre⁹¹ com o Parque.

Somente em 1934 foi criado o PNI-AR, que significou um impulso para o desenvolvimento da atividade turística que iria marcar a região nas décadas seguintes, além da segurança nacional e das infraestruturas para ser um centro de recepção de visitantes de todo o mundo.

No PNI-AR, em 1938, foram desmatados 36 hectares nas proximidades das Cataratas para a construção de uma base aérea. O tráfego aéreo foi autorizado em 1943 e funcionou até 1970, dentro do Parque Nacional.

Os limites do PNI-AR são fixados com a planta urbana de Puerto Aguirre, em 1941. Em 1943 esta localidade passou a ser denominada de Iguazú.

Com a instalação do PNI-AR em 1934, a urbanização se fez impulsionada com a fundação da Igreja Católica, dos correios, de hotéis, de praças e de mirantes, além de estabelecimentos comerciais, escolas e museu⁹².

Em 1951, o presidente da Argentina decretou a alteração do nome do município para Eva Perón⁹³. Com o fim da ditadura Perón, o governo militar retomou o nome original, de Puerto Iguazú.

Puerto Iguazú se incorporou regionalmente por meio dos fluxos comerciais, estabelecendo e estruturando as dependências das conjunturas econômicas estabelecidas nas TTI, seja pelo comércio, seja pela atividade turística, pois a indústria é incipiente.

Entre os anos de 1960 as atividades econômicas entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú eram marcadas pelos fluxos de produtos agrícolas e têxteis

⁹¹ A primeira denominação do município de Puerto Iguazú foi Puerto Aguirre, em homenagem à turista Vitória Aguirre, que fez a doação de \$3.000 para abertura de um caminho de Puerto Iguazú para as Cataratas.

⁹² As referências históricas de Puerto Iguazú foram obtidas pelo DMC-MPI, 1996. Documentaciones históricas de Puerto Iguazú – Resumen extraído de la Biblioteca Municipal “Victoria Aguirre” y del Libro Histórico de la Escuela Nº 615 (ex Nº 235). Dirección Municipal de Cultura – Municipalidad de Puerto Iguazú. Puerto Iguazú.

⁹³ Decreto Presidencial Nº 7.941, República Argentina. Buenos Aires, 24 de abril de 1951.

produzidos na Argentina⁹⁴, não havia a ligação por pontes, mas se faziam por pequenos barcos a remo ou motor, entre as margens do rio Iguaçu.

Puerto Iguazú apresenta a menor interferência de grupos imigrantes se comparada com Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Tem uma sociedade homogênea, marcada pela geografia de um espaço natural caracterizado pelo PNI-AR e das cataratas como recurso turístico, e com forte influência católica.

Os próprios moradores comparam Puerto Iguazú com as vizinhas em que se estabelecem as TTI, utilizando termos de “atraso”, “pouco crescimento” sempre referindo “as vizinhas” do outro lado da fronteira, numa perspectiva de vê-las mais ricas e dinâmicas economicamente.

Somente em 1982, os presidentes João Batista Figueiredo e Roberto Bignone acordaram a construção da Ponte Internacional Brasil/Argentina, observada na figura 15, que é concluída e inaugurada em 1985, quando estes países se abriam político e economicamente, após longos anos de regime militar. A inauguração se deu sob os governos José Sarney e Raul Alfonsín.

A Ponte Internacional Tancredo Neves⁹⁵, figura 17, tem a função de articular a ligação entre as cidades das TTI, os atrativos do PNI-AR e as ofertas vinculadas ao turismo internacional.

⁹⁴ A ligação entre Foz do Iguaçu era realizada de barcos entre o Porto Meira (Brasil) com a Argentina. Devido à variedade de produtos e à qualidade superior à encontrada no Brasil e os preços mais baixos, o comércio de Puerto Iguazú firma-se na venda de farinha de trigo, erva-mate, laticínios, azeitonas, azeite de oliva, embutidos, vinhos, licores, vestuário de inverno como *cashmeres*, lãs e artigos de couro.

⁹⁵ Esta ponte foi inicialmente denominada de Ponte Internacional da Fraternidade, com o mesmo espírito que se deu a denominação da Ponte Internacional da Amizade, mas o governo brasileiro pós-abertura política solicitou que alterasse o nome desta ponte ao então presidente eleito que faleceu sem assumir o cargo. Em abril do ano de inauguração ela passou a atual denominação.



FIGURA 17 - PONTE INTERNACIONAL TANCREDO NEVES

Fonte: disponível em <<http://static.panoramio.com/photos/original/3679527.jpg>>

No município de Puerto Iguazú, em suas vias de acesso ao corredor das cataratas, encontram-se restaurantes, bares, lojas de artesanato e o comércio de produtos argentinos, além de hotéis e outros serviços, com uma reduzida área central, rodeada de bairros carentes com ruas de terra e construções precárias que parecem ter continuidades de espaços rurais (MONTENEGRO e BÉLIVEAU, 2006).

No que se refere às formas de desenvolvimento territorial sob a análise das relações do sistema de objetos e ações de uso turístico, os estudos de Cammarata (2001) indicam o fluxo de turistas e a valorização da oferta e demanda de visitantes, que constroem o espaço turístico e que forjam a composição dessa cidade nas TTI. Numa leitura regional, em território argentino, de Puerto Iguazú para a Província de Misiones, o turismo confere uma das principais rotas de fluxos de turistas, na Ruta 12, que liga o destino cataratas às áreas de Reduções Jesuíticas, principalmente San Ignacio Mini⁹⁶.

⁹⁶ *En las formas de desarrollo y relaciones espaciales (sistema de objetos-acciones) del uso turístico recreativo, se destaca la riqueza y variedad de los recursos naturales e histórico culturales, lo cual constituye una potencialidad de Misiones para su desarrollo; en distintas etapas aparecen: a) oferta de factores naturales del recurso agua-morfología de cataratas y saltos (demanda nacional e internacional como en Iguazú, 1900 a 1954) y vegetación de selva subtropical; b) oferta de factores histórico culturales del recurso patrimonial construido, las ruinas Jesuítico-Guaraní, con muchos planes turísticos pero escasas inversiones de apoyo técnico y servicios turísticos (1954 a 1983). [Sobre el particular, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID Octubre, 2000) otorga créditos y sus consultores junto con técnicos de la Secretaría de Turismo de la Nación realizan el diagnóstico del potencial comercial del Circuito Integrado de las Misiones Jesuítico-Guaraníes (los tres países del Mercosur) a fin de poner en marcha el proyecto de 1996]; c) oferta integrada del patrimonio de*

Esses fluxos podem ser conferidos na tabela 1 que aponta os dois principais centros turísticos de Misiones e a demanda de 1990 a 2003, mas o atrativo das Cataratas é o que mais recebe visitantes.

TABELA 1 - INGRESSO DE VISITANTES NAS CATARATAS DO IGUAÇU E RUÍNAS DE SAN IGNÁCIO

ANO	CATARATAS DO IGUAÇU	RUÍNAS DE SAN IGNÁCIO MINI
1990	428.577	134.266
1991	425.651	158.319
1992	530.376	221.470
1993	530.270	206.626
1994	536.722	208.434
1995	429.604	144.378
1996	458.140	151.005
1997	516.195	150.437
1998	471.933	134.254
1999	552.760	144.919
2000	577.299	154.766
2001	472.560	137.492
2002	418.739	98.079
2003	630.548	146.976

Fonte: Secretaria de Turismo – **Indicadores Socio-Económicos de Desenvolvimento**. Provincia de Misiones. Posadas, 2001.

As iniciativas de qualificação dos destinos Iguaçu e Ruínas Jesuíticas apresentaram uma melhoria na qualificação de visitantes, a partir do ano de 2000. Assim, na atualidade, a demanda no PNI-AR já alcança um número superior a um milhão de visitantes/ano.

No que concerne às espacialidades urbanas entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, há uma separação maior se comparada com a aproximação de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Existe um maior controle aduaneiro por parte do Estado argentino, dos veículos de passeio, cargas, turismo e internacional urbano. Os estrangeiros que entram e saem da Argentina devem apresentar-se na aduana com documentos de identidade ou passaporte e são verificadas suas bagagens por uma segurança militar.

naturaleza en parques, reservas, turismo en el espacio rural en combinación con actividades de aventura e histórico cultural y contacto con las comunidades en los sitios del Patrimonio Mundial de la Humanidad -Cataratas del Iguazú y Ruinas de San Ignacio -, mayor apoyo técnico para el desarrollo de las actividades turístico-recreativas (1984 al 2000) (CAMMARATA, 2001, p.12 e 13)

No conjunto das TTI, na porção entre a Argentina e o Paraguai, não existe ponte ligando as cidades e os dois países, os veículos e ônibus urbanos internacionais e de turismo devem atravessar a Ponte Tancredo Neves, passar por Foz do Iguaçu, e atravessar a Ponte da Amizade para chegar a Ciudad del Leste. Mas é possível a ligação entre elas por balsas entre Puerto Iguazú com a cidade de Presidente Franco, no Paraguai.

No que concerne à principal riqueza econômica de Puerto Iguazú e para melhor entendê-la no conjunto das TTI, há que se analisar a oferta turística do PNI-AR com as Cataratas do Iguaçu. A APN, em 1994, estabeleceu em Plano de monitoramento a visitação, o qual foi publicado em 1996.

A estrutura de visitação do Parque é compreendida por uma ampla área destinada ao atendimento do turista, onde funcionava o antigo aeroporto de Iguazú. Para a construção dessa área de visitação foi aproveitado o espaço em que já havia certo impacto ambiental. As trilhas já existentes foram aproveitadas para não agredir a vegetação conservada. Foram centralizados, subterraneamente, serviços gerais de água, gás, energia elétrica e telefone, garantindo as características da paisagem. O conjunto infraestrutural abrange serviços e lugares especiais para deficientes físicos, idosos e instalação de um fraldário nos sanitários femininos.

A entrada do Parque é organizada por um sistema de barreiras e sinalização completa por quatro vias de acesso, onde estão instaladas as bilheterias⁹⁷. Ao atravessar a bilheteria, o visitante tem à direita a área de estacionamento com capacidade para 750 automóveis e, à esquerda, outro com capacidade para abrigar 200 ônibus. A partir desse ponto até a Estação Central o visitante terá de caminhar. Para os deficientes físicos ou visitantes que apresentam outras dificuldades de locomoção, o Centro de Visitantes – CV dispõe de veículos, sendo possível realizar o Circuito Superior, Circuito Inferior até e Garganta do Diabo, inclusive para os portadores de necessidades especiais. Para uma melhor compreensão, a figura 16 ilustra o complexo de atendimento ao visitante no PNI-AR.

A figura 18 apresenta a estrutura de visitação deste Parque. O portal cataratas é primeiro edifício do complexo de visitação, com uma área de 417 m²,

⁹⁷ Os dados estruturais do PNI-AR ver CURY, M. J. F. (2003) **Visitação em Áreas Naturais Protegidas**: Estudo Comparados dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguaçu. Dissertação de Mestrado. Orientador Dr. Mário Carlos Beni. ECA-USP.

onde se encontram um balcão de informações, uma sala destinada aos guias de turismo credenciados pela APN a atuarem no Parque Nacional, uma sala de guarda-parques, uma loja de *souvenirs* e sanitários.



FIGURA 18 - ÁREA DE ATENDIMENTO AO VISITANTE DO PARQUE NACIONAL DEL IGUAZÚ

FONTE: APN e IGUAZÚ ARGENTINA - 2003

O Centro de Interpretação *Yvyrá reta* compreende uma área de 1.150 m². Esse local é um dos mais importantes de todo o conjunto pelas funções educacionais e interpretativas que apresenta sobre o lugar. São duas alas temáticas: na ala esquerda, a “Natureza do Iguazu”, a flora, fauna e as relações ambientais são detalhadas em diversos aspectos; na ala direita, a presença do homem, os índios

Guarani, o papel das Missões Jesuíticas, a importância do Parque Nacional para a preservação e as ações do homem contemporâneo no Iguaçu. Possui um auditório para 250 pessoas. É um local de relevante interesse para a qualificação da visitação, como também para o desenvolvimento de atividades educativas.

Existe um anfiteatro, localizado em frente ao Centro de Interpretação, com capacidade para 600 pessoas sentadas, onde o visitante pode assistir a eventuais espetáculos culturais e educativos.

A praça institucional consiste em um espaço para descanso, contemplação da natureza, eventos educativos, formados por uma área de 4.520 m². Dessa praça partem caminhos perimetrais que levam aos diferentes pontos do CV. Na área comercial se encontra um restaurante para 250 pessoas, duas áreas destinadas a lanchonetes, loja de *souvenirs*, artesanato, fotografia e área de exposições.

O sistema de transportes é o ferroviário, fabricado na Inglaterra, obedecendo às normas ambientais previstas pela APN. A locomotiva chamada K80, modelo “Cataratas do Iguaçu”, impulsiona o trem com três vagões com capacidade de 40 passageiros em cada vagão; é movido a gás, devido ao seu baixo impacto ambiental. Faz o transporte do visitante da Estação Central à Estação Cataratas (1.523 m) e Garganta do Diabo (3.983 m). Com capacidade de transportar de 120 a 150 passageiros por viagem e sua velocidade não supera os 20 km/h.

A visitação ao PNI-AR possui três estações:

- a) Central – a área era um pântano, que foi aterrado para abrigar este edifício e também a área do antigo aeroporto de Iguazú. Todas as vias convergem para este prédio, com 739 m², com dois espaços: um destinado à Concessionária, agrupado por escritórios, área comercial, depósito, sala de primeiros socorros, sanitários, entrada de ambulâncias com recursos de emergência; o outro espaço é a “*Plazoleta Estación Central*”, ocupado pela APN, ocupando uma área de 1.875 m².
- b) Cataratas – tem uma área de 1.100 m², com lanchonete, sanitários, além de funcionar a estação com conexões para as Estações “Garganta do Diabo” e “Central”. Desta estação tem-se o acesso ao passeio inferior, Ilha de San Martin e passeio superior.
- c) Garganta – ocupa uma área de 1.400 m², com lanchonete, sanitários, telefone público e venda de materiais fotográficos. A partir dessa estação o

visitante tem acesso à passarela sobre o rio Iguaçu e ilhas, até a Garganta do Diabo.

Além desse sistema existem os veículos destinados aos portadores de necessidades especiais que queiram realizar a visita, desde o Portal das Cataratas até as Estações de embarque. A concessionária também dispõe de cadeiras de rodas.

Puerto Iguazú, além dos atrativos do PNI-AR, agrega local de relevante interesse de visitação, tais como o Marco das Três Fronteiras, de onde é possível contemplar a Foz do rio Iguaçu no rio Paraná, com os marcos de fronteira de cada país numa triangulação.

La Aripuca⁹⁸, localizada a 500 m do trevo de acesso da cidade em direção às cataratas. Consiste num espaço de exposições de troncos retirados da selva *missionera* e que apresenta espaços de reflexão ambiental. Na cidade se encontram os museus automotor, M'bororê e Imagenes de la Selva. Em direção às cataratas, na Ruta 12, km 5, localiza-se a Casa de Pássaros (Güirá Ogá), com uma área de 20 há.

O turismo em Puerto Iguazú é uma das principais atividades econômicas e, nesse sentido, a cidade apresenta a seguinte estrutura hoteleira, representada pela tabela 2.

TABELA 2 - INFRA ESTRUTURA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE PUERTO IGUAZÚ POR CATEGORIA

CATEGORIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Hotel Cinco estrelas	6
Hotel Quatro estrelas	3
Hotel Boutique	2
Hotel Três estrelas	4
Hotel Duas estrelas	1
Hotel Uma estrela	3
Hosteria três estrelas	1
Hosteria uma estrelas	3
Pousadas	2
Apart Hoteis	2
Cabanas quatro estrelas	5
Cabanas tres estrelas	1
Cabanas	2
Hostels	12

Fonte: Municipalidad de Puerto Iguazú - 2009

⁹⁸ Em português, arapuca.

Nos últimos anos, em decorrência da desvalorização do peso argentino, da qualificação dos ônibus que cobrem praticamente todo o território argentino e os meios de hospedagem e de gastronomia acessíveis, tem-se observado um aumento de turistas, principalmente os *backpackers*⁹⁹, em Puerto Iguazú. É destaque a oferta de restaurantes, bares e danceterias que vêm atraindo a população das TTI para momentos de lazer, sobretudo os mais jovens.

Puerto Iguazú tem o Aeroporto Internacional Cataratas del Iguazú, localizado no entorno do PNI-AR. Recebe cerca de 300 mil passageiros por ano, principalmente na alta temporada, em julho e entre dezembro e fevereiro. Opera cinco voos diários para São Paulo, Córdoba e Buenos Aires, com escala para as principais cidades da Argentina, através das companhias Aerolíneas Argentinas, Arsa/Austral, Lapa e SW. Sua pista principal, com 3,3 mil metros, é habilitada para voos noturnos, por meio de modernos instrumentos. O embarque e o desembarque de passageiros até a aeronave são realizados através de modernos dutos. O aeroporto está instalado num prédio de 8 mil metros quadrados, de três andares, com salas vips, snack bar, aduana, departamento de migração, informes turísticos e guarda-volumes automático.

Nos últimos anos, a cidade de Puerto Iguazú vem se aprimorando em infraestrutura, fato que vem destacando-a na absorção do turista que visita o complexo envolvendo as Cataratas do Iguaçu, fazendo dela uma concorrente de Foz do Iguaçu, em detrimento aos laços formadores das TTI.

4.3 FOZ DO IGUAÇU – BRASIL

A história da ocupação efetiva por brasileiros em Foz do Iguaçu remonta aos Guarani, que se fizeram presente desde o início, aos enclaves dos tratados de Tordesilhas e Madri, à formação dos estados nacionais e à colonização efetiva, questões já explicitadas no capítulo anterior.

⁹⁹ Rui José de Oliveira define como turistas jovens e econômicos que mostram preferência por acomodações baratas, enfatizam o encontro com outras pessoas (locais e estrangeiros), organizam o itinerário da viagem de forma independente e flexível; seus períodos de férias são longos e buscam atividades recreativas informais e participativas. Turismo Backpacker/Mochileiro. In: TRIGO, L.G.G. Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: ROCA, 2005.

Registros históricos constataam que em 1881, em Foz do Iguaçu havia apenas dois habitantes que se instalaram vindos pelo rio Paraná. Ao encontro deles vieram mais dois irmãos comerciantes que passaram a exportar erva-mate. Em 1887, várias famílias procedentes da Argentina se instalaram em Foz do Iguaçu, e outros que chegaram trabalhavam na cultura da erva-mate e no corte de madeira (CURVO, 1965, p.12).

Havia o interesse do governo central em Foz do Iguaçu, e em 1888, o ministro João Alfredo criou a “Comissão Estratégica do Paraná”, com a missão de fundar ali uma colônia militar e construir estradas estratégicas¹⁰⁰. A população predominante era de paraguaios, e mais para o interior existiam colonos italianos, alemães e ingleses.

Em 1912 a Colônia Militar do Iguassu integrou o território do município de Guarapuava e passou à jurisdição do Estado do Paraná. Em 14 de março de 1914, ocorreu a emancipação do município de Foz do Iguaçu, pela Lei 1383, que estabeleceu o Município de Vila Iguassu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. O município passou a denominar-se "Foz do Iguaçu", em 1918. Curvo (1965).

A estrada que liga Foz do Iguaçu a Curitiba tomou sua primeira forma em 1920, sendo que na época era uma estrada precária, cheia de obstáculos. Na segunda metade da década de 50, iniciou-se o asfaltamento da BR-277, estrada que atravessaria o Paraná de leste a oeste, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá, sendo inaugurada em 1969.

Outra relevante interferência federal foi a criação do PNI-BR, quando as Cataratas do Iguaçu chamaram a atenção e atraíram os primeiros visitantes, entre eles, Alberto Santos Dumont, que a visitou em 1916 e intercedeu junto ao Presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, para que fosse desapropriada a

¹⁰⁰ Sua direção foi confiada ao engenheiro militar Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, que estabeleceu como centro a cidade de Guarapuava. Daí partiu o destacamento organizado para explorar o caminho da foz do rio Iguaçu, comandado pelo Tenente e engenheiro José Joaquim Firmino, que tinha como auxiliar o Sargento José Maria de Brito. Sua marcha através da floresta virgem, transpondo cursos d'água e enfrentando a hostilidade dos silvícolas, foi uma epopeia digna de heróis, mas em 15 de julho de 1888 José Joaquim Firmino chegou a Foz do Iguaçu, tomando de imediato posse para o Brasil de toda a região fronteira até as Sete Quedas. Após os trabalhos preliminares de organização, foi oficialmente instalada a Colônia Militar do Iguaçu em 23 de novembro de 1888 (CURVO, 1965, p. 12 e 13).

área, pertencente a um civil chamado Jesus Val, para que se tornasse um patrimônio público.

No dia 28 de julho, pelo decreto nº 63, foi declarada de utilidade pública com 1008 hectares, e somente em 1939, por decreto do presidente Getúlio Vargas, a área passou a ter 156.235,77 hectares, quando foi ampliada a área.

Em 13 de setembro de 1943, a Foz do Iguaçu foi desmembrada do Estado do Paraná, para integrar, pelo decreto nº 5.812, o Território Federal do Iguaçu. Esse território foi extinto em 1946 pela Constituição Federal promulgada em 18 de setembro de 1946, quando voltou a pertencer ao Estado do Paraná. Nessa época já havia forte interatividade humana na região da tríplice fronteira.

As relações de integração são percebíveis no ir e vir de uma margem para a outra dos rios que separam os países em estudo e que estabelecem a centralidade das TTI, onde, segundo os relatos de Curvo (1965):

Em 1941, a Companhia desencadeou uma campanha de alfabetização com o maior sucesso. Para, se aquilatar o valor de tal campanha é suficiente dizer que em determinados trechos da fronteira com a Argentina, as crianças brasileiras atravessavam-na para adquirir nas escolas desse país os conhecimentos que não eram ministrados em nosso território. Resultado: falava espanhol e só cantavam o hino argentino. Tais irregularidades foram sanadas e várias escolas foram criadas em consequência da campanha desenvolvida. Ainda neste ano o Serviço de Saúde da Campanha estendeu seus benefícios à população civil, fazendo-os alcançar as populações ribeirinhas entre as quais se propagavam a malária e o amarelo. Os resultados foram tão proveitosos que habitantes da margem paraguaia solicitaram ao comandante da Companhia idêntica assistência. Aliás, neste aspecto, o Serviço de Saúde da Campanha esteve sempre pronto para prestar seus socorros aos cidadãos das vizinhas repúblicas todas as vezes que se fazia necessário. (CURVO, 1965, p.16)

A Companhia mencionada por Curvo (1965) foi modernizada e, em 1943, transformou-se no 1º Batalhão de Fronteira, quando novas estruturas foram criadas e ampliadas, como também o efetivo de militares.

Com a decadência da economia madeireira e ervateira o município passou por um longo período de recessão, observando-se um desenvolvimento regional impulsionado por projetos de colonização implantados durante o Estado Novo. As madeiras que ainda restavam na região lentamente foram extraídas, buscando garantir a lucratividade de suas atividades e a manutenção da economia dos que viviam naquele território¹⁰¹. Com o passar dos anos, o território da tríplice fronteira

¹⁰¹ Sobre a Colonização de Foz do Iguaçu e região vide as obras de Corvo, 1965 (WACHOWICZ, 2002).

recebeu levas de novos habitantes, de vários lugares dos países limítrofes e do exterior, entre eles os árabes.

Os primeiros imigrantes árabes chegaram a Foz do Iguaçu no início dos anos de 1960, motivados pelo comércio, e se estabeleceram nas proximidades da cidade, principalmente nos bairros Jardim Jupira e Vila Portes, nos arredores da Ponte da Amizade. Criaram estabelecimentos comerciais, áreas de exportação de produtos brasileiros para o Paraguai e importação. As famílias que se estabeleceram foram motivadas, inicialmente, em virtude da Guerra do Líbano em 1975. Cabe destacar que, já em 1962, foi fundado o Clube União Árabe.

Com o início da Guerra do Líbano, a presença de comerciantes árabes na fronteira se avolumou, alguns deles trabalhavam em Foz do Iguaçu, outros, em Puerto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Este), e outros operavam em ambos os lados. Esses espaços de relações e oportunidades se transformavam em lugar atrativo para muitos libaneses, palestinos e outras pessoas do Oriente Médio, que emigraram pelos conflitos nas suas regiões de origem (RABOSSI, 2007, p. 297).

Mas os rumos da ocupação local passaram a se modificar com o início da construção da UHIB na década de 1970. Foz do Iguaçu tinha pouco mais de 20.000 habitantes naquela época, e a chegada de milhares de trabalhadores e técnicos gerou impacto social para os moradores do lugar, pois, em 1980, quintuplicou essa população, passando a 101.447 habitantes.

As vilas residenciais de Itaipu foram estrategicamente construídas e distanciadas do núcleo urbano para áreas mais próximas da UHIB, principalmente a Vila C, onde abrigaram os peões que, por ano, trabalharam na construção civil do empreendimento binacional. A BR-277 separava as vilas de Itaipu da sociedade local mais antiga. Em 20 anos esse processo de separação não mais existia, pois a cidade e as vilas se encontraram, formando uma única mancha urbana.

Os trabalhadores que chegavam para a construção da Usina gozavam de bons salários, garantia de moradia e assistência médica para a família, além de outras vantagens, como escola para os filhos, clube social, quadras esportivas e centros comerciais, transporte para o trabalho e para os colégios. (MONTEIRO, 2000). A reação inicial dos iguaçuenses diante dos “forasteiros” foi de receio e desconfiança, cruzando diversas vezes a fronteira da animosidade dentro do mesmo município. A cidade viu a rapidez da montagem de infraestruturas para o atendimento desse crescente aumento demográfico.

O desenvolvimento populacional foi dinâmico – na tabela 3, a evolução demográfica dos municípios do eixo Foz do Iguaçu – Cascavel, que hoje formam importante aglomerado urbano na região da faixa de fronteira.

TABELA 3 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EIXO FOZ DO IGUAÇU – CASCABEL 1960-2000

MUNICÍPIO / ANO	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2007
Foz do Iguaçu	28.212	33.966	136.321	190.123	231.627	258.368	311.336*
Santa Terezinha de Itaipu	-	-	-	14.449	16.690	18.361	19.552
São Miguel do Iguaçu	-	25.222	34.247	24.721	23.169	24.314	25.341
Medianeira	-	31.142	49.361	38.665	40.149	37.800	38.397
Matelândia	-	24.561	33.426	17.329	13.828	14.344	15.404
Céu Azul	-	23.219	25.444	10.586	10.440	10.442	10.914
Santa Tereza do Oeste	-	-	-	6.118	10.406	10.734	9.378
Cascavel	39.598	89.921	163.459	193.010	219.652	245.066	285.784*
Total do Eixo	67.810	228.031	442.258	495.001	585.981	619.429	716.106

* População estimada

Fonte: IBGE (2007)

O crescimento demográfico de Foz do Iguaçu entre 1970 a 2007 foi acelerado, aliado à adaptação da população; faz parte da dinâmica propositiva do TTI. Novas estruturas físicas foram criadas para atender a população que vinha trabalhar na construção da UHIB. Inicialmente, no período de 1975 a 1977, foram construídas 5,1 mil casas, sendo 2.708 na margem brasileira em Foz do Iguaçu e 2.392 na margem paraguaia entre as cidades de Porto Presidente Stroessner, Hernandárias, Porto Presidente Franco e a Colônia de Presidente Stroessner. Em 1978, foram construídas mais 3.960 habitações, 2.227 no Brasil e 1.733 no Paraguai (MONTEIRO, 2000).

Os números são expressivos, segundo Monteiro:

Sim, era um verdadeiro “formigueiro humano”. Os alojamentos e os conjuntos habitacionais para as famílias dos barrageiros em Foz do Iguaçu, Hernandárias e Porto Stroessner chegaram a somar, em 1981, uma população de 39,9 mil pessoas, total superior ao número de habitantes de Foz do Iguaçu quando do início do empreendimento, em 1974. Em 1981, só a população escolar atendida pelos colégios instalados nas vilas chegou a 18.938 estudantes. No mesmo ano, a estrutura especializada no setor na usina realizou 2.226.457 procedimentos médicos e odontológicos e os refeitórios no canteiro de obras serviam em média de 140 mil refeições a

cada dia (a capacidade era para servir 15 mil refeições por hora).
(MONTEIRO, 2000, p. 64)

Com o término da construção, houve uma evasão de trabalhadores, mas muitos fixaram residência nas cidades receptoras. Nas margens brasileira e paraguaia prosperaram novos bairros, dentre aquelas que eram apenas vilas construídas por Itaipu.

Foz do Iguaçu hoje está dividida em dez microrregiões e subdividida em 280 bairros, com um crescimento limitado pela reserva do PNI-BR, da área da UHIB, dos limites internacionais com Paraguai e a Argentina, dos espaços de propriedade da União, do Estado do Paraná, e do Município que provocam vazios demográficos limitando o crescimento urbano.

Comparativamente com as cidades vizinhas, Foz do Iguaçu destaca-se pela qualidade de vida, instalação de infraestrutura urbana e atendimento ao turismo, à saúde e educação. A cidade, a partir dos anos de 1980 vive o auge das transações comerciais com Ciudad del Este, constituindo fortes relações. Artigos eletrônicos e todo tipo de produtos importados que se ofereça em uma zona de comércio livre atraíram uma rede de transações legais e ilegais na fronteira. A atividade foi de suma importância para a instalação de hotéis, restaurantes e outras prestações de serviços. Das regiões de Foz do Iguaçu o maior adensamento encontra-se na região do São Francisco, hoje Morumbi, um dos primeiros loteamentos do município habitado por ex-barrageiros da UHIB e da construção civil, que hoje se dedicam ao comércio transfronteiriço. A região do bairro do Porto Meira abriga 13% da população e está integrada à fronteira argentina. É destacável a alta qualidade dos serviços do turismo no eixo do corredor das cataratas, com moderna hotelaria, *resorts*, parques e serviços gastronômicos, enquanto as vilas A, B e C de Itaipu ordenaram o crescimento que segue no sentido da Usina.

A atração por novas oportunidades de emprego atraiu pessoas de todo o Brasil. Chegaram muitos trabalhadores despreparados para o mercado de trabalho; assim, escolas profissionalizantes foram instaladas para atender essa necessidade, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Outros profissionais altamente qualificados chegaram atraídos pelos altos salários e vantagens que a Itaipu proporcionava.

O crescimento urbano nos anos de 1990 é naturalmente estabelecido entre as vilas residenciais de Itaipu e novos loteamentos. Bairros residenciais foram surgindo, como o Jardim Santa Rosa, Jardim Karla, Conjunto Aporã, Jardim Paraná, Curitibaanos. Esses bairros residenciais são habitados em sua maioria por moradores que são ex-funcionários da UHIB aposentados, que escolheram viver em Foz do Iguaçu na esperança de que a cidade proporcionaria melhor qualidade de vida e empregos para si e seus filhos, até mesmo pela atividade turística.

Nesse mesmo período foi crescente a abertura de agências de viagens e turismo, guias de turismo para o atendimento dos visitantes nesse território. A tabela 4 apresenta a quantificação de agências de viagens estabelecidas em Foz do Iguaçu de 1967 a 2007. Os dados apresentados referem-se às agências em geral, emissivas e receptivas.

TABELA 4 – ABERTURAS DE ALVARÁS DE AGÊNCIAS DE VIAGENS EM FOZ DO IGUAÇU DE 1967 A 2005

PERÍODO	QUANTIDADE
1967 a 1970	2
1971 a 1975	6
1976 a 1980	4
1981 a 1985	15
1986 a 1990	181
1991 a 1995	143
1996 a 2000	68
2001 a 2005	60

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo. **Inventário da Oferta Turística**. Estatísticas – 2008.

As agências emissivas geralmente possuem câmbio, por exigências legais do Banco Central, para tal operação, ou seja, devem estar vinculadas às Casas de Câmbio a agência de viagens; porém tal legislação foi alterada em 2009, podendo somente corretoras de valores operar com câmbio a partir de 2010, caindo todas as autorizações no dia 31 de dezembro de 2009.

As agências receptivas foram incrementadas em decorrência do aumento do fluxo de visitantes, maior participação do Ministério do Turismo, dos gestores de turismo municipais em feiras de turismo e campanhas internacionais, como os grafismos e adesivos do destino Iguassu em ônibus e táxis em Roma, Paris, Londres

e outros destinos emissivos. As campanhas de marketing do destino são fortemente apelativas ao destino de natureza para motivação das viagens.

No que se refere ao aumento do consumo da população por viagens, há nos últimos anos a inserção das classes C e D, aliada às baixas taxas de juros, elevado nível de financiamento, a valorização e estabilização do real frente a outras moedas, fato que tornam os produtos mais baratos, inclusive os internacionais.

O aumento de agências de viagens entre os anos de 1986 e 1995 foi combinado a elementos que justificam tais dados: as agências de viagens geralmente são usadas como casas de câmbio que sustentam a estrutura do empreendimento; o segundo elemento foi o aumento da demanda de visitantes em Foz do Iguaçu, que eleva o número de agências receptivas; e o último elemento é que as agências emissivas passaram a se consolidar em função da população que reside nestas TTI. Essa discussão será retomada no capítulo 5 sobre os aspectos econômicos nas TTI.

Os problemas relativos à conclusão das obras da UHIB, o desemprego agravado depois da conclusão das obras e novas alternativas de sustento da população são percebíveis nos fins do século XX e início do XXI.

O discurso institucional se aproxima então dos posicionamentos neoliberais que marcaram principalmente a última década do século XX. Os problemas sociais começam a ser visto como frutos de uma massa populacional desqualificada que veio para o município em busca de emprego, primeiramente na extração de recursos naturais, depois na construção da Usina e, por último, no comércio com o Paraguai, colocando a má qualificação como fator determinante no aumento da pobreza e descartando outras possibilidades de explicação para o problema, como o surgimento de novos empregos em números que não atendem à demanda necessitada, conforme demonstra Cardin (2006, p. 35 e 36)

As variações econômicas por que passa o Brasil estabelecem períodos que caracterizam Foz do Iguaçu no contexto nacional. É desconsiderada a elaboração de políticas públicas municipais para abertura de novas oportunidades de trabalho, e, para completar, as razões que explicam o fluxo migratório também não são debatidas. Assim, ao buscar-se compreender a relação entre as práticas de trabalho dos sacoleiros e laranjas e as mudanças no capitalismo contemporâneo, pois sem tais fatores, não se pode entender o contexto atual em Foz do Iguaçu e, mesmo, nas TTI, leva-se em consideração não apenas as transformações locais proporcionadas

pela construção da UHIB, mas também as mutações que estão ocorrendo no mercado de produção e de consumo (CARDIN, 2006).

Os anos de 1990 coincidem com a maior demanda para o turismo de compras, e a colônia árabe¹⁰² e a chinesa¹⁰³ chegam e se instalam atraídas pelo comércio. Justamente esse êxodo coincide com a guerra civil no Líbano, que destrói possibilidades de permanência com segurança na terra natal dos imigrantes. Muitos desses imigrantes estabeleceram-se e estão trabalhando em Ciudad del Este, mas moram com suas famílias em Foz do Iguaçu.

A profunda diminuição do turismo de compras aconteceu depois do Plano Collor. Muitos árabes saíram de Foz do Iguaçu e foram para outras áreas comerciais atrativas na América como: Barranquilla, Panamá e Canadá.

Ao analisar os dados estatísticos entre os anos de 1990 e 2000, observa-se um acréscimo de 16% no contingente de estrangeiros no Paraná, com destaque para o significativo número de paraguaios em 2000, superando os japoneses (majoritariamente em 1991). As tabelas 5 e 6 são referentes às principais origens de migrantes estrangeiros no Paraná entre os anos de 1991 e 2000, apresentadas de forma decrescente.

TABELA 5 - PRINCIPAIS ORIGENS DE MIGRANTES ESTRANGEIROS NO PARANÁ -1991

PAÍSES	NÚMERO DE PESSOAS
Japão	9.958
Portugal	6.625
Paraguai	5.540
Itália	2.973
Alemanha	2.723
Espanha	2.686
Argentina	2.675
Líbano	2.251
Polônia	2.105
Chile	1.356
Total	38.892

Fonte: Dados Censitários IBGE 1991
Org. Lerry Schwambach

TABELA 6 - PRINCIPAIS ORIGENS DE MIGRANTES ESTRANGEIROS NO PARANÁ -2000

PAÍSES	NÚMERO DE PESSOAS
Paraguai	10.622
Japão	7.994
Portugal	6.037
Líbano	3.369
Argentina	2.927
Alemanha	2.084
Itália	2.012
Espanha	1.785
Polônia	1.440
Chile	1.054
Total	45.637

Fonte Arquiv. Micro-dados IBGE 2001
Org. Gislene Santos e Morgana Lopes

¹⁰² Segundo Mustafa Hassan Issa, membro da Comunidade Árabe de Foz do Iguaçu, não existe um censo demográfico sobre o número de árabes que vivem no TTI; estima-se que sejam 15.000 pessoas com descendentes entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

¹⁰³ As colônias árabe e chinesa são as mais expressivas em população no TTI.

Os dados apontam uma alteração das nacionalidades de origem dos migrantes, visto que, no censo de 1980, a presença significativa, ainda era dada pelas nacionalidades asiática e europeia e, entre 1990 e 2000, a emergência de migrantes latinos nos três estados sulinos (LOPES e SANTOS, 2009).

A análise dos dados do Estado do Paraná, focalizada sobre as TTI, referem-se às aproximações fronteiriças do Estado com a Argentina e o Paraguai e o aumento de imigrantes libaneses na cidade de Foz do Iguaçu, que são atraídos pelas atividades comerciais e pela presença de familiares já estabelecidos nesse território.

O segundo maior grupo expressivo de imigrantes nas TTI são os chineses¹⁰⁴. Estima-se que vivem entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este 5 mil chineses, procedentes de diferentes regiões da China. Calcula-se que 15% moram em Foz do Iguaçu e mantêm seus serviços no comércio de Ciudad del Este. O restante, 85%, vive em Ciudad del Este pela facilidade e proximidade de seus negócios.

Existe uma harmoniosa relação política entre China e Foz do Iguaçu: desde 2005 a cidade recebe delegações do governo chinês a cada ano, com objetivos específicos de troca de conhecimentos entre o papel de uma Usina Hidrelétrica e as relações dela com o Turismo. Em 06 de julho de 2009, a última delegação passou por Foz do Iguaçu, com interesses em aproximar as questões do turismo, tecnologia e cooperação.

No tocante à distribuição espacial de imigrantes procedentes do MERCOSUL nas TTI, percebem-se a chegada de argentinos e, principalmente, de paraguaios, ao Brasil, como considera Matos *et al.* (2005, p.166):

Os procedentes do Paraguai distribuem-se por uma extensa faixa territorial em espaços de maior contiguidade, indo desde o noroeste do RS, ao interior de MT. Nestes destinos, destacam-se principalmente, principalmente, a área de fronteira entre o Paraguai e o PR (sobretudo na região de Foz do Iguaçu), além do próprio interior desse estado (a exemplo do eixo Curitiba-Cascavel).

Na distribuição dos emigrantes paraguaios existem peculiaridades na rede traçada no espaço brasileiro. As áreas de fronteira com o Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio grande do Sul são preferenciais deste grupo. De acordo com os dados do

¹⁰⁴ Os dados obtidos sobre a Colônia chinesa nas TTI foram fornecidos pelo Sr. Paulo Cai, Presidente da Câmara China em Foz do Iguaçu.

IBGE (2000), somente o Estado do Paraná recebeu 36.999 paraguaios e 2.324 argentinos, a maioria estabelecida na faixa de fronteira.

Os movimentos populacionais são característicos nas TTI e complexo com a presença de turistas que visitam esse território. Foz do Iguaçu destaca-se no cenário brasileiro como o segundo destino turístico de visitantes internacionais¹⁰⁵. O município dispõe de atrativos e serviços como o PNI-BR, UHIB, e a privilegiada posição fronteiriça.

A atividade turística do município promoveu o desenvolvimento dos meios de hospedagem: são 156 estabelecimentos distribuídos em 8.355 Unidades Habitacionais – UHs, com 20.759 leitos. A tabela 7 referencia os meios de hospedagem em hoteleiros, compreendendo os hotéis, hospedarias, pousadas, motéis e albergues. Também referencia os estabelecimentos extra-hoteleiros, que compreendem os camping e flats.

TABELA 7 - MEIOS DE HOSPEDAGEM EM FOZ DO IGUAÇU 1996 – 2008

MEIO DE HOSPEDAGEM / ANO	1996	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Hotéis classificados	44	38	149	125	122	114	108	107	109	111
Hotéis não classificados	161	103								
Motéis	15	16	19	19	19	20	20	18	22	22
Pousadas	15	18	13	17	14	11	9	9	13	16
Hospedarias	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Flat's	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Albergues	1	2	2	1	1	2	2	2	2	2
Camping	2	3	2	2	2	2	2	3	2	4
Total Estabelecimentos	244	184	187	165	159	150	142	140	151	156
Número de leitos por mil	27.4	23.2	20.5	19.9	19.5	19.6	20.0	19.9	20.7

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu – 2008

(...) Dados indisponíveis, não foi aplicada pesquisa neste período.

¹⁰⁵ Estudo da Demanda Turística Internacional de 2007, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido da Embratur. A partir de 2004, foi alterada a metodologia utilizada para a classificação das cidades mais visitadas do Brasil, separando-se em três rankings: lazer/ negócios, eventos e convenções/ outros motivos. Segundo os dados do **Anuário Estatístico de Turismo, 2009**, Ano base 2008, Foz do Iguaçu é o segundo destino mais visitado pela demanda internacional por atividades de lazer, a nona posição por motivos de negócios, eventos e convenções e a sexta posição por outros motivos no período de 2007 – 2008.

Percebe-se que Foz do Iguaçu possui uma estrutura receptiva de destaque, comporta investimentos que atraindo maior número de turistas nacionais e internacionais comparado com outros destinos importantes do Brasil. De acordo com a Embratur¹⁰⁶, Foz do Iguaçu é o segundo destino brasileiro que mais recebe turistas a lazer.

Sobre o transporte aéreo em Foz do Iguaçu, o primeiro aeroporto funcionou na área central onde fica, ainda, o Exército, o espaço resguarda com poucas alterações a arquitetura com fachada de rocha basáltica e em um painel em seu interior a pintura com o nome de “Aeroporto Parque Nacional do Iguassu”.

A PAN-AM realizava um voo com destino a Buenos Aires e Assunção com escala em Foz do Iguaçu. Mais tarde a PANAIR substituiu a PAN-AM e passou a atuar na região; nos anos 50 a REAL AEROVIAS assume, e, em 1961, a Viação Aérea Rio-Grandense – VARIG incorpora estas empresas.

A partir de 1967, a Varig S/A mantém dois voos semanais para Assunção; em 1970, operava diariamente com equipamento Electra. A Cruzeiro do Sul, que em 1975 foi incorporada à VARIG, realizava três voos semanais, partindo do Rio de Janeiro para Buenos Aires, com escala em Foz do Iguaçu, passando a ser diário a partir de 1986. Foz do Iguaçu apresentou desde então uma iniciativa pioneira no transporte aeroportuário. Em 1974, o aeroporto foi transferido para a área atual, próximo à Rodovia das Cataratas, enquanto o da Argentina funcionava na área das Cataratas. No final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, o Paraguai vivia o auge das “compras” de produtos importados; entre 1984 e 1988 chegavam voos cargueiros de Miami frequentemente para abastecer a Zona Franca de Ciudad del Este¹⁰⁷ (CURY, 2005).

Em maio de 1989, foi reformado e ampliado o aeroporto para atender uma demanda de dez anos, que poderia atender ao movimento de passageiros até o horizonte de 2004¹⁰⁸, com capacidade de atender oito aviões domésticos e internacionais. O terminal de cargas tem com cerca de mil metros quadrados de área, onde 95% da carga é destinada a Zona Franca de Ciudad del Este.

¹⁰⁶ Embratur. **Perfil da demanda turística internacional 2005-2007**. Ministério do Turismo, Brasília 2007.

¹⁰⁷ CURY, M. J. F. A evolução do transporte aéreo em Foz do Iguaçu e região. In: <www.tudofoz.com>. Acesso em: 16 out. 2005.

¹⁰⁸ Inauguração do Aeroporto de Foz. In: **Jornal O Estado do Paraná**, Curitiba, 12 mai. 1989 Caderno 1, p. 5.

Em 1992 a torre de controle do aeroporto de Foz do Iguaçu foi equipada com radar TA 10-M, que atende também ao tráfego aéreo dos aeroportos de Puerto Iguazú e de Ciudad del Este¹⁰⁹. Percebe-se, assim, mais um elemento de integração nas TTI e sua existência.

A oferta turística de Foz do Iguaçu é relevante para o turismo nacional e internacional: 65% da economia local dependem do turismo. O PNI-BR apresentou seu novo modelo de visitação em 2001. Foi construído um CV, localizado na margem esquerda da BR-469, em uma área externa do Parque, com 107.636,69 m² de terreno, sendo 4.110,04 m² de área construída coberta e cerca de 50.000 m² de estacionamento, com capacidade para 170 ônibus, 20 vans e 676 veículos de passeio. Apresenta duas plataformas – interna e externa – para embarque e desembarque dos visitantes.

Além de uma ampla área coberta para abrigar os visitantes, estão dispostos: serviços de informações, sanitários, ambulatório médico, posto bancário, correios, telefones públicos, sala de turismo (destinada ao atendimento de grupos de turismo), loja, lanchonete e área de administração e centro de interpretação.

O espaço Naipi está nas encostas das Cataratas defronte ao Salto Floriano, com dois elevadores panorâmicos com capacidade para 15 pessoas cada um. O local apresenta mirantes, lojas, sala de exposições e sanitários; com adaptações para receber portadores de necessidades especiais.

O espaço Porto Canoas está localizado na parte superior das Cataratas. Consiste em uma área de convivência para descanso e contemplação. É composto pela estação final do transporte interno, um amplo *deck* sobre o Rio Iguaçu. Além da visão panorâmica, esta área é destinada a apresentações artísticas. Apresenta os serviços de sanitários, ambulatório, ambulância, telefones públicos, área para exposição ambiental, lanchonete com capacidade de 620 pessoas e um restaurante com capacidade para 450 pessoas.

Com o objetivo de novo sistema de transportes, foi criado um modelo específico para este Parque, diminuindo a entrada de veículos particulares. A frota é formada de oito ônibus panorâmicos, *double-deck* com capacidade para 72 passageiros sentados; a parte superior é toda aberta, permitindo maior interatividade do visitante com o meio ambiente durante todo o percurso até as Cataratas.

¹⁰⁹ Ministro inaugura hoje moderno sistema de radar no aeroporto. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**. 30 out. 1992, Caderno Geral, p. 3.

Além da contemplação das Cataratas do Iguaçu, o visitante pode realizar passeios a trilhas do PNI-BR que são concessionadas como: Trilha do Macuco, Bananeiras e Poço Preto. Há os passeios de barcos a jusante das cataratas pelo Macuco Safári e a montante por *ducks*¹¹⁰ e lanchas, ao fim da trilha do Poço Preto.

A hotelaria se faz presente com o Hotel das Cataratas Iguassu Falls, sob a administração da Rede Orient Express e no PNI-AR está o Sheraton Iguazú Resort & Spa – ambos bem próximos às quedas.

Foz do Iguaçu apresenta, ainda, locais de relevante interesse turístico, como o marco das três fronteiras, o espaço das Américas, o Parque das Aves, que é um zoológico com mais de mil aves procedentes de todo o mundo.

Cabe mencionar que a diversidade étnica constitui uma das singularidades nas TTI, marcada por estruturas arquitetônicas que promovem o desenvolvimento da oferta turística, como a Mesquita Omar Ibn Al-Khatab e o Templo Budista. Quanto aos atrativos da UHIB, estes serão referenciados nas TTI manifestadas no espaço e no tempo atual.

¹¹⁰ São barcos flutuantes para prática de esportes, como o *rafting*, canoagem, inclusive corridas de aventura, com dois lugares. Esta atividade de lazer é praticada aproximadamente a 10 km das cataratas em sua parte superior, onde o rio é raso, nas proximidades da ilha das Taquaras.

5 AS TTI MANIFESTADAS NO ESPAÇO E NO TEMPO ATUAL

A leitura territorial das TTI, sob o estabelecimento das relações sociais e espaciais no tempo atual correlacionada aos fatos políticos e econômicos que se confirmam nos projetos e vontades do poder central do Brasil, Paraguai e Argentina, é a parte desta pesquisa que apontará as relações de proximidades nesse espaço transfronteiriço, ou nele em si.

Inicia-se este estudo sobre a constituição da UHIB e a representatividade para a integração e, ao mesmo tempo, um novo território Binacional (Brasil e Paraguai) inserido nas TTI. Na sequência serão analisadas as relações socioambientais, econômicas, políticas e até mesmo culturais que representam esse território transfronteiriço.

Na sequência são abordados os elementos aventados na abertura deste trabalho, ou seja, aqueles que dão dinâmica nas TTI, no caso, a economia, a sociedade, o meio ambiente, a política e a cultura por meio de manifestações postas no mundo vivido na região transfronteiriça. Direta e indiretamente eles são responsáveis pelas conexões, interações e interpenetrações na tríplice fronteira.

5.1 ITAIPU BINACIONAL, UM TERRITÓRIO INSERIDO NAS TTI

A construção da UHIB foi resultante de uma intersecção de fatores que dinamizaram e transformaram a realidade geográfica das/nas TTI, pela visão estrategista dos governos militares do Brasil e, em seguida, pela diplomacia brasileira, que negociou diretamente com o Paraguai e, pela primeira vez na história, acrescenta a Argentina em suas relações. A usina representará uma marco histórico entre os três países. Inegavelmente o interesse sobre a Usina vence e abre caminhos para a realização de acordos e tratados, que são objetos de integração e consolidação do MERCOSUL, por exemplo. O terceiro fator é relativo ao potencial hidrelétrico do rio Paraná, que permitiu criar nas proximidades de Foz do Iguaçu a maior Usina Hidrelétrica do mundo em produção de energia e a segunda maior no conjunto da obra. A competência da mão de obra brasileira que a construiu opera e faz seu funcionamento gerar a energia que abastece parte do Sudeste e parte do Centro-Oeste brasileiro.

O estabelecimento desse território binacional nas TTI surge e se configura até a atualidade. Segundo o ministro do Supremo Tribunal Eros Roberto Grau (2004), “O Tratado de Itaipu é constitucional. A natureza jurídica do Tratado é compatível com a Constituição”¹¹¹.

Dentre os benefícios estabelecidos pela UHIB, pode se ressaltar a qualificação da infraestrutura na cidade de Foz do Iguaçu e cidades lindeiras, até Mundo Novo no Estado de Mato Grosso do Sul, e do lado paraguaio, de Ciudad del Leste a Saltos del Guairá.

A construção de Itaipu foi o único grande investimento do Governo Federal que não sofreu interrupção, independentemente da conjuntura nacional e internacional, isso durante sua execução. Sobre Foz do Iguaçu e o eixo, os reflexos foram sentidos com intensidade; a transformação e a dinâmica econômica não só no município como do entorno do reservatório formado são indiscutíveis pelo peso e poder da obra de engenharia e sua finalidade estratégica na economia e, também, na geopolítica. As unidades geradoras, o reservatório, à margem esquerda, refletem no cotidiano de 15 municípios lindeiros. Os reflexos foram percebidos de duas formas: o primeiro foi negativo, com desapropriações das terras que seriam alagadas pelo reservatório; o segundo referente à conservação ambiental, desenvolvida pela área da usina e do lago.

A degradação ambiental sobre a formação do reservatório e o desaparecimento de Sete Quedas foram relevantes nesse território. Mas Itaipu foi perene em seu processo de proteção: aos que estiveram em sua construção, forneceu empregos, dinamizou o processo de urbanização e desenvolvimento do território, consolidou outros territórios, fez acordos, buscou em sua hegemonia a proteção de comunidades, fez estradas, construiu pontes na Argentina e no Paraguai, uniu espaços e promove até a atualidade a tão almejada sustentabilidade – isso na perspectiva econômica, afinal, ambientalmente a região ainda sofre os efeitos da degradação gerada pela obra e pelo lago da barragem.

No tocante à conservação ambiental, no início dos anos de 1980, a região era composta por terras férteis ocupadas, em sua maioria, por pequenas propriedades com uma área de 33.925 ha. Para a formação do lago foram levantadas pesquisas arqueológicas que localizaram 237 sítios, datadas com até 6,1

¹¹¹ Discurso de abertura do 6º Congresso Sul-americano de Direito Administrativo, realizado em Foz do Iguaçu, em 27 de outubro de 2004.

mil anos a.C. Em 1975, iniciaram as pesquisas com peixes e a catalogação de 163 espécies. Implantaram programas de sustentabilidade ambiental, estudo de rotas migratórias e a construção do canal da Piracema (escada de peixes), que nesse período vencem o desnível da Usina (MONTEIRO, 2000).

A população Avá-Guarani foi reassentada em uma área entre os municípios de Ramilândia e Diamante D'Oeste. Estes viviam às margens do reservatório da hidrelétrica, no atual Refúgio Biológico Bela Vista. No total são sete Refúgios Biológicos instalados nas margens brasileira e paraguaia, para atender pesquisadores e desenvolver projetos relacionados ao meio ambiente.

Em 1987 foi criado o Ecomuseu de Itaipu, espaço que representa as ligações entre o homem, sua obra e a natureza, com características naturais e culturais da região (MONTEIRO, 2000).

Os *royalties*, que são repassados ao governo brasileiro e ao paraguaio, são compensações financeiras pela utilização do potencial hidráulico do rio Paraná para produção de energia elétrica. Esses repasses são mensais desde que iniciou a construção da UHIB. No Paraguai, esses recursos são repassados integralmente ao Tesouro Nacional. No Brasil, o Tesouro Nacional recebeu integralmente esses *royalties* até janeiro de 1991, quando passou a vigorar a Lei dos *Royalties* que destina a distribuição para os Estados, municípios e a União (ITAIPU – 2009).

De acordo com a lei, são repassados 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% a órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Esse repasse é proporcional às áreas submersas do município, e beneficia 15 desses. O cálculo é proporcional à geração de energia mês (ITAIPU – 2009). No último dia 10 de maio de 2010, a Itaipu efetuou mais um repasse de *royalties* ao Tesouro Nacional, este último no valor de US\$ 8,51 milhões. Ao governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisas com o reservatório da Itaipu destinam-se o equivalente a US\$ 6,44 milhões. Na tabela 8 é possível analisar os dados referentes à área alagada e o repasse de *royalties* aos municípios brasileiros.

TABELA 8 - ÁREA ALAGADA PELO RESERVATÓRIO DA USINA DE ITAIPU E OS ROYALTIES DISTRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIO	ÁREA ALAGADA EM KM ²	REPASSE ATUAL DOS ROYALTIES EM US\$	ACUMULADO EM US\$
Foz do Iguaçu	201,84	626,7 mil	227,3 milhões
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	30,1 mil	47,2 milhões
São Miguel do Iguaçu	90,91	282,3 mil	114,8 milhões
Itaipulândia	179,73	558 mil	190 milhões
Medianeira	1,16	3,6 mil	1,3 milhão
Missal	40,07	124,4 mil	45,1 milhões
Santa Helena	263,76	819 mil	297,1 milhões
Diamante do Oeste	5,62	17,4 mil	6,3 milhões
São José das Palmeiras	1,94	6 mil	2,1 milhões
Marechal Cândido Rondon	56,04	174 mil	70 milhões
Mercedes	19,32	60 mil	20,4 milhões
Pato Bragado	47,07	146,1 mil	49,7 milhões
Entre Rios do Oeste	32,90	102,1 mil	34,7 milhões
Terra Roxa	1,58	4,9 mil	1,7 milhão
Guairá	51,01	158,4 mil	57,4 milhões
Mundo Novo (MS)	14,71	45,6 mil	16,5 milhões

Fonte: Itaipu Binacional 2010.

Como influência da importância desses *royalties*, observa-se a emancipação de Itaipulândia, que se desmembrou de São Miguel do Iguaçu, caracterizando-se, hoje, na maior distribuição *per capita* desses *royalties*, fato que promove benefícios à pequena comunidade de 8.581 habitantes. Já em Santa Helena, que apresenta a maior área alagada e o maior êxodo de população no processo de instalação de Itaipu, foram direcionados aos seus habitantes atingidos, para as frentes pioneiras da agricultura da soja no Centro-Oeste do Brasil e Amazônia.

O turismo foi dinamizado na área do lago com a instalação de terminais turísticos em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia, Santa Helena e Entre Rios do Oeste, fato que constitui mais recursos financeiros para as cidades atingidas pela construção da usina.

A criação do Complexo Turístico de Itaipu demonstra a demanda de visitantes que vem contribuir nos estudos do turismo nas TTI.

A visitação está classificada em três categorias:

- a) circuito especial: é realizada à visitação panorâmica no interior da barragem, com sete paradas com permissão para fotografar e filmar;
- b) visita panorâmica: parada no mirante central e área externa da barragem;
- c) visita institucional: restrita a representantes de empresa, instituições, centros de pesquisa e universidades.

A tabela 9 representa a demanda de visitantes em Itaipu no Brasil e no Paraguai.

TABELA 9 - DEMANDA DE VISITANTES EM ITAIPU BINACIONAL

Ano	Brasil	Paraguai	Total
1977	16.251	-	16.251
1978	21.081	56.475	77.556
1979	43.722	44.184	87.906
1980	51.384	81.549	132.933
1981	133.961	88.507	222.468
1982	219.703	139.977	359.680
1983	220.176	103.624	323.800
1984	450.512	120.076	570.588
1985	546.661	169.329	715.990
1986	628.787	159.488	788.275
1987	626.387	152.318	778.705
1988	579.129	166.444	745.573
1989	540.126	141.897	682.023
1990	352.893	159.189	512.082
1991	355.674	145.161	500.835
1992	372.075	138.371	510.446
1993	428.220	156.420	584.640
1994	437.310	158.068	595.378
1995	345.397	127.426	472.823
1996	343.953	120.938	464.891
1997	352.017	97.358	449.375
1998	346.775	81.142	427.917
1999	371.126	80.143	451.269
2000	370.571	88.898	459.469
2001	339.467	54.367	393.834
2002	307.807	52.109	359.916
2003	378.350	93.373	471.723
2004	452.695	120.662	573.357
2005	492.318	178.062	670.380
2006	422.421	155.716	578.137
2007	354.167	168.316	522.483
2008	311.752	119.994	431.746
2009*	298.579	96.492	395.071
Total	11.511.447	3.816.073	15.327.520

Fonte ITAIPU BINACIONAL – 2010

* Atualizado até dezembro de 2009.

A Usina já recebeu visitantes de 187 países e territórios. As procedências significativas estão representadas na tabela 10.

TABELA 10 - ORIGEM DOS VISITANTES DE ITAIPU BINACIONAL

	País	Total de Visitantes
1	Brasil	6.977.085
2	Argentina	3.544.396
3	Paraguai	1.994.283
4	Alemanha	334.000
5	Uruguai	260.616
6	Chile	243.510
7	Espanha	235.598
8	Estados Unidos	217.679
9	França	177.724
10	Itália	155.408

Fonte ITAIPU BINACIONAL – 2010
Atualizado até dezembro de 2009.

As forças do poder central em integração e ensino ocorreram com a criação do Parque Tecnológico de Itaipu – PTI, inaugurado em 12 de outubro de 2004, estabelecido nos antigos alojamentos dos barrageiros, na área da Usina. O espaço é destinado ao ensino em todos os níveis para o desenvolvimento científico e tecnológico, para geração de emprego e renda em cinco programas, que seguem:

a) Educação: articula, por meio de parceiros, a formação de profissionais em nível técnico, superior, complementar e corporativo. Abriga cursos da área de Ciências Exatas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, a Escola Técnica do Brasil – E-Tec, o Instituto Federal do Paraná – IFPR, a sede provisória da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, que será tratada a seguir nesta tese;

b) Ciência & Tecnologia: apoia a elaboração de projetos científicos, produção acadêmica, implantação de laboratórios e centros de pesquisa, e a formação e qualificação de discentes, docentes e pesquisadores, por fomento de bolsas de pesquisa. Abriga o Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação – ITAI, o Instituto Polo Internacional Iguassu, o Centro de Tecnologia Industrial Básica – CETIB, o Centro Internacional de Hidroinformática e o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata;

c) Pesquisa & Desenvolvimento: elabora e coordena a execução de projetos na geração de novos negócios. Por meio de uma rede de relacionamento institucional, o PTI desenvolve soluções tecnológicas para Itaipu e outros clientes. Coordena as pesquisas do Centro de Estudos Avançados em Segurança de Barragens – CEASB, do Laboratório de Automação e Simulação de Sistemas Elétricos – LASSE, do Programa Plataforma Itaipu e Energias Renováveis e o Projeto Veículo Elétrico;

d) Empreendedorismo: apoio à criação e consolidação de empresas baseadas em produtos, processos e serviços inovadores, impulsionando a geração de emprego e renda na região. Atuam nas diferentes etapas do desenvolvimento de um negócio, por meio da Fábrica de Empreendimento, da Incubadora Empresarial Santos Dumont e o Condomínio Empresarial;

e) Turismo: é gestor do Complexo Turístico de Itaipu; o objetivo é tornar o turismo na Usina autossustentável e investir na capacitação profissional e na criação de novos empreendimentos. Apoia o projeto Trilha Jovem, que visa a formar jovens carentes para o mercado de turismo; investe na qualificação de artesanato, por meio do Programa Ñandeva. A mais recente iniciativa integracionista por parte da UHIB é o projeto de criação e instalação da UNILA. Esta Universidade tem como objetivos, além da eliminação das fronteiras em função do ensino superior, a promoção pelo conhecimento compartilhado, a integração regional solidária em um projeto latino-americano apto a enfrentar os desafios do século XXI.

Tem a missão de formar pesquisadores que pensem o presente e o futuro da América Latina integrada, nas áreas de Ciências, Engenharias, Humanidades, Letras, Artes, Ciências Sociais e Aplicadas. Em seu projeto político acadêmico bilíngue (português e espanhol), inter e transdisciplinar, que visa à articulação entre a graduação, a pós-graduação com as linhas de pesquisa, a pluralidade de ideias e o estímulo à reflexão. O futuro campus encontra-se no PTI; já a futura estrutura foi cedida numa área pela UHIB, com 38,9 ha, e o projeto da sede foi idealizado por Oscar Niemeyer.

A UNILA tem como meta atender 10 mil alunos, entre estudantes brasileiros e dos demais países da América Latina. O corpo docente será formado por especialistas, 250 brasileiros e 250 professores visitantes. Suas atividades foram iniciadas em agosto de 2009, com a implantação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados – IMEA, criado e aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário

da Universidade Federal do Paraná – UFPR, que será a tutora da UNILA até a autorização final dada pelo Congresso Nacional¹¹². O processo de constituição dessa Universidade foi aprovado pelas quatro comissões da Câmara dos Deputados, mas aguarda decisão da Comissão de Educação do Senado Federal, última etapa antes da sanção do Presidente da República.

5.2 A NATUREZA PRESERVADA E ESTABELECIDADA COMO LIGAÇÃO DAS TTI

As territorialidades estabelecidas pelos PNI-AR e PNI-BR, embora sendo UCs com princípios de conservação e preservação ambiental e com uma inicial função de zona tampão na manutenção das forças territoriais de poder central do Brasil e da Argentina, foi visualizada como centro de radiação de projetos ambientais, como a inserção dos corredores da biodiversidade na bacia do Paraná, ou seja, teve seu *status* modificado ao longo das últimas décadas, isso desde suas criações oficiais.

Sessenta e quatro UCs estão interligadas com projetos destinados à manutenção da flora e fauna visando à manutenção e integridade da biodiversidade.

O turismo que está intrínseco, em virtude da presença das Cataratas do Iguaçu, une a paisagem nesses Parques Nacionais, promovem o fluxo a cada ano ascendente de visitantes como atividades de lazer. No que se refere ao papel da UNESCO, em janeiro de 2009 foi sinalizado que projetos pertinentes à conservação da biodiversidade e do turismo fossem realizados conjuntamente entre os dois Parques Nacionais, fato que torna mais formal a integração e a existência das próprias TTI.

Embora as dificuldades burocráticas sejam sempre um entrave nas TTI, em 2009 iniciou-se uma Cooperação Internacional para a elaboração do novo Plano de Manejo, que deverá ser realizado em conjunto com estas UCs. Há, ainda, uma integração nos estudos do Projeto Carnívoros – PNI-BR e Projeto Yauareté – PNI-AR¹¹³.

¹¹² Dados extraídos do site UNIVERSIA em: <<http://www.universia.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2009.

¹¹³ Estes projetos são referentes à pesquisa e ao monitoramento de felinos nestes Parques Nacionais, com objetivos de quantificar as espécies, suas ameaças, o *habitat*, os conflitos com a

As operações binacionais tiveram início com os guarda-parques do PNI-AR e os guardas florestais do PNI-BR sobre manejo, proteção e educação ambiental.

Sobre o turismo e os atrativos de cada parque, existe uma divulgação voltada para que se motive o visitante a conhecer a outra UC, o que aumentou a demanda de visitantes nos últimos anos, chegando a ser superior a um milhão nos últimos três anos; afinal, os dois parques fazem parte de um único corpo ambiental, apenas dividido pelas questões políticas, ou seja, por dois países.

No que se refere aos guias de turismo e à sua atuação, bem como formação, as relações foram e estão em desenvolvimento para que haja um entendimento único na sua fomentação. Na Argentina a formação se dá por meio de uma licenciatura em Guia de Turismo, com quase três anos de estudos, aplicada em universidades. No Brasil a formação se dá por intermédio de um curso técnico de aproximadamente oito meses, permitindo ao diplomado trabalhar/operar nos Parques Nacionais. A diferença de formação é o primeiro agravante das relações que envolvem as atividades conjuntas dos parques.

No PNI-AR exige-se, para que o guia argentino atue no interior da reserva ambiental, submeter-se a uma criteriosa avaliação de conhecimentos sobre o Parque, o que não acontece com os guias brasileiros, que conduzem os turistas com uma formação inferior. Mediante tal impasse, esses Parques vêm desenvolvendo para os guias brasileiros cursos de capacitação em convênio com o IBAMA e Instituto Chico Mendes, além do Curso de Turismo da UNIOESTE. Com a cooperação internacional acredita-se que haverá uma complementação na formação para esta categoria de profissionais.

Há outras pequenas atividades que são conjuntas e demonstram a cooperação entre brasileiros e argentinos, no caso, alguns projetos de educação ambiental desenvolvidos no Brasil pela Escola Parque, que também atende as comunidades locais e do entorno – há uma ampliação de projetos educacionais no PNI-AR.

As abordagens anteriores visam a demonstrar que há uma gama de atividades cooperadas e de interconexões entre os países da tríplice fronteira. As pessoas vivem e circulam entre as nações, da mesma forma estudam e trabalham, além de se encontrarem no cotidiano do mundo vivido naquele território.

5.3 UMA SOCIEDADE QUE MOVE FRONTEIRAS E QUE SE MOVE NAS FRONTEIRAS

A compreensão territorial, nas suas dimensões políticas, ou econômicas e sociais, ou não, abrem um descortinar de conhecimentos das sociedades e suas culturas sobre o território transfronteiriço. Ao se analisarem os pontos de encontros e semelhanças na tríplice fronteira, se consegue firmar, e mesmo confirmar, as TTI em si.

Acredita-se que as aproximações culturais e sociais entre nações não sejam passivas em um território transfronteiriço; elas vêm imbuídas de valores e relações de poder que se confirmam nessas aproximações, por meio das religiões, de enlaces, das miscigenações, da aquisição de hábitos e até de costumes.

Por meio dessa complexidade de coisas vividas no cotidiano, é possível abordar e verificar as relações das TTI e associar as especificidades das áreas urbanas que, em poucos anos, apresentaram um crescimento acelerado, mas desigual nos últimos 40 anos, e que, por sua vez, são centrais na geopolítica do MERCOSUL.

A apropriação do patrimônio material e humano dá o tom de existência dos territórios nacionais por meio de suas especificidades. No nível local do território vive-se uma reconstrução permanente e uma desconstrução permanente, aqui parafraseando Rogério Haesbaert, sobretudo na lógica do mundo capitalista e seu papel de atuação nos território, que reúne uma lógica de envolvimento, e não apenas isso, de pessoas, de empresas, de instituições, de formas sociais, dos elementos jurídicos e das próprias feições geográficas. Sob o prisma dessa mesma leitura, a categoria território, em perspectiva histórica, tende a ser menos nacional e mais global, simultaneamente, a seletividade espacial e socioeconômica da apropriação social do espaço.

Pela existência de culturas distintas e de muitas comunidades imigrantes em região de fronteiras, se faz necessário analisar a dimensão étnica sob o processo de territorialização. É nas relações entre sujeitos e comunidades que nascem as relações “naturais”. Para Geertz, esses laços são definidos:

Por apego primordial se entende el que procede de los hechos ‘dados’ – o mas precisamente, pues la cultura inevitablemente interviene en estas cuestiones, los supuestos hechos ‘dados’ – de la existencia social: la

contigüidad inmediata y las conexiones de parentesco principalmente, pero además los hechos dados que suponen el haber nacido en una particular comunidad religiosa, el hablar de una determinada lengua o dialecto de una lengua y el atenerse a ciertas prácticas sociales particulares. Estas igualdades de sangre, habla, costumbres, etc. Se experimentan como vínculos inefables, vigorosos y obligatorios en sí mismos. (GEERTZ, 1989, p. 222)

Nas TTI é percebível essa mescla de culturas, embora as pessoas que o façam considerem o fato de referir a outra nação como do “lado de cá” (a nação de origem do observador) e a do “lado de lá” ou “país vizinho” (a nação a quem o observador está a considerar). Essas mesclas sociais estabelecidas levam à noção/sensação do pertencimento do lugar pela afetividade e identidade que distingue de outros grupos. As aproximações e o estabelecimento de laços entre as nacionalidades expostas enfrentam as forças dos Estados-Nação e partem de encontro aos discursos políticos, das leis estabelecidas nos acordos, tratados internacionais, que partem dos interesses dos Poderes Centrais e não da realidade vivida no território.

A cultura é a realização de um modo de ser próprio de uma sociedade que constituiu sua história em um espaço, territorializando-o. O modo de fazer e de pensar se explica em expressões que são formas de entender o mundo, e os instrumentos para trabalhar esse mundo são as línguas, as artes, o sistema colonial/ocupação, a religião, a cultura material e imaterial, enfim, valores que constituem uma nação e um povo.

A chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses nesse território, longínquo do litoral coincide com um momento de encontro de sociedades e culturas diferentes no contato com os índios Guarani que habitavam as terras do interior do continente.

No processo de dominação ibérica, ocupar significa povoar e povoar significa organizar. Essas áreas interiores foram desde o período colonial franjas longínquas da foz do rio de la Plata e do litoral brasileiro. A estratégia foi a implantação de *Virreynatos* que institucionalizam o espaço geográfico.

Desde o início do século XIX, marcado pela crise do sistema colonial e os processos de independência, se tem um processo de luta e construção identitária nas nações formadas a partir dos domínios espanhóis e portugueses, fato que perdura ao longo do século XX e se estende até a atualidade, onde cada nação ainda busca firmar sua identidade. Segundo Sarasola *et al.* (1977, p. 17 e 18), “las

populaciones indígenas ocupan en la actualidad toda la extensión de los territorios nacionales, y por lo menos parte de ellos". Este confinamento representa o afastamento das comunidades indígenas que tentam permanecer distante dos poderes centrais, fato que na realidade representa, na atualidade, os povos que vivem na fronteira, muitos deles descendentes (e) Guaraní.

Sarasola *et al.* (1977, p. 18) considera que *"la frontera norte de Argentina, también presenta similitudes con la de Brasil y Paraguay e inclusive Bolivia, fundamentalmente por la presencia de comunidades pertenecientes al tronco lingüístico Tupí- Guaraní"*.

Os laços culturais mais nítidos na região de fronteiras são as comunidades indígenas, que no passado formaram um grupo independente dos limites nacionais que se tem hoje; na atualidade, os traços culturais tendem a uma unificação transfronteiriça, principalmente marcado pelo contato mais harmonioso entre os povos, diferente dos séculos anteriores, quando se buscava o domínio das terras que poderiam produzir riquezas para as metrópoles.

Em decorrência do esquecimento (abandonadas à própria sorte em razão de outros interesses mais próximos dos grandes cidades produtora de riqueza e das capitais nacionais detentoras de poder) das áreas de fronteiras pelas Nações aqui envolvidas e estudadas, de políticas que tentaram a separação física e espiritual dos conjuntos nacionais, estão, hoje, em franca condição de constituírem uma integração e unidade.

A organização que se tem na atualidade marcada por um mundo globalizado está relacionada à organização infraestrutural que deve partir dos Estados, garantindo possibilidades de interconexões e relações em todos os níveis. Na observância das realidades de cada um deles (os Estados nacionais), a organização – necessita ser no sentido totalizador – se dará com ações de fontes de trabalho e renda para subsistir no território e criação de oportunidades diversas, assim como estabelecer infraestruturas apropriadas voltadas à educação, à saúde, ao transporte e ao bilingüismo, embora a língua subcontinental seja, na maioria, de origem latina.

É necessário esclarecer que, apesar de este estudo ter a função de analisar as TTI, a cultura parte de um processo de unidade nacional, por isso não pode ser aqui desprezado, e não se deve anular ou destruir as tradições como a dos indígenas, pois fortalecem os laços territoriais, com as convergências das diferentes

concepções e práticas em formas claras de integração, estabelecendo as áreas transfronteiriças por meio da cultura nela existente.

Quando se fala na cultura territorial numa região transfronteiriça como a que se está estudando, há que se ter a compreensão do papel da religião na formação dessa cultura, indo hoje da católica, passando pela evangélica e pela árabe, bem como por outras que estão contidas nas TTI.

O catolicismo, impregnado na política dos países colonizadores e na sociedade autóctone, como na descrição de Meliá, mostra o nascer da sociedade paraguaia.

En 1603 fue convocado por el obispo del Paraguay, Fray Martín Ignacio de Loyola, el primer obispo que tuvo lugar en Asunción. La finalidad principal de este sínodo era la de concretar y adaptar a la realidad del Paraguay y Río de la Plata lo ordenado por el Concilio Provincial de Lima de 1583. Reunidos en el primer sínodo de Asunción se encontraron grandes nombres de nuestra historia colonial; Hernandarias de Saavedra, fray Luis de Bolonõs, Padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, capitanes Andrés Lobato de Godoy, Tomás de Garay, Francisco Gonzáles de Santa Cruz, Hernando de Mendoza, Diego Ponce de León... Los grandes problemas que se abordaban en este sínodo eran eminentemente pastorales: la doctrina y modo de enseñarla, los sacramentos y modo de administrarlos, la reforma de las costumbres. Pero dentro de esta misma perspectiva pastoral, el sínodo tiene que denunciar numerosas injusticias sociales impiden que el indígena pueda encontrar en el cristianismo su verdadera liberación. Repetidas son las alusiones que el sínodo hace al sistema injusto de las encomiendas, que mantenía al indio en una esclavitud real. (MELIÁ, 1997, p. 9-10)

A abertura para um breve diálogo com esse assunto é pertinente ante a originalidade que até hoje é apresentada pela sociedade paraguaia em razão dos traços culturais que permaneceram, como o idioma Guaraní sendo segunda língua nacional em 1967, reconhecida como língua oficial em 1992, além dos traços culturais estabelecidos por esses povos.

A presença da Igreja no poder central estabelece fortes traços culturais, seja no Paraguai, seja no Brasil, seja na Argentina. Nesse espaço transfronteiriço as reduções de índios Guaraní vêm representar a forma estrutural organizacional e econômica sob a cruz dos jesuítas e assegurar a fronteira geopolítica da Espanha diante das invasões portuguesas – o catolicismo esteve no centro desse processo histórico.

O território em estudo se funde em terras paraguaias, brasileiras e argentinas. Na literatura paraguaia e argentina é denominado como área missioneira. Os Guaraní se tornaram profundamente religiosos. Suas danças e

orações para a noite e para o dia são uma intensa devoção compreendidas ou não pelos leigos da realidade Guaraní. As influências e representatividades da Igreja Católica são expressas na tabela 11.

TABELA 11 - POPULAÇÃO CATÓLICA NA ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI

País	Porcentagem de católicos
Argentina	77,0% - Batizados na Igreja Católica
Brasil	83,3%
Paraguai	95,0%

Fonte: Conferência Episcopal Argentina - 2007, Montenegro e Béliveau – 2006 e IBGE, 2007. Adaptado por CURY, (2009)

Entre os três países em estudo o Paraguai é o de maior representatividade do catolicismo, com 95% da população. O artigo 6º da Constituição declara o catolicismo religião oficial, mas garante a liberdade dos outros cultos e a coexistência de pequenos grupos protestantes e menonitas, que trouxeram seus ritos quando vindos da Alemanha, da Polônia e outros. Estes ocupam pequenas áreas rurais no interior.

A Argentina se caracteriza por um Estado Confessional católico. O artigo 2º da Constituição indica que o Estado sustenta a Religião Católica. Ao longo da sua história o Estado argentino custeou a Igreja. E se tem no governo de Perón o período em que ocorreram os maiores investimentos e pulverização dos colégios católicos. Conforme estudos da Conferência Episcopal, 77% dos argentinos foram batizados como católicos. Porém, só 18,5% são praticantes, enquanto 35% não vão à igreja. Segundo o mencionado estudo, 16% da população não são religiosos (agnósticos e ateus: 4%). Outras comunidades religiosas: judia (2,0%), cristã ortodoxa (0,6%), espírita (0,2%), islâmica (0,2%). Os povos indígenas mantêm algumas poucas crenças pré-colombianas, quase sempre combinadas com a religião católica romana.

No Brasil, de acordo com dados censitários do IBGE (2000), o número de católicos vem diminuindo num ritmo considerável. Em 1991 a porcentagem de católicos entre brasileiros era de 83,34%; em 1980 eram 88,96%. O mesmo estudo aponta para um aumento na porcentagem de evangélicos em novas igrejas foram

consolidadas: de 6,6% em 1980 para 9% em 1991, e 16% em 2000. Em 2003 o número de evangélicos saltou para 17,9%. Por influência da população africana na América, apresentou traços religiosos com a presença de cultos, como a umbanda e candomblé no Brasil, *candombe* no Uruguai e Argentina. No século XIX, o Kardecismo foi disseminado no Brasil.

A representatividade da Igreja Católica nas TTI é inegável sobre as populações e nas relações estabelecidas de poder com forte influência da Igreja nas questões transfronteiriças.

Na Argentina, a intervenção da religião no campo político assume outras configurações. A organização da Frente Nacional contra a Pobreza – FRENAPO, por exemplo, atua na cidade de Puerto Iguazú. Os agentes católicos, junto com alguns grupos pentecostais, consideram a questão da formação da cidadania de vital importância, como instrumentos privilegiados de controle da corrupção. Formaram e estabeleceram grupos de diocesanos e evangélicos, com trabalhos de formação de cidadania interdiocesanos (MONTENEGRO e BÉLIVEAU, 2006).

No que concerne ao Paraguai, o estudioso político Richard Gott descreve sobre as questões paraguaias, seu encontro com Fernando Lugo antes de ser Presidente e aponta as questões culturais:

Você pode imaginá-lo como um bispo ou professor ou vice-reitor universitário. Seus orientadores dizem que tiveram que persuadi-lo a abandonar a benção tradicional ao final de seus discursos. A sua atitude é certamente benigna, parte natural e parte adquirida pelos anos de serviço em uma organização missionária. Com uma forte risada gutural, ele me pergunta se quero um sermão curto ou longo e, enquanto andamos, ele bebe goles de mate de uma garrafa térmica coberta de couro. O mate com água quente é o chá comum na Argentina e no Sul do Brasil, mas no Paraguai eles bebem frio (tererê). (GOTT, 2008, p. 21)

Lugo vem de uma família de políticos ligados ao Movimento Popular Colorado – MOPOCO, que foi o foco político dos exilados paraguaios. A família viveu no exílio na Argentina, Suíça e França por ser contra a ditadura de Stroessner. Lugo, por ser o mais jovem, foi protegido e não se filiou a nenhum partido por proteção da família. Foi influenciado pela presença dos missionários do Verbo Divino, estudou na Universidade Católica em 1972, foi líder estudantil. Tornou-se padre e atuou em Assunção e em missões no Equador. Ao retornar a Encarnación seus sermões eram gravados, e as autoridades informaram ao bispo que Lugo deveria ser enviado para fora do país e foi para Roma e posteriormente para a

Alemanha. Em 1987, Lugo retornou como professor e atua na linha da Teologia da Libertação. Em 1994, foi escolhido bispo de San Pedro, área mais pobre do Paraguai, trabalhando com camponeses na luta latifundiária e foi acusado pelos donos da terra de proteger células de guerrilha e apoiar sequestradores (GOTT, 2008). Atual presidente paraguaio, percebe-se nele e no Estado a forte influência da Igreja Católica, que avança sobre todo o território nacional, não sendo diferente nas TTI e quando da composição de decisões sobre este território.

No tocante às questões linguísticas no subcontinente, estas são “firmadas” há muitos anos e após a independência. A castelhanização na Argentina e no Paraguai se fazia de forma incisiva pelas burguesias *criolas*, que visavam ao afastamento da cultura indígena guarani.

A influência da língua espanhola no Paraguai como idioma oficial não gera conflito no campo político e administrativo, mesmo com o dialeto e de um guarani paraguaio com todas as características de uma língua vernácula, materna, de um povo dominado social e politicamente por outro, que fala uma língua diferente – assim, espanhol e guarani se inserem cotidianamente no país sem grandes entraves.

Quando se analisa o papel da religião em Foz do Iguaçu, parte-se dos levantamentos dos grupos étnicos que habitam a cidade. Segundo dados da Polícia Federal, o município apresenta 72 etnias registradas, sendo as mais expressivas as de imigrantes árabes (libaneses e palestinos), chineses, paraguaios e argentinos, em sua maioria moradores que mantêm suas atividades ligadas ao comércio em Ciudad del Este. Foz do Iguaçu se caracteriza por ser uma cidade aberta às influências externas, provavelmente pela circulação de turistas e frequente migração de grupos étnicos diferenciados, com culturas e religiões diversas. Cada grupo cultural que se estabelece na cidade traz consigo sua religião, seus hábitos e seus costumes e consegue conviver pacificamente nesse território marcado pelas complexidades. Essas confirmações podem ser verificadas num trecho do Hino de Foz do Iguaçu,

[...] Nestes rios se confundem nações, num abraço de mútuo fervor; somos porto de mil corações, Foz do ameríndio vigor! Três fronteiras de pátrias amigas, Iguaçu – Paraná... que emoção! Suas águas que entoam cantigas, rumo ao sul irmanadas se vão! [...]. (SILVA, F. P. e RAFAEL, I)

Outro elemento importante e marcante nas TTI se refere às questões educacionais, que são singulares, principalmente por questões linguísticas diferentes. Há uma busca do brasileiro em entender o espanhol e se comunicar em poucas palavras com os “vizinhos”. Da mesma forma os argentinos e paraguaios tentam compreender o português, mas há algo que não acontece: a tentativa de ambos para aprenderem o guarani.

As primeiras escolas da área em estudo foram instaladas em Puerto Iguazú, posteriormente em Foz do Iguaçu. Entre os anos de 1960 e 1970, muitos paraguaios vinham cumprir seus estudos no Brasil, estudavam em escolas próximas à Ponte da Amizade.

Com o início da construção UHIB foi instalado na margem brasileira o Colégio Anglo-Americano de Foz do Iguaçu que, em 1976, iniciou suas atividades atendendo filhos e funcionários da usina e também da comunidade. Por volta de 1984, havia em média, por turno, o atendimento a 400 alunos oriundos do Paraguai. Eram dez ônibus que não cruzavam a Ponte da Amizade devido à morosidade, e sim passavam pela usina até o ano de 1987. Esse estabelecimento teve o máximo de 14.000 alunos no ano de 1986.

Paralelo à instalação da UHIB iniciou-se o movimento migratório no Sul do Brasil em direção ao Leste do Paraguai, país este em que 40% de sua população são rurais. Estima-se que vivem entre 300 e 500 mil brasiguaios, oriundos de pequenas propriedades, que não conseguiram sustentar famílias numerosas na área colonial brasileira, onde a terra escasseou com o aumento populacional, empurrando muitas famílias para novas frentes de colonização. O governo Stroessner abriu a frente agrícola com a venda de terras baratas e prosperaram como fazendeiros, comerciantes e pequenos produtores mercantis, muitos dos quais brasileiros.

A influência cultural marcada pela presença de brasileiros no Paraguai é significativa na franja oriental deste país. A difusão da cultura e de costumes brasileiros se faz por emissoras de rádio, sinal de televisão via satélite com programação brasileira. Os municípios mais expressivos demograficamente são: Santa Rita e San Alberto, com uma população de origem sulista brasileira. Os que se estabeleceram na mancha sudeste do Paraguai têm como segundo idioma o alemão; a leste percebem-se os idiomas italiano e polonês. Nesses núcleos de brasiguaios fala-se o português, porém na escola existe a obrigatoriedade de comunicar-se somente em espanhol e guarani. O idioma guarani, visivelmente um

instrumento cultural de resistência para os paraguaios, vai sendo aos poucos introduzido na comunidade brasileira, que começa a reconhecer o seu papel estratégico nas relações sociais.

O depoimento descreve as relações culturais de quem vive neste lugar:

Oitenta por cento da área de Santa Rita são de brasileiros. Os hábitos são muito iguais a quem vive aqui em Foz do Iguaçu. A cultura inclui a gastronomia, come-se churrasco com mandioca, sopa paraguaia, empanadas e muito frango (*pollo*), pelo preço ser mais barato bebe-se muito o tererê. Ah, o arroz os brasileiros fazem como o nosso mesmo, o que os paraguaios fazem é um arroz com leite e sal, fica muito diferente.

A televisão chega por cabo com canais brasileiros, como a Globo, a SBT e a Band, as maiores audiências são as novelas, todos sabem o que vem se passando no Brasil. Nas feiras agropecuárias de Santa Rita prevalecem os cantores e duplas sertanejas do Brasil - fazem o maior sucesso.

O brasileiro dança catchaca, enquanto os paraguaios amam o rock, funck e música sertaneja brasileira.

Os mercados são abastecidos 90% por produtos oriundos do Brasil, o restante na maioria da Argentina. Em Santa Rita é muito forte a presença brasileira. (Maria Otilia Mioni, turismóloga, esposa de um agropecuarista de Santa Rita que mora em Foz do Iguaçu).

Motivados com o desempenho agrícola e a abertura do agronegócio, há a entrada de capital estrangeiro na região e a instalação de multinacionais. Muitos brasileiros saíram ou passaram pelas TTI e estão instalados no Paraguai. A grande movimentação se faz em períodos de eleições, quando os migrantes, brasiguaios, retornam ao Brasil para votar, ou seja, continuam mantendo a cidadania brasileira, ainda que vivendo no Paraguai por décadas. Há também os que procuram diariamente por atendimento médico, hospitalar, odontológico, educacional em Foz do Iguaçu.

A presença de brasiguaios, em sua maioria filhos de brasileiros que vivem na faixa de fronteira paraguaia¹¹⁴ no cultivo de soja, algodão, milho e outros produtos, vivendo em colônias agrícolas, faz com as regiões de fronteira sejam mais complexas, pois em ambos os lados há viventes das duas nações, porém mais brasileiros e seus descendentes do lado paraguaio.

Dos anos de 1980 à atualidade, em Foz do Iguaçu percebe-se a migração desses brasiguaios¹¹⁵ para as escolas brasileiras, principalmente as públicas. Eles

¹¹⁴ A Faixa de Fronteira do Paraguai é de 150 km, como a do Brasil.

¹¹⁵ Sobre a presença de brasiguaios nas escolas de Foz do Iguaçu, recomenda-se os estudos de Maria Elena Pires Santos e Marilda do Couto Cavalcanti Identidades híbridas, língua(gens) provisórias – alunos “brasiguaios em foco. **Revista Trabalhos em linguística aplicada**. Campinas, v.47(2): 283-462, jul./dez. 2008.

têm como primeira língua o português; podem ter uma segunda língua oriunda de seus descendentes, seja o alemão, seja polonês, seja italiano. Estudaram em escolas do Paraguai e foram alfabetizados na língua espanhola, mas há ainda nos currículos escolares deste país o ensino da língua guarani.

Devido à falta de dados sobre a origem dos estudantes de escolas de Foz do Iguaçu, buscaram-se informações sobre a população de estudantes no ensino médio de escolas públicas e constatou-se o levantamento de matrículas de alunos procedentes de países do MERCOSUL. Verificou-se que no ano de 2007, 65 alunos foram matriculados; destes, 40 foram aprovados, 16 reprovados, 6 abandonaram e 3 foram transferidos¹¹⁶. Mas os dados sobre esse universo humano, o de estudantes e suas origens, ainda são falhos nas TTI.

O ensino superior e técnico ampliou-se após 1998. Novas faculdades foram criadas, expandiram-se os cursos nas universidades públicas e fundaram-se os cursos técnicos. Pretende-se, com a instalação da UNILA, firmar as TTI, ou mesmo Foz do Iguaçu, como um polo universitário no MERCOSUL.

As obrigações do Estado foram ampliadas no século XX – afinal, a existência do mesmo exige sua ação e atuação, mesmo que sem êxito em algumas vezes. Iná Elias de Castro (2009, p. 585) confirma que “foi aberto um leque variado de atribuições do Estado *vis à vis* à sociedade, assegurando os direitos de proteção social como uma obrigação formal, que em muitos Estados consta na Constituição”, como no caso brasileiro.

A complexidade territorial transfronteiriça é refletida em muitas situações cotidianas e infraestruturais: entre elas há as questões de saúde. No caso das TTI e para melhor caracterizá-las como tal, se faz necessária breve apreciação sobre esta questão. Os dados apresentados a seguir são da Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu (2009), que demonstra que a população local, de acordo com o Censo do IBGE, era de 319.189 habitantes, fato que permite visualizar a demanda na área de saúde exigida pelo município. A Constituição do Brasil de 1988 confere a todo cidadão brasileiro o direito universal de atendimento à saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS. O governo brasileiro repassa aos municípios o equivalente a R\$ 18,00 (dezoito reais) para cada cidadão; contudo, a 9ª Regional de Saúde

¹¹⁶ Dados fornecidos por Fabiano Severino. **Encontros e desencontros da educação na fronteira.** Seminário Pesquisa na Tríplice Fronteira. UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu – 2009.

realizou, no ano de 2008, 449.806 atendimentos, um número bem superior à população de Foz do Iguaçu, fator demonstrativo do atendimento da população de cidades vizinha, incluindo paraguaias e, possivelmente, argentinas também.

Não se tem dado concreto do número de brasileiros residentes no Paraguai. Diante de tal dificuldade de mensuração, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal de Assuntos Internacionais, em parceria com a Casa do Migrante, foi consultar nos municípios de Alto Paraná dados aproximados da população brasileira residente no Paraguai. Esses dados são representados na tabela 12 e permitem verificar o grande número de atendimento pelo SUS em Foz do Iguaçu.

TABELA 12 – POPULAÇÃO BRASILEIRA RESIDENTE EM ALTO PARANÁ – PARAGUAI

Município	População estimada	População brasileira e descendentes - estimada
Mbaracayú	8.500 hab	6.800 hab
Santa Fe del Paraná	10.000 hab	6.000 hab
Hernandárias	80.000 hab	20.000 hab.
Santa Rita	40.000 hab	32.000 hab
San Alberto	20.000 hab	16.000 hab
Iruña	10.000 hab	8.000 hab
Santa Rosa del Monday	25.000 hab	20.000 hab
Naranjal	11.000 hab	8.800 hab
Total	204.500 hab	117.600 hab

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – 2009.

Ampliando os números mostrados, acrescentam-se os dados do Consulado Geral do Paraguai em Foz do Iguaçu, que aponta uma população estimada em Alto Paraná de aproximadamente 843.000 habitantes, destes 30%, ou seja, 253.000, são agricultores brasileiros e descendentes. O mesmo Consulado calcula que 100.000 pessoas utilizam o SUS de Foz do Iguaçu. Os serviços de saúde no Paraguai são precários, fato que justifica a necessidade de atendimento dessa população nos Postos de Saúde e hospitais com atendimento pelo SUS.

Percebe-se ainda que com o fechamento da Santa Casa de Misericórdia Monsenhor Guilherme de Foz do Iguaçu, ocorreu uma redução de serviços médicos para a população transfronteiriça, fato que levou essa população a se manifestar, com a intervenção da Procuradoria Geral do Estado, por meio de uma Ação Civil

Pública a justificar-se perante a sociedade civil. Por ser um documento importante, transcreve-se o mesmo no anexo III na sequência, permitindo uma leitura da situação da saúde pública.

Mediante os problemas apresentados anteriormente, nota-se, ainda, que o financiamento do Governo Federal para a saúde não acompanha as reais necessidades da população. O primeiro projeto brasileiro do SIS-Fronteira¹¹⁷ foi aplicado na área das TTI com pesquisa realizada pela Universidade de Brasília – UnB.

Segundo a ex-secretária municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, Lisete Palma de Lima, o número de consultas de urgência está acima do preconizado, como também os prontos atendimentos são utilizados com grande frequência pelos brasileiros residentes no Paraguai, devido à oferta de consultas, exames e medicação. O mesmo acontece com a consulta especializada, uma vez que, via de regra, esse brasileiro já vem com problemas que precisam da intervenção especializada. As coberturas vacinais demonstram a presença de população flutuante, a maioria acima do preconizado. E, ainda, os atendimentos realizados em local exclusivo para mulheres e crianças brasileiras que residem nos países vizinhos vêm contribuindo também para a melhoria dos indicadores materno-infantis.

Pensar e constituir o que denominamos de TTI é navegar numa história secular marcada por um espaço geográfico moldado pela temporalidade que dá novas feições ao território, mas, ao mesmo tempo, o mantém como unidade na diversidade.

5.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E OS ARRANJOS SOCIAIS E POLÍTICOS NAS TTI

A economia, no caso das TTI, é marcada por prioridades que acabam por transformar na medida em que as áreas econômicas perpassam por sucessivas fases de desenvolvimento, cujo dinamismo está na capacidade que um território tem

¹¹⁷ O SIS-Fronteiras é um projeto da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde voltado para a integração de ações e serviços de saúde na região fronteira do Brasil. Instituído pela Portaria GM 1.120/05, o SIS-Fronteira contribui para o fortalecimento dos sistemas locais de saúde dos municípios situados na fronteira do país, além de ser uma importante estratégia para uma futura integração entre os países da América Latina.

em mobilizar políticas que podem estar atreladas às vontades do poder central ou das reais necessidades das populações que nele vivem – a economia é tanto interna, do lugar ou da região, como global.

A mensuração da economia no Brasil obedece a uma metodologia internacional realizada pelo IBGE, que determina o valor do PIB. No Paraguai isso não acontece. Segundo Teixeira, “O Paraguai é o único país no continente americano que não possui um instituto nacional de estatísticas, como o IBGE. O PIB é calculado pelo Banco Central com base em critérios diferentes dos aceitos internacionalmente. A produção das hidrelétricas de Yaciretá na fronteira com a Argentina e Itaipu não é contabilizada por serem consideradas organismos internacionais e não como empresas públicas. Só esse truque reduz em 2 bilhões de dólares o cálculo do PIB.

Devem-se analisar ainda a questão econômica paraguaia, os valores repassados pela energia de Itaipu, os impostos sobre produtos comercializados em Ciudad del Este e a questão agropecuária na poção leste do país.

O Paraguai começou a enriquecer em 1984, quando a hidrelétrica de Itaipu passou a fornecer energia abundante para os dois lados do rio Paraná. No início dos anos 80, havia cerca de 1.500 indústrias no país. Hoje são nove vezes mais. A agropecuária é uma das mais produtivas do mundo, com mais cabeças de gado por habitante que no Brasil. No Leste do país, próximo ao Paraná, a paisagem é dominada por plantações de soja e girassol. O Paraguai é o quarto exportador de soja do mundo. Há que se mencionar que no Paraguai não há imposto de renda, somente uma taxa de 10% que incide sobre produtos e serviços (TEIXEIRA, 2010).

No processo de constituição de cada Estado-Nação dos países ligados a este estudo, a economia aproximou e interagiu na formação do território como elemento dinâmico. A cartografia da economia da erva-mate e da exploração madeireira gerenciada pela Argentina, com mão de obra paraguaia e com parte do espaço brasileiro, constituiu um dos processos de formação do território transfronteiriço.

Com o encontro de vários grupos étnicos e sociais em Iguassu, forma-se um território marcado pelo multiculturalismo combinado dos tipos e momentos econômicos, que para Semprini (1999, p.141), “os grupos que o povoam são vistos como alvos, sob formas de agregação sociais pontuais e mutantes (moda, consumo, lazer, cultura de massa)”.

A tendência do processo de globalização e virtualização da economia, das comunicações: informações, circulação em tempo real, transpõem a valorização crescente dos fatores identitários, gerando uma nova estruturação do espaço sociocultural globalizado.

Com a criação do Estado territorial, é o território nacional, o Estado nacional, que passa a reger o dinheiro. O que há nessa fase são dinheiros nacionais internacionalizados. É evidente que o dinheiro nacional sofre modulações internacionais. Ele é parcialmente um respondente interno das modulações internacionais. Mais profundamente a partir da presença forte do Estado, esse dinheiro é representativo das relações então profundas entre Estado territorial, território nacional, Estado nacional, nação. Era um dinheiro relativamente domesticado, o que era feito dentro dos territórios (SANTOS, 1999, p. 9 e 10).

Nas TTI percebe-se a circulação de cinco moedas, além das moedas de cada país. Acrescenta-se o dólar estadunidense como referência para as transações comerciais e o euro. Por ser um território de forte apelo turístico e de geração de energia, as atividades de bens e serviços são predominantes, seja para o consumo interno, seja para as exportações nos casos econômicos que não advêm do turismo e de outras fontes produtoras de capital.

As figuras 19, 20, 21, 22 e 23 ilustram as áreas de influência de cada moeda nestas territorialidades transfronteiriças, coletadas na Receita Federal brasileira e seus congêneres no Paraguai e Argentina, além de dados coletados em empresas de exportação e importação, incluindo as agropecuárias e as empresas de turismo. Inicialmente será observada a influência do real. A aceitação da moeda em território argentino passou a ser mais aceita no interior da Província de Misiones em razão da proximidade com as fronteiras ao norte e leste com o Brasil; outro fator foi a estabilidade e valorização monetária frente ao peso argentino. Com a presença de “brasiguaios” no Leste do Paraguai, na franja do rio Paraná a moeda adquiriu uma relevante circulação.

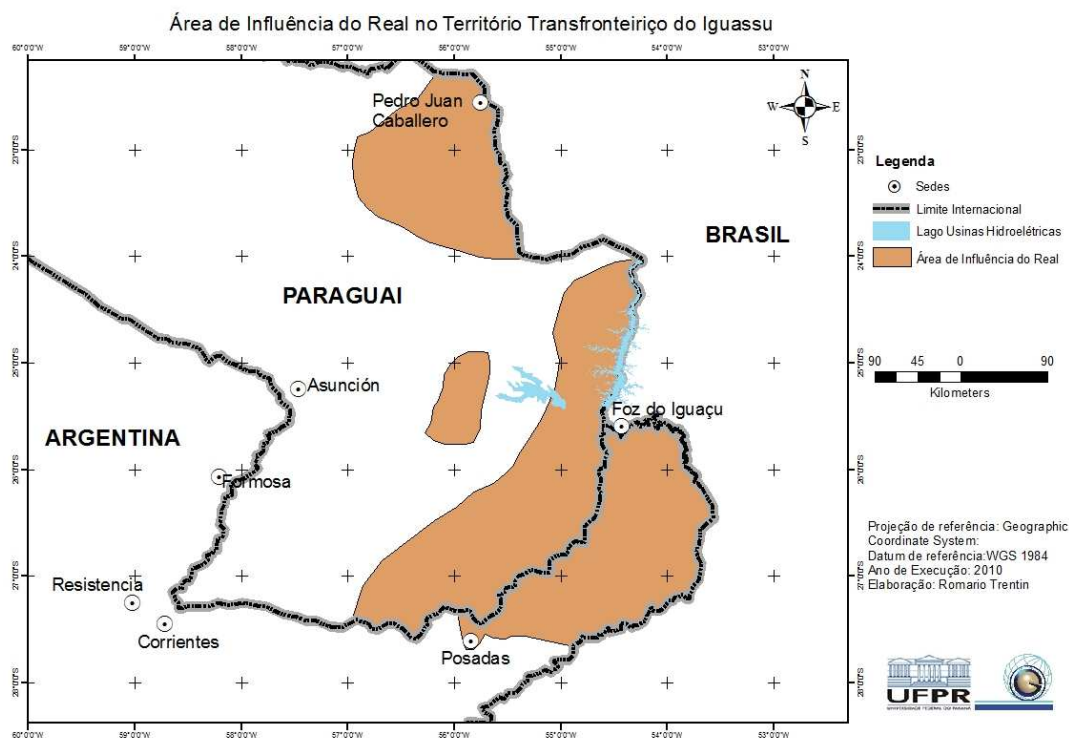


FIGURA 19 - ÁREA DE INFLUENCIA DO REAL NAS TTI

Já a figura 20 refere-se à influência do Guaraní nas TTI. A maior influência consiste na área da Ponte da Amizade, local em que está o comércio de exportação para esse país. Existem estabelecimentos que comercializam de 80 a 100 % em moeda paraguaia – são lojas de gêneros de primeira necessidade. Em decorrência do turismo intrínseco, a moeda circula pelo território e, portanto, é facilmente aceita.

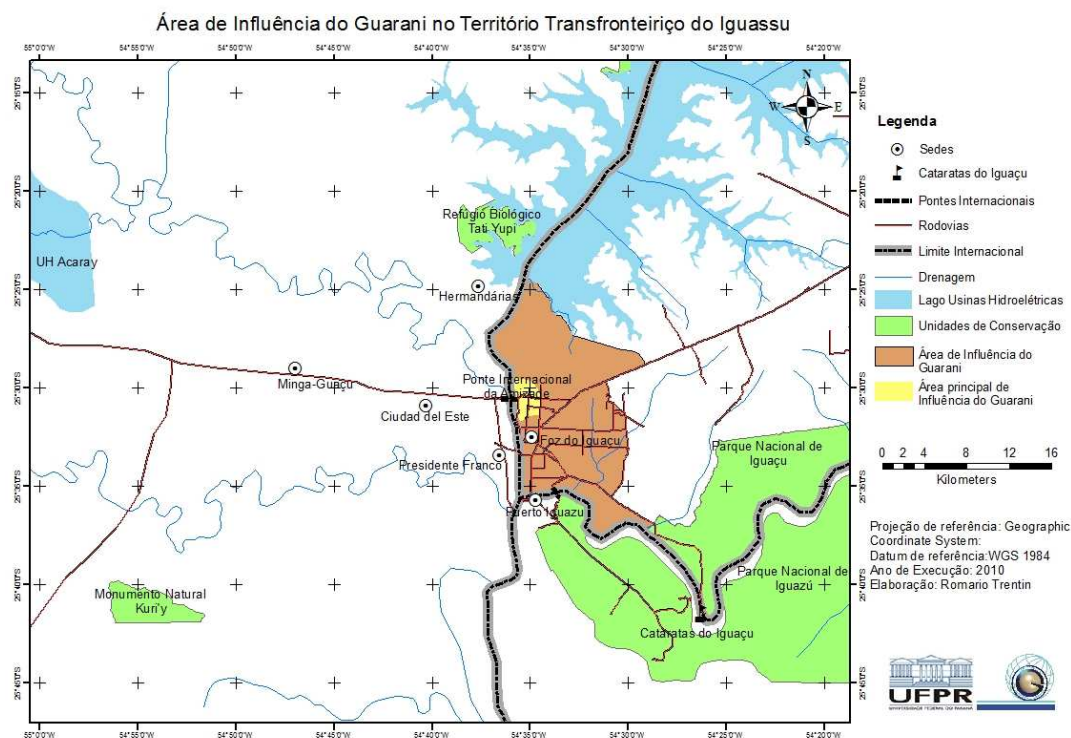


FIGURA 20 - ÁREA DE INFLUENCIA DO GUARANI NAS TTI

A área de influência do Peso argentino, é ilustrada na figura 21, observa-se que é restrita somente para a área das TTI em função da atividade turística.

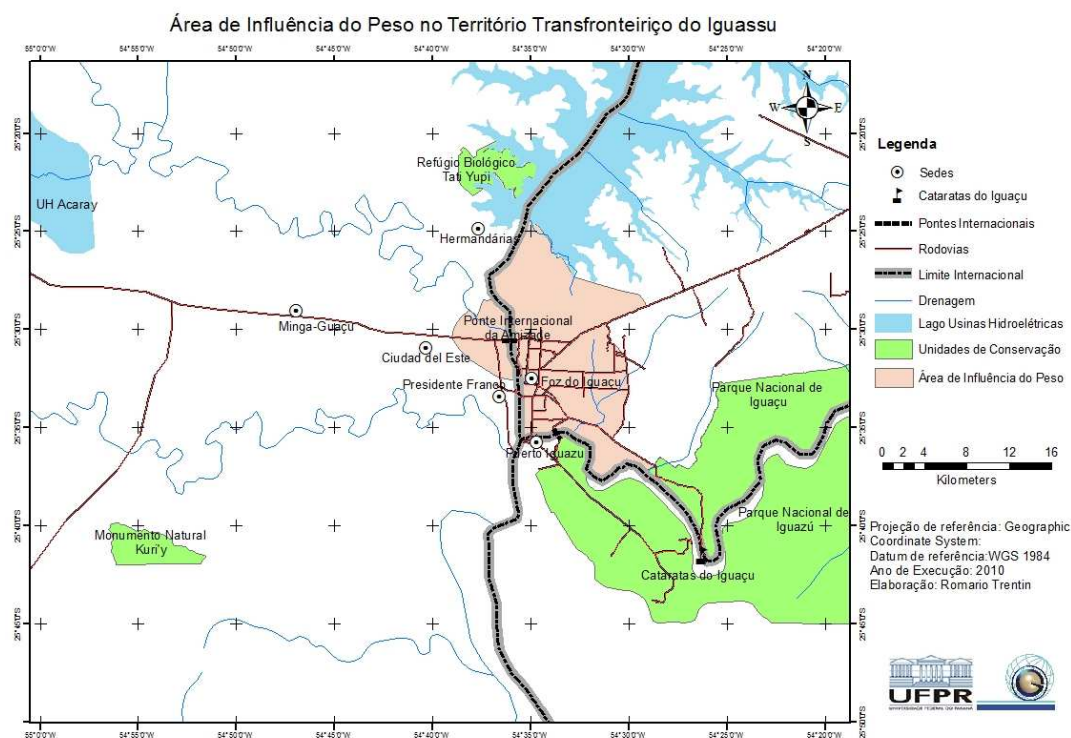


FIGURA 21 - ÁREA DE INFLUENCIA DO PESO ARGENTINO NAS TTI

A figura 22 assinala a área de influência do dólar americano na área das TTI. Desde a fundação da Zona Franca de Ciudad del Este em 1960 à atualidade, percebe-se uma dificuldade de classificação sobre esta cidade, que, na verdade, não é. O dólar americano é a moeda de circulação; as autoridades, técnicos ministeriais, secretarias e departamentos tentam encontrar uma conceituação sobre o que é a cidade. A única saída é a classificação de uma área beneficiada pelo “Regime Especial de Turismo”. Portanto, ainda não se chegou a uma definição classificatória sobre esta cidade, que é a segunda economia e demografia paraguaia, com uma elevada circulação monetária em dólares americanos, e algumas fontes a citam como a terceira economia mundial neste tipo de comércio – as duas primeiras seriam Miami e Hong Kong.

Devido à dependência de produtos importados, a indústria é pouco significativa. A moeda americana apresenta a abrangência territorial de todo o Paraguai e das TTI.

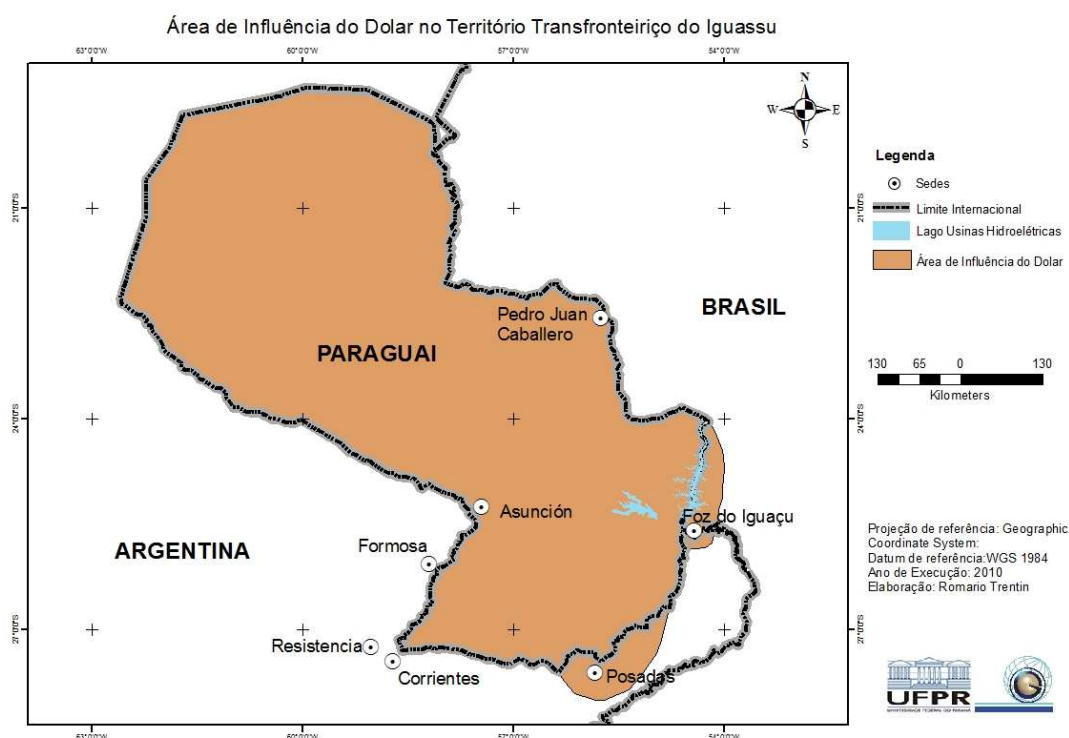


FIGURA 22 - ÁREA DE INFLUENCIA DO DOLAR AMERICANO NAS TTI

Em relação à influência do Euro, a figura 23 indica as TTI nas áreas exclusivas do turismo.

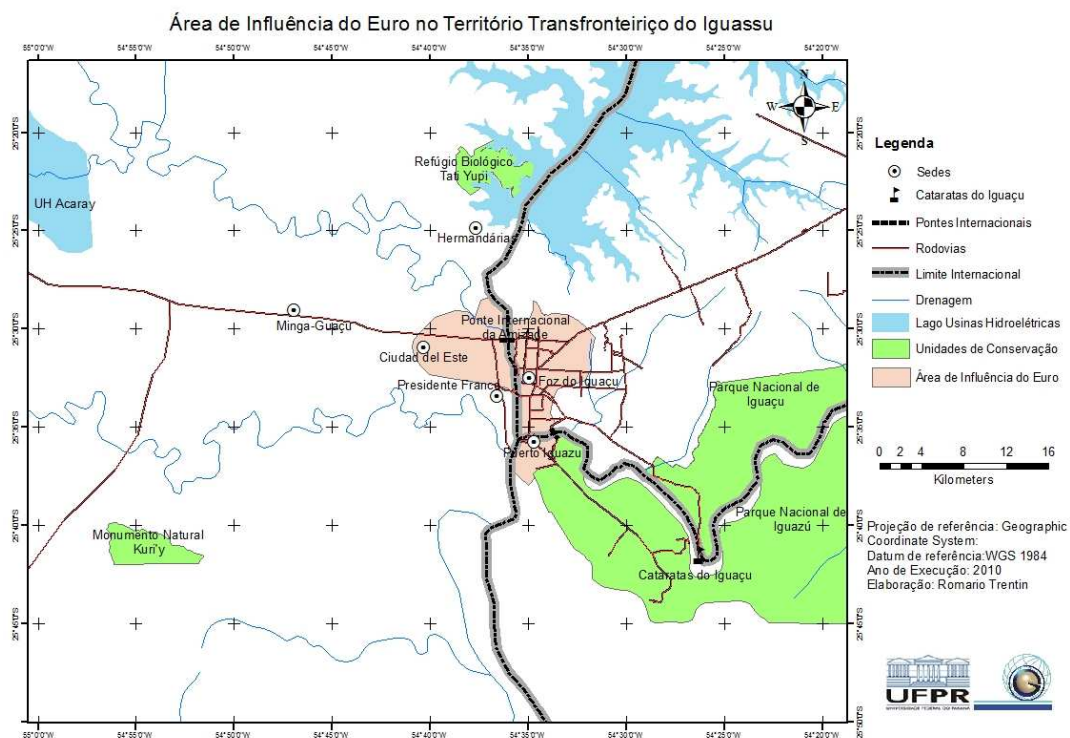


FIGURA 23 - ÁREA DE INFLUENCIA DO EURO NAS TTI

Os habitantes desse território convivem com as vantagens de viver as aproximações no que concerne ao consumo de bens de primeira necessidade e produtos supérfluos, além dos de luxo. Hoje compensa para os brasileiros economicamente fazerem as compras de produtos alimentícios, higiene e limpeza no mercado argentino, pois o peso argentino está desvalorizado em relação ao real e muitas vezes se adquire produtos de qualidade superior ao brasileiro. O mesmo acontece com as compras no Paraguai: em sua maioria, são produtos importados sem impostos e que movimentam bilhões de dólares por ano, com a aquisição dos produtos importados mais baratos que no mercado interno brasileiro.

Como o Paraguai não é um país industrializado, o comércio de exportação localiza-se em Foz do Iguaçu, na área do Jardim Jupira e Vila Portes, nas proximidades da Ponte da Amizade, onde existem lojas que recebem exclusivamente em guarani e dólar. O comércio se destaca por tecidos, confecções, calçados, bebidas, gêneros alimentícios, mercado de roupas e móveis usados, galinheiros e outros.

Com a Argentina o comércio está nas proximidades da aduana do Brasil, entre as avenidas Cataratas e Morenitas. Destaca-se em gêneros alimentícios, mas

devido ao controle intenso na aduana argentina e a moeda desvalorizada, esse comércio apresenta-se decadente.

No período de recessão econômica e alta inflação no Brasil, entre 1986 e 1988, recebiam-se milhares de paraguaios e argentinos para os mercados de Foz do Iguaçu, no sentido inverso do que acontece atualmente. Essa é uma realidade vivida pela maioria da população das TTI, dependendo das flutuações das economias nacionais e, hoje, globais, marcadas pelo domínio do capitalismo financeiro.

Para se ter uma ideia da realidade e paridade entre as moedas circulantes nas TTI, devem-se estabelecer locais que fazem a conversão monetária de forma justa. Como exemplo, o quadro 6 mostra o câmbio do dia 30 de outubro de 2009, em cada país, comparativamente entre as cidades das TTI.

	BRASIL		ARGENTINA		PARAGUAI	
	São Paulo	Foz do Iguaçu	Buenos Aires	Puerto Iguazú	Assunção	Ciudad del Este
Dólar paralelo	R\$1,82	R\$1,85	P\$ 3,83	R\$ 1,84 P\$ 3,80 para 1 Dólar	G\$ 4.880 para 1 Dólar	R\$ 1,90 (Lojas) R\$ 1,84 (Casas de Câmbio) G\$ 4865 para 1 dólar

QUADRO 2 – COMPARATIVO DO VALOR DO DÓLAR DOS PRINCIPAIS CENTROS DO BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI E AS CIDADES DAS TTI

Fonte: Jornal Folha de São Paulo¹¹⁸. Jornal Clarín¹¹⁹, Periódico ABC¹²⁰ e FRONTUR Câmbio e Turismo.

As cotações do dólar no paralelo nos centros financeiros não são as mesmas praticadas nas TTI – essa é mais uma peculiaridade por causa da alta movimentação das moedas neste território. Percebe-se que, em São Paulo, Buenos

¹¹⁸ Primeira Página **Folha On Line**, 30 de outubro de 2009. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/>. Acesso em: 30/10/2009.

¹¹⁹ Primeira Página **Diário Clarín**, 30 de outubro de 2009. Disponível em: <www.clarin.com>. Acesso em: 30/10/2009.

¹²⁰ Primeira página **Digital ABC**, 30 de outubro de 2009. Disponível em: <www.abc.com.py>. Acesso em: 30/10/2009.

Aires e Assunção, o câmbio é mais baixo. A alta cotação dessas moedas se faz em função da alta movimentação comercial em Ciudad del Este e da elevada procura por dólares. Se a média é equivalente a R\$1,90 nas lojas, isso varia para cada estabelecimento comercial em poucos centavos. Essa variação faz um câmbio injusto, que demonstra a fragilidade do controle das autoridades centrais, seja do Brasil, seja dos outros dois países.

Ao iniciar esta análise, se percebe que o contrabando é um nome, palavra ou ação, associado a este território em toda sua história, perante as imposições legislativas e financeiras que são estabelecidas, na facilidade de obtenção das melhorias de condições de vida para quem vive na fronteira.

A intensidade desse tráfego de circulações econômicas são verificáveis entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, pois esta é uma fronteira aberta em seus fluxos. Ciudad del Este emprega vários brasileiros em seu comércio livre, que proporcionou a instalação de lojas de importados do mundo todo e de tipos diversos. Em decorrência do melhor desempenho da infraestrutura de serviços urbanos, sociais, educacionais e de saúde de Foz do Iguaçu, a comunidade árabe faz a sua territorialidade. Moram com suas famílias em Foz do Iguaçu, têm seus negócios em Ciudad del Este, fazendo da primeira uma cidade dormitório, mas não completamente, pois se utilizam das benfeitorias da mesma.

Seus filhos estudam em escolas brasileiras e complementam seus estudos em escola libanesa no Brasil ou no Paraguai. A facilidade de atravessar a Ponte da Amizade permite esse fluxo de estudantes de origem libanesa, palestina, chinesa, coreana, paraguaia e brasileira. A aproximação do Brasil com Paraguai permite essa aproximação – visivelmente. A Ponte é o limite, mas ao mesmo tempo é a sequência urbana de um espaço único – o território.

Nos anos de 1990, a economia brasileira no governo Collor de Melo promoveu a abertura que incentiva a indústria nacional a importar produtos que eram produzidos principalmente na Zona Franca de Manaus. Com o Paraguai este mesmo processo ocorreu. A taxa cambial com o Plano Real fica mais valorizada, o que onerou os preços dos produtos importados menores que os preços similares fabricados no Brasil. Comprar produtos no Paraguai deixou de ser uma vantagem, caindo assim o turismo de compras a partir de 1996.

Entre o segundo semestre de 1994 e o fim de 1995, a atuação dos “sacoleiros” e “laranjas” cresceu de forma expressiva; criou-se um fluxo de comércio

de várias partes do Brasil convergindo para as TTI. As relações eram mais dinâmicas com Brasil e Paraguai e muito poucas com a Argentina.

O transporte principal, utilizado pelos sacoleiros, era o ônibus de turismo, principalmente os “bate-volta”, que não pernoitavam em Foz do Iguaçu e seguiam para as suas cidades de origem, geralmente, de médio e grande porte do Brasil. O fluxo na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu era elevado, mas os números e informações estatísticas são incipientes.

Com a equiparação de preços nos produtos eletroeletrônicos produzidos no Brasil, em relação aos importados do Paraguai, passou a ser mais vantajoso comprar no Brasil, onde o produto dispõe de garantia, assistência técnica e pode ser adquirido em parcelas.

Na tabela 13 há um demonstrativo dos ganhos em dólares deixados por este comércio, sustentado por brasileiros, no período de 1994 a 2001.

TABELA 13 - MOVIMENTO FINANCEIRO DO TURISTA E DO COMPRISTA

Ano	Nº hab.	Nº turistas	Nº compristas	GATFI em US\$MI.	GACP em US\$ BIs	GACTFI em US\$ MI	GACEFI em US\$ MI
1994	196.000	370.000	3.200.000	145	5,1	320	160
1995	212.000	885.000	3.415.000	133	5,5	342	171
1996	220.000	830.000	2.170.000	124	3,5	217	108
1997	232.000	734.000	1.778.000	110	2,8	178	89
1998	240.000	726.000	1.274.000	109	2	128	64
1999	25.000	843.000	957.000	126	1,5	96	48
2000	260.000	708.000	892.000	106	1,4	89	45
2001	273.000	*700.000	*720.000	*105	*1,2	*72	*36
Totais		5,6 mi	14,4 mi	958 mi	23 bi	1,44 bi	721 mi

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Cadastro (2008)

Legenda:

GATFI = Gasto anual do turista em Foz do Iguaçu.

GACP = Gasto anual do comprista no Paraguai.

GACTFI = Gasto anual do comprista no trajeto até Foz do Iguaçu.

GACEFI = Gasto anual do comprista em Foz do Iguaçu.

Percebe-se que, nesse período, a movimentação de compristas que vinham as cidades das TTI era relevante. O volume de arrecadação por parte do comércio paraguaio foi incomparavelmente superior ao que o próprio turista deixava em Foz do Iguaçu.

O gráfico 2 demonstra o gasto anual do turista comprista em Foz do Iguaçu, com os gastos em milhões de dólares.

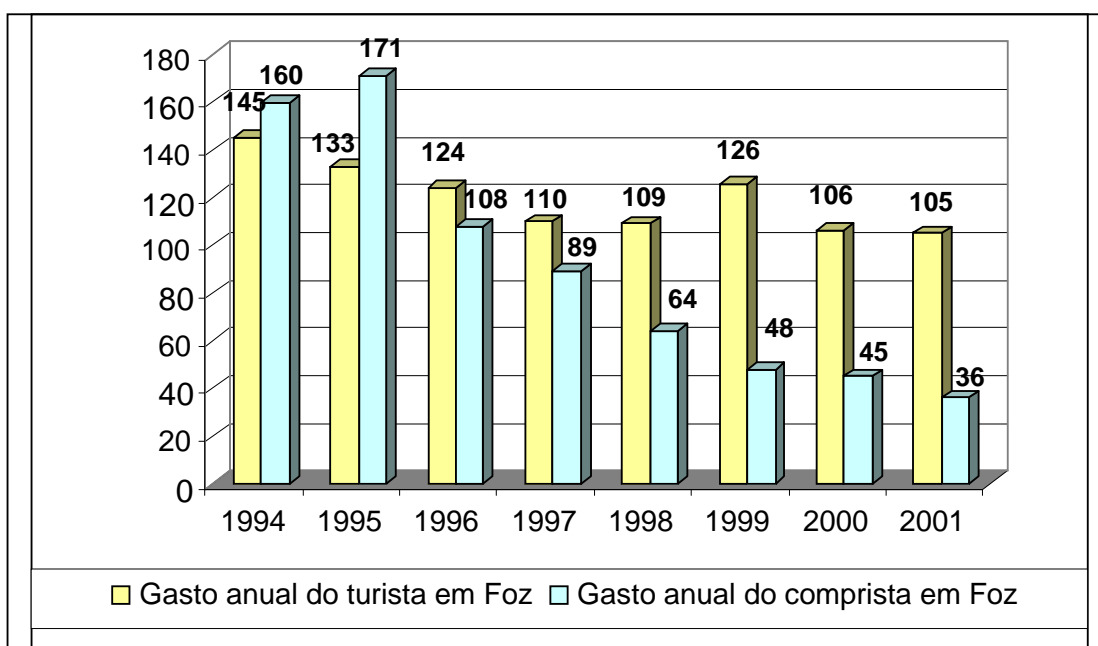


GRÁFICO 2 - GASTO ANUAL DO TURISTA COMPRISTA EM FOZ DO IGUAÇU EM MILHÕES DE US\$

Fonte Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Cadastro, 2008.

Percebe-se que, após 1996, a queda do turismo nas TTI foi considerável. Ela está associada à quantidade de compristas que chegavam, o que não refletiu na demanda de visitantes dos Parques Nacionais, cujo produto oferecido é outro.

Em 1999 a variação cambial, em janeiro, provocou um reflexo negativo e inviabilizou o turismo de compras no Paraguai. Esperava-se com essa alteração cambial brasileira uma maior exportação de produtos brasileiros com o Paraguai, o que não aconteceu. Os acordos estabelecidos no MERCOSUL facilitaram o comércio direto das empresas produtoras brasileiras, com os comerciantes domiciliados nos países importadores.

Em abril de 2005, a cota, que era de US\$ 150,00, foi ampliada para US\$ 300,00. O aumento foi justificado como uma forma de amenizar a crise desencadeada com o rigoroso combate ao contrabando e descaminho feito pela Receita Federal. Houve a articulação por representantes da iniciativa pública e privada das três cidades, que buscavam nesse período alternativas para a solução dos problemas econômicos que afetavam esse território, fato que permanece até os dias atuais. O cadastramento continua nos moldes anteriores, realizado na Aduana da Ponte da Amizade. Isso reforça a legalidade na obtenção de produtos

importados, embora continue a abordagem dos que passam pela Ponte por amostragem, para a fiscalização do contrabando e produtos ilícitos.

Por muitos anos existiu a autorização do Banco Central do Brasil, permitindo aos bancos, casas de câmbio, comércio e pessoas físicas estabelecidos em cidades de fronteira repatriar os reais em outros países que fossem deixados por brasileiros¹²¹.

Os guaranis deixados pelos paraguaios no Brasil, em volume significativo, assim como os pesos deixados pelos argentinos, eram cambiados nas agências de turismo credenciadas a operar legalmente por uma “arbitragem”. Havia um banco em Foz do Iguaçu que operava com arbitragem e não efetuava em moeda estrangeira.

O funcionamento se fazia com as agências de viagens/câmbio. Comprava-se os guaranis, mantinha-se contato com o banco em Foz do Iguaçu sobre o montante da operação e o transporte dos guaranis para o Paraguai, mantinha-se contato com o banco em Ciudad del Este e acertava-se a taxa de arbitragem externa de guarani para dólares estadunidense. Esse banco emitia um cheque em dólares, entregue ao banco brasileiro, que, por sua vez, recebia o valor em moeda estrangeira em sua conta no exterior e efetuava a entrega de moeda nacional à agência de turismo credenciada, mediante compra dos guaranis. Essa operação não poderia ser considerada uma arbitragem para a agência de turismo (troca de moeda estrangeira por moeda estrangeira). A entrega era sempre feita em moeda nacional. Essa arbitragem era realizada pelo banco, o qual comprava os guaranis de agências de turismo.

Na atualidade os bancos não realizam essas operações, extintas desde 2005. Com o escândalo do Banestado (extinto Banco do Estado do Paraná), muitas agências e casas de câmbio fecharam ou foram à falência.

Os comerciantes brasileiros que vendem para paraguaios dependem de cambistas de rua¹²² na Ciudad del Este, que vêm a Foz do Iguaçu para trocar guaranis por reais.

¹²¹ Foi o caso das contas CC-5, aos residentes no exterior. Essas contas CC-5 foram criadas, em 1969, pelo Banco Central, chamado "Carta Circular 5", daí acabaram conhecidas como CC-5. São destinadas a brasileiros residentes fora do Brasil, empresas exportadoras e financeiras com vínculo no exterior. Assim é permitido, sem autorização prévia do Banco Central do Brasil, repassar um determinado valor em reais que se transformam em dólares para outros países e resgatar dólares do exterior que se transformam em reais para o Brasil.

¹²² Os cambistas de rua são amplamente reconhecidos no microcentro de Ciudad del Este.

Desde o ano de 2000, por determinação do Banco Central do Brasil, as agências estabelecidas em Ciudad del Este estão proibidas de remeter ao Brasil depósitos acima de R\$10 mil em espécie, e o comércio paraguaio deixou de aceitar o pagamento em cheques.

Como resultado dessas medidas do Banco Central foi incalculável os prejuízos para os comerciantes, fato que provocou a queda no volume de vendas, demissão de milhares de empregados, fechamento de centenas de estabelecimentos, queda no número de visitantes e pequenos comerciantes para o Brasil.

As medidas econômicas favoreceram as indústrias localizadas nos grandes centros, favorecendo as interconexões dos polos industriais dos países em questão. Nas TTI, permanece o comércio de exportações para atender aos paraguaios e um modesto mercado exportador para atender os argentinos. As conexões se fazem diariamente entre as pontes e este fluxo será apresentado a seguir.

5.5 AS REDES ESTABELECIDAS PELAS MOBILIDADES POPULACIONAIS E DE MERCADORIAS NAS TTI

Parafraseando Rogério Haesbart (2006), o processo construtor do território estabelecido pelas redes (não simplesmente as redes em si, mas como formas ou meios constituídos e/ou mobilizados por determinados sujeitos) é mais ou menos desterritorializador.

Desde a chegada dos primeiros colonizadores as comunicações por transportes, sejam as fluviais iniciais sejam, na modernidade, os transportes terrestres, vêm sendo objeto de julgamentos que influenciam na estrutura dos territórios em tempos de localização num mundo global (economicamente) de atividades e estrutura, chegando a ser, no caso aqui, um dos elementos que firmam as TTI.

Nas TTI existem transportes internacionais interurbanos¹²³ que se caracterizam como uma forte característica dos fluxos populacionais. Os dados das

¹²³ A empresas de transportes que ligam Foz do Iguaçu a Ciudad del Este são: Irmãos Rafagnin Ltda. (BR), Celeste Transporte Ltda. – Pluma (BR), Rápido Yguazú S/A – RYSA (PY), Nuestra Señora La

tabelas 14 e 15 demonstram o fluxo de pessoas nesse meio de transporte. Confirmam o intenso fluxo somente de passageiros em ônibus, fora os de outros meios de transporte.

TABELA 14 - FLUXO DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SEMI-URBANO ENTRE FOZ DO IGUAÇU (BR) – PUERTO IGUAÇU (AR) IDA E VOLTA ANOS DE 1996 – 2008

Ano	Número de passageiros
1996	79.713
1997	9.012
1998	12.375
1999	71.275
2000	-
2001	-
2002	-
2003	19.611
2004	44.854
2005	125.535
2006	121.403
2007	119.806
2008*	61.613

Fonte – Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT – jun. 2008

* - dados computados até o mês de junho 2008.

TABELA 15 - FLUXO DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SEMI-URBANO ENTRE FOZ DO IGUAÇU (BR) – CIUDAD DEL ESTE (PY) IDA E VOLTA, ANOS DE 1996 – 2008

Ano	Número de passageiros
1996	1.729.219
1997	1.357.785
1998	1.205.842
1999	1.065.225
2000	1.077.870
2001	1.072.798
2002	1.146.751
2003	1.187.994
2004	1.032.533
2005	1.075.514
2006	1.242.201
2007	1.178.268
2008*	414.762

Fonte – Agencia Nacional de Transportes Terrestres ANTT – jun. 2008

* - dados computados até o mês de junho.

Ao observar esses fluxos de ônibus interurbanos internacionais é possível constatar a força de atração do comércio paraguaio frente ao argentino. Isso em

Asunción – NSA (PY). De Foz do Iguaçu a Presidente Franco opera a empresa Transparanaense (PY). De Foz do Iguaçu para Hernandárias a empresa Chaco Boreal (PY). De Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú, as empresas Celeste – Pluma (BR), Viação Itaipu (BR), Empresa Tres Fronteras (AR), Crucero del Norte (AR). De Ciudad del Este a Puerto Iguazú pelas empresas Rápido Yguazú – RYSA (PY), Nuestra Señora de la Asunción – NSA (PY) e El Práctico (AR).

função da diversidade comercial e da quantidade de estabelecimentos de produtos importados, que aumenta a procura de consumidores aliado à sequência urbana entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este e ao tráfego menos controlado entre as duas cidades.

O fluxo aéreo e movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu podem ser analisados nos dados na tabela 16. Como o aeroporto é pequeno para esse fluxo de visitantes, há proposta e projeto de construção de um moderno terminal por parte da INFRAERO e Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

TABELA 16 - MOVIMENTO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

Ano	Embarque	Desembarque	Emb/Desemb
1990	267.297	267.207	534.504
1991	250.095	250.021	500.116
1992	194.531	190.382	384.913
1993	194.223	190.201	384.424
1994	215.400	220.790	436.190
1995	217.365	226.070	443.435
1996	208.979	211.807	420.786
1997	208.907	208.682	417.589
1998	228.812	231.173	459.985
1999	225.112	221.615	446.727
2000	239.729	234.284	474.013
2001	236.712	231.834	468.546
2002	223.443	219.399	442.842
2003	240.931	239.986	480.917
2004	303.667	294.086	597.753
2005	412.968	404.760	817.728
2006	368.864	361.040	729.904
2007	358.693	362.270	720.963
2008	385.989	379.980	765.969

Fonte: INFRAERO e SMTFI. 2008.

Referente à entrada e saída de turistas internacionais, o Departamento de Polícia Federal da Delegacia de Polícia em Foz do Iguaçu, Núcleo de Imigração, não apresenta os dados de estatísticas de 1976 a 1999. O controle estatístico inicia-se apenas a partir de 2000.

Os dados da tabela 17 referem-se às estatísticas de 2000 a outubro de 2008, correspondentes ao fluxo de turistas. O controle é realizado na Ponte da Amizade, Ponte Tancredo Neves e Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu.

Devido à falência da VARIG, há redução dos voos; não houve procura por novos voos internacionais para Foz do Iguaçu. Os dados representados nesta tabela correspondem aos estrangeiros que entram no país como turista e pretendem conhecer outros lugares, não constando aqueles da Argentina e do Paraguai, que vêm somente a Foz do Iguaçu.

TABELA 57 - ENTRADAS E SAÍDAS DE TURISTAS POR FOZ DO IGUAÇU

Ano	Entradas	Saídas
2000	185.278	128.890
2001	222.963	154.172
2002	171.158	154.312
2003	210.535	161.538
2004	259.332	191.498
2005	277.354	221.194
2006	300.599	246.097
2007	307.577	256.761
2008*	430.371	387.449

Fonte - Departamento de Polícia Federal, 2008.

As cidades têm rodoviárias internacionais que atendem aos fluxos de passageiros regionais, nacionais e internacionais. A figura 24 ilustra as ligações de transportes rodoviários nacionais e internacionais que atendem as TTI, com fluxo diário.

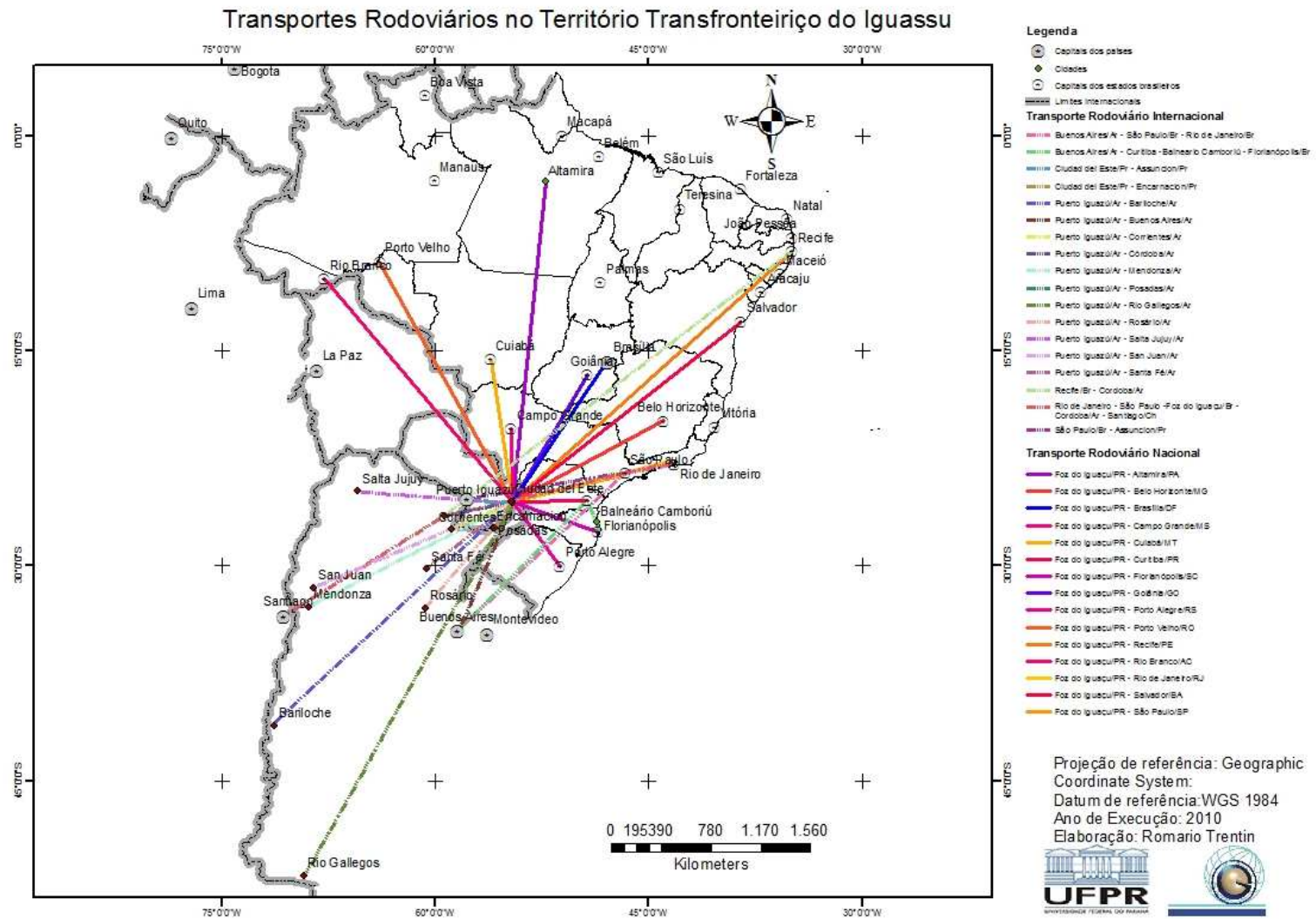


FIGURA 24 - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NAS TTI

O gráfico 3 demonstra o movimento de passageiros na rodoviária e aeroporto de Foz do Iguaçu. Em virtude das atividades de turismo exercidas nas TTI, deve ser verificada a curva descendente no movimento rodoviário no período de 1995 a 2002.

Estes dados vêm mais uma vez demonstrar a crise descrita anteriormente no número de passageiros registrados nas TTI.

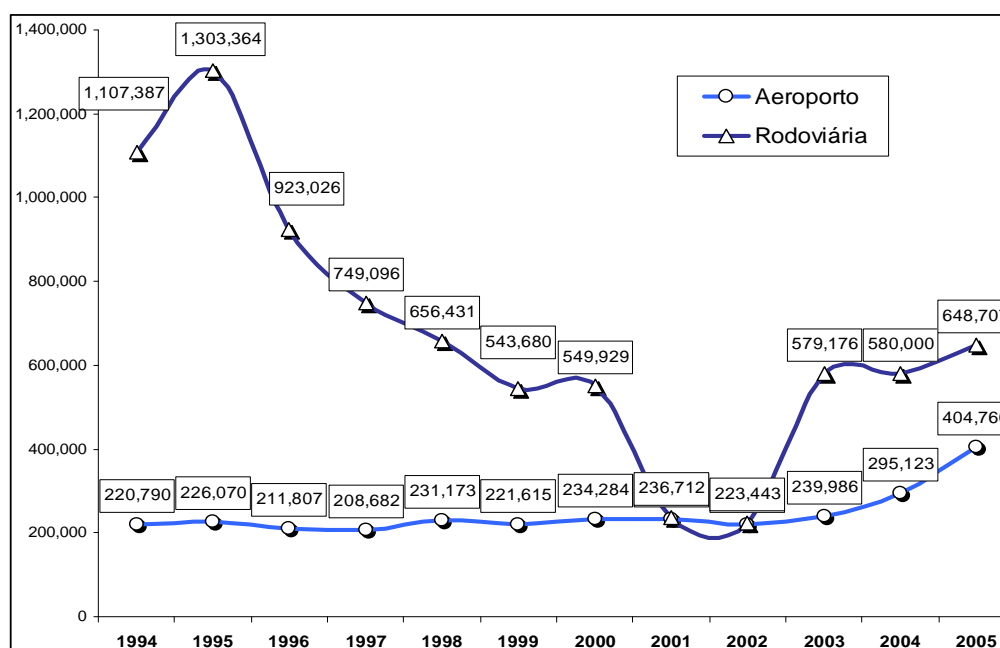


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS DA RODOVIÁRIA E DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Cadastro (2008).

Sobre os transportes de cargas que atravessam as TTI são verificáveis e registradas as extensas filas de caminhões na importação brasileira proveniente dos países do MERCOSUL, com interveniência do Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, e Receita Federal¹²⁴.

Um dos mais graves problemas é a falta de funcionários da Receita Federal locados para a Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu, com trabalhos em importação, exportação e bagagem. Da mesma forma se verifica noutros órgãos federais a desarmonia na interpretação da legislação pelos órgãos envolvidos, e,

¹²⁴ Os dados foram obtidos por entrevista com Mário Alberto Chaise de Camargo, presidente da Associação dos Despachantes Aduaneiros de Foz do Iguaçu – ADAFI.

nos últimos anos, as importações vêm aumentando. Inegavelmente o que mais atrapalha o fluxo nas TTI é a burocracia administrada pelo poder central.

Os produtos agrícolas provenientes da Argentina e do Paraguai, tais como milho, soja, alho, cebola, trigo, arroz, vêm onerando as importações em função das medidas de controle de fitossanidade, microtoxinas, com acompanhamento laboratorial e análises rigorosas das cargas que passam na área.

Um exemplo disso é o milho importado do Paraguai. Na maioria das vezes é comprado pelas agroindústrias do Oeste do Paraná e de Santa Catarina para elaboração de rações para a alimentação de aves e suínos. Ao passar pela EADI de Foz do Iguaçu, vive todo um processo burocrático, que deveria ser realizado conjuntamente com o país importador e exportador para agilizar e diminuir o tempo de espera por meio de um controle integrado.

A EADI de Foz do Iguaçu está localizada no perímetro urbano, onde se formam filas extensas causando problemas ao tráfego local, colocando em risco a integridade de bens e pessoas. Estima-se que passam em média mil caminhões/dia, e o estacionamento passa a ser pequeno para tanto fluxo.

O Tratado de Recife normatiza os conceitos de controle, controle integrado, área de controle integrado, país sede, país limítrofe, ponto de fronteira, que constituem premissas básicas da integração aduaneira. Em Foz do Iguaçu isso não ocorreu, embora haja a vontade e esforços por parte dos três países¹²⁵.

Em 14 de outubro de 2009, os caminhões passaram a descarregar nas TTI, em virtude de o DECEX exigir a licença de importação para as cargas procedentes da Argentina. Os problemas se agravaram, não havia silos suficientes para o armazenamento, não houve tempo suficiente para que a medida fosse tomada e as cargas, sem a licença, conseguissem ser liberadas.

O governo brasileiro pôs fim à licença automática de importação para farinha de trigo, pré-mistura de trigo, vinhos, alho, azeite, azeitonas, rações animais e alguns itens alimentares. A medida brasileira vem de resposta à Argentina quando

¹²⁵ Em 2002, foi assinado em Foz do Iguaçu, pelas autoridades aduaneiras brasileiras e paraguaias, o “REGULAMENTO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO DE CARGAS ESTAÇÃO ADUANEIRA INTERIOR DE FOZ DO IGUAÇU - ACI - FOZ DO IGUAÇU – BRASIL”, que tenta promover a integração aduaneira nos moldes do Tratado do Recife, desprezando o previsto no Dec. nº 1418/95, no seu art. 41, que trata dos aspectos afetos ao Ministério da Agricultura, que já foi ajustado através de reuniões do subgrupo de assuntos aduaneiros. Esse fato marcou o início em 09 de agosto de 2000 do controle integrado na Aduana Brasileira.

este país decidiu tornar não automáticas várias licenças de importação de produtos brasileiros, sob a alegação de proteção à indústria local.

Especificamente sobre o trigo, o objetivo dos importadores brasileiros é a equiparação das alíquotas do imposto de exportação do trigo em grão e seus derivados, o que acabou gerando mais controvérsia. O governo argentino concede incentivo tributário às vendas externas de farinha e os moinhos do Brasil se sentem prejudicados. Se o governo argentino não concordar, o Brasil estuda, ainda, a aplicação de uma sobretaxa para as licenças. Anteriormente os produtos eram liberados em 48 horas, e, agora, são direcionados para a análise na Secretaria de Comércio Exterior – SECEX em Brasília e podem levar sessenta dias para liberação, fato que amplia o impasse entre os países.

Outros problemas enfrentados são o fuso horário do Paraguai e a circulação de veículos pesados na área urbana de Ciudad del Este, trazendo desconforto nas relações com as autoridades brasileiras.

Mas há outro agravante nas TTI, que são os veículos de cidadãos brasileiros, residentes no Brasil, com interesses comerciais no Paraguai, utilizando veículos de sua propriedade, adquiridos no Paraguai e declarados no Imposto de Renda no Brasil, com placas paraguaias, para quando retornarem ao Brasil ou nele se deslocarem não sejam considerados contraventores pela lei brasileira¹²⁶. Essa situação complica a situação da vida na tríplice fronteira.

Na realidade das TTI se confundem o paraguaio, o brasileiro e o argentino num conjunto administrativo dos governos centrais. Os trabalhadores podem ter qualquer uma dessas nacionalidades e trabalhar em outro país. Mas se este está com o veículo de uma empresa paraguaia e vive em Foz do Iguaçu? O que pode acontecer com ele numa perspectiva jurídico-política? Na verdade, os brasileiros que trabalham no Paraguai estão buscando a licença de autorização da Justiça para garantir a circulação de veículos entre os países.

¹²⁶ A legislação aduaneira do Brasil (Dec. nº91030/85, Artigo 293, inciso 2º) contempla apenas os brasileiros residentes no exterior e que ingressem no Brasil em caráter temporário. Em janeiro de 1995 o Ministério da Fazenda editou a Portaria 16/95 que trata da circulação de veículos comunitários do MERCOSUL, de uso particular exclusivo de turistas, a qual tenta regulamentar o uso dos veículos dentro do MERCOSUL. Continua, porém, a lacuna com relação aos brasileiros que comprovadamente têm interesses comerciais no Paraguai ou mesmo desempenham suas atividades profissionais em empresas paraguaias, mantendo-se ainda vinculados ao Brasil através de um domicílio ou de uma segunda residência, como também não tenha requerido a baixa do seu CPF por manter algum tipo de atividade ou de negócio que o impeça de fazê-lo.

Outro agravante para quem vive a realidade das TTI é a implantação do seguro Carta Verde¹²⁷ para o MERCOSUL. Os custos são proporcionais aos dias que podem chegar de três dias até um mês, com uma variação de R\$ 48,00 a R\$ 378,00. As coberturas do seguro são de morte e/ou danos pessoais e despesas médico-hospitalares e danos materiais causados a terceiros não transportados e derivados do contrato de seguro. Isso onera demasiadamente os que cruzam a fronteira diariamente. A Argentina vem exigindo este seguro com rigor, o que vem diminuindo a entrada de pessoas em Puerto Iguazú.

Quanto à legalidade de pessoas que passam pelas TTI, em 20 de junho de 2008, foi inaugurada a Casa do Migrante, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Consulado Geral do Brasil em Ciudad del Este e Consulado do Brasil em Puerto Iguazú.

Esse estabelecimento foi criado para atender brasileiros residentes na região de fronteira, além de imigrantes que residam no Brasil, para orientação aos direitos e deveres como migrantes para o acesso aos serviços públicos no Brasil.

Em 2008, atendeu 1.557 migrantes, dos quais 75% eram brasileiros residentes no Paraguai ou filhos destes nascidos em território paraguaio. Os demais são imigrantes paraguaios residentes em Foz do Iguaçu há mais de 30 anos e que estavam em situação irregular para obter a residência permanente e o alto custo de taxas a serem pagas no ato da entrega do expediente para solicitação da residência no Brasil¹²⁸.

De janeiro a junho de 2009, os atendimentos foram semelhantes aos de 2008, tendo sido atendidas 1.453 pessoas. A partir de 02 de julho, com o novo decreto da anistia, triplicou o atendimento da Casa do Migrante. Somente no mês de julho com a anistia foram atendidas 369 pessoas. Destas, 271 solicitaram orientação ou encaminhamentos de documentos para regularizarem a situação no Brasil, sendo que a grande maioria era de paraguaios.

Deve-se, como proposição deste trabalho, criar um grupo interinstitucional de pesquisas e outro grupo gestor relacionado ao poder central de cada país, para que se tomem as devidas posições de planejamento e ações sobre as TTI, no que

¹²⁷ A Resolução nº 120/94, do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, aprovou, em caráter obrigatório, a partir de 01.07.95, um seguro que cobre a Responsabilidade Civil do Proprietário e/ou Condutor de Veículos Automotores Terrestres para veículos brasileiros (de passeio ou aluguel) transitarem em países do MERCOSUL.

¹²⁸ Os dados foram obtidos na Casa do Migrante em Foz do Iguaçu, 2009.

concerne a esta questão. Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú carecem de representatividade política, o que dificulta ainda mais as relações nas soluções dos problemas desse território.

As forças intrínsecas que confirmam as TTI representam e podem gerar: aumento do PIB regional, aumento do valor agregado, incremento na demanda de bens e serviços no mercado regional transfronteiriço e desenvolvimento do eixo São Paulo-Buenos Aires, com a efetiva integração modal, por meio de políticas públicas que sejam positivas sobre a vida transfronteiriça.

Conforme Santos (2006, p. 24), o efeito de vizinhança, emergente das massas em movimento, faz com que se recriem pactos e negociações, e se mantenha sobreposta à divisão hegemônica do trabalho uma outra, que tem como base as trocas simbólicas e materiais da “força econômica, da força social, da força cultural, da força política de estar juntos no lugar”.

Os movimentos populacionais que confirmam as TTI, sejam das comunidades locais, sejam dos visitantes, turistas, trabalhadores, dentre outros, são responsáveis pela construção das relações transfronteiriças e sua realidade.

Nessa divisão social do trabalho, o quadro ocupacional não é fixo, mas precário e móvel, ajudado por uma solidariedade que se cria e se recria sob um “efeito de vizinhança” (SANTOS, 2006, p. 24).

As áreas de fronteira devem ser diferenciadas no que se refere às leis que regem cada país e devem ser o ponto de centralidade das relações internacionais. Não se trata de construir uma nação, mas que as comunidades que forjam as relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas nesse espaço transfronteiriço vivam de forma solidária e fraterna como sempre viveram e desejam continuar vivendo, como no caso da área das TTI.

A economia no território aponta prioridades que irão transformando à medida que as áreas econômicas passam por sucessivas fases de desenvolvimento, cujo dinamismo está na capacidade que um território tem em mobilizar políticas que poderão estar atreladas às vontades do Poder Central ou das reais necessidades das populações que aqui vivem.

É verificável que, durante o processo de constituição de cada Estado-Nação destes países, a economia aproximou e interagiu neste território como elemento dinâmico. A cartografia da economia da erva-mate e da exploração madeireira

gerenciada pela Argentina, com mão de obra paraguaia e com parte do espaço brasileiro, constituiu um processo de território transfronteiriço.

Nessa realidade das populações indígenas Guarani, a presença das formas culturais afro-americanas, luso-espanholas e as novas gerações que apresentam jovens à sociedade são de uma efervescência percebida nesse Território. Olhar para os processos de integração como assimilações de culturas pode constatar a conversão da nova cultura do século XXI, rica e com grande projeção para o futuro.

Com o encontro de vários grupos étnicos e sociais em Iguassu, forma-se o multiculturalismo combinado do tipo econômico, que para Semprini (1999, p.141), “Os grupos que o povoam são vistos como alvos, sob formas de agregação sociais pontuais e mutantes (moda, consumo, lazer, cultura de massa)”.

A tendência do processo de globalização e virtualização da economia, das comunicações, informações, circulação em tempo real, nos transpõe a valorização crescente dos fatores identitários e na estruturação de um novo espaço sociocultural globalizado.

Ao iniciar esta análise, percebemos que o contrabando é um nome associado a este território em toda sua história, perante as imposições legislativas e financeiras que são estabelecidas, na facilidade de obtenção das melhorias de condições de vida para quem vive na fronteira.

A intensidade desse tráfego de circulações econômicas é verificável entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. É uma fronteira aberta em seus fluxos. Ciudad del Este emprega vários brasileiros em seu comércio livre, que proporcionou a instalação de lojas de importados do mundo todo e de tipos diversos. Em função do melhor desempenho da infraestrutura de serviços urbanos, sociais, educacionais e de saúde de Foz do Iguaçu, a comunidade árabe faz a sua territorialidade; moram com suas famílias e Foz do Iguaçu, têm seus negócios em Ciudad del Este e realizam aqui uma cidade-dormitório. Estes conformam os territórios comerciais instalados em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este – Foz do Iguaçu.

Seus filhos estudam em escolas brasileiras e complementam seus estudos em escola libanesa no Brasil ou no Paraguai. A facilidade de atravessar a Ponte da Amizade permite este fluxo de estudantes de origem libanesa, palestina, chinesa, coreana, paraguaia e brasileira. A aproximação do Brasil com Paraguai permite esta aproximação, visivelmente; a Ponte é o limite, mas a sequência urbana é única.

Com o objetivo de comprovação das TTI, novas proposições para futuros estudos são pertinentes para uma maior harmonia para as populações locais e na fluidez das relações econômicas. O quadro 3 indica os setores econômicos, a localização fronteiriça com suas características e qual a possível estratégia para o desenvolvimento e organização territorial.

Setores	Fronteira – Característica	Estratégia de desenvolvimento territorial
Organização do espaço	Desenvolvimento de três áreas justapostas de fronteira Brasil – Paraguai – Argentina	Concorrência e cooperação para uma área de aglomerações urbanas
Mercado de Trabalho	Brasil – Paraguai Segmentado	Elevado número de trabalhadores brasileiros no Paraguai como existem trabalhadores paraguaios no Brasil deve haver um entendimento entre as leis trabalhistas.
	Brasil – Argentina Protegido por parte do Governo argentino	Novas estratégias em termos de força de trabalho nas fronteiras
Movimento na Migração	Brasil – Paraguai – Argentina	Elaboração e aplicação de um documento único de migração vigente nos três países do MERCOSUL.
	Brasil – Paraguai Fronteira aberta	Organizar políticas conjuntas no acompanhamento dos fluxos migratórios na fronteira, ou afastar o controle para o interior dos países em estudo devido à urbanidade existente.
	Brasil – Argentina Fronteira controlada	
Logística Internacional	Brasil – Paraguai – Argentina Elevado efeito de controle fronteiriço	Trabalhar de forma integrada as aduanas e portos secos e aumentar o efetivo. Planejamento de rodovias e portos fluviais na circulação de mercadorias.
Saúde	Brasil – Paraguai – Argentina Há uma deficiência da Argentina e do Paraguai perante o desenvolvimento no Brasil	Ampliar os projetos de cooperação nos moldes do SIS-Fronteiras.
Ensino Superior	Brasil – Paraguai – Argentina Separação das políticas educacionais nacionais	Convalidação do ensino superior e cooperação educacional entre os países; expansão dos Programas de Mestrado; Doutorado e Pós Doutorado. Ampliar a cooperação.
Segurança	Brasil – Paraguai Contrabando	Estender a cooperação e o efetivo de segurança no combate ao tráfico de drogas e armas.
Tecnologia	Brasil – Paraguai – Argentina Significativo atraso em função da abordagem centro – periferia	Ampliar as relações e projetos transfronteiriços

QUADRO 3 - ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL DAS TTI

Já no desenho dos fluxos provocados pelos agentes que traçam as territorialidades transfronteiriças neste espaço foram discutidas as temporalidades no que exprime uma geo-história das TTI. A figura 25 ilustra essas atividades e direções dos fluxos que estão intrínsecas no território.

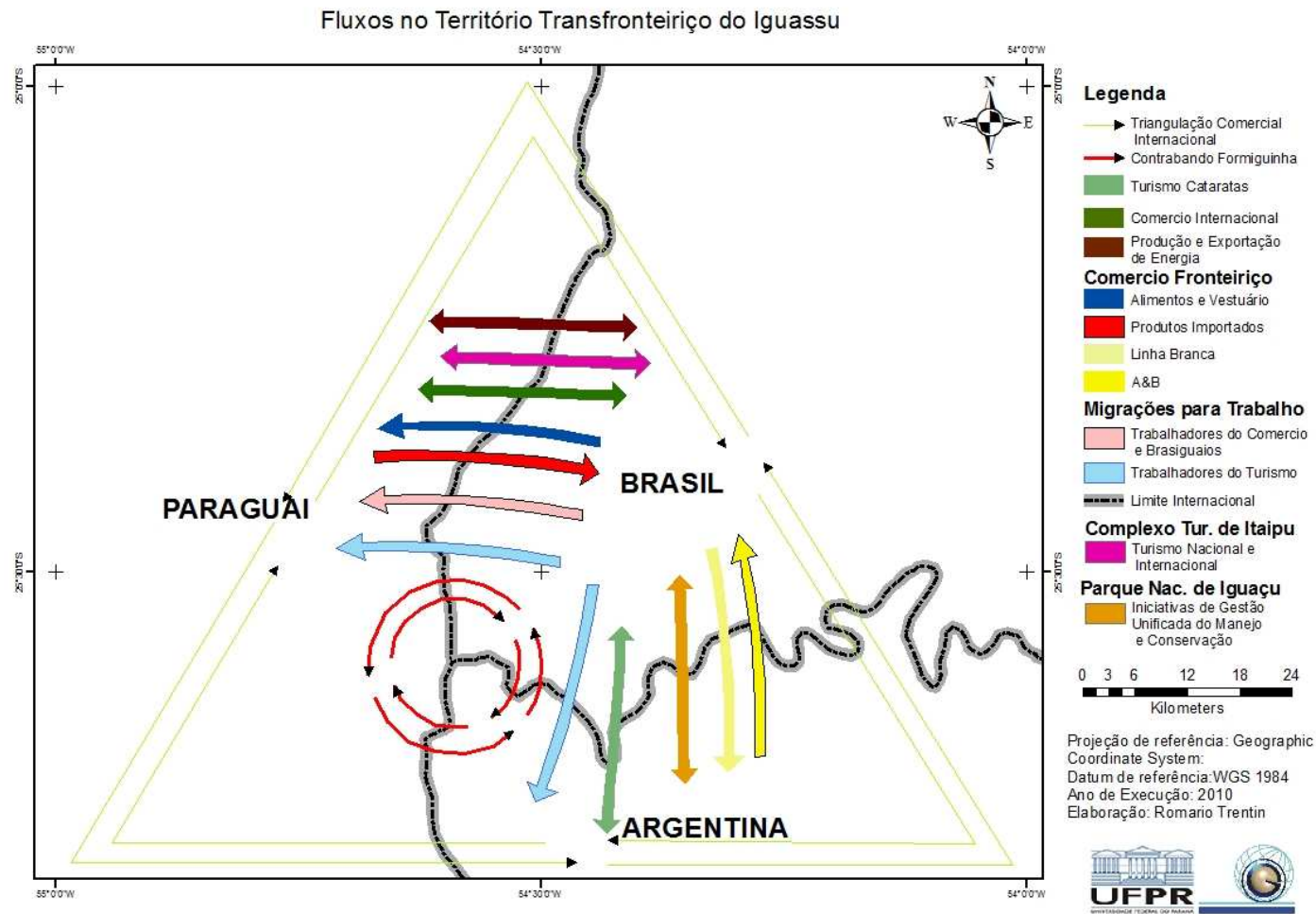


FIGURA 25 - FLUXOS NAS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUASSU

Não é possível mensurar valores qualitativos sobre o grau de influência dos fluxos sobre as TTI. Além das relações sociais e matrimoniais que não são computadas e que confirmam a territorialidade transfronteiriça.

O fluxo primário talvez seja o contrabando formiguinha, caracterizado pela população que passa as fronteiras internacionais e adquire produtos de outro país em função das vantagens econômicas.

A presença de Itaipu e a inserção de um território binacional nas TTI provocaram o avanço sobre as questões das áreas transfronteiriças na América do Sul. Não pela missão primordial de geração de energia, mas pelo avanço nas áreas urbanas, sociais e, na atualidade, no ensino superior e transfronteiriço. A aproximação do Brasil com o Paraguai se traduziu na abertura de novas vias de comunicação interna e externa, no início da agricultura comercial e na modernização socioeconômica, pela via da construção da hidrelétrica, que colocou o país mais próximo dos fluxos financeiros e comerciais internacionais.

A conexão física comercial do Paraguai com o Brasil trouxe significativas mudanças nas TTI. A abertura para os colonos brasileiros cultivarem a soja, o desempenho da agricultura do algodão e a elevação dos preços internacionais destes produtos motivaram a aceleração e modernização dos campos paraguaios e desenvolveu-se a agricultura comercial e o fortalecimento do país como exportador de *commodities* agrícolas. Verificam-se os crescentes fluxos de exportações de *commodities* agrícolas e o acelerado volume de importações com alto índice de ilegalidade (contrabando) em diversas modalidades.

A triangulação comercial de bens de consumo de importados do Leste asiático e EUA de forma subfaturada ou ilegal, e sua reexportação para o Paraguai e deste para os países vizinhos principalmente com o Brasil, de forma ilegal. O Paraguai já formalizou esse comércio de triangulação desde os anos de 1990, fortemente relacionado com Miami. Após 1995 ampliam-se as relações do Paraguai com a China e os “Tigres Asiáticos”, os custos dos produtos caem, aumenta-se em volume comercializado. No Brasil isso não aconteceu: permanece pendente a eliminação da dupla tributação alfandegária no MERCOSUL.

A presença das Cataratas do Iguaçu e a magnitude desse atrativo para o turismo e o desenvolvimento territorial com o expressivo fluxo de visitantes e que emprega trabalhadores locais que rompem as fronteiras. A função destes Parques

Nacionais do Iguaçu, hoje, se faz de forma integrada e centralizada no desenvolvimento de outras UCs do Brasil, do Paraguai e da Argentina.

Mas há um elemento novo, ou pós-moderno, que ajuda na comprovação das TTI: a virtualidade cibernética contemporânea. Nessa perspectiva, conforme Ferreira (2005, p. 552),

A Geografia tem a ver com o lugar, com a localização, com a sociedade, com o ambiente, com o espaço e com a região. Uma vez que no ciberespaço algumas destas variáveis são difíceis de definir, o campo de pesquisa da geografia virtual terá que ser aprofundado. Este novo domínio da análise geográfica apresenta-se como uma forma de perceber a representação do(s) espaço(s) físico(s) no espaço virtual da Internet.

A virtualidade não significa o fim dos lugares, regiões ou territórios analisados classicamente pela ciência geográfica, mas um elemento novo e necessário para o entendimento do mundo vivido atual.

Há um fato muito rico nessa questão analítica: o cruzamento das fronteiras sem necessitar transpor as aduanas, onde cidadãos do mundo se comunicam e trocam suas culturas sem a necessidade do rompimento físico do território. Isso vem se dando nas últimas décadas por sítios da internet de relacionamentos, tais como o Orkut, o Facebook, o Sonico e outros, isso sem mencionar a troca de produções científicas.

Seguindo a explanação de Ferreira (2005, p. 555), no entanto, o que mais importa reter é a sua capacidade para distinguir territórios, que são físicos, num espaço que é virtual, mas que, mesmo assim, demonstra a importância de um território ou de um termo cuja conotação é geográfica.

O valor destas ferramentas está precisamente na sua capacidade de quantificar fluxos, ligações, relações e influências que, por existirem num espaço virtual, se tornam, também eles, como que virtuais, sendo por isso considerados inexistentes no estudo da sociedade da informação e da sua geografia. A conjugação deste tipo de indicadores tecnológicos com indicadores sociais, económicos e de inovação, permite uma observação (mais) abrangente da sociedade atual. (...) A informação, o único conteúdo do ciberespaço, é produzido no espaço físico, por pessoas, mas a sua produção e o seu consumo estão dependentes do espaço virtual, um dos elementos principais para a disseminação do conhecimento. Ao combinar a habitual análise de base física e infraestrutural, com uma perspectiva de base socioeconómica, utilizando diferentes escalas, variáveis e fontes, poderão emergir novos padrões geográficos na sociedade atual. O desafio coloca-se, não só na sua identificação, como também, na sua explicação. (FERREIRA, 2005, p. 556)

Tais fatores passíveis de análise do espaço geográfico são ricos na atualidade. Poderiam melhor explicar as TTI, porém, esses demandam maiores investigações ainda pela geografia brasileira, fato que não permite sua aplicação aprofundada nas análises desta tese, mas que abre importantes margens analíticas futuras, tais como um levantamento feito no sítio da internet Google, em maio de 2010, voltado as TTI, ou seja, o Iguaçu com dois esses (SS).

O Iguaçu com dois esses representa mais do que a facilitação da pronúncia do termo para os estrangeiros. Sua utilização nas últimas décadas vem demonstrando uma unidade regional do que, de certa forma, dá identidade aos habitantes da tríplice fronteira. Sua denominação na internet ajuda a difundir a região em nível global, mas também nacional e regionalmente. Dados coletados no sítio da internet Google, por exemplo, indicavam 419.000 resultados¹²⁹ apenas para a palavra em questão.

Numa análise mais detalhada das buscas no referido sítio, é possível, por exemplo, verificar 14 domínios passíveis de pesquisa, tais como *com.br*, *com*, *org.br* dentre outros, que num primeiro momento ou na data da busca apresentaram mais de 120, em no mínimo 5 nacionalidades (Brasil, Estados Unidos, Argentina, República Tcheca e Espanha).

Apurando as análises dos levantamentos, se observa que os sítios brasileiros que utilizam o termo Iguassu, sua ampla maioria é de Foz do Iguaçu, com 81 sítios verificados, dos 95 encontrados. Estes se dividem em 12 cidades de seis estados da federação, sendo três cidades paranaenses, dois paulistas, três gaúchas, duas capixabas, um carioca e um cearense.

Os levantamentos demonstraram ainda que o Instituto Polo Internacional do Iguassu, de Foz do Iguaçu, é a instituição mais importante no processo de divulgação do termo Iguassu. Por conta da sua importância é o que mais ajuda na expansão do termo, mas não se abre mão de que as demais são representativas nesse processo.

¹²⁹ Aproximadamente 419.000 resultados (0,29 segundos). <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=iguassu&aq=f&aqi=g10&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=67389478e31446c1>. Acesso em: 06 jun. 2010.

Buscando em sítios de relacionamentos, para verificar o número de comunidades que usam o termo Iguassu, por exemplo, o Orkut apresenta 55 comunidades com o termo.¹³⁰

Pesquisas futuras que envolvem a Geografia virtual serão de enorme contribuição para a ciência geográfica do século XXI.

¹³⁰ Resultados de pesquisa para Iguassu - 1 2 3 4 5 ≥ Resultados 1 - 12 de 55.
<<http://www.orkut.com.br/Main#UniversalSearch?searchFor=C&q=Iguassu>>. acessado em 06 de junho de 2010.

6. CONCLUSÕES: AS TTI COMPROVADAS PELAS INTERCONEXÕES, INTERDEPENDÊNCIAS E INTERPENETRAÇÕES

Os contatos territoriais entre países se fizeram ao longo da história, demarcados pela Cartografia e pela Geografia que traçaram, delimitaram e impuseram as linhas divisórias entre espaços que passaram a configurar politicamente os Estados Nacionais. Tais oficialidades de aproximações e separações geraram os pontos de contato, as fronteiras e suas relações de fixar, demarcadas por cercas ou marcos, por estruturas geomorfológicas e por rios ou oceanos, molhadas ou secas, vigiadas ou não e ocupadas ou vazias, ou seja, os territórios de fronteiras sempre foram e continuam sendo complexos.

Buscou-se aqui comprovar que as “Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI”, além de sua utilidade para as ações públicas e privadas de divulgação e desenvolvimento do Turismo e de outras potencialidades regionais, adéqua-se para definir uma unidade socioespacial e geoeconômica, influenciando na dinâmica social e política dos três países envolvidos.

Este trabalho fez uma abordagem das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu - TTI, centralizada pelos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai. Faz uma análise territorial enfocada nas esferas socioambientais, econômicas, políticas e culturais. Buscou-se comprovar a existência de um Território Transfronteiriço do Iguassu, com dois esses, que representa mais do que a facilitação da pronúncia do termo para estrangeiros. Mas visou comprovar que sua utilização nas últimas décadas vem demonstrando uma unidade territorial, que de certa forma dá identidade aos habitantes da tríplice fronteira.

Sobre as questões transfronteiriças, as populações que se encontram nas fronteiras nacionais estabelecem as suas relações de aproximação e criam os territórios transfronteiriços. A construção conceitual de fronteira política como linha de demarcação entre Estados na modernidade funcionou como uma zona tampão e fonte de registro de entrada de mercadorias e ingresso de finanças públicas, além de outras coisas, num espaço coisificado, aqui parafraseando Milton Santos.

As aproximações das populações, para quem vive na fronteira, provocam modificações nas funções estabelecidas no território, que se fazem, no caso aqui analisado, entre o Brasil, Argentina e Paraguai. A centralidade política estabelecida

pelas Nações traz o traço cartográfico mental para seus governantes e impõe nas cidades transfronteiriças o seu limite de poder, ou de vários poderes, que vão dos locais aos globais, geralmente estabelecidos pelo capitalismo financeiro.

O foco estabelecido pelos nós construídos pelas redes sociais, ambientais, econômicas e culturais dos povos que vivem a fronteira vai de encontro às forças políticas do poder central que não prioriza os laços implícitos das populações já estabelecidas em uma zona de fronteira. A vida das pessoas que vivem na fronteira ultrapassa as ordens dos poderes centrais e locais, em muitos casos, possuem uma dinâmica própria.

A representação do contato com três países constitui-se num espaço transfronteiriço na representação de quem vive na tríplice fronteira, como por meio das influências econômicas. Há uma percepção de fronteira militarizada e que, apesar de representar a segurança nacional, faz suas relações nos treinamentos e intercâmbios entre cada país. Mas, tirando esses detalhes burocráticos e administrativos, a população vive no seu cotidiano como num único lugar.

Existem, ainda, os portos secos e aduanas; o rigor no controle de pessoas ainda se faz de forma rígida entre Brasil e Argentina, enquanto a fronteira ENTRE Brasil e Paraguai é praticamente uma aberta pela proximidade urbana e do intenso fluxo de pessoas. A fronteira apenas é sentida por ser fluvial; a ligação pelas pontes é percebida na separação de terras, mas nas cidades das TTI as miscigenações geradas pelo contato humano se fazem corriqueiras e as relações socioculturais são estabelecidas de forma livre. Há a percepção linguística de fronteira, ou seja, uma zona comum partilhada em que é possível se entender tanto o espanhol quanto o português, por todos.

A geografia aqui discutida nas TTI não consiste apenas na faixa de fronteira, dos 150 km da linha de fronteira oficial; o tempo é o articulador das relações humanas sobre o espaço físico e pelo humano construído. A sobreposição das influências das moedas que circulam atingem diferentes escalas que, se observada a utilização pela população, as influências podem alcançar ou extrapolar os limites territoriais políticos nacionais, como no caso do Paraguai, que tem na franja do rio Paraná a influência do real pela presença de brasiguaios e do dólar estadunidense, que avança com a produção agrícola pelo interior do país.

Pierre Laborde (2000, p. 95) considera que a fronteira é um elemento de um todo que é a nação. Assim, a vontade do Estado tem autoridade, e comunidades

fronteiriças locais estão sujeitas às políticas e estratégias nacionais. Com a abolição das fronteiras, as dinâmicas dos territórios de fronteira hoje estão baseadas nas forças locais, tanto quanto as influências relacionadas às suas raízes nacionais.

O limite estabelecido, ou seja, o ponto de contato continua sendo um lugar de troca entre os três países. Na realidade, as fronteiras são mais antigas que a concepção transfronteiriça, embora estas representadas pelos povos de fronteira que fazem e desenham a territorialidade no seu mundo de convivências e estabelecem este território transfronteiriço, muitas vezes oportunamente despercebido do poder central dos Estados.

As bordas das fronteiras representam um estado de fratura e de divisão entre três países, no caso das TTI, cujo fundamento primordial é essencialmente político. A fronteira é um símbolo de corte dos espaços internacionais, os rios Paraná e Iguaçu fisicamente traçam e estabelecem esta fronteira.

A evolução do diferencial das economias locais sobre a estrutura da economia global sobre o país está relacionada ao sistema monetário, à organização econômica, à logística, entre outras atividades comerciais. A relação entre os três lados da fronteira, muitas vezes, é assimétrica, tais como: a variação da taxa cambial, a natureza do emprego, o crescimento econômico, o padrão das vias de trânsito e no comércio de produções com custos diferenciados. Isso estabelece a contiguidade dos territórios.

As políticas econômicas nacionais se expressam de forma diferente nas TTI, relacionadas ao papel dos agentes locais. Como exemplo se tem os produtos alimentícios comercializados neste regionalmente. A saber, a Argentina detém produtos destinados à exportação, como o trigo, frutas, azeitona, azeites, vinho, este último é isento de impostos e os vinicultores recebem incentivos para a produção. Portanto, o baixo valor comercial se comparado aos vinhos brasileiros, além da diferença cambial do peso argentino em relação ao real. No Brasil, o mercado de exportação de alimentos concentra-se nas proximidades da Ponte da Amizade para o atendimento da população paraguaia que tem uma insignificante indústria alimentícia – os produtos são de origem brasileira e argentina em sua maioria.

Percebeu-se com a história do lugar que a separação política gerada pelas políticas nacionais nunca foi completamente apagada das relações entre as populações; as dependências econômicas, sejam estas comerciais, sejam do

contrabando; da mesma forma, nas ações culturais, como o envolvimento, por exemplo, das pastorais, na Argentina, no Brasil e no Paraguai.

Se a fronteira serviu de traço de separação para a geografia regional, seja pela lógica, seja pela cartografia e pela mentalidade das populações, mesmo assim existe uma organização em oposição marcada pela esfera social e cultural, seja nas uniões matrimoniais transfronteiriças, seja nas questões linguísticas (aproximação e mescla das línguas guarani, portuguesa e espanhola), enfim, nas estruturas comportamentais demográficas e formas de se viver e fazer das TTI um mundo vivido.

A presença dos Parques Nacionais do Iguaçu Brasil e Argentina e a instalação da UHIB entre Brasil e Paraguai provocaram nos Estados Nacionais uma integração, embora novas formas de aproximação transfronteiriça, mencionadas neste trabalho. A fronteira que separava agora pode unir, mesmo que de forma modesta. Falta a verdadeira efetivação do MERCOSUL e a unificação de medidas, regulamentações e leis que devem se fazer únicas em um Mercado Comum.

Nota-se que, com o desaparecimento das fronteiras mais duras, física e também politicamente, geraram-se novas oportunidades de desenvolvimento econômico local. As oportunidades podem ser exemplificadas com as concedidas e apropriadas terras férteis no lado oriental do Paraguai para os brasileiros produzirem para os paraguaios. Acrescenta-se ainda o desenvolvimento da indústria de fertilizantes, o incremento nas importações de máquinas agrícolas e implementos do Brasil, que punctionaram a frente de desenvolvimento local.

Os interesses econômicos muitas vezes prevalecem com a proximidade geográfica gerada nas TTI, principalmente as áreas de impostos reduzidos em Puerto Iguazu, Ciudad del Este e área de exportação nas proximidades da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu. Inegavelmente os migrantes de origem árabe, chineses e outras nacionalidades foram basicamente atraídos para estes mercados, o que promoveu o crescimento demográfico e econômico da área das TTI.

Os contrastes sociais no TTI são vistos com a elevada densidade demográfica em Foz do Iguaçu e Ciudad del Leste, onde a maioria da população é empregada no setor terciário.

A função simbólica da efetivação das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu se faz além das relações das populações com os processos de cooperação de base local para as esferas nacionais que alcançam os patamares internacionais.

As realidades locais de aproximações levam à construção de relações internacionais. A firmação do Bloco do MERCOSUL na América Latina pode se constituir pelas territorialidades e do início dos processos de cooperação econômica.

Para uma possível finalização do que foi apresentado nesta tese, faz-se necessário rever a hipótese: se as TTI são mais que um simples nome ou sigla, é também a definição de um território transfronteiriço localizado no cone sul-americano, quais elementos o norteiam e o fazem existir de fato?

A definição das TTI é evidenciada pela dinâmica interna das populações que vivem na fronteira, que estabelecem suas relações de vida, trabalho, cooperação e trocas. Firma-se pelas dependências de ligações econômicas e dos fluxos socioambientais e culturais, que acabam gerando uma identidade de quem vive num espaço geográfico único, separado apenas por políticas públicas advindas das três Nações a que pertencem.

O advento do estabelecimento dos Estados Nacionais foi constituído pela militarização nas margens dos rios Paraná e Iguaçu. A presença das Cataratas do Iguaçu, a fundação dos Parques Nacionais do Iguaçu como zona tampão foram objetivadas principalmente para a garantia da fronteira argentina. As Cataratas como atrativo destaca a Foz do Iguaçu como segundo destino internacional de turistas do Brasil e da Argentina, que fazem deste fluxo relevante instrumento para o desenvolvimento econômico.

A instalação da UHIB e o compartilhamento de toda a estrutura física e social instalada externamente a este território se deram por vontades do poder central, responsável por grandes investimentos em ciência e tecnologia. O pensamento de cooperação técnica e educacional desenvolvido pela Binacional aponta para resultados integracionistas e de cooperação com a América Latina, como no projeto da UNILA, entre outros.

As redes de conexões, de interdependências e de interpenetrações em função do advento da globalização, frente a duas áreas de livre comércio e o Brasil como principal consumidor, destacam-se em Foz do Iguaçu como a principal cidade receptiva de visitantes nacionais, com o objetivo de fazer compras e jogos nos cassinos vizinhos. Por outro lado, percebe-se a penalização de recursos do lado brasileiro por não instalar uma zona de livre comércio e não oficializar os cassinos, por exemplo.

O avanço econômico vai além do que se mencionou. A circulação de cinco moedas no comércio das cidades que compõem as TTI faz com que gere uma dinâmica interna associada ao avanço das redes bancárias e financeiras, permitindo aos grupos locais e aos agentes cambiais o seu enriquecimento. Nota-se o zoneamento claro de comércio destinado aos brasileiros no Paraguai e na Argentina, em seus microcentros, tanto em Ciudad del Este quanto em Puerto Iguazú. Para paraguaios e brasileiros, o comércio se dá no entorno da Ponte da Amizade, e para argentinos, na Avenida Morenitas.

Faz-se necessária uma gestão integrada territorial-regional para ampliar o desenvolvimento das TTI. O que se observou foram iniciativas isoladas no que concerne ao desenvolvimento, tanto urbano quanto turístico. Mas há outros problemas a serem resolvidos, tais como a miséria nas franjas das TTI, o tráfico de drogas, de armas e outros problemas infraestruturais encontrados no mundo subdesenvolvido – as contradições.

As TTI se comprovam com as análises desta região de fronteira justaposta, ou transfronteiriça, marcada por sua organização espacial própria. É geradora de um mercado de trabalho que extrapola as leis trabalhistas das três nações. Convive com forte e exclusivo movimento de migração e mobilidade humana. As logísticas interna e internacional, casadas com uma fronteira aberta por organizações políticas nacionais e o planejamento urbano-regional, geram projetos positivos à funcionalidade das TTI. Mas não se deve esquecer de que os dados do sistema de saúde e suas deficiências caracterizam ou ajudam na comprovação destas TTI. Ensino, segurança e tecnologia fecham o ciclo analítico das interconexões, interdependências e interpenetrações das/nas TTI.

Aqui se defende a presença e existência das TTI na perspectiva das territorialidades descritas no decorrer deste trabalho, que agem por meio da cooperação e da integração, fazendo do Iguassu um território próprio na América Latina e no mundo.

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. U.I.C.N. Red Latioamericana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Areas Protegidas, Flora y Fauna Silvestres. **Las Areas Naturales Protegidas de la Argentina**. Buenos Aires, 1998.
- ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Conclusiones del Primer Taller Sobre Manejo de Animales Problemas en las Áreas Protegidas**. Buenos Aires: 1999.
- ALBERNAZ, A. R. Interpretação do mundo e projetos de futuro dos avá-guarani de oco'y. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 146-169, jul./dez. 2007.
- AMARAL, A. B. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento. Uma Introdução à Economia Regional**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- ASSIS, V.; GARLET, I. J. Análise sobre as populações Guaraní contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. **Revista de Índias**, v. LXIV, n. 230, p. 35-54, 2004.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA, **Resumo Executivo- Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, 2000.
- _____. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. IBAMA, **Parque Nacional do Iguaçu - Plano de Ação Emergencial**. Brasília: IBAMA, 1994.
- _____. Ministério da Indústria e Comércio e Turismo/Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. (Coord. Sílvia Magalhães Barros II e Denise H.M. de la Penha). Brasília: Embratur/Ibama, 1994.
- _____. MMA (Ministério do Meio Ambiente)/SCA (Secretaria de Coordenação da Amazônia/IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7; Projeto Corredores Ecológicos**, 2001. 146 p.
- _____. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRIGHENTI, C.A. Necessidade de Novos Paradigmas Ambientais, Implicações e Contribuição Guarani. **Cadernos PROLAM/USP** ano 4, vol. 2, p. 33-56, 2005.

BUTLER, R.W. The development of tourism in frontier regions: issues and approaches. In: KRAKOVER S and GRADUS Y. **Tourism in frontier areas**. New York: Lexington, 2002.

CABEZA DE VACA, A. N. **Comentários**. Coleção Farol do Saber. Curitiba: 1995.

CAMMARATA, E. B. **El turismo en Misiones en el espacio transfronterizo con Paraguay y Brasil**. Situación actual, formas de integración y desarrollo desde una perspectiva geográfica. 110f. Tesis (Doctorado en Ciencias Geográficas). Facultad de Geografía. Universidad de La Habana. Ministerio de Educación Superior, Habana, 2001.

CAMPIGOTO, J. A. Peabiru: para além do contexto. In: LOPES, M. A. (Org.) **Espaços da memória. Fronteiras**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

CAMPINAS, R. C. A emancipação política e as alternativas de poder. In: REZENDE, C. J. e TRICHES, R. I. **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico – geográficos**. Curitiba: Bagozzi, 2005.

CARDIN, E. G. **Sacoleiros e “Laranjas” na Tríplice Fronteira: Uma Análise da Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Dissertação de mestrado em Sociologia, pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

CARPINTERO, A. C. e MEDRANO, R. H. Notas sobre a urbanização do continente sul-americano: o território guarani. **Anais**. Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006.

CASTRO, I.E. O Território e o Poder Autônomo do Estado. Uma discussão a partir da Teoria de Michael Mann. In: MENDONÇA, F. A.; SAHR, C. L. L. e SILVA, M. **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHARRIÉ, J.P. La frontière luso-espagnole. De la frontière à l'espace transfrontalier. In: TRIGAL, L.L. e GUICHARD, F. **La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación**. Fundación Rei Afonso Henriques. Serie Monografias y Estudios. Zamora, 2000.

CHIAVENATO, J. J. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 17. ed. Brasília: Ed. Brasiliense, 1983.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. **A Geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1995.

COSTA, S. G. **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CRESPO, J. A. **Ecología de la Comunidad de Mamíferos del Parque Nacional del Iguazú, Misiones**. Revista del Museo Argentino de Ciencias Naturales "Bernardino Rivadavia", Buenos Aires, 3 (2):45-162. 1982.

CROCETTI, Z. S. **Evolução sócio-espacial do Paraná (Estudos de Geografia Econômica do Paraná)**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CURVO, A. M. **1º Batalhão de Fronteira**. Livro de ouro. Ministério da Guerra, III Exército, 5ª RM, 5ª DI, Foz do Iguaçu, 1965.

CURY, M. J. F. **Visitação em áreas naturais protegidas: um estudo comparado dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguaçu**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação, Área de concentração em Relações Públicas, Propaganda e Turismo), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Lazer em Parques Nacionais. In: TRIGO, L.G.G. **Análises globais e regionais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **O que é a filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar ler e transformar o território. In ALVES, A.F.; CARRIJO, B.R. e CANDIOTTO, L.Z.P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DGEEC - Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. **Anuario Estadístico 2007**. Asunción: Gobierno del Paraguay, 2007.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIRECCIÓN MUNICIPAL DE CULTURA – MUNICIPALIDAD DE PUERTO IGUAZÚ. **Libro Histórico de la Escuela N° 615 (ex N° 235)**. Puerto Iguazú.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Título original: “*Storia dell’America Latina*”. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Giulio Einaudi Editore. s/d.(p.163)

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

EDUARDO, M. F. Território, trabalho e poder. **Campo – território: revista de geografia agrária**, Uberlândia: EDUFU, v.1, p. 173-195. ago. 2006.

EMBRATUR. **Perfil da demanda turística internacional 2005-2007**. Ministério do Turismo, Brasília 2007.

FERNANDES, R. C. P., VARGAS, V. M. e FRAGA, N. C. **Sudoeste Paranaense**: 50 anos do Levante dos Posseiros – identidade local e regional resgatada por meio do roteiro de Turismo de Guerra. Percurso: Curitiba em Turismo Editora da UNICURITIBA, n. 6, p. 107-129, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDACIÓN VIDA SILVESTRE-ARGENTINA; WWF. **Áreas protegidas do Alto Paraná de floresta atlântica**. Puerto Iguazú, 2002. Escala 1:100 km.

_____. **Áreas protegidas do alto Paraná de floresta atlântica (destaque para a área trinacional)**. Puerto Iguazú, 2002. Escala 1:20 km.

_____. **Evolução do sistema de áreas protegidas na região trinacional**. Puerto Iguazú, 2002.

GARRINHAS, J. **Elvas**: uma nova visão urbana transfronteiriça. Congresso internacional “Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano”. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal, 24-26 novembro 2004.

GEERTZ, C. **La revolución integradora: sentimientos primordiales y política civil en los nuevos estados. La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 1989.

GOMES, A. L. A. **Brasília**: espaço e lugar, de sertão a capital (1956 – 1960), p. 65 Tese de doutorado. Orientadora: Márcia Melo Martins Kuyumijan. Universidade de Brasília. 2008. 351f

GOMES, P. C. C. O conceito de região. In: CASTRO, I. E. _____. CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005. p. 49 -76.

_____. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2002.

GOTT, R. O bispo vermelho do Paraguai. In: CODAS, G. **O direito do Paraguai à soberania: a questão da energia Hidrelétrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GUARNASCHELLI, F.P. Lecturas geopolíticas en la Cuenca del Plata (Siglos XVI al XX). In: LINCK, T. e SCHIAVO, C. **Globalizacion y territorio. Nueva ruralidad, patrimonios colectivos y sustentabilidad en la Cuenca del Plata**. Montevideo: Nordan-Cominidat, 2003.

GUERRA, A.T. **Dicionário Geológico e Geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto. 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. J. Identidade e imigração em áreas transfronteiriças. **Revista Geographia**. Niterói, v. 3, n. 5, 2001.

HAGGETT, P. (1972): “**Interregional Stresses**”, in: **Geography**: a modern synthesis, Nova York, Harper & Row, p. 323-345.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.

HOBSBAWN, E. J. **A era do capital, 1848 – 1875**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GEOGRAFÍA ILUSTRADA DEL PARAGUAY. Asunción: Distribuidora Arami SRL, 2007.

GEOGRAFÍA DEL PARAGUAY. Asunción: Editorial Hispana Paraguay SRL, 1999.

IBGE - **Geografia do Brasil. Região Sul**. V.2, Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**: redes urbanas regionais: Sul. / IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, IPARDES. Brasília: 2000.

IPEC. **Indicadores Sócio-Econômicos de Desenvolvimento Região de Departamento Iguazú** (Abrangendo os municípios de Puerto Iguazú, Libertad e Wanda) – 2001. Instituto Provincial de Estadísticas y Censo – IPEC. Censo Nacional de Población y Vivienda. Departamento de Estadística Sociodemográfica. Ministerio do Interior. 2001.

IUCN- **The World Conservation Union – About**. Disponível em:
<<http://www.iucn.org/2000/about/content/index.html>>. Acesso em: 08 jan. 2002.

JIMENEZ, L. J. **Estudio de impacto ambiental, Parque Nacional del Iguazú**. Asociación de Amigos de los Parques Nacionales “Perito Francisco Moreno”. Buenos Aires, 1994.

JORNAL GAZETA DO IGUAÇU. **Ministro inaugura hoje moderno sistema de radar no aeroporto**. Caderno Geral, 30 out. 1992, p. 3.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ. **Inauguração do Aeroporto de Foz**. Curitiba Caderno 1, 12 maio 1989, p. 5.

JUANO, M. **Curso de Finanzas y Derecho Tributário**. Argentina: Ed. Molaquino Rosario, 1964, p. 239 T.II.

LABORDE, P. La frontier, entre espace national et espace local. In. TRIGAL, L.L. e GUICHARD, F. **La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación**. Fundación Rei Afonso Henriques. Serie Monografias y Estudios. Zamora, 2000.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz**. O território M'bya à beira do oceano. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia). São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, 1992.

_____. **Espaço Geográfico Guarani-MBYA - Significado, Constituição e Uso**. São Paulo: Edusp, 2006.

LARAIA, R. de B. **Cultura um conceito antropológico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LITAIFF, A. Sem tekoa não há teko – sem terra não há cultura: estudo e desenvolvimento autossustentável de comunidades indígenas guarani. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 115-123, jul./dez. 2008.

LOPES, M. B. e SANTOS, G.A. Identificação e descrição das características dos novos fluxos migratórios contemporâneos na capital paranaense. **Relatório do 17º EVINCI**. Curitiba: UFPR, 2009.

MACHADO, L. O. “O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?” in: Castro, I. *et alli* (Org.), **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.15-64,.

_____. Limites, fronteiras, redes, In: STROHAECKER, T. *et alli*: **Fronteiras e Espaço global**, III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/Rivera, AGB, 1998, p.41-49.

MAGNOLI, D. "O Estado em busca do seu território" in: JANCSÓ, I. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijui, FAPESP, 2003.

MARSHALL, J. N.; WOOD, P.A. **Services and Space: Key aspects of urban and regional development**. New York: Longman Scientific & Technical, 1995.

MATOS, R. et.al. "Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil meridional". In: MATOS, R. **Espacialidade em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MELIÀ, B. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, M. M. **O rosto índio de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 293-357.

_____. **Una nació dos culturas**. 4. ed. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1997.

MENDONÇA, F. A. **Geografia Física: Ciência Humana?** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MENDONÇA, F.A. Geografia socioambiental. In: _____ ; KOZEL, S. (Orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2004.

MONTEIRO, N. **Itaipu, a luz**. 2ª Ed. Curitiba. Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 2000.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

MORA MÉRIDA, J. L. **História del Paraguay, 1600-1650**. Sevilla: EEHA, 1973.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Anamblume, 2005.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MTur - Departamento de Estudos e Pesquisas. **Anuário Estatístico de Turismo – 2009 – Ano base 2008**. Brasília: Ministério do Turismo. V. 36, 260 p. Dados de 2008.

OHMAE, K. **O fim do Estado – nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, R. J. Turismo Backpacker/Mochileiro in TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005.

PRESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2000.

PORTUGAL, H.H.A. As Empresas Binacionais: a singularidade de Itaipu. **Anais:** Trabalho Apresentado para o IX Encuentro Internacional de la América del Sur, dias 11, 12 e 13 de outubro de 2000. La Paz, Bolívia.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este:** vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. 334 fs.

_____. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma re-interpretação. In: **Mundos em movimento:** ensaios sobre migrações. Editora UFSM. Santa Maria, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REPÚBLICA DA ARGENTINA. **Decreto nº 57/91** sanciona pelo Conselho deliberante de Puerto Iguazú, a data de fundação em 10 de setembro de 1901. Buenos Aires, 1991.

_____. Decreto Presidencial nº 7.941. República Argentina. Buenos Aires, 24 de abril de 1951.

RENAN, E. ¿Qué es una nación? In: BRAVO, Á. F. (Comp.). **La invención de la nación**. Buenos Aires: Manantial, 2000.

ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas:** ensaiando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMERO, J. L. **Breve história de la Argentina**. 5ª ed, 8ª reimpresión. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SACK, R. D. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: University Press, 1986.

SAGUIER, R. B. **Literatura Guaraní del Paraguay**. Caracas/Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1980. 162 p.

SARASOLA, C. M. **América latina: integración por la cultura**. Buenos Aires: Francisco García Cambeiro, 1977.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Território, territórios:** ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.15-20.

_____. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYÃO, L.F. Modelos teóricos em ciência da informação – abstração e método científico. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n.1, jan./abr. 2001.

SCHALLENBERGER, E. **A integração do Prata no sistema colonial. Colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá**. Toledo: Editora Toledo, 1997.

_____. **O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FOZ DO IGUAÇU. **Inventário da Oferta Turística**. Estatísticas – 2008.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SEVERAL, R.S. Jesuítas e guarani face aos impérios coloniais ibéricos no rio da Prata. **Revista de História Regional**. V. 3, nº 1, 1998.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. 3. ed. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

SILVA, C. A. P. As Relações Brasil e Paraguai: o pós-Guerra da Tríplice Aliança. **Revista do Clube Militar**. Jan. de 2009, p. 12 e 13.

SILVA, F.R. Portos secos: marcos de fronteira política ou de despacho de mercadorias? O regimento de 1668. In: TRIGAL, L.L.; GUICHARD, F. **La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación**. Fundación Rei Afonso Henriques. Serie Monografias y Estudios. Zamora, 2000.

TEIXEIRA, D. Síndrome de pedinte rico. São Paulo: **Revista Veja**, edição 2.167, ano 43, n. 22, de 02 de junho de 2010.

VILLALBA, C. A. Puerto Iguazú... un poco de historia. **Jornal El Tucano**. Quincena 1 /Enero de 1995. Cuaderno Cultura. Puerto Iguazú.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WASHINGTON POST. **U.S. Terrorist Search Reaches Paraguay: Black Market Border Hub Called Key Finance Center for Middle East Extremists**, 13 de outubro de 2001, p. A21.

WEBGRAFIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 06 abr. 2008.

BRASIL/MRE. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo2.html>. Acesso em: 15 set. 2009.

CATARATAS S/A. **Parque Nacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 2003. CD-ROM.

CURY, M. J. F. **A evolução do transporte aéreo em Foz do Iguaçu e região**. In: <www.tudofoz.com>. Acesso em: 16 out. 2005.

DIGITAL ABC. Primeira página 30 de outubro de 2009. Disponível em: <www.abc.com.py>. Acesso em: 30 out. 2009.

DIÁRIO CLARÍN. Primeira Página, 30 de outubro de 2009. Disponível em: <www.clarin.com>. Acesso em: 30 out. 2009.

DEPARTAMENTO DE FRONTEIRAS / MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, BRASIL. **Processo de demarcação da fronteira continental do Brasil**. Organização: Lia Osório Machado, Grupo RETIS, UFRJ. Disponível em <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/DELIMITAOFRONTfinal4.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

FOLHA ON LINE Primeira Página, 30 de outubro de 2009. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/>. Acesso em: 30 out. 2009.

IBAMA - **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso desde outubro de 2009.

HINO A FOZ DO IGUAÇU: Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/> > Desde março de 2008 a junho de 2009.

IUCN - **The World Conservation Union – About**. Disponível em: <<http://www.iucn.org/2000/about/content/index.html>>. Acesso em: 08 jan. 2002.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS – ITCG. **Mapa do Território Federal do Iguaçu**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/livro_mapas>. Acesso em: 03 maio 2009.

ITAIPU – **Itaipu Binacional: responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/194>>. Acesso em: 09 mai. 2009.

MACHADO, L. O. **Processo de Demarcação da Fronteira Continental do Brasil**. Departamento de Fronteiras / Ministério de Relações Exteriores, Brasil. Organização: Lia Osório Machado, Grupo RETIS, UFRJ. Disponível em <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/DELIMITAOFrontfinal4.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Tratado Geral de Comércio e de Investimentos entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_parg_52_3170.htm>. Acesso em: 22 set. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **CADASTRO 2008**. Foz do Iguaçu. 2008. CD-ROM.

ROSAS, V. B. **Pequeno Dicionário Jurídico de Expressões Latinas** (2002). Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/latim.htm#M>>. Acesso em: 16 set. 2009.

SABOIA, E. P. **Boletim de Integração Latino-Americana**. As Zonas Francas e o MERCOSUL. N. 9, Abr.-Jun. 1993. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/bila/09/artigos/4artigo.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2008.

SANTOS, M. E. P. S. e CAVALCANTI, M. C. C. Identidades híbridas, lingua(gens) provisórias – alunos “brasiguaios em foco. **Revista Trabalhos em linguística aplicada**. Campinas, v. 47(2): 283-462, jul./dez., 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../2/2>. Acesso em: 23 mar. 2010.

SECURITAS ET VERITAS: **A Ameaça terrorista na Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai): Mito ou Realidade**. Disponível em <<http://www.securitasetveritas.com/2009/05/ameaca-terrorista-na-area-da-triplice.html>>. Acesso em: 20 out. 2009.

UFRJ. Grupo RETIS. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

UNIVERSIA. Disponível em: <<http://www.universia.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2009.